



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LIX – Nº 057 – SEXTA-FEIRA, 16 DE ABRIL DE 2004 – BRASÍLIA - DF

MESA		
<p style="text-align: center;">Presidente José Sarney – PMDB – AP</p> <p style="text-align: center;">1º Vice-Presidente Paulo Paim – BLOCO – PT – RS</p> <p style="text-align: center;">2º Vice-Presidente Eduardo Siqueira Campos – PSDB – TO</p> <p style="text-align: center;">1º Secretário Romeu Tuma – PFL – SP</p> <p style="text-align: center;">2º Secretário Alberto Silva – PMDB – PI</p>	<p style="text-align: center;">3º Secretário Heráclito Fortes – PFL – PI</p> <p style="text-align: center;">4º Secretário Sérgio Zambiasi – BLOCO – PTB – RS</p> <p style="text-align: center;">Suplentes de Secretário 1º João Alberto Souza – PMDB – MA 2º Serys Silhessarenko – BLOCO – PT – MT 3º Geraldo Mesquita Júnior – BLOCO – PSB – AC 4º Marcelo Crivella – PL – RJ</p>	
LIDERANÇAS		
<p style="text-align: center;">LIDERANÇA DO BLOCO DE APOIO AO GOVERNO – 19 (PT–13, PSB – 3, PTB – 3)</p> <p style="text-align: center;">LÍDER – PT Ideli Salvatti – PT</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líderes Roberto Saturnino – PT Ana Júlia Carepa – PT Flávio Arns – PT</p> <p style="text-align: center;">LÍDER - PSB - 3 João Capiberibe – PSB</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líder PSB Geraldo Mesquita Júnior</p> <p style="text-align: center;">LÍDER - PTB – 3 Duciomar Costa – PTB</p> <p style="text-align: center;">LIDERANÇA DO PMDB - 23</p> <p style="text-align: center;">LÍDER Renan Calheiros – PMDB</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líderes Hélio Costa Sérgio Cabral Luiz Otávio Ney Suassuna Garibaldi Alves Filho Romero Jucá Papaléo Paes</p>	<p style="text-align: center;">LIDERANÇA DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA – 28 PFL– 17, PSDB – 11</p> <p style="text-align: center;">LÍDER Efraim Morais – PFL</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líderes Tasso Jereissati – PSDB César Borges – PFL Eduardo Azeredo – PSDB Rodolfo Tourinho – PFL</p> <p style="text-align: center;">LÍDER - PFL José Agripino – PFL</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líderes Paulo Octávio Demóstenes Torres César Borges Rodolpho Tourinho José Borges João Ribeiro</p> <p style="text-align: center;">LíDER - PSDB Arthur Virgílio – PSDB – AM</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líderes Antero Paes de Barros Lúcia Vânia Leonel Pavan Álvaro Dias</p>	<p style="text-align: center;">LIDERANÇA DO PDT – 5</p> <p style="text-align: center;">LÍDER Jefferson Péres – PDT</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líder Almeida Lima</p> <p style="text-align: center;">LÍDER – PL – 3 Magno Malta – PL</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líder Aelton Freitas</p> <p style="text-align: center;">LIDERANÇA DO PPS – 2</p> <p style="text-align: center;">LÍDER Mozarildo Cavalcanti – PPS</p> <p style="text-align: center;">LIDERANÇA DO GOVERNO</p> <p style="text-align: center;">LÍDER Aloizio Mercadante – PT</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líderes Fernando Bezerra – PTB Patrícia Sabóya Gomes – PPS Hélio Costa – PMDB Marcelo Crivella – PL Ney Suassuna – PMDB Ideli Salvati – PT Romero Jucá – PMDB</p>
EXPEDIENTE		
<p style="text-align: center;">Agaciel da Silva Maia Diretor-Geral do Senado Federal Júlio Werner Pedrosa Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial</p>	<p style="text-align: center;">Raimundo Carreiro Silva Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal Ronald Cavalcante Gonçalves Diretor da Subsecretaria de Ata Denise Ortega de Baere Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia</p>	

CONGRESSO NACIONAL

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 43

Altera o art. 42 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, prorrogando, por 10 (dez)anos, a aplicação, por parte da União, de percentuais mínimos do total dos recursos destinados à irrigação nas Regiões Centro-Oeste e Nordeste.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O **caput** do art. 42 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 42. Durante 25 (vinte e cinco) anos, a União aplicará, dos recursos destinados à irrigação:

.....” (NR)

Art. 2º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.
Brasília, 15 de abril de 2004.

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Deputado **João Paulo Cunha**
Presidente

Deputado **Inocêncio Oliveira**
1º Vice-Presidente

Deputado **Luiz Piauhyllino**
2º Vice-Presidente

Deputado **Geddel Vieira Lima**
1º Secretário

Deputado **Nilton Capixaba**
3º Secretário

Deputado **Ciro Nogueira**
4º Secretário

MESA DO SENADO FEDERAL

Senador **José Sarney**
Presidente

Senador **Paulo Paim**
1º Vice-Presidente

Senador **Eduardo Siqueira Campos**
2º Vice-Presidente

Senador **Romeu Tuma**
1º Secretário

Senador **Alberto Silva**
2º Secretário

Senador **Heráclito Fortes**
3º Secretário

Senador **Sérgio Zambiasi**
4º Secretário

ELABORADO PELA SUBSECRETARIA DE ATA DO SENADO FEDERAL

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 37ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 15 DE ABRIL DE 2004

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Leitura de Proposta de Emenda à Constituição

Nº 19, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Ney Suassuna, que altera o inciso VII do art. 208 da Constituição Federal, para estender aos educandos do ensino médio os programas de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde. 10294

1.2.2 – Avisos de Ministros de Estado

Nº 89/2004, de 8 do corrente, do Ministro da Fazenda, encaminhando as informações em resposta ao Requerimento nº 118, de 2004, do Senador Demóstenes Torres. 10295

Nº 90/2004, de 8 do corrente, do Ministro da Fazenda, encaminhando as informações em resposta ao Requerimento nº 171, de 2004, da Senadora Fátima Cleide. 10295

Nº 92/2004, de 8 do corrente, do Ministro da Fazenda, encaminhando as informações em resposta ao Requerimento nº 108, de 2004, do Senador Arthur Virgílio. 10295

Nº 225/2004, de 8 do corrente, do Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, encaminhando as informações em resposta ao Requerimento nº 44, de 2004, da Senadora Ana Júlia Carepa. ... 10295

Nº 320/2004, de 6 do corrente, do Ministro Chefe da Casa Civil da Presidência da República, comunicando que as informações em resposta ao Requerimento nº 84, de 2004, do Senador Arthur Virgílio, não são de competência daquele Ministério. 10296

Nº 913/2004, de 6 do corrente, do Ministro da Justiça, encaminhando as informações em resposta ao Requerimento nº 1.094, de 2003, do Senador Arthur Virgílio. 10296

Nº 914/2004, de 6 do corrente, do Ministro da Justiça, comunicando que as informações em resposta ao Requerimento nº 115, de 2004, do Senador Arthur Virgílio, não são da competência

daquele Ministério, mas dos Ministérios do Planejamento, Orçamento e Gestão e da Defesa. 10296

1.2.3 – Ofícios do Presidente do Tribunal Superior do Trabalho

Nºs 6, 7, 9, 10, 11, 12 e 13/2004-CN, encaminhando as Prestações de Contas da Justiça do Trabalho, Secretaria do Conselho e da Justiça Federal de primeiro e segundo graus, Senado Federal, Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, Tribunal de Contas da União, Câmara dos Deputados e Ministério Público da União. 10296

1.2.4 – Ofício do Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados

Nº 375/2004, de 14 do corrente, encaminhando ao Senado o Substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 71, de 2000 (nº 6.670/2002, naquela Casa), que altera a Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, para incluir entre os rendimentos isentos do imposto de renda os proventos percebidos pelos portadores de hepatopatia grave. 10296

1.2.5 – Comunicações da Presidência

Recebimento da Mensagem nº 48, de 2004-CN (nº 179/2004, na origem), do Presidente da República, encaminhando ao Congresso Nacional as contas do Governo Federal relativas ao exercício financeiro de 2003. *Ao Tribunal de Contas da União, para elaboração do parecer prévio. 10298*

Recebimento do Ofício nº 14, de 2004-CN (nº 1.732/2004, na origem), do Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, encaminhando ao Congresso Nacional o Relatório das Contas da Justiça Eleitoral, relativas ao exercício financeiro de 2003. *Ao Tribunal de Contas da União, para elaboração do parecer prévio. 10298*

Recebimento do Ofício nº 15, de 2004-CN (nº 94/2004, na origem), do Presidente do Superior Tribunal Militar, encaminhando ao Congresso Nacional o Relatório de Gestão Fiscal-2004, Exercício de Referência-2003. *Ao Tribunal de Contas da União, para elaboração do parecer prévio. 10298*

Recebimento do Aviso nº 9, de 2004-CN (nº 597/2004, na origem), do Presidente do Supremo Tribunal de Contas da União, encaminhado a prestação de contas dos genitores do Tribunal de

Contas da União, composta pelo relatório de gestão bem como pelos relatórios descritivos e sentéticos dos programas e ações desenvolvidos no exercício de 2003.....	10298	Inácio Lula da Silva, ressaltando a importância das atividades turísticas na geração de empregos e oportunidades.	10312
1.2.6 – Discursos do Expediente		SENADORA ANA JÚLIA CAREPA – Registra a reorientação que o governo do PT está dando aos investimentos públicos na área de saneamento e abastecimento de água no Estado do Pará.	10314
SENADOR HÉLIO COSTA, como Líder – Defesa de alterações na Medida Provisória nº 135/2003, que eleva a alíquota da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – Cofins.....	10298	SENADOR OSMAR DIAS – Críticas à atuação do governo federal na condução da política agrária no País.....	10316
SENADOR LEONEL PAVAN, como Líder – Cobrança de liberação de recursos para superar a crise no setor agropecuário do Estado de Santa Catarina, devido à estiagem que atingiu a região..	10300	SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR, como Líder – Comentários ao evento promovido pelo TCU “Diálogo Público: O TCU em Diálogo com o cidadão”. Solidariedade ao Senador João Capiberibe e à Deputada Janete Capiberibe.....	10318
SENADOR SIBÁ MACHADO – Avaliação histórica da situação do funcionalismo público no Brasil, do Governo Collor ao Governo Lula.	10301	1.2.7 – Leitura de requerimento	
SENADOR AELTON FREITAS, como Líder – Reflexão sobre o conflito, entre o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra e os ruralistas....	10304	Nº 444, de 2004, de autoria dos Senadores Valdir Raupp e Paulo Elifas, solicitando que a competência da “Comissão Especial Externa – Questões Fundiárias RR/MS” se estenda também ao Estado de Rondônia. Deferido	10323
SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO, como Líder – Críticas à política agrária adotada pelo Governo Lula. Apoio à proposta de aumento do salário mínimo.....	10305	1.2.8 – Leitura de projetos	
SENADOR JEFFERSON PÉRES, como Líder – Apreensão com os conflitos no campo e as invasões realizadas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra – MST.	10307	Projeto de Lei do Senado nº 87, de 2004, de autoria do Senador Tião Viana, que modifica a Lei nº 9.609, de 19 de fevereiro de 1998, para oferecer garantias de privacidade aos usuários de programas de computador.....	10323
SENADOR JOSÉ AGRIPINO, como Líder – Cobranças de medidas do governo federal para reduzir “spread” bancário, o que contribuirá para a redução dos juros aos consumidores.....	10308	Projeto de Lei do Senado nº 88, de 2004, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que altera a redação do inciso I do art. 202 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que instituiu o Código Civil, e dá outras providências.....	10325
SENADOR MÃO SANTA – Homenagem de pesar pelo falecimento do desportista piauiense Pedro Alelaf.	10309	1.2.9 – Leitura de requerimento	
SENADOR PAPALÉO PAES – Críticas ao ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Guido Mantega, que cancelou audiência com as lideranças e as bancadas do Amapá, Roraima e Rondônia, marcada para hoje, que iria tratar da revisão do plano de carreira e da política remuneratória dos servidores e polícias militares dos ex-territórios federais.....	10310	Nº 445, de 2004, de autoria do Senador Leonel Pavan, solicitando a retirada em caráter definitivo, do Requerimento nº 160, de 2004, de sua autoria, em que solicita a retirada em caráter definitivo, do Projeto de Lei do Senado nº 501, de 2003. Deferido	10329
SENADOR MAGNO MALTA, como Líder – Elogios ao trabalho desenvolvido no combate ao crime organizado pelo Dr. José Roberto Santoro, Sub-Procurador-Geral da República.	10310	1.2.10 – Leitura de projetos	
SENADOR JOÃO RIBEIRO – Apelo para providências do governo no sentido de que seja formada comissão para analisar o pleito de garimpeiros acampados na cidade de Araguaína – TO..	10311	Projeto de Lei do Senado nº 89, de 2004, de autoria do Senador Sérgio Cabral, que altera a Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil, para adaptá-lo à Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 – Estatuto do Idoso, e dar prioridade de tramitação aos procedimentos judiciais em que figure como parte ou interveniente pessoa portadora de deficiência física.....	10329
SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI, como Líder – Apelo para que os servidores dos ex-territórios brasileiros tenham o mesmo aumento salarial do funcionalismo federal.	10312	Projeto de Lei do Senado nº 90, de 2004, de autoria do Senador Rodolpho Tourinho, que introduz modificações na Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, que institui o Código Brasileiro de Telecomunicações, para obrigar as emissoras oficiais de televisão a veicular imagens de pessoas desaparecidas.	10330
SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO – Elogia o Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil, implementado pelo governo Luiz		1.2.11 – Leitura de requerimentos	
		Nº 446, de 2004, de urgência para o Projeto de Lei do Senado nº 221, de 2003-Complementar,	

de autoria do Senador César Borges, que altera a Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999, que dispõe sobre as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas, para estabelecer novas atribuições subsidiárias.	10332	proveniente da Medida Provisória nº 168, de 2004.	
Nº 447, de 2004, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando ao Ministro-Chefe da Secretaria de Coordenação Política e Assuntos Institucionais as informações que menciona.....	10332	Apreciação sobrestada	10335
1.2.12 – Ofícios		1.3.1 – Discursos após a Ordem do Dia	
Nº 153/2004, de 14 do corrente, da Liderança do PT e Bloco de Apoio ao Governo no Senado Federal, solicitando a exclusão do Senador Sibá Machado, como membro titular da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada pelo Requerimento nº 12, de 2003-CN. <i>A Presidência comunica o desligamento do Senador Sibá Machado da referida Comissão</i>	10333	SENADOR DEMÓSTENES TORRES – Atuação do Ministro da Justiça no episódio de violência na favela da Rocinha, no Rio de Janeiro, apontando a necessidade de uma política pública de segurança para o País.....	10336
Nº 310/2004, de 14 do corrente, da Liderança do PTB na Câmara dos Deputados, de substituição de membro na Comissão Mista destinada a analisar a Medida Provisória nº 181, de 2004.....	10333	SENADOR SÉRGIO GUERRA , como Líder – Questão fundiária no Estado de Pernambuco....	10339
1.3 – ORDEM DO DIA		SENADOR CÉSAR BORGES – Critica o governo federal pela situação em que se encontra o País, fazendo um painel com manchetes publicadas em diversos jornais, tais como: a queda do PIB e do consumo das famílias brasileiras, o pequeno crescimento da indústria, o aumento da carga tributária, o baixo investimento no País, a queda da confiança do consumidor.	10343
Item 1		SENADOR ROMERO JUCÁ , como Líder – Anúncio de estudo, pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, para o reajuste salarial dos servidores federais dos ex-territórios.....	10347
Projeto de Lei de Conversão nº 20, de 2004, proveniente da Medida Provisória nº 163, de 2004, que altera a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências. Votação transferida para próxima segunda-feira, dia 19, nos termos do Ofício nº 23, de 2004, de autoria do Senador Delcídio Amaral (Relator-Revisor), lido e deferido nesta oportunidade.....	10334	SENADOR EDUARDO SUPPLY , como Líder – Comenta artigo do jurista Dalmo de Abreu Dallari, intitulado “Em nome da Justiça”, publicado nesta quinta-feira pelo jornal Correio Braziliense , sobre o processo de cassação dos mandatos do Senador João Capiberibe e da Deputada Federal Janete Capiberibe, aos quais apresenta solidariedade.....	10348
Item 2		SENADORA LÚCIA VÂNIA – Satisfação com a promulgação, hoje, da Emenda Constitucional nº 43, que prorroga, por 10 (dez) anos, a aplicação, por parte da União, de percentuais mínimos do total dos recursos destinados à irrigação nas Regiões Centro-Oeste e Nordeste.....	10349
Projeto de Lei de Conversão nº 21, de 2004, proveniente da Medida Provisória nº 164, de 2004, que dispõe sobre a Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social incidentes sobre a importação de bens e serviços, e dá outras providências. Apreciação sobrestada	10335	1.3.2 – Discursos encaminhados à publicação	
Item 3		SENADOR JOÃO ALBERTO SOUZA – Defesa da recriação da Sudene.....	10350
Projeto de Lei de Conversão nº 23, de 2004, que dispõe sobre os contratos de gestão entre a Agência Nacional de Águas e as entidades delegatárias das funções de Agência de Águas relativas à gestão de recursos hídricos de domínio da União e dá outras providências, proveniente da Medida Provisória nº 165, de 2004. Apreciação sobrestada	10335	SENADOR FLÁVIO ARNS – Mobilização da sociedade para preservação dos recursos hídricos. Utilização do Modal Ferroviário para escoamento da produção agrícola do Estado do Paraná.	10351
Item 4		SENADOR VALMIR AMARAL – A questão da baixa qualidade nutricional do brasileiro.....	10352
Projeto de Lei de Conversão nº 22, de 2004, que proíbe a exploração de todas as modalidades de jogos de bingo, bem como os jogos em máquinas eletrônicas, eletromecânicas ou mecânicas, conhecidas como “caça-níqueis”, independentemente dos nomes de fantasia e dá outras providências,		SENADOR VALDIR RAUPP – Registro de documento encaminhado pelos congressistas peruanos ao Congresso dos Estados Unidos para que reoriente sua política de venda de armas aos países latino-americanos.....	10353
		SENADOR ROMERO JUCÁ – Apresenta resultados da cultura do arroz irrigado no Estado de Roraima.	10354
		SENADORA ANA JÚLIA CAREPA – Transcurso do oitavo aniversário do massacre de Eldorado de Carajás, no próximo dia 17 do corrente.....	10356

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS – Comentários a matérias publicadas na imprensa a respeito de pesquisas que confirmam a queda da popularidade do Governo Lula.	10356	execução das obras de infra-estrutura de irrigação de uso comum/adutora da Serra da Batateira/BA.	10370
SENADOR EDUARDO AZEREDO – Comentários à matéria “Vítima de preconceito”, publicada no jornal Correio Braziliense , edição de 18 de março do corrente.....	10359	Nº 3, de 2004-CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, sobre o Aviso nº 4, de 2003-CN, que encaminha as Demonstrações Contábeis do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE, referentes ao exercício de 2002, de acordo com o art. 20, parágrafo 4º, da Lei nº 7.827, de 27.09.89.....	10371
SENADOR REGINALDO DUARTE – Análise do artigo intitulado “A vacilação de Lula”, de autoria do jornalista Celso Ming, publicado no jornal O Estado de S.Paulo , de 23 de março do corrente.	10361	Nº 4, de 2004-CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, sobre o Aviso nº 6, de 2003-CN (nº 316-GP/TCU, de 09/04/03, na origem), que encaminha ao Congresso Nacional, de acordo com o que dispõe o artigo 56, caput , da Lei Complementar nº 101, de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, a prestação de contas dos gestores do Tribunal de Contas da União, do exercício de 2002.....	10373
SENADOR SÉRGIO GUERRA – Transcrição de matéria publicada no jornal Folha de S.Paulo , no dia 15 de abril último, intitulada “Jarbas cobra de Lula solução para tensão; petista critica MST”.	10362	Nº 5, de 2004-CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, sobre o Projeto de Lei nº 001, de 2004-CN, que abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Saúde, crédito especial no valor de R\$ 20.000.000,00 para os fins que especifica.....	10375
SENADOR ALVARO DIAS – Comentários sobre o artigo de autoria da jornalista Dora Kramer, intitulado “A queda de Abril”, publicado no Jornal do Brasil , de 8 de abril do corrente.	10363	5 – PORTARIA DO DIRETOR-GERAL Nº 64, de 2004.	10377
SENADOR LEONEL PAVAN – Análise do artigo publicado no jornal O Estado de S.Paulo , do dia 21 de março, do corrente intitulado “O destruidor exotismo petista”.....	10364	6 – ATOS DO DIRETOR-GERAL Nºs 684 a 696, de 2004.	10377
SENADOR RODOLPHO TOURINHO – Lançamento do Programa Luz para todos no Estado da Bahia.....	10365	SENADO FEDERAL 7 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL – 52ª LEGISLATURA 8 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES 9 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR 10 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR 11 – PROCURADORIA PARLAMENTAR 12 – CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ	
SENADOR EFRAIM MORAIS – Considerações sobre o estudo elaborado pela Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Previdência Social – Anfip, denominado “Alternativa de Financiamento”, que enfoca a proposta de contribuição previdenciária sobre o faturamento líquido das empresas. ...	10366	CONGRESSO NACIONAL 13 – CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL 14 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL 15 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (Representação Brasileira) 16 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)	
1.4 – ENCERRAMENTO			
2 – AGENDA CUMPRIDA PELO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, SENADOR JOSÉ SARNEY, EM 15.4.2004			
3 – EMENDA Nº 1, apresentada à Medida Provisória nº 180, de 2004.....	10369		
4 – PARECERES Nº 2, de 2004-CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, sobre o Aviso nº 008, de 2002-CN (nº 587/2002, na origem), que encaminha ao Congresso Nacional cópia da Decisão nº 261, de 2002-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, referente ao Relatório de Levantamento de Auditoria realizado pela Secex/BA, no período de 16 a 27.04.2001, objetivando verificar a			

Ata da 37ª Sessão Deliberativa Ordinária, em 15 de abril de 2004

2ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura

Presidência dos Srs. Paulo Paim, Alberto Silva e Papaléo Paes

ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Aelton Freitas – Alberto Silva – Almeida Lima – Aloizio Mercadante – Alvaro Dias – Ana Júlia Carepa – Antero Paes de Barros – Antonio Carlos Magalhães – Arthur Virgílio – Augusto Botelho – César Borges – Delcídio Amaral – Demostenes Torres – Duciomar Costa – Edison Lobão – Eduardo Azeredo – Eduardo Suplicy – Efraim Morais – Fátima Cleide – Fernando Bezerra – Flávio Arns – Garibaldi Alves Filho – Geraldo Mesquita Júnior – Hélio Costa – Heráclito Fortes – Jefferson Peres – João Alberto Souza – João Batista Motta – João Capiberibe – João Ribeiro – João Tenório – Jonas Pinheiro – Jorge Bornhausen – José Agripino – José Maranhão – José Sarney – Juvêncio da Fonseca – Leonel Pavan – Lúcia Vânia – Luiz Otavio – Magno Malta – Maguito Vilela – Mão Santa – Marcelo Crivella – Marco Maciel – Marcos Guerra – Maria do Carmo Alves – Mozarildo Cavalcanti – Ney Suassuna – Osmar Dias – Papaléo Paes – Patrícia Saboya Gomes – Paulo Elifas – Paulo Octávio – Paulo Paim – Pedro Simon – Ramez Tebet – Reginaldo Duarte – Renan Calheiros – Roberto Saturnino – Rodolpho Tourinho – Romero Jucá – Sérgio Cabral – Sérgio Guerra – Sérgio Zambiasi – Serys Slhessarenko – Sibá Machado – Tasso Jereissati – Tião Viana – Valdir Raupp.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP) – A lista de presença acusa o comparecimento de 70 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Sobre a mesa, Proposta de Emenda à Constituição que passo a ler.

É lida a seguinte:

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 19, DE 2004

Altera o inciso VII do art. 208 da Constituição Federal, para estender aos educandos do ensino médio os programas de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O inciso VII do art. 208 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 208.

VII – atendimento ao educando no ensino fundamental e médio por meio de programas suplementares de material didático escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.

Art. 2º Esta Emenda Constitucional entrará em vigor no primeiro dia do ano subsequente à sua publicação.

Justificação

A Constituição Federal foi elaborada nos anos de 1987 e 1988, quando tínhamos somente três milhões de alunos matriculados no ensino médio. Em 2003, o número de matrículas chegou a nove milhões, oito dos quais em escolas públicas gratuitas. Embora o ensino médio não seja obrigatório, como o fundamental, ele está quase universalizado, por força das demandas sociais e dos imperativos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (arts. 4º, II, e 35 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996).

Essa nova realidade, de matrícula massiva nos estabelecimentos de ensino médio, em cursos diurnos e noturnos, da maioria da população de 15 a 20 anos do

País, pôs a nu a necessidade imperiosa de estender à última etapa da educação básica as mesmas políticas de assistência estudantil praticadas com êxito no ensino fundamental, principalmente de transporte e alimentação escolar e de fornecimento de livros didáticos.

Na realidade, muitos Estados, com a colaboração dos municípios, estão fornecendo transporte escolar, especialmente da zona rural para as cidades, onde se pode efetivar a oferta de cursos de ensino médio. A reclamação por merenda é quase universal e a reivindicação de livros didáticos corresponde a uma necessidade pedagógica e social imperiosa, dada a pobreza da maioria dos alunos, o alto preço dos livros e a carência de títulos nas bibliotecas e nas residências.

Quanto ao livro didático, o Ministério da Educação já tem programado para breve o fornecimento de títulos de português e matemática para os alunos das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. A Lei nº 10.172, de 2001, que estabeleceu o Plano Nacional de Educação, prevê também esta iniciativa. Da parte do Legislativo, é fundamental adequarmos o texto constitucional, para ampliar esses direitos dos alunos e os deveres do Estado, assim como para justificar as ações do Executivo e embasar uma competente legislação infraconstitucional que regulamente estas políticas.

Espero a compreensão de meus pares para a urgente tramitação e aprovação desta propositura.

Sala das Sessões, 15 de abril de 2004. – Senador

Ney Suassuna – João Alberto Souza – Tasso Jereissati – Rodolpho Tourinho – Ramez Tebet – Garibaldi Alves – Fernando Bezerra – Antonio Carlos Valadares – Maria do Carmo Alves – Pedro Simon – Sérgio Zambiasi – Valdir Raupp – Mão Santa – Serys Sghessarenko – Geraldo Mesquita – Luiz Otávio – Leomar Quintanilha – Jonas Pinheiro – Patrícia Saboya – César Borges – Álvaro dias – Augusto Botelho – Heloísa Helena – Romero Jucá – Paulo Paim – Eduardo Suplicy – Roberto Saturnino – Eduardo Siqueira Campos.

*LEGISLAÇÃO CITADA
ANEXADA PELA SUBSECRETARIA DE ATA*

TÍTULO VIII
Da Ordem Social

CAPÍTULO III
Da Educação, da Cultura e do Desporto

SEÇÃO I
Da Educação

Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:

I – ensino fundamental obrigatório e gratuito, assegurada, inclusive, sua oferta gratuita para todos os que a ele não tiverem acesso na idade própria;

II – progressiva universalização do ensino médio gratuito;

III – atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino;

IV – atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade;

V – acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um;

VI – oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educando;

VII – atendimento ao educando, no ensino fundamental, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.

§ 1º O acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo.

§ 2º O não-oferecimento do ensino obrigatório pelo poder público, ou sua oferta irregular, importa responsabilidade da autoridade competente.

.....
(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP) – A Proposta de Emenda à Constituição que acaba de ser lida está sujeita às disposições específicas constantes dos arts. 354 e seguintes do Regimento Interno.

A matéria será publicada e despachada à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Sobre a mesa, avisos de Ministros de Estado que passo a ler.

São lidos os seguintes:

AVISOS

(Nº 89/2004, de 8 do corrente, do Ministro da Fazenda, encaminhando as informações em resposta ao Requerimento nº 118, de 2004, do Senador Demóstenes Torres;

Nº 90/2004, de 8 do corrente, do Ministro da Fazenda, encaminhando as informações em resposta ao Requerimento nº 171, de 2004, da Senadora Fátima Cleide;

Nº 92/2004, de 8 do corrente, do Ministro da Fazenda, encaminhando as informações em resposta ao Requerimento nº 108, de 2004, do Senador Arthur Virgílio.

Nº 225/2004, de 8 do corrente, do Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, encaminhando

as informações em resposta ao Requerimento nº 44, de 2004, da Senadora Ana Júlia Carepa;

Nº 320/2004, de 6 do corrente, do Ministro Chefe da Casa Civil da Presidência da República, comunicando que as informações em resposta ao Requerimento nº 84, de 2004, do Senador Arthur Virgílio, não são de competência daquele Ministério;

Nº 913/2004, de 6 do corrente, do Ministro da Justiça, encaminhando as informações em resposta ao Requerimento nº 1.094, de 2003, do Senador Arthur Virgílio; e

Nº 914/2004, de 6 do corrente, do Ministro da Justiça, comunicando que as informações em resposta ao Requerimento nº 115, de 2004, do Senador Arthur Virgílio, não são da competência daquele Ministério, mas dos Ministérios do Planejamento, Orçamento e Gestão e da Defesa.)

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP)

– As informações foram encaminhadas, em cópia, aos respectivos requerentes.

Os requerimentos vão ao Arquivo.

Sobre a mesa, ofícios que passo a ler.

São lidos os seguintes:

Ofício nº 6, de 2004-CN (OF.STST.GDGCA.GP. Nº 182, de 2004, do Presidente do Tribunal Superior do Trabalho, na origem), encaminhando ao Congresso Nacional, nos termos do artigo 56 da Lei Complementar nº 101, de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, Prestação de Contas da Justiça do Trabalho, relativa ao exercício de 2003.

Ofício nº 7, de 2004-CN (Ofício/Presi nº 2004010970, do Presidente do Conselho da Justiça Federal, na origem), encaminhando ao Congresso Nacional, nos termos do artigo 56 da Lei Complementar nº 101, de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, o Relatório de Prestação de Contas da Secretaria deste Conselho e da Justiça Federal de primeiro e segundo graus – exercício de 2003.

Ofício nº 9, de 2004-CN (Ofício do Primeiro Secretário do Senado Federal s/nº/2004, na origem), encaminhando ao Congresso Nacional, nos termos do artigo 56 da Lei Complementar nº 101, de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, o Relatório das Contas do Senado Federal do Exercício Financeiro de 2003.

Ofício nº 10, de 2004-CN (Ofício do Presidente do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, nº 05.180/04 na origem), encaminhando ao Congresso Nacional o Relatório de Prestação de Contas desse Órgão, relativo ao exercício de 2003, para os fins previstos no art. 71 inciso I, da Constituição Federal, combinado com o artigo 56 da Lei

Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

Ofício nº 11, de 2004-CN (Mensagem nº 19/GP, do presidente do Supremo Tribunal Federal, na origem), encaminhando ao Congresso Nacional o Relatório das Contas do Supremo Tribunal Federal, relativas ao exercício de 2003, com os dados e demonstrativos requeridos pelo Excelentíssimo Senhor Ministro-Relator Guilherme Palmeira, do Tribunal de Contas da União, por meio do Aviso nº 7/2003 – Gab Min GP.

Ofício nº 12, de 2004-CN (GP-O/504/04, do Presidente da Câmara dos Deputados, na origem), encaminhando ao Congresso Nacional a Prestação de Contas da Câmara dos Deputados, referente ao exercício financeiro de 2003, nos termos da Constituição Federal, art. 84, XXIV.

Ofício nº 13, de 2004-CN (OFÍCIO PGR/GAB/Nº 383, do Procurador-Geral da República, na origem), encaminhando ao Congresso Nacional a prestação de contas do Ministério Público da União, referente ao exercício de 2003.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes, PMDB – AP)
– Nos termos do art. 56 da Lei Complementar nº 101, de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal, o expediente lido vai ao Tribunal de Contas da União para elaboração do parecer prévio.

Sobre a mesa, ofício do Primeiro Secretário da Câmara dos Deputados que passo a ler.

É lido o seguinte:

PS-GSE nº 375

Brasília, 14 de abril de 2004

Senhor Secretário,

Encaminho a Vossa Excelência, a fim de ser submetido à consideração do Senado Federal, nos termos do art. 134 do Regimento Comum, o Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei nº 6.670, de 2002, do Senado Federal (PLS Nº 71/00 na Casa de origem), que “Altera a Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1989, para incluir entre os rendimentos isentos do imposto de renda os proventos percebidos pelos portadores de hepatopatia grave.”, de acordo com o **caput** do art. 65 da Constituição Federal Atenciosamente, – Deputado **Geddel Veira Lima**, Primeiro-Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP) – O Substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 71, de 2000, vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

É o seguinte o substitutivo encaminhado:

**SUBSTITUTIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS
AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 71, DE 2000
(Nº 6.670/202, naquela Casa)**

Altera a Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1999, para incluir entre os rendimentos isentos do imposto de renda os proventos percebidos pelos portadores de hepatopatia grave.

Dê-se ao projeto a seguinte redação:

Estende aos portadores da forma crônica da Hepatite C ou da Hepatite B os direitos e garantias existentes para os portadores do HIV e doentes de AIDS.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º São estendidos aos portadores da Hepatite C ou da Hepatite B, em sua forma crônica, os direitos e garantias existentes para os portadores de HIV e doentes de AIDS, conforme o disposto nas seguintes leis:

I – Lei nº 7.670, de 9 de setembro de 1998, que estende aos portadores da Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (SIDA/AIDS) os benefícios que especifica e dá outras providências;

II – Lei nº 9.313, de 13 de novembro de 1996, que dispõe sobre a distribuição gratuita de medicamentos aos portadores do HIV e doentes de AIDS; e

III – inciso XIV do art. 6º da Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1999, que altera a legislação do imposto de renda e dá outras providências.

Art. 2º Para o gozo do disposto no art. 1º desta lei, o portador de Hepatite C ou B deve submeter-se aos exames periciais conforme dispuser o regulamento.

Art. 3º Esta lei entra em vigor em 1º de janeiro do ano subsequente à data de sua publicação.

**PROJETO APROVADO PELO SENADO FEDERAL
E ENCAMINHADO À CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Altera a Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, para incluir entre os rendimentos isentos do imposto de renda os proventos percebidos pelos portadores de hepatopatia grave.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O inciso XIV do art. 6º da Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 6º.....

XIV – os proventos de aposentadoria ou reforma motivada por acidente em serviço e os percebidos pelos portadores

de moléstia profissional, tuberculose ativa, alienação mental, neoplasia maligna, cegueira, hanseníase, paralisia irreversível e incapacitante, cardiopatia grave, doença de Parkinson, espondiloartrose anquilosante, nefropatia grave, hepatopatia grave, estados avançados da doença de Paget (osteíte deformante), síndrome da imunodeficiência adquirida, com base em conclusão da medicina especializada, mesmo que a doença tenha sido contraída depois da aposentadoria ou reforma;

.....”(NR)

Art. 2º Esta lei entra em vigor em 1º de janeiro do ano subsequente à data de sua publicação.

Senado Federal, 30 de abril de 2002. – Senador **Ramez Tebet**, Presidente do Senado Federal.

*LEGISLAÇÃO CITADA,
ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA*

.....
LEI Nº 7.713, DE 22 DE DEZEMBRO DE 1988

Altera a legislação do Imposto de Renda e dá outras providências.

.....
Art. 6º Ficam isentos do imposto de renda os seguintes rendimentos percebidos por pessoas físicas:

XIV – os proventos de aposentadoria ou reforma, desde que motivadas por acidente sem serviços, e os percebidos pelos portadores de moléstia profissional, tuberculose ativa, alienação mental, esclerose múltipla, neoplasia maligna, cegueira, hanseníase, paralisia irreversível e incapacitante, cardiopatia grave, doença de Parkinson, espondiloartrose anquilosante, nefropatia grave, estados avançados da doença de Paget (osteíte deformante), contaminação por radiação, síndrome da imunodeficiência adquirida, com base em conclusão da medicina especializada, mesmo que a doença tenha sido contraída depois da aposentadoria ou reforma; (Redação dada pela Lei nº 8.541, de 23-12-1992)

.....
LEI Nº 7.670, DE 8 DE SETEMBRO DE 1988

Estende aos portadores da Síndrome da Imunodeficiência Adquirida – SIDA/AIDS os benefícios que especifica e dá outras providências.

.....

LEI Nº 9.313, DE 13 DE NOVEMBRO DE 1996

Dispõe sobre a distribuição gratuita de medicamentos aos portadores do HIV e doentes de AIDS.

(À Comissão de Assuntos Econômicos)

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP)

– A Presidência comunica o recebimento da Mensagem nº 48, de 2004-CN (nº 179/2004, na origem), encaminhando ao Congresso Nacional, nos termos dos arts. 84, inciso XXIV, e 49, inciso IX da Constituição Federal, e do art. 56 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, as contas do Governo Federal relativas ao exercício financeiro de 2003.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP)

– A Presidência recebeu o Ofício nº 14, de 2004-CN (Ofício nº 1.732/2004, do Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, na origem), encaminhando ao Congresso Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 101, de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, o Relatório das Contas da Justiça Eleitoral, relativas ao exercício financeiro de 2003.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP)

– A Presidência recebeu o Ofício nº 15, de 2004-CN (Ofício nº 94/2004, do Presidente do Superior Tribunal Militar, na origem), encaminhando ao Congresso Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 101, de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, o Relatório de Gestão Fiscal-2004, Exercício de Referência-2003.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP)

– Nos termos do art. 56 da Lei Complementar nº 101, de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, os expedientes lidos vão ao Tribunal de Contas da União, para elaboração do parecer prévio.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP)

– A Presidência recebeu o Aviso nº 9, de 2004-CN (nº 597, de 13-4-2004, pela ordem), de Presidente do Tribunal de Contas da União, encaminhando, nos termos do art. 56 § 2º da Lei Complementar nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, a prestação de contas dos gestores do Tribunal de Contas da União, composta pelo relatório de gestão, bem como pelos relatórios descritivos e sintéticos dos programas e ações desenvolvidos no exercício de 2003 em consonância com as propostas estabelecidas na Lei Orçamentária Anual e com as determinações da Lei de Responsabilidade Fiscal.

O expediente, de acordo com o disposto no §2º, do art. 56, da Lei Complementar nº 101/2000, vai à

Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP)

– Há oradores inscritos.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP)

– Pela ordem, tem a palavra o Senador Hélio Costa.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG. Pela ordem.)

– Sr. Presidente, peço minha inscrição para falar antes da Ordem do Dia, pela Liderança do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP)

– V. Exª está inscrito.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP) – Pela ordem, tem a palavra o Senador Leonel Pavan.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC. Pela ordem.) – Sr. Presidente, solicito minha inscrição, pela Minoria, para falar como primeiro orador após a Ordem do Dia.

O SR. JOÃO RIBEIRO (PFL – TO) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Sr. Presidente, Senador Papaléo Paes, gostaria de usar da palavra, se fosse possível, agora mesmo, para uma comunicação inadiável.

Como são muitas Lideranças, se eu for esperar, o tempo se esgotará. Aproveitamos para usar a sensibilidade de V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP)

– Senador Mão Santa, infelizmente, minha sensibilidade fica muito aquém do Regimento Interno. V. Exª fará uso da palavra no momento devido.

Como fui o primeiro a chegar a esta Casa, já estou inscrito para uma comunicação inadiável, mas aceito ficar em terceiro lugar.

O SR. AELTON FREITAS (PL – MG) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP)

– Concedo a palavra ao Senador Aelton Freitas.

O SR. AELTON FREITAS (PL – MG. Pela ordem.

Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, como fui o terceiro, gostaria de me inscrever para uma comunicação inadiável. Pedi a palavra ao meu Líder pela Liderança. S. Exª está se dirigindo ao plenário. Caso me seja autorizado, gostaria de falar pela Liderança, passando minha vez para o Senador João Ribeiro. Caso contrário, gostaria de falar para comunicação inadiável, se possível.

O SR. JOÃO RIBEIRO (PFL – TO) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP) – Concedo a palavra ao Senador João Ribeiro, pela ordem.

O SR. JOÃO RIBEIRO (PFL – TO. Pela ordem.) – Pela ordem de chegada, com todo o respeito que tenho ao Senador Mão Santa, cheguei primeiro do que S. Ex^a.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – V. Ex^a poderia ceder-me a vez.

O SR. JOÃO RIBEIRO (PFL – TO) – Hoje, infelizmente, não posso ceder a vez, porque tenho de tratar de um assunto urgente, os garimpeiros que interditaram a BelémBrasília. É muito importante fazer tal comunicação ao País e cobrar uma ação do Governo.

Pela ordem, eu seria o terceiro, caso o Senador Aelton Freitas fale pela Liderança.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP) – Senador João Ribeiro, a ordem da inscrição é estabelecida de acordo com o momento em que o Senador faz o pedido.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem. Houve um equívoco da minha parte: tenho de falar antes da Ordem do Dia, porque, depois, falará o Senador César Borges. O meu requerimento é para falar antes da Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP) – Com a palavra o Senador César Borges.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sr. Presidente, gostaria de falar após a Ordem do Dia, pelo Bloco da Minoria. O Senador Leonel Pavan falará antes da Ordem do Dia, por cinco minutos.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP) – V. Ex^{as} estão inscritos.

Comunico a V. Ex^a, Senador João Ribeiro, que o Senador Aelton Freitas deverá fazer uso da palavra pela Liderança do PL. Por conseguinte, V. Ex^a está entre os três inscritos.

O SR. JOÃO RIBEIRO (PFL – TO) – Sr. Presidente, tudo bem, mas quero comunicar a V. Ex^a que cheguei antes do Senador Mão Santa. Portanto, S. Ex^a não pode falar antes de mim, pois a inscrição é feita por ordem de chegada e não de solicitação.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP) – O Regimento é claro.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Sr. Presidente, fiz um apelo à generosidade de V. Ex^a, e V. Ex^a cedeu o lugar.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Sr. Presidente, devo falar pela Liderança agora.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Não, Sr. Presidente. Eu sou o primeiro inscrito, para falar pela Liderança do PMDB antes da Ordem do Dia.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Então, sou o segundo inscrito, para falar pela Liderança da Minoria, antes da Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP) – Antes da Ordem do Dia, na prorrogação da Hora do Expediente, farão uso da palavra os Senadores Mão Santa, Aelton Freitas e Papaléo Paes, para uma comunicação de caráter inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP) – Concedo a palavra ao Senador Hélio Costa, como Líder, por cinco minutos, para uma comunicação urgente de interesse partidário, nos termos do art. 14, inciso II, alínea a do Regimento Interno.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a Medida Provisória nº 135, criada para eliminar a cumulatividade da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social, a Cofins, é um tema de altíssima importância, que merece toda a atenção dos Srs. Parlamentares.

Isso porque o impacto da elevação de 3% para 7,6% da alíquota da Cofins atingirá duramente diversos setores da economia, notadamente a agricultura, a saúde e os transportes, podendo trazer reflexos inclusive na redução da atividade econômica.

No meu Estado, Minas Gerais, essencialmente agrícola, estamos particularmente preocupados com a votação dessa medida provisória, que tem a relatoria do Senador Romeo Jucá, do PMDB.

Na área agrícola, entendo que a isenção da Cofins na importação de insumos agropecuários, sobretudo fertilizantes e defensivos, é outra medida fundamental, inclusive para que o País continue batendo sucessivos recordes em sua balança comercial.

Essa é uma proposta do ilustre Senador Osmar Dias, conhecedor profundo das atividades da agricultura e da agropecuária brasileira.

No caso específico do algodão, a cobrança da Cofins sobre a importação de defensivos agrícolas poderá impor um aumento de aproximadamente 9% nos custos ao produtor. O meu Estado, Minas Gerais, no passado, foi o maior produtor de algodão do Brasil e um dos maiores da América Latina. Hoje nós importamos todo o nosso algodão do Paraná e de outros Estados da Federação.

Isso sem falar, Sr. Presidente, no agravamento da situação dos hospitais públicos, sujeitos ao mesmo aumento de custos quando tiverem que importar medicamentos não fabricados no País. Imaginem que o próprio SUS vai ser prejudicado, que o Governo será prejudicado, porque, quando tiver de fazer importação de medicamentos, ele terá que pagar acima do que já paga atualmente.

De igual forma, os custos das empresas de transporte de carga terão aumento médio de 2,79% sobre o faturamento. Na prática, a carga tributária do setor vai sofrer uma elevação superior a 80%. Agora imaginem V. Ex^{as} que o caminhoneiro, aquele que está tendo sérias dificuldades com os buracos nas estradas, aquele que vê o seu caminhão quebrar todos os dias na estrada, porque as rodovias brasileiras estão intransitáveis, ainda vai ter de arcar com uma contribuição maior, que vai de 3% para 7,6%.

Além disso, por apresentarem uma cadeia produtiva menor do que a indústria, os transportadores vão descontar como crédito tributário o custo de poucos insumos. Como resultado, vão acabar pagando uma carga tributária proporcionalmente maior.

Outros setores, como os moinhos, no entanto, vão ter de repassar o custo tributário adicional para o consumidor. Nesse caso, somente a farinha de trigo, matéria-prima do pãozinho nosso de cada dia, será majorada em 5% de uma vez.

Imaginamos o que isso vai representar na economia popular, principalmente na situação econômica das pessoas mais carentes, aquelas que vivem, na realidade, do pão de cada dia.

Grande empregadora de mão-de-obra, a construção civil arcará com uma alta de 100% em seus custos em razão do aumento da Cofins.

Como a MP nº 135 passa a tributar empréstimos obtidos no exterior, haverá pressão tanto sobre a cotação do dólar como sobre as taxas de juros no Brasil.

Segundo o Instituto Brasileiro do Planejamento Tributário, o IBPT, dos 93 setores mais importantes que compõem a economia brasileira, 67% – ou 72% do total – terão aumento efetivo de carga tributária devido à elevação da Cofins. Ainda de acordo com o IBPT, levando em conta a média dos setores pesquisados, a elevação da Cofins representará um aumento real de 33,67% no custo efetivo das empresas.

Já a tributarista Fabiana Del Padre Tomé aponta que “a forma de não cumulatividade adotada na MP nº 135 pode ter efeito reverso, criando desigualdade na tributação dos contribuintes, conforme a atividade por eles exercida”.

A tributarista lembra também que situação semelhante ocorreu com relação à MP nº 66, convertida em lei em 2002, que tratava da não cumulatividade do PIS. Como a possibilidade de creditar parte do que foi recolhido é restrita a alguns setores, tem havido uma corrida à Justiça para garantir a isenção do aumento da Cofins. É o caso da Confederação Nacional do Comércio, a CNC, que entrou com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin) contra a MP nº 135, sob

o argumento de que a medida permitiria o tratamento diferenciado entre empresas do mesmo setor

Caminho semelhante seguiram as cooperativas de crédito do meu Estado, Minas Gerais. Elas já obtiveram do Superior Tribunal de Justiça (STJ) isenção integral da cobrança da Cofins e do PIS. Os Ministros do STJ concluíram pela “inexistência de receitas nas operações decorrentes dos atos cooperativos”. Também em Minas, escritórios de advocacia ficaram livres, mesmo que em caráter liminar, do pagamento da Cofins.

Devido a tantas controvérsias, Sr. Presidente, é que acredito ser esse assunto da maior importância para os Srs. Senadores, e certamente o PMDB tem a responsabilidade de, por intermédio do Relator, Senador Romero Jucá, melhorar a Medida Provisória apresentada pelo Presidente da República, pelo Executivo, que é fruto de um acordo feito durante a votação da Reforma Tributária. Nós receberíamos aqui o esqueleto de uma nova proposta, que é exatamente o que está contido nessa Medida Provisória. É a preocupação que temos, como Senador pelo Estado de Minas Gerais e, tenho certeza, representando a maioria dos companheiros.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP) – Concedo a palavra ao nobre Senador Leonel Pavan, como Líder da Minoria, por cinco minutos, para comunicação urgente de interesse partidário, nos termos do art. 14, inciso II, alínea **a**, do Regimento Interno, devidamente autorizado pelo Líder da Minoria, Senador Efraim Morais.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, recebi inúmeros prefeitos do Estado de Santa Catarina justamente para discutirmos a distribuição do FPM. Fiz um apanhado para elaborar um pronunciamento nesta Casa e tentar chamar a atenção do Governo. Mas ainda estamos fazendo alguns estudos para verificar os percentuais que o Governo está repassando a alguns Municípios. Esse pronunciamento farei em outra oportunidade.

O que queremos hoje, mais uma vez, é dizer que a esperança depositada nas urnas na eleição do então candidato Luiz Inácio Lula da Silva foi muito grande em Santa Catarina. Os vinte e poucos anos de Oposição sistemática, em que prometiam tudo a todos, deram resultado nas eleições de 2002 em Santa Catarina. O povo catarinense, acreditando nesse discurso e nas promessas eleitoreiras, deu ao candidato Lula a maior porcentagem de votos do Brasil, esperando obter melhorias para Santa Catarina e para o País.

O que aconteceu e acontece, Sr^{as} e Srs. Senadores, é que estamos vendo o oposto. Nada de concreto

foi realizado nem se está realizando nada a favor do nosso Estado. Continuam as promessas. O povo vem sofrendo com a estiagem, e o Governo Federal não ajuda em nada os agricultores catarinenses.

O prejuízo dos produtores catarinenses, com a quebra da safra de grãos de 2003/2004, provocada por problemas climáticos, especialmente a estiagem, soma 334,92 milhões. As perdas são de 666,9 mil toneladas de grãos, como mostra o levantamento produzido pelo Instituto de Planejamento e Economia Agrícola de Santa Catarina. A seca que castigou e ainda castiga o oeste do Estado há quase 90 dias promete trazer impactos negativos ainda maiores no médio prazo, com queda de até 80% nas lavouras de milho, soja, feijão e produção de leite. A estiagem está se tornando uma ameaça especialmente para os pequenos Municípios, que têm na agropecuária a principal fonte geradora de receitas públicas.

Sr. Presidente, meu querido e ilustre Senador Papaléo, com essa crise, a inadimplência no setor comercial aumentou cerca de 30%, causando prejuízos enormes para todos os catarinenses. Espero, Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, que este meu pronunciamento, que este meu apelo, que o grito dos catarinenses encontre eco no gabinete do Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Guido Mantega, no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e no gabinete do nosso Presidente Lula, a fim de que passem a atender ao meu Estado.

Tenho visto no Senado, meu nobre Senador Mão Santa, inúmeros Senadores e Senadoras – e, hoje, vi também Deputados – reclamando pela falta de investimento na agricultura de seus Estados, pela falta de investimento nos assentamentos, pela falta de investimento em rodovias, pela falta de parcerias com as prefeituras do nosso País.

Se todos estão reclamando, não consigo ver o País que o atual Governo está vendo. Eles estão vendo um País em que não estamos vivendo, pois falam de um País com segurança, de um País que está produzindo, de um País que está exportando. O País está produzindo e exportando há muitos anos, ou seja, esse trabalho com a produção, com a agricultura, vem de muitos anos atrás. Mas não se vê nada de concreto daquilo que o Presidente sempre divulga para a mídia nacional e do que a base do Governo aqui apresenta.

Fico pensando nas dificuldades daqueles que fazem parte da base governista, que defendem o Governo, que tentam defendê-lo, que tentam achar meios para justificar para a população e para nós, Parlamentares da Oposição, os caminhos que o Governo está seguindo e que certamente, acreditam eles, estejam dando resultados. Mas não percebo esses resultados

nas palavras, nas ações dos Senadores, em conversas com Prefeitos e Vereadores, nem quando falo com os pequenos, grandes e microempresários. O que vejo, Senador Papaléo Paes, é um Governo que vira as costas para o Parlamento, para os demais homens públicos do País e para as reivindicações da sociedade brasileira. O que vejo é isso, lamentavelmente! E digo isso não por nós, porque não votei no Lula. Mas é lamentável que aqueles que nele votaram e que acreditaram num País forte, pujante, seguro, da forma como dizia o candidato na época, estejam vendo o desmantelamento do País.

Gostaria de poder usar esta tribuna, querido amigo Papaléo, nosso Presidente, para elogiar o Governo. E voltarei aqui para elogiar o Governo se houver alguma ação concreta e firme, que venha a ser aprovada pela população. Quero eu voltar aqui para fazer isso, Senador Mão Santa. Mas, infelizmente, até o presente momento, após um ano e quatro meses, estamos vendo o contrário: aposentados em desespero; crianças sem nenhuma perspectiva de futuro. Não vejo nenhum espírito público por parte do Governo para atender aos jovens, aos adolescentes, às famílias dos aposentados deste País.

O apelo que faço ao Presidente é que olhe por Santa Catarina, que sofreu inúmeros problemas e que sofre com estiagem, com seca, com inundações. Recentemente, sofreu com um ciclone ou com outro tipo de ameaça que ainda assola o nosso Estado, como a chuva de granizo. Peço ao Presidente que olhe por Santa Catarina, que lhe confiou uma votação histórica. Os catarinenses não querem continuar no desespero, achando que a esperança realmente acabou.

Esse é o apelo que faço em nome de todos os catarinenses.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP) – Concedo a palavra ao nobre Senador Sibá Machado, como orador inscrito.

V. Ex^a dispõe de até 20 minutos.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Papaléo Paes, Sr^s e Srs. Senadores, o assunto que me traz à tribuna hoje é o movimento dos funcionários públicos, um movimento grevista que já avança por vários dias. Como militante da Central Única dos Trabalhadores, durante metade da década de 80 e boa parte da década de 90, tendo sido Presidente da Central Única no Estado do Acre e, agora, ocupando uma cadeira no Senado Federal, elaboro algumas conclusões dos procedimentos e dos andamentos da greve e das negociações com o Governo.

Queria, aqui, fazer uma retrospectiva da situação do serviço público federal, das negociações a partir do Governo Fernando Collor.

No dia seguinte ao da posse, o Governo Fernando Collor impôs, dentre outras medidas, o confisco temporário de depósitos bancários e aplicações financeiras, demissão de funcionários, fechamento de órgãos públicos e privatização de estatais.

A base das medidas contra o serviço público se apoiava no liberalismo primitivo, que pregava o Estado mínimo, o liberalismo econômico, com a supressão das exportações e com a valorização apenas das importações, e a revisão da atuação do Estado em vários setores, principalmente nos setores estratégicos para o desenvolvimento nacional.

Com o argumento de que a Administração Pública tinha servidores em excesso, o Governo de Fernando Collor demite milhares de pais e mães de famílias, funcionários públicos e, em muitos casos, pessoas que tinham até 30 anos de serviço público e que não estavam preparadas para exercer outras profissões.

As conseqüências dessas medidas foram: a baixa auto-estima do serviço público, ambiente ruim de trabalho, desestímulo total da pessoa humana. Foi atribuída ao funcionalismo público a culpa por muitos dos problemas brasileiros. Acredito que aquele foi um dos piores momentos da vida de trabalhadores e trabalhadoras, um verdadeiro inferno astral.

No Governo de Itamar Franco, retoma-se uma política de favorecimento para as vítimas do “furacão” que foi o Governo Collor. Nesse período, abre-se um processo de anistia para cerca de 44 mil funcionários demitidos. Também foram elaborados critérios para a volta das pessoas demitidas. Eram quatro as exigências para readmitir o servidor público: estar ainda desempregado; provar que, à época da demissão, pertencia ao quadro permanente, ou seja, que ocupava cargo efetivo na Administração Pública Federal; não registrar em seu currículo nenhum tipo de punição; e ter prestado dez anos ininterruptos de serviço público.

No Governo de Fernando Henrique Cardoso, foi incentivado o Plano de Demissão Voluntária (PDV) e foi pautada no Congresso Nacional a criação de lei que permitisse o fim da estabilidade no serviço público.

Com o PDV, milhares de funcionários foram estimulados ao empreendedorismo individual, mas a maioria fracassou. Como já haviam perdido o emprego, o fracasso em empreendimentos resultou também na perda dos recursos resultantes dos seus direitos trabalhistas. Pude ver isso no dia-a-dia de funcionários antigos principalmente do Banco do Brasil, que, com mais de vinte anos, tiveram de aderir ao PDV, receber a indenização e partir para uma atividade que nunca

tinham experimentado. No meu entendimento, o PDV foi uma tentativa de mostrar que toda e qualquer pessoa dispunha de condições suficientes para ser tornar empreendedora, o que não é verdade.

O Governo Lula, eleito pelo Partido dos Trabalhadores, recusa a proposta do Estado mínimo. Para tanto, tem aberto permanentes negociações com os servidores públicos, tem iniciado procedimentos para novos concursos públicos, tem clamado por uma melhoria na qualidade do atendimento do serviço e, agora, tem iniciado as negociações para melhores e maiores reajustes salariais. Além disso, estabelecemos uma modernização das relações do trabalho com as reformas sindical e trabalhista, que estão sendo debatidas na elaboração da essência do projeto, nas mesas redondas que envolvem o Governo e as principais referências nacionais do sindicalismo de trabalhadores.

A questão referente ao salário mínimo, depois da Relatoria do PPA, ficou ainda mais clara para mim. O trabalhador, o empregador, o Estado brasileiro e as empresas privadas sempre se perguntaram: por que não se aumenta o salário mínimo no Brasil? A preocupação – pasmem! – não é apenas do servidor público federal, mas principalmente dos pequenos empregadores e dos pequenos Municípios. Se o salário mínimo é aumentado, a Confederação Nacional dos Municípios reclama que, imediatamente, milhares de Municípios brasileiros – creio que mais de 50% – ingressarão na Lei de Responsabilidade Fiscal. Todos passarão a ser inadimplentes se o salário mínimo atingir R\$280,00.

Registro, portanto, um apelo dos trabalhadores, que é também do Congresso, pelo justo direito de aumento de sua renda e pelas condições reais de pagamento e sobrevivência de Municípios, de Estados e, principalmente, de pequenos empregadores.

Já está garantido o reajuste que corrigirá a inflação do período – que deve ser de 7,5% –, o que elevaria o salário mínimo para R\$259,00. Parlamentares e setores do Governo vêem com bons olhos o aumento de R\$40,00, o que elevaria o salário mínimo dos atuais R\$240,00 para R\$280,00, no próximo dia 1º de maio, se for também factível para Estados e Municípios, já que a Confederação Nacional dos Municípios está contra o aumento do salário acima da correção da inflação.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, nas negociações com movimentos grevistas, ressalto o caso da Polícia Federal, que está em greve desde 09 de março. Agentes, papiloscopistas e escrivães afirmam que o Governo não respeita a Lei nº 9.266, de 1996, que estabeleceu a obrigatoriedade do diploma universitário para a carreira. Muitos desses profissionais foram admitidos no serviço público para receber salários de nível médio, em concurso destinado à categoria de

nível médio, e agora reivindicam salário igual ao dos delegados. Atualmente, recebem R\$4,2 mil e querem receber R\$7,8 mil, que é o salário dos delegados. O Governo ofereceu um aumento de 17% e a discussão de um projeto de reestruturação da carreira.

Conforme a lei, o servidor público que ingressar na Administração Pública como nível médio ou como nível superior somente tem direito a um aumento de 20% sobre o salário inicial. Não cabe a isonomia pretendida pelos policiais federais.

O PT tem total respeito ao direito de greve, que é legal e legítimo. É por isso que o PT também considera como conquista sua o art. 9º da Constituição Federal, que diz: “É assegurado o direito de greve, competindo aos trabalhadores decidir sobre a oportunidade de exercê-lo e sobre os interesses que devam por meio dele defender”.

Os movimentos sociais têm legitimidade para protestar, reivindicar e pressionar seus interlocutores contratuais, mas não devem nunca esquecer da razoabilidade da proposição.

Senador Papaléo Paes, quero lembrar que, na época em que era líder sindical, sempre procurei avaliar a justiça e a legitimidade da necessidade que justificava o movimento grevista e analisá-lo dentro do contexto, da conjuntura daquele momento, para saber como apresentar a reivindicação dentro da chamada margem de exequibilidade. Eu fazia isso, porque a minha preocupação era mobilizar uma categoria para obter sucesso e não mobilizar uma categoria apenas para um exercício democrático do direito de greve. Um membro de uma categoria profissional participa de greves não por gostar ou por considerar simpática a característica de seus representantes, mas principalmente pela necessidade que o mobiliza. E é nesse contexto que acreditamos que a abertura já feita pelo Governo Federal para discutir com as categorias mobilizadas aponta para essa exequibilidade.

Os técnicos da Receita Federal aceitaram a proposta do Governo de criação de gratificações no valor de até 30% de seus vencimentos. Trata-se de três gratificações, cada uma equivalente a 10% do salário, condicionadas ao cumprimento de metas de desempenho. Se alcançadas todas as metas, os salários iniciais sobem de R\$2.537,00 para R\$3.937,00. Os vencimentos finais aumentam de R\$3.668,00 para R\$5.182,00. Porém, os auditores não concordaram com essa proposta.

Os fiscais agropecuários fecharam um acordo com o Governo que prevê um reajuste médio de 24% para a categoria. Os profissionais em início de carreira terão um reajuste salarial de 49%. Os servidores com salários mais altos terão um aumento de 16%.

A proposta do Governo Lula é que chegue ao fim a era do reajuste zero. Com essa política, estamos reafirmando a importância e o resgate do serviço público do Brasil, falando alto que terminou a época de reajuste zero.

O Governo Lula tem também a preocupação de dar mais qualidade ao serviço público. Até o final de 2004, nos primeiros dois anos do Governo Lula, terão sido contratados cerca de 65 mil novos funcionários, aprovados em concurso público já anunciado no mês passado. Nos oito anos do Governo anterior, foram contratados apenas 50 mil funcionários, o que confere um incremento de mais de 15 mil novos postos de trabalho.

Podemos afirmar contentes que o período de sucateamento da máquina pública brasileira acabou. O nosso Governo está reestruturando a administração pública para cumprir suas funções de instrumento para garantir a realização de políticas públicas, como controle e fiscalização, ou seja, a ação direta do Estado.

Sr. Presidente, hoje na CPMI dos conflitos agrários, debatemos muito o papel do Estado na mediação desta situação chamada “problema da terra”. Ouvimos bastante que o Incra é visto como impotente e incapaz da execução da reforma agrária. Ora, o Incra é uma instituição pública, do Estado brasileiro; não cabe depositar numa instituição o problema da terra. Trata-se de um problema conceitual vivido desde a chegada dos europeus nestas terras no século XVI, quando dividiram o Brasil em 15 grandes lotes. O conceito de grande propriedade, seja para produção, seja para deleite, um resquício do período feudal, ainda é bastante ideológico.

Parabenizo principalmente o Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, companheiro Manoel de Serra, como o chamamos carinhosamente no meio sindical, pela capacidade que teve em compreender o problema e pelas respostas que deu a cada uma das perguntas. Vi muita lucidez naquele líder sindical. Tenho certeza de que, com lideranças dessa natureza, o Ministro Miguel Rosseto e o Presidente do Incra, Rolf Hackbart, poderão contribuir, sim, com propostas bastante práticas para a solução dos conflitos agrários no Brasil.

Lembro que, no Governo José Sarney, quando foi anunciado o Plano Nacional de Reforma Agrária, a UDR nasceu no Brasil, propagando os leilões de bois para compra de armas. A partir daí, ocorreram conflitos sangrentos, como o massacre de Eldorado dos Carajás e o de Corumbiara.

Contudo, acreditamos em uma reforma agrária pacífica e administrada pelo Estado e, portanto, no

surgimento de um novo direito sobre a propriedade da terra.

Sr. Presidente, apresentamos uma proposta de emenda constitucional modificando a natureza do art. 186 da Constituição Federal, no sentido de que as terras de reforma agrária não sejam imediatamente entendidas como propriedade privada, mas como terra pública, a fim de que seja dada às famílias uma concessão de uso por tempo indeterminado. Essa realidade já é vivida na Amazônia brasileira, nos projetos de assentamentos extrativistas, cujo título é condominial – a família tem apenas o direito de posse por tempo indeterminado, com um plano de uso daquela terra feito em comunidade.

Para encerrar, Sr. Presidente, quero dizer que, por ter sido líder sindical, convivi com o comércio de terra de ambas as partes, os pequenos e os grandes: grandes que fomentavam a ocupação de terra para vendê-la mais caro; e pequenos que faziam rodízios de ocupação para fazer da terra também um comércio.

A terra de reforma agrária tem que ser de propriedade pública; jamais poderá ser transferida, com direito de venda. Assim, acredito que poderemos produzir, cada vez mais, a paz no campo.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Sibá Machado, o Sr. Papaléo Paes, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Paim, 1º Vice-Presidente.

O SR. AELTON FREITAS (PL – MG) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Concedo a palavra ao Senador Aelton Freitas.

O SR. AELTON FREITAS (PL – MG) – Sr. Presidente, com a sua permissão, peço a palavra para falar como Líder, neste momento, cedendo meu horário para uma comunicação inadiável ao meu Líder Magno Malta.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Está assegurada a palavra a V. Ex^a, neste momento, por cinco minutos, como Líder do PL.

O SR. AELTON FREITAS (PL – MG. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, como produtor rural e representante da bancada ruralista nesta Casa, iria pedir um aparte ao Senador Sibá Machado, mas, com este pronunciamento, darei seqüência ao discurso de S. Ex^a, já que tratarei do mesmo assunto.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, subo a esta tribuna, na data de hoje, para abordar a preocupante relação conflituosa que está por todo o nosso País e tem marcado o Governo, o MST e os ruralistas nas

últimas semanas. Sinceramente, Sr^{as} e Srs. Senadores, como representante da agricultura neste Senado da República, gostaria de estar aqui para anunciar as boas novas desse setor que tanto engrandece a nossa economia.

Gostaria de estar agora aplaudindo a reforma agrária, mas uma reforma agrária bem-planejada e feita em ritmo acelerado. Mas, infelizmente, isso ainda não é possível. Faço essa afirmação não como uma crítica de quem deixou o Bloco da Maioria nesta semana, mas como uma constatação e um alerta de quem deseja o sucesso deste Governo, especialmente na política agrária.

O momento requer cuidados especiais para que a violência no campo não produza novas vítimas nos próximos dias. O risco é iminente, pois os ânimos se acirram a cada dia.

Como todos nós podemos acompanhar, o MST e suas ramificações intensificaram, e muito, nas últimas semanas, as invasões – ou “ocupações”, como eles preferem chamar –, em diversos Estados brasileiros. O jornal **Folha de S. Paulo** revelou, no dia 08 de abril, que, no mês de março, registrou-se o maior número de invasões dos últimos cinco anos, sendo que, no primeiro trimestre deste ano, tais ações cresceram 19% em relação ao início do ano passado.

Não se pode simplesmente crucificar o movimento por isso. É compreensível a angústia sentida por seus militantes diante da morosidade de novos assentamentos, pois a eleição do Presidente Lula alimentou as suas expectativas.

Entretanto, os movimentos erram quando se dirigem à sociedade e às autoridades por meio de bravatas ameaçadoras. Elas não ajudam, e ajudam menos ainda as invasões de terras produtivas. A excelente imagem da agricultura nacional no exterior, Sr. Presidente, sai sempre arranhada, e um sentimento de insegurança pode, de fato, inibir investidores.

Quero, neste pronunciamento, dizer que o Presidente Lula precisa acompanhar, e acompanhar de muito perto, tais acontecimentos. Sua Excelência tem demonstrado bom senso no trato da questão, e sua autoridade é fundamental para garantir aquilo que é justo às partes interessadas.

Mas, além das providências urgentes, acredito que esta é a hora de o Governo repensar, e repensar bem, este modelo de reforma agrária praticado na atual conjuntura. É hora de o Governo usar todo o seu poder de articulação para abrir um canal de negociação amplo com ruralistas e militantes dos sem-terra e redefinir, Sr. Presidente, os rumos de uma possível reforma agrária, superando as resistências de parte a parte.

Dentro do atual modelo, acho pouco provável que mesmo um aumento de recursos possa viabilizar uma reforma justa, abrangente e benéfica para a agricultura nacional.

Acredito que seja prudente pensar em adotar um modelo que dê também aos ruralistas uma opção à pura e simples desapropriação.

Cada parte teria que ceder um pouco, mas o que impede, por exemplo, uma proposta bem-planeada, pela qual proprietários rurais cederiam parte de suas terras para os trabalhadores sem terra produzirem para o seu sustento, e em troca, ajudarem a incrementar a produção da propriedade. Acredito que, desta forma, Sr^{as} e Srs. Senadores, uma reforma agrária causaria menos conflito e se daria de forma bem mais acelerada do que vem acontecendo.

É óbvio que uma proposta dessa natureza precisa de limites bem definidos para que seja encontrada uma solução justa para as partes. Pode até parecer utopia, mas, a médio prazo, sinceramente, não acredito que o atual modelo avance no nível desejado pelos movimentos sociais.

Enquanto não se encontra uma alternativa, o Governo precisa agir nas duas frentes distintas: interceptar ameaças e coibir, com rigor, aquilo que infringe a lei e o bom senso. Por sua vez, se não há outro modelo, o Governo precisa também fazer o que for necessário para dinamizar os novos assentamentos, inclusive, se necessário, alterações na estrutura administrativa.

A reforma agrária, no meu ponto de vista, tem que ser feita, mas quem vai determinar as condições é o Governo, aliando responsabilidade legal, compromisso com a causa social e disponibilidade de recursos.

É necessário não só definir metas, mas cumprir rigorosamente o que for prometido. Fazendo isso, tenho certeza, deixarão de fazer sentido as pressões do MST. Reafirmo que faço estas colocações no sentido de colaborar, pois, se fosse fácil fazer reforma agrária, o problema já não existiria em nosso País.

Sei, sim, que não é fácil, mas ainda assim confio na capacidade deste Governo, principalmente do Presidente Lula, uma pessoa sensível às causas sociais e defensor do cumprimento da lei.

Na política e na vida, os momentos de dificuldade acontecem para que possamos alcançar a superação. Dessa forma, quando as tensões no campo voltam a ameaçar, o Governo Lula tem uma excelente oportunidade de mostrar firmeza, competência e sabedoria para dar novos rumos à reforma agrária brasileira.

Espero, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, voltar a esta tribuna ainda por diversas vezes para falar dos sucessivos recordes da agricultura nacional e de um país onde a reforma agrária acontece, ge-

rando benefícios sociais e fortalecimento produtivo. Essa é a nossa esperança, que precisa ser mantida e concretizada.

Aproveito este momento, Sr. Presidente, para concluir as palavras de um conterrâneo, Sr. Miguel Cabreira, do meu Município de Iturama, que sempre vem insistindo para que seja feito nesta tribuna um discurso desta natureza, favorável à reforma agrária, mas que também dê segurança e mantenha a qualidade de vida de nossos produtores rurais, hoje sem a menor condição e o menor sossego em suas propriedades.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Como Líder, passo a palavra ao nobre Senador José Agripino, por cinco minutos. (Pausa.)

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Pois não.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Peço a V. Ex^a que me inscreva, pelo PDT, por cinco minutos, antes da Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Está garantida inscrição de V. Ex^a, Senador Jefferson Péres.

Concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Como Líder. Com revisão do orador) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, está havendo uma brutal corrosão da autoridade presidencial neste País. Ontem, era ensurdecador o barulho na Praça dos Três Poderes, a partir dos morteiros lançados por grevistas da Polícia Federal, protestando contra o que consideram ser a indiferença e a incompetência do Governo em relação a eles. Era algo comparável, por exemplo, Senador Mão Santa, a V. Ex^a ser governador, como foi – e bom governador do Piauí –, e a Polícia Militar resolver fazer uma manifestação dessas em frente a sua residência; ou, Senador Jefferson Péres, V. Ex^a – se porventura Manaus tivesse tido a honra de tê-lo como prefeito – receber da Guarda Municipal de Manaus tratamento parecido, ou seja, corrosão nítida e clara da autoridade presidencial.

No campo, estamos vendo o espetáculo das invasões. O Secretário Executivo do Ministério da Reforma Agrária claramente prevarica. Ele diz que, por ser inócua e por julgar antijurídica uma lei que está vigendo, a lei que nasceu da medida provisória do Governo passado que proíbe a avaliação, a desapropriação de terras invadidas, ele não cumpre a lei. E, se não cumpre a lei uma autoridade investida num cargo dessa responsabilidade, ou de qualquer responsabi-

lidade, está praticando o que para mim é claramente prevaricação.

Hoje, na Comissão Parlamentar de Inquérito sobre a violência no campo, perguntava ao Relator – ilustre Deputado – se eles pretendem, em primeiro lugar, cumprir com a lei que está aí; segundo, tem coisa melhor, porque, segundo eles dizem, é inócua, se tem coisa melhor, quando vão apresentar, Senador Osmar Dias, algo que seja mais efetivo ainda para conter as invasões? E se porventura ela é antijurídica, quando vão apresentar algo mais jurídico ainda, que ajude a conter essa explosão das invasões que está desorganizando a economia brasileira para o médio prazo, que está agredindo as perspectivas do agronegócio, que tem sido a sustentação do Governo passado, deste Governo, quando falamos em superávit de balança comercial, quando falamos em economia com perspectivas de diminuir a sua dependência em relação ao exterior? Agridem – e esse é um tiro de metralhadora no pé – o agronegócio; agridem, portanto, a própria perspectiva de êxito do Governo.

Estou pasmo, Sr. Presidente, porque eu próprio me sinto vítima de uma conspiração. Tudo mundo fala em conspiração, o Ministro Márcio Thomaz Bastos fala em conspiração, todo mundo fala em conspiração, Senador Jefferson Péres, sinto-me vítima de uma conspiração. Setores do PT diziam, há pouco tempo, no momento em que vinha à Casa o Presidente Henrique de Campos Meirelles, do Banco Central, que tinham que rever as metas de inflação, que, com essas metas, não dava para crescer. E, por entender que não há incompatibilidade entre crescimento econômico e inflação baixa – quanto mais baixa a inflação, menor o juro; quanto menor o juro, melhor a perspectiva de crescimento econômico –, eu me vi, na televisão, defendendo, eu e o Presidente Henrique Campos Meirelles, contra setores importantes do PT, a manutenção do compromisso com a inflação baixa. Ontem, de novo – sou uma vez mais vítima de um complô –, ligo a televisão e vejo-me. É sempre agradável um homem público saber como ele aparece depois de ter dito o que disse. E fiquei pasmo. Propus algo ousado, audacioso: R\$280,00 de salário mínimo, que significa 16.6% de ganho real para o trabalhador de salário mínimo. Significa um gasto, trocando em miúdos, de R\$8 milhões a mais para os cofres públicos. E percebi-me – e não é surpresa, pela coerência de V. Ex^a, Senador Paulo Paim – superado na minha ousadia por V. Ex^a, que pedia cem dólares, aliados pedindo R\$ 300,00. Eu digo: meu Deus do céu, há alguma coisa errada comigo ou alguma coisa muito errada com este Governo!

O Ministro Palocci diz que não pode dar mais do que R\$256,00. Imagino que uma pedida do Presidente

Lula a essa altura seja: “Palocci, vamos ter que dar um pouco mais, R\$260,00, R\$265,00, qualquer coisa”. E cada real aumentado vai significar R\$200 milhões a mais contra as contas públicas. Proponho R\$40,00 a mais, R\$8 bilhões a mais de gastos, algo que eu dizia que o Governo vai ter coragem para aceitar o desafio que lhe faço, o desafio de remanejar despesas. E, quando vi, apenas me surpreendi superado pelas pedidas que vinham da própria base oficial. Eu, que tenho convicção técnica de que R\$280,00 dá, de que é um sacrifício que o Governo faz e que vale a pena em favor do mercado de consumo brasileiro, a esta altura rendo-me à realidade, que é a do Governo: vou propor o meu destaque de R\$280,00 – não é decisão do meu Partido, mas minha, Senador César Borges, ainda não discuti isso com minha Bancada; minha Bancada pode querer menos ou mais, mas vou defender os R\$280,00 e pretendo apresentar emenda nesse sentido.

Muito bem, aparecendo uma outra opção do Senador Paulo Paim com US\$100.00, vou votá-la, e vou recomendar à minha Bancada que faça o mesmo. Aparecendo uma outra de algum partido da base aliada que proponha R\$300,00, vou votar, mas quero que se registre nos Anais que, como Líder de um partido de Oposição, como o PSDB, tido muitas vezes como irascível, como radical, como sectário – não sou nem irascível nem sectário; radical, talvez sim, por gostar...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Já concluo, de ir à raiz dos problemas –, pensei que eu colocava o Governo diante de um forte dilema e que eu o empurrava contra a parede. Estou pedindo a eles R\$280,00, R\$40,00 a mais. Estou pedindo a eles 16.6% de ganho real para o trabalhador de salário mínimo, e percebi que o Governo talvez possa dar muito mais, porque sua base pede mais. Se sua base pede mais é porque o Governo certamente pode dar mais. Minhas contas devem estar erradas. Se minhas contas estão erradas, vou insistir nas minhas contas, no meu destaque, Senador César Borges, e vou votar a favor de toda e qualquer proposta de majoração do salário mínimo acima da minha. Até porque um Governo que ganhou a eleição com 53 milhões de votos tem o direito de governar, acertando e errando. Portanto, vai arcar com as conseqüências de dar um aumento do salário mínimo acima do que eu julgo, na minha pobreza técnica, seria o máximo possível de se dar. Eu estipulo, Senador Suplicy, R\$280,00, mas voto acima disso, porque não votarei contra o interesse imediato do trabalhador brasileiro, Sr. Presidente.

Muito obrigado. Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A Presidência faz um apelo aos oradores inscritos, porque inúmeros Senadores querem usar a palavra e alguns vão ter que viajar.

Concedo a palavra, como Líder, ao Senador Jefferson Péres. Em seguida, ao Senador José Agripino e, depois, voltamos à lista de oradores.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM. Como Líder. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, peço a V. Ex^a que me alerte quando faltar um minuto, pois quero cumprir o meu tempo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Pois não, Senador.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM. Como Líder. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, meu pronunciamento vai na mesma linha do pronunciamento do Senador Arthur Virgílio, e não combinei nada com S. Ex^a. Creio que estou vocalizando aqui, Srs. Senadores, uma preocupação que ouço não apenas no plenário deste Senado, inclusive de Senadores governistas, mas que ouço nas ruas, que ouço em todos os lugares aonde vou – e tenho contato com pessoas de todas as classes sociais –, para não dizer apreensão, que vai se disseminando na sociedade brasileira em relação à erosão da autoridade.

O movimento que começou travestido de social, mas hoje movimento político, que é o MST, vai numa escalada extremamente preocupante, Senador José Agripino. Ontem ameaçaram – não sei se vão cumprir a ameaça – invadir o Palácio das Princesas. E o líder do MST em Pernambuco confirmou que o Palácio do Governo Pernambucano pode ser invadido. Senador Suplicy, infelizmente não lhe posso conceder aparte.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Pode.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Não, estou falando como Líder. Tenho cinco minutos e vou cumprir rigorosamente. V. Ex^a depois ocupa a tribuna. Restam-me três minutos, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Fizemos um apelo inclusive ao Senador para que ficasse dentro do prazo.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – A medida provisória que está que está em vigor e que o Governo não revoga, segundo o representante do Ministério do Desenvolvimento Agrário, não será cumprida. Não vai simplesmente cumprir a lei, e isso se chama prevaricação. Uma autoridade, representante de um Ministro, diz que não vai cumprir uma lei em vigor; o Movimento diz que vai invadir o Palácio do Governo; não se cumpre, como aconteceu ontem no Pontal de Paranapanema, três decisões judiciais. Onde é que vamos chegar?

O Senador Osmar Dias me dizia, há pouco, que o clima é muito ruim no meio rural do Paraná. Em Paranaguá existe uma fila de caminhões que já ultrapassou Curitiba. São mais de 90 quilômetros de fila. Existe outra fila de caminhões imensa no Rio Grande do Sul; devido à greve dos fiscais federais.

Ontem, um agrupamento de policiais federais, em frente ao Ministério da Justiça, em algumas ocasiões, xingava o Ministro. Segundo soube – não sei se é verdade porque não ouvi –, o Ministro teria sido chamado de uma espécie canina. Se isso não for deterioração da autoridade, não sei mais o que é.

Eu poderia estar aqui tripudiando sobre o Governo, também pedindo queda de juro, pedindo a cabeça do Palocci. Ontem vi o presidente de um partido pedir, depois de da demissão do Ministro Palocci, a demissão do Presidente do Banco Central. E mais, segundo dizem, não sei se é verdade, que estaria querendo nada mais, nada menos do que a Delegacia da Receita Federal em seu Estado, um setor que até aqui, graças a Deus, tem sido blindado pelo Governo. Se começarem a distribuir Delegacias da Receita Federal para os partidos aliados, acabou-se um dos centros de excelência do País.

Ouçõ hoje que cientistas da Embrapa sentem-se extremamente pressionados, porque querem tomar decisões políticas e ideologizadas também nesse centro de excelência do País.

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Sr. Presidente, um minuto a mais e já vou encerrar.

Não estou falando aqui como Senador de oposição, mas como cidadão brasileiro. Nesta marcha, o País vai degradingolar, não sei aonde vai dar, e eu não serei beneficiário disso. Daí a minha preocupação.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem para, muito rapidamente, esclarecer ao nobre Senador Jefferson Péres.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Nobre Senador Eduardo Suplicy, temos diversos Senadores inscritos. Esta Presidência faz um apelo para que cumpramos o horário porque diversos Senadores terão que viajar. Em seguida, V. Ex^a terá a oportunidade: vou à tribuna, V. Ex^a me solicita um aparte e eu lhe darei dentro do meu tempo de cinco ou dez minutos. Fica assegurado este compromisso desta Presidência com V. Ex^a.

De imediato, passo a palavra ao nobre Senador José Agripino que está inscrito como Líder. Fica asse-

gurado o meu compromisso para com V. Ex^a: Dentro do meu tempo, V. Ex^a falará por dez minutos.

O SR. EDUARDO SUPLYCY (Bloco/PT – SP)

– No tempo em que o Senador José Agripino vier à tribuna, eu pararei.

Sr. Presidente, quero apenas esclarecer ao nobre Senador Jefferson Péres que o próprio Coordenador do MST nacional, Sr. Gilmar Mauro, e o Sr. Jaime Amorim, Coordenador em Pernambuco, esclareceram que não há nada de se querer tomar o Palácio, mas apenas um diálogo com o Governador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Concedo a palavra, como Líder, ao nobre Senador José Agripino.

S. Ex^a dispõe de 5 minutos.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN. Como Líder.

Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, minha palavra é rápida, até atendendo a apelos. Quero tratar de um assunto muito importante, que não é novo. Ontem o Copom, por decisão unânime, resolveu baixar 0,25% na taxa de juro Selic. Caiu de 16,25 para 16,0. Pouco, muito pouco, mas melhor do que nada. A reação dos sindicalistas e agentes econômicos foi negativa, e foi no mínimo tímida a atitude do Governo. O Governo diz que é isso que pode fazer no momento.

O que me preocupa, Sr. Presidente, e me traz à tribuna é que se fala seguidamente em taxa Selic de 17% ou 16,25% ou 16%, como se isso fosse a salvação da Pátria, como se baixando a taxa de juros em 0,25% se pudesse reativar o consumo ou levar o benefício direto para o cidadão. Não, porque entre a taxa Selic e a taxa que V. Ex^a, Senador Mão Santa, é submetido quando compra uma geladeira a prazo num **shopping center** ou numa loja, há uma coisa chamada **spread**, e o Governo está-se lixando para o *spread*. O que é o **spread**? É o risco, a diferença entre a taxa que os bancos pagam ao público, que coloca o dinheiro na aplicação – ou o Governo, que compra o dinheiro dos bancos – e a taxa que os bancos cobram quando emprestam dinheiro ao público. É a taxa de intermediação, da qual o Brasil é campeão ou vice-campeão – para ser mais preciso, é vice-campeão no mundo inteiro.

Senador Jefferson Péres, a taxa de *spread* no Brasil, ano passado foi de 44% – a diferença entre o custo do dinheiro tomado pelos bancos de V. Ex^a, que é poupador, ou de mim, que sou poupador de pequenas quantias. Os bancos emprestavam a V. Ex^a para comprar um automóvel ou a mim para comprar uma geladeira e cobravam 44% a mais do que nos pagava pelo dinheiro que estava aplicado na poupança. Era a taxa, no ano passado, mais alta do mundo. Pode-se dizer “ah, mas os países emergentes pagam esse pre-

ço”. Não, senhor. A média do *spread*, dessa diferença de taxa dos países emergentes, é de 4%; a do Brasil é onze vezes maior. Isso é o que interessa fazer. E o que é preciso fazer? Está nas mãos do Governo baixar a taxa para 16,25% ou 16%. Está nas mãos do Governo baixar o *spread*? Está, em grande parte está, em boa medida está, sim. E por que ninguém fala nisso? Se ninguém fala, vou falar e vou começar a falar e a insistir nesse assunto, porque diz respeito ao consumo, à reativação da economia e ao bem-estar, à qualidade de vida do cidadão brasileiro.

Por que o dinheiro é caro? Por que os bancos querem garantir lucro? Sim, os bancos querem garantir lucro. Agora, o dinheiro é caro por algumas razões, e o Governo pode, sim, interferir e resolver a questão. Por exemplo, um produto é caro quando há pouco produto para ofertar e muito comprador. Isso é a lei da oferta e da procura. Há muito dinheiro disponível? Não, há pouco dinheiro. Por que há pouco dinheiro? Porque o Governo obriga que boa parte do dinheiro depositado nos bancos seja depositado no Banco Central no famoso depósito compulsório. O Banco tem R\$1 milhão, mas é obrigado a colocar R\$400 mil como depósito compulsório e fica com R\$600 mil para emprestar. Dispõe dos R\$600 mil para emprestar a quem quer que seja? Não, porque tem uma boa parcela de recursos vinculados para atividade “a”, “b” ou “d”. Então, sobra pouco dinheiro para emprestar. O Governo pode diminuir o depósito compulsório e pode mudar a legislação dos recursos vinculados, aumentando a quantidade de mercadoria disponível, para que o cidadão que compra no **shopping**, na loja o produto ou a mercadoria possa pagar e possa comprar pagando uma taxa de juros muito menor.

Para diminuir o **spread**, pode mexer com o lucro dos bancos? Não. Com o lucro dos bancos não pode. Mas, pode mexer, sim, Senador Papaléo, na questão dos impostos. Nesse caso, entra uma preocupação que tenho sobremaneira.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Os impostos são a parte importante, Sr. Presidente, no componente do *spread* dos bancos. E os impostos são devidos a quem? À União, fundamentalmente. Os jornais de hoje registram a arrecadação recorde do mês de março – 15% a mais na arrecadação do que o previsto. Por quê? É só examinar na declaração da Receita por que cresceu 15%: foi porque cresceram absurdamente as receitas da Cofins e da Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido das empresas e a arrecadação do Imposto de Renda. Pode-se dizer “mas isso já vinha

de muito tempo”. Não, senhor. A CSLL, Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido das Empresas, foi mexida por este Governo. A tabela do Imposto de Renda, por mais que pedíssemos, não foi reajustada. A Cofins contra a qual tanto lutamos produziu esse excesso recorde de arrecadação. Está na hora de cuidarmos. E a medida provisória da Cofins dos Importados está para ser apreciada.

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Em nome do interesse coletivo, temos que tomar uma posição e rever com profundidade, porque esse excesso de arrecadação da Cofins, que é ótimo para os cofres da União, é péssimo para os empregos, porque cada milhão ou bilhão de real arrecadado a mais com a Cofins corresponde a milhares de empregos que não foram gerados ou perdidos pelas empresas, que, tendo de optar entre imposto e emprego, pagaram imposto e demitiram gente.

Essa é a nossa palavra, a nossa preocupação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Passamos às comunicações inadiáveis.

Concedo a palavra, por cinco minutos, ao Senador Mão Santa.

A Presidência faz um apelo, mais uma vez, para que cada Senador respeite o tempo de cinco minutos, como forma de solidariedade àqueles Senadores inscritos, que inclusive me pediram que fosse rígido.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Concedo a palavra ao Senador Sérgio Guerra.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Sr. Presidente, solicito a minha inscrição pelo PSDB para falar depois da Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Será assegurada a inscrição de V. Ex^a logo que chegue à mesa a autorização da liderança.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Sr. Presidente, solicito a inscrição, pela Liderança do PFL, para após a Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – V. Ex^a terá a palavra assegurada em terceiro lugar.

Senador Mão Santa, V. Ex^a dispõe da palavra por cinco minutos.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Paulo Paim, Sr^s e Srs. Senadores, brasileiras e brasileiros que estão presentes e que nos assistem pelo sistema de comunicação do Senado, ao

contrário do que eu disse desta tribuna no passado, Senador Arthur Virgílio, fui atendido no último pleito ao Presidente Lula. Consegui que Sua Excelência acabasse com os treinos dos peladeiros aos sábados.

Realmente foi uma vitória, diminuíram os atendimentos nos hospitais de traumatologia, mas quero confessar o meu respeito ao esporte, rendendo, em nome de todos os Senadores do Piauí, Heráclito Fortes e Alberto Silva, uma homenagem ao maior desportista da história do Piauí, Sr. Pedro Alelaf, falecido recentemente, para quem, nesta Casa, os Senadores do Piauí assinaram um requerimento de voto de pesar, e que foi lembrado por Heráclito Fortes e Alberto Silva, seu contemporâneo e conterrâneo.

Quero manifestar o que sente o Piauí. Senador Heráclito Fortes, V. Ex^a conheceu o extinto, a sua família e o seu trabalho. O Parnaíba Esporte Clube simboliza a vida de Pedro Alelaf. Ele foi seu fundador, seu atleta e seu dirigente por muitos e muitos anos. Ele simboliza, no Piauí, o apreço que toda a humanidade tem aos esportes.

Num plenário deste, Senador Efraim Morais, Cícero dizia: **Mens sana in corpore sano**. Isso traduz a vida de Pedro Alelaf, parnaibano que se dedicou aos esportes e que via no esporte uma escola muito mais forte que a formal, porque no esporte cultivamos aquilo que, sem dúvida alguma, Senador Garibaldi, foi o maior presente de Deus: o nosso corpo. Aprimoramos e fortalecemos o nosso corpo e, sobretudo, aprendemos aquilo que Aristóteles disse “o homem é um animal sociável”. No esporte, aprende-se a conviver, porque ninguém joga sozinho, precisamos de uma equipe; aprendemos a obedecer regras e leis, Tião Viana, e, sobretudo, quando derrotados como na vida, diante de reveses, aprendemos que precisamos mais nos esforçarmos, mais lutarmos para conquistar a vitória.

Apresento a gratidão de todos os piauienses ao exemplo de vida e de amor que foi Pedro Alelaf – recentemente, faleceu sua esposa –, que constituiu uma família em que vários esportistas frutificaram. Um deles é alto funcionário do Senado.

Peço aos nossos pares que aprovelem esse requerimento de pesar à família de Pedro Alelaf, numa homenagem de reconhecimento e de gratidão do Senado, da nossa cidade de Parnaíba e do Piauí.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Mão Santa, encaminhe à Mesa, que daremos procedimento imediato, atendendo sua solicitação.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Com os nossos agradecimentos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Agradecemos ao Senador Mão Santa pela rigidez do horário, porque utilizou exatamente cinco minutos.

Passamos a palavra ao Senador Papaléo Paes, por cinco minutos.

O SR. PAPALÉO PAES (PMDB – AP. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, não faz parte da minha índole reclamar por reclamar. No entanto, não posso deixar de externar a minha insatisfação pela falta de sensibilidade de um agente público, quando questões que estão pendentes devem ser resolvidas a fim de evitar conseqüências maiores e irreparáveis.

Sr^{as} e Srs. Senadores, as Bancadas do Amapá, de Roraima e de Rondônia solicitaram, por meio de ofício, audiência ao Sr. Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, Guido Mantega, para tratar da revisão do Plano de Carreira, bem como da política remuneratória dos servidores e policiais militares dos ex-Territórios Federais.

A referida audiência foi agendada e confirmada pelo gabinete do Ministro para ser realizada na data de hoje, às 15h30. Hoje, dia da audiência, recebemos um comunicado desmarcando-a e, o pior, com a informação de que não existe data e horário previstos para a realização da mesma.

Sr. Presidente, eis aí a total falta de respeito aos representantes que buscam ajudar o Governo a resolver as questões criadas pelo próprio Governo. Atribuo isso a uma total falta de responsabilidade, para não enquadrar em outros entendimentos que poderiam ser piores.

O Brasil precisa mudar. Quando vamos mudar? Será que é só nas campanhas eleitorais ou nos discursos para justificar o injustificável, como temos ouvido ultimamente?

Fica registrada a minha insatisfação, em nome das Bancadas que solicitaram a tão esperada audiência, frisando que, quando marcamos uma audiência com tanta antecedência, como foi o caso, mobilizamos as lideranças interessadas dos nossos Estados, distantes deste centro, que aqui vieram, e às 13 horas recebemos a comunicação de que o Sr. Ministro não poderia receber os membros das Bancadas e suas respectivas lideranças.

Isso é muito sério, é resultado das ações de Governo, principalmente de muitos ministros, o que traz conseqüências negativas à imagem do Presidente da República, que já está abalada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A Mesa agradece o cumprimento do horário.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Sr. Presidente, peço a palavra como Líder do meu Partido.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Concedo a palavra ao Senador Magno Malta, como Líder, por cinco minutos.

A Mesa faz a V. Ex^a o mesmo apelo que fez aos demais oradores: que cumpra o tempo a fim de que todos possam fazer uso da palavra.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, são muitos os assuntos, mas o tempo, infelizmente, é nosso inimigo.

Inicialmente, quero render minha homenagem ao Dr. José Roberto Santoro, Subprocurador da República, que está sendo exposto publicamente de forma desnecessária. O Subprocurador José Roberto Santoro vem agindo com dignidade ao longo de sua vida, e é meu dever fazer este registro.

O Dr. José Roberto Santoro nos assessorou, por três anos, na CPI do Narcotráfico. No caso do Acre, de Hildebrando Pascoal e sua quadrilha, como Presidente daquela Comissão, eu, pessoalmente, encaminhei ofício ao Dr. Geraldo Brindeiro solicitando que deslocasse o Dr. Santoro e o colocasse no caso. Quero que o Brasil saiba que, não fosse esse Subprocurador, substituindo outra grande gigante, o Dr. Luiz Francisco, nesse caso, não teríamos chegado a lugar nenhum.

O Dr. José Roberto Santoro fez parte de uma missão especial no Espírito Santo, Estado que foi escravo do crime organizado por doze anos. O Espírito Santo é bonito e rico. Do ponto de vista turístico, é o segredo mais bem guardado do Brasil. Ninguém conhece nosso potencial turístico, porque ficamos conhecidos e expostos na mídia apenas nas páginas policiais, pois o crime organizado se institucionalizou no meu Estado.

Com base no relatório da CPI do Narcotráfico, soubemos que, dos 864 indiciados pela CPI, 10% eram do meu Estado. Sob o comando do Dr. José Roberto Santoro, ferimos de morte o crime organizado no Espírito Santo. Por isso, por dever, tenho de defendê-lo.

Não fizeram bem em expor Santoro. O Ministério Público arranhou-se; atirou no próprio pé. Se algo estava errado no comportamento de Santoro, deveriam tratar o assunto internamente. Para isso há a Corregedoria, e ele não fez nada de mais. Qualquer homem que investiga já fez mil vezes o que ele fez. O escroque que estava do outro lado da linha não falou uma só vez, como se estivesse gravando a mando de alguém.

Olhando para as câmeras, quero dizer à família do Dr. José Roberto Santoro, filhos e esposa, que não entendo alguém colocar sua vida em risco, fazer um trabalho digno e receber isso como pagamento. Tentar atingir Roberto Santoro é a mesma coisa que fazer um ato de desagravo ao crime organizado, é aplaudir o crime organizado. Não tenho procuração, Senador Arthur Virgílio, mas tenho o dever. V. Ex^a me acompanhou na Câmara, fomos companheiros. A CPI

do Narcotráfico, nos casos mais graves, contou com José Roberto Santoro.

O meu Estado está de luto, porque tiraram José Roberto Santoro de lá, tiraram os processos do crime organizado das mãos dele. Agora o crime organizado está fazendo festa, e todos nós estamos à mercê. Eu digo isso porque no Espírito Santo, que é um pequeno Estado, há cinco anos eu ando com a Polícia Federal guardando as minhas costas e da minha família.

Receba, Dr. José Roberto Santoro, a minha fala como um desagravo e como alguém que reverencia a sua determinação e a sua coragem. Lembro-me que diziam que o Dr. Luiz Francisco era o braço do PT dentro do Ministério Público, que tanto se beneficiou da coragem e do destemor de Luiz Francisco. Agora, José Roberto Santoro é o homem do PSDB. Ora, graças a Deus, porque o cara já fez tanto, que essas ilações não colam.

Sr. Presidente, era para ter feito esse registro há mais tempo, mas só agora tive a oportunidade de fazê-lo, por dever, porque, como brasileiro, como cidadão do Estado do Espírito Santo, todos nós devemos a José Roberto Santoro.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Tem V. Ex^a a palavra.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu queria registrar a presença, neste plenário, de um ex-Senador que sempre será um Senador na galeria dos melhores que a República já produziu. Ministro do Planejamento no Governo Itamar Franco, Vice-Governador e, portanto, por várias vezes governador interino do Ceará, empresário e sobretudo um grande brasileiro. Eu me refiro, V. Ex^a já percebeu, com a acuidade que o caracteriza, que eu me refiro a esta grande figura humana, política, que dá imensa honra ao meu Partido de pertencer aos seus quadros, mas tenho certeza de que orgulhece a política brasileira como um todo: Senador, Governador, Vice-Governador, Ministro Beni Veras.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A Presidência cumprimenta o ex-Ministro, ex-Senador e ex-Governador Beni Veras.

Jamais vou esquecer, Senador Beni veras, o artigo que V. Ex^a escreveu, publicado nos principais do País, intitulado “A luta de um homem só”, que era a nossa luta pelo salário mínimo. E V. Ex^a fez uma homenagem ao nosso trabalho. Parabéns a V. Ex^a. É uma alegria recebê-lo aqui no plenário.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PPS – RR)

– Gostaria de me inscrever para falar como Líder, após o Senador João Ribeiro.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Será assegurada a palavra a V. Ex^a.

Com a palavra o Senador João Ribeiro, para uma comunicação inadiável.

O SR. JOÃO RIBEIRO (PFL – TO. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o que me traz a à tribuna na tarde de hoje é a minha preocupação com os garimpeiros de Serra Pelada, que estão acampados na cidade de Araguaína, às margens da BR-153, desde o dia 2 de abril, aguardando as providências do Governo Federal.

Tenho em mão um fax que a Prefeita Valdez Castelo Branco Martins, da cidade de Araguaína, enviou ao Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Pessoalmente, Sr. Presidente, fiz contato com o Palácio do Planalto, com o Ministro Aldo Rebelo, que tem me atendido muito bem, com sua assessoria e com outros setores do Governo.

Sr. Presidente, preocupam-me as reivindicações dos garimpeiros de Serra Pelada. Quero deixar bem claro que os problemas lá ocorridos não são de responsabilidade do atual Governo. Eles ocorrem desde o regime militar. Fui delegado do Sindicato Nacional dos Garimpeiros e 2^o tesoureiro da Cooperativa dos Garimpeiros de Serra Pelada e tenho acompanhado a luta desses brasileiros, verdadeiros bandeirantes, que muitas vezes deixam a família e partem para a selva à procura de melhoria das condições de vida, na busca do sustento da família. Conheço muito bem a história de Serra Pelada, porque convivi com esses garimpeiros durante quase toda a minha vida pública. Neste momento em que o Brasil todo clama por emprego, apelo ao Presidente Lula para que determine a ida de alguém do Ministério de Minas e Energia à cidade de Araguaína para negociar com os garimpeiros, porque eles já paralisaram a rodovia Belém–Brasília por duas vezes. Na terça-feira passada, pedi a eles que não bloqueassem a única via de acesso à região Norte, principalmente em respeito à Semana Santa, comemorada em todo o mundo. Se assim agissem, com certeza, eles seriam repudiados pela população de Araguaína e por toda a região Norte. Eles atenderam ao nosso apelo. No entanto, a Prefeita Valdez está preocupada porque ontem houve um contato do Ministério das Minas e Energia, mas em nada resultou. Assim, por meio dos Líderes governistas desta Casa, peço que a Ministra Dilma Rousseff entre em contato com associações, sindicatos dos garimpeiros daquela região, cerca de mil homens. Os garimpeiros, repi-

to, já paralisaram a rodovia por duas vezes; disseram ontem que, se houver novo bloqueio da rodovia, não sairão mais de lá enquanto não houver solução para os seus problemas.

Sr. Presidente, eles estão reivindicando muito pouco: requerem a aprovação do estatuto do garimpeiro, em tramitação no Congresso Nacional; o recadastramento nacional dos garimpeiros, sobretudo dos garimpeiros de Serra Pelada; e o pagamento do dinheiro por eles depositados na Caixa Econômica Federal, aquele dinheiro do paládio, da sobra de ouro, que todos nós e o Brasil conhecemos.

É importante que o Governo forme uma comissão para resolver definitivamente essa questão. Não é possível tantos brasileiros ficarem aguardando durante tanto tempo como estão os garimpeiros de Serra Pelada. Peço à Senadora Ana Júlia e aos demais Senadores do Pará, aos Líderes paraenses, aos homens e mulheres que comandam este País para que apelem ao Presidente Lula no sentido de que Sua Excelência determine à Ministra Dilma Rousseff o envio de uma missão à cidade de Araguaína. Do contrário, repito, os garimpeiros novamente ocuparão a rodovia e de lá não sairão até a resolução dos seus problemas.

Sr. Presidente, deixo aqui o meu pedido e o meu alerta.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Concedo a palavra ao Senador Mozarildo Cavalcanti, como Líder, por cinco minutos.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PPS – RR. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, os ex-territórios federais que foram transformados em Estados ou extintos, como é o caso do Território de Fernando de Noronha, tem um quadro de funcionários em extinção, ou seja, ninguém mais é admitido, e os atuais funcionários só saem por aposentaria ou morte.

Esses funcionários têm sido sistematicamente injustiçados no plano de promoção, de classificação e acesso. Agora, quando o Governo se prepara para dar aumento aos servidores federais, eles não terão direito a esse benefício. Por isso a Bancada dos Estados de Rondônia, Acre, Amapá e Roraima solicitou ao Ministro Guido Mantega uma audiência para tratar desse assunto e levar-lhe nossas preocupações. O Governador de Roraima também nos acompanharia nessa audiência.

Sr. Presidente, uma vez que o Ministro cancelou a audiência, solicito de público ao Presidente da República que determine, por uma questão de justiça, a inclusão dos funcionários dos ex-territórios federais, especificamente dos funcionários do ex-território fede-

ral de Roraima. O valor do aumento não é muito alto, mas, se não for concedido aos ex-territórios, será zero, significando injustiça total.

Reitero essa solicitação ao Presidente da República, ao mesmo tempo em que peço ao Ministro Guido Mantega que observe alguns detalhes. O quadro de funcionários é pequeno, formado por pessoas muito mais próximas da aposentadoria do que em início de carreira; ninguém é mais admitido no quadro e, portanto, não haverá aumento significativo de despesa. Pleiteio apenas o reconhecimento pelos serviços prestados aos ex-territórios e pelos serviços que estão prestando aos Estados, porque eles foram cedidos pela União para os Estados ou estão redistribuídos.

Não é possível que um Governo como o do Presidente Lula permita que se faça uma injustiça como essa, de deixar fora do aumento que se pretende dar ao funcionalismo federal os funcionários dos ex-territórios federais.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Concedo a palavra ao Senador Garibaldi Alves Filho, por até vinte minutos.

Se V. Ex^a puder, apelo para que reduza o tempo do discurso.

Em seguida, passaremos à Ordem do Dia.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, em virtude da limitação do tempo, vou deixar de ler o texto escrito e vou encaminhá-lo à Mesa, para ser publicado, na íntegra.

Pleiteio nesta tribuna que nos voltemos para o problema do desemprego. Há pouco ouvimos os oradores que se sucederam na tribuna pedindo um salário mínimo maior, um salário mínimo mais condizente com as necessidades do trabalhador brasileiro. É preciso que se saiba – e é claro que nós sabemos disso –, é preciso que se alerte para o fato de que milhares e milhares de brasileiros nem salário mínimo ganham porque estão desempregados. A economia do nosso País precisa ser impulsionada, de modo a absorver esses desempregados.

Assim, é preciso investir naqueles setores que melhor poderão dar resposta ao problema do desemprego. Ninguém pode errar, principalmente o Governo. O Governo não pode errar. Não se trata, como dizia aquele ex-Presidente, de considerar que o Governo tem uma bala só na agulha. O Governo não pode, de maneira nenhuma, deixar de investir num setor como o turismo. Esse é o setor que hoje mais emprega no Nordeste. Eu fui Governador de um Estado do Nordeste, Mão Santa foi Governador de outro, Tasso Jereissati

governou o seu Estado por três vezes, e todos nós sabemos que o turismo está trazendo um novo alento para a economia da nossa região.

Vou dar um exemplo do Rio Grande do Norte, o meu Estado. O número de empregos na rede hoteleira, por exemplo, cresceu 89%, de 1995 a 2000. No mesmo período, o número de turistas que visitou o Estado anualmente subiu de 500 mil para 1,2 milhão. Por isso é inconcebível que um programa que tem o apoio do Bird, o Prodetur, demore tanto a ser consolidado e só seja assinado agora, depois de quatro anos de negociações. A propósito, nós, Governadores que deixamos os nossos cargos nos anos de 2002 e 2003, deveríamos ter assinado o Prodetur 2, e não o assinamos.

Sr. Presidente, não se faz e não se incentiva o turismo apenas com dólares, com euros; pode-se incentivá-lo com reais. É o que o Governo Federal deve fazer e, justiça seja feita, está começando a fazer, com o Programa de Regionalização do Turismo, que sucede o Programa da Municipalização, que, em oito anos, capacitou profissionais em mil e quinhentos Municípios. O novo programa, partindo da mobilização municipal já implantada, propõe o desenvolvimento regionalizado da atividade turística no Brasil. Segue-se, dessa forma, a orientação da Organização Mundial do Turismo, que tem dado excelentes resultados em outros países.

Com a iniciativa, Sr. Presidente, procura-se estruturar e diversificar a oferta turística brasileira, ordenando os produtos em roteiros, de forma a valorizar a diversidade regional do País. Destaca-se na execução do programa o papel dos fóruns estaduais de turismo, que têm fundamental importância no processo de descentralização das atividades turísticas, uma vez que são responsáveis pela formulação das estratégias de planejamento e gestão. O Governo Federal já destinou R\$20 milhões, a serem utilizados no primeiro semestre de 2004. Mas é preciso investir mais, muito mais, para que possam ser realizadas as oficinas de planejamento turístico. Por meio dessas atividades, pretende-se capacitar profissionais nos Municípios que integrarão o programa. Portanto, Sr. Presidente, quero chamar a atenção para a importância do turismo na Região Nordeste e no Brasil, embora disso todos nós já estejamos convencidos. Mas não adianta só o convencimento; é preciso investir, Sr. Presidente; é preciso não apenas acreditar, mas investir, para que possamos combater as desigualdades regionais. Um programa como este – de regionalização do turismo – vai combater, sim, as desigualdades regionais.

Por isso, Sr. Presidente, para combater o desemprego aí está uma solução, aí está uma alternativa: vamos investir no turismo. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SEGUE, NA INTEGRA, DISCURSO DO SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, sabemos que o desemprego ocupa o primeiro lugar nas pesquisas sobre as principais preocupações dos cidadãos brasileiros. Da mesma forma, as políticas de geração de novos postos de trabalho encontram-se presentes em todas as plataformas eleitorais e planos de governo nos últimos anos no Brasil. Ou seja, toda a sociedade brasileira se mobiliza em torno da questão da retomada do crescimento econômico e da construção de alternativas de geração de renda para movimentar a economia brasileira, elevar os níveis de consumo da população e gerar bem-estar e qualidade de vida. O problema, então, consiste, primeiramente, em identificar os setores capazes de produzir respostas rápidas aos investimentos, para, em seguida, implementar as políticas públicas adequadas.

Como cidadão do Nordeste, Sr. Presidente, sempre percebi muito claramente a importância que tem o turismo no contexto das políticas de geração de emprego e renda. Afinal, essa região – que possui uma área de 1,5 milhão de quilômetros quadrados, sendo maior do que a superfície total da Alemanha, França, Itália e Reino Unido juntos – já é o destino preferencial do turismo doméstico. Na condição de Governador do Estado do Rio Grande do Norte, procurei desenvolver uma série de políticas de fomento ao turismo, obtendo excelentes resultados. O número de empregos na rede hoteleira, por exemplo, cresceu 89% de 1995 a 2000. No mesmo período, o número de turistas que visitavam o Estado anualmente subiu de 500 mil para 1,2 milhão. O impacto do crescimento do número de turistas na economia local, e conseqüentemente na geração de empregos e na elevação da qualidade de vida da população, é muito significativo.

Sr. Presidente, o Brasil vem, aos poucos, despertando para a importância desse setor, mas ainda há muito a explorar, considerando o patrimônio natural, cultural e artístico que possuímos. Para que belas paisagens, praias maravilhosas, festas tradicionais e patrimônio histórico e artístico se tornem produtos turísticos, é necessário planejamento, além de investimento e gestão competente de políticas públicas. Nesse sentido, devemos acompanhar a tendência internacional de investir fortemente na promoção de roteiros regionais e, também, no aperfeiçoamento da infra-estrutura das áreas de interesse turístico.

Afinal, a chamada indústria sem fumaça representa uma das atividades econômicas que mais crescem no mundo: segundo estimativas da Organização Mundial do Turismo, o setor já emprega cerca de 260

milhões de pessoas, o que corresponde a aproximadamente 10% da força de trabalho global.

Consciente da importância econômica e social do setor, o Governo Federal tomou a acertada decisão de aperfeiçoar iniciativas voltadas para a regionalização do turismo no Brasil. O Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil, implementado pelo Governo do Presidente Lula, por exemplo, dá continuidade ao Programa Nacional de Municipalização do Turismo, que, em 8 anos, capacitou profissionais em 1.500 municípios. Assim, o novo programa, partindo da mobilização municipal já implantada, propõe o desenvolvimento regionalizado da atividade turística no Brasil. Segue-se, dessa forma, a orientação da Organização Mundial do Turismo, que tem obtido excelentes resultados em outros países.

Com a iniciativa, Sr. Presidente, procura-se estruturar e diversificar a oferta turística brasileira, ordenando os produtos em roteiros, de forma a valorizar a diversidade regional do País. Destaca-se, na execução do programa, o papel dos fóruns estaduais de turismo, que têm fundamental importância no processo de descentralização das atividades turísticas, uma vez que são responsáveis pela formulação das estratégias de planejamento e gestão. O Governo Federal já destinou R\$20 milhões, para serem utilizados no primeiro semestre de 2004, na realização de oficinas de planejamento. Por meio dessas atividades, pretende-se capacitar profissionais nos municípios que integrarão o Programa.

É preciso reconhecer a importância dessa iniciativa do Governo Federal, que, segundo o ministro Walfrido Mares Guia, representa uma verdadeira revolução do turismo brasileiro. O programa tem três vertentes principais: identificar o potencial das regiões, qualificar mão-de-obra e fazer obras físicas. O programa prevê, também, a destinação de recursos para promoção dos produtos turísticos. As prioridades serão definidas pelos estados e os recursos serão repassados pelo Ministério.

Esperamos, Sr. Presidente, que essa nova iniciativa possa contribuir para gerar o desenvolvimento econômico e social de que nosso País tanto precisa. Além disso, com o Programa de Regionalização do Turismo, o Governo passa a dispor de mais uma importante ferramenta para o combate às profundas desigualdades regionais que marcam o Brasil. O Nordeste – que, embora privilegiado pela natureza, precisa de maiores aportes de recursos do Governo Federal para o fomento ao turismo – espera ansiosamente que o Programa marque o início de uma fase de desenvolvimento e prosperidade.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– A Mesa agradece a V. Ex^a e chama, com a maior brevidade, a Senadora Ana Júlia Carepa, a quem faz apelo para que se pronuncie em no máximo 10 minutos, se possível, entendendo que o Senador Osmar Dias se encontra presente e está meio impaciente para fazer uso da palavra.

V. Ex^a tem a palavra, Senadora.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA.

Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, eu quero fazer um registro para a população que nos assiste e nos ouve. O Governo Lula tem, neste curto período de um ano e quatro meses, impulsionado uma mudança de prioridade nos investimentos públicos, marcada pelo direcionamento, por exemplo, dos fundos públicos para ações estruturais em setores durante muito tempo negligenciados, mas que são de fundamental importância para a grande maioria da população. Um exemplo disso é o setor de saneamento básico e abastecimento de água.

Gostaria de trazer à baila o caso do meu Estado, o Pará, que entre 1998 e 2002, ou seja, no segundo mandato do Presidente Fernando Henrique Cardoso, recebeu recursos oriundos de empréstimos do FGTS, o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço. Nesses quatro anos, de 1998 a 2002, foi repassado o valor de R\$74.940.625,68 (setenta e quatro milhões, novecentos e quarenta mil, seiscentos e vinte e cinco reais e sessenta e oito centavos), pela Caixa Econômica Federal. O Governador do Pará, na época, era do PSDB, partido do então Presidente da República, e o atual Governador também é do PSDB.

Para se ter uma idéia do que significa a diferença entre as prioridades desses Governos, somente nos dias 29 e 30 de dezembro de 2003, o Governo Lula assinou contratos com vários Estados, inclusive com o Governo do Estado do Pará, por meio da Companhia de Saneamento do Pará, a Cosanpa, que é do Estado, permitindo a obtenção de empréstimo no valor de R\$81.000.000,00 (oitenta e um milhões de reais). Ou seja, em um ano e quatro meses já abrimos possibilidade – a Cosanpa precisa fazer os projetos, ela tem um período para isso –, para o Pará, Estado cujo Governador não é do Partido dos Trabalhadores, é do PSDB, ter mais recursos do que nos quatro anos em que o Presidente da República era do PSDB. Portanto, o Estado poderá receber mais recursos para saneamento do que todo o recebido no segundo mandato do Governo anterior.

Sr^{as} e Srs. Senadores, esses recursos destinam-se às seguintes obras:

1. Complementação da rede coletora convencional de esgoto dos bairros Bengui, em Belém, Sideral, Coqueiro e Jaderlândia, com capacidade de beneficiar uma população estimada em 150 mil habitantes no Municípios de Belém e Ananindeua, e o valor do financiamento é da ordem de R\$ 5,4 milhões;

2. ampliação e melhoria do Sistema de Abastecimento de Água, com capacidade de beneficiar uma população estimada em 250.895 habitantes, no Município de Belém, orçada em R\$5,4 milhões;

3. ampliação do sistema de captação de água no Rio Guamá, que banha a capital do Pará, a nossa querida Belém, com empréstimo no valor de R\$9 milhões;

4. conclusão da Estação de Tratamento de Água do Lago Bolonha, principal manancial de captação de água para Belém, para o que é destinado R\$35,1 milhões;

5. ampliação e melhoria do Sistema de Abastecimento de Água, com capacidade de beneficiar 40 mil habitantes, no Município de Marabá, com um financiamento de R\$4,5 milhões, convênio esse já assinado no Município de Marabá, no mês passado, com o Governador do Estado, com a Prefeitura e com Superintendentes da Caixa Econômica Federal no Pará;

6. ampliação e melhoria do Sistema de Abastecimento de Água no Município de Castanhal, que fica a 70 quilômetros de Belém, com dotação de R\$5,4 milhões;

7. ampliação e melhoria do Sistema de Abastecimento de Água, com capacidade de beneficiar 171.431 habitantes, no Município de Santarém, com um valor de financiamento da ordem de R\$13,5 milhões, convênio esse que provavelmente será assinado amanhã, no Município de Santarém – não sei se poderei participar, mas gostaria muito de estar presente;

8. finalmente, ações para elevar a eficiência do Sistema de Abastecimento de Água das cidades de Ananindeua, Belém, Castanhal, Marabá e Santarém, destinando-se para tanto R\$13,5 milhões.

Assinados os contratos, o Governo do Estado terá seis meses – portanto, até junho de 2004 – para a apresentação dos projetos na Caixa Econômica Federal, permitindo o início da liberação do dinheiro. O prazo de carência para o início dos pagamentos estende-se de abril a outubro de 2005, conforme o contrato, com

juros anuais de 8%, sendo que, no caso do empréstimo destinado especificamente à rede de esgoto em Belém, essa taxa cai para 6,5% ao ano.

Todos os Municípios e Estados brasileiros brigam para ter recursos do FGTS, porque estes são absolutamente subsidiados. Mas todos sabem que esses recursos são administrados pela Caixa Econômica Federal e que a sua liberação depende de vontade política. Aqui todos sabemos disso.

Com iniciativas como essa, o Governo Federal busca exatamente resgatar a enorme dívida social com uma grande parte da população excluída do saneamento básico e do abastecimento de água potável, tendo como conseqüência a abertura de postos de trabalho nas obras públicas, melhora nos índices de qualidade de vida da população e diminuição dos gastos com atendimento médico na rede pública de saúde em razão de doenças causadas pela falta e/ou deficiência no saneamento e abastecimento de água. A cada R\$1,00 investido em saneamento, economizamos R\$4,00, pelo menos, na área da saúde. Além disso, estamos gerando emprego, porque R\$81 milhões em obras, graças a Deus, vão gerar muitos postos de emprego, com certeza.

Faço esse registro, que penso ser muito importante, porque, de modo geral, tem-se falado que o nosso Estado tem sido discriminado em termos de recursos. O que vemos é exatamente o contrário. Está aqui a prova mais cabal disso.

O Sr. Duciomar Costa (Bloco/PTB – PA) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Sr. Presidente, estou falando pela Liderança ou estou inscrita como oradora?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – V. Ex^a está inscrita como oradora. Mas fizemos um apelo para que todos falassem dez minutos, para, depois do discurso do Senador Osmar Dias, iniciarmos a Ordem do Dia. O apelo fica registrado. O Senador Osmar Dias é o próximo inscrito, e, em seguida, passaremos à Ordem do Dia.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Vou fazer o seguinte: por ser do meu Estado o Senador Duciomar Costa, concederei o aparte a S. Ex^a, mas peço que seja breve, para atender ao pedido do Presidente Paulo Paim.

O Sr. Duciomar Costa (Bloco/PTB – PA) – Senadora Ana Júlia, quero apenas me somar ao pronunciamento de V. Ex^a, para que, realmente, esses recursos sejam destinados ao Estado do Pará. A população paraense está esperando que todos nós – principalmente V. Ex^a, Senadora pelo PT, e também eu, que estou dando apoio ao Governo Federal – mobilizemo-nos no

sentido de que o Pará seja contemplado com recursos. Realmente, o Pará vem sendo bastante penalizado, principalmente com a interrupção de obras importantes, como, por exemplo, o Projeto Luz no Campo, o Projeto Alvorada e muitos outros que estavam sendo desenvolvidos no nosso Estado. Lamentavelmente, esses projetos foram paralisados, não se dando continuidade a essas obras e trazendo, dessa forma, à população do Pará um prejuízo muito grande. Espero que o Governo dê ao povo do Pará os investimentos que o nosso Estado merece.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Obrigada, Senador Duciomar Costa, pelo seu aparte. Quero apenas corrigi-lo, porque o convênio já está assinado. Nós os estamos assinando em cada Município e aguardando que a Cosanpa mande os projetos para que os recursos sejam liberados. A Cosanpa está agindo dentro dos prazos legais.

Estou fazendo o registro de que já liberamos R\$81 milhões para saneamento e abastecimento de água para o Estado do Pará, mais recursos do que os recebidos nos quatro anos do segundo mandato do Governo do PSDB. Um Governo que é do PT, do Presidente Lula, mostra que não discrimina Estado nenhum.

Aliás, quero registrar que o Luz para Todos – e o Senador Rodolpho Tourinho é testemunha, até porque é um dos padrinhos desse projeto – será muito mais amplo e muito melhor do que o Luz no Campo e beneficiará, com certeza, milhões de paraenses, com uma diferença: eles pagarão apenas a conta. No Luz no Campo, eles pagavam a infra-estrutura.

Como eu me comprometi com o Senador Paulo Paim, gostaria apenas de fazer um registro e deixar como lido o meu pronunciamento, para não usar todo o tempo.

Hoje, ouvi falar muito do MST, mas penso que muitas coisas poderiam ser diferentes se não houvesse a impunidade. No sábado, completam-se oito anos de impunidade do massacre de Eldorado dos Carajás, em que 19 trabalhadores foram assassinados. Muitos deles, como foi comprovado pelo Instituto Médico Legal do Estado do Pará, foram executados durante o mandato do ex-Governador Almir Gabriel. Infelizmente, ninguém está preso. Dezenove pessoas foram assassinadas, e os culpados estão em liberdade. A impunidade é a mãe da violência, é a maior incentivadora da violência. Talvez não existisse a situação atual se crimes como esse não estivessem impunes. No ano passado, oito pessoas foram mortas em São Félix do Araguaia, no Pará. Quanto mais impunidade, mais violência. Colocaremos fim à violência quando também colocarmos fim à impunidade.

Sr. Presidente, peço que seja dado como lido o restante do meu discurso e agradeço a oportunidade de esclarecer ao Pará onde está cada centavo dos R\$81 milhões para saneamento e abastecimento de água que o Governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, do PT, repassou para o Governo do Pará, do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – V. Ex^a será atendida.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (Bloco/PSB – AC) – Sr. Presidente, peço a palavra pela Liderança do PSB, antes ou após a Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A palavra será concedida a V. Ex^a logo após a fala do Senador Osmar Dias.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (Bloco/PSB – AC) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Com a palavra, o Senador Osmar Dias, como último orador inscrito.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, pena que não seja possível ampliar esta foto para que o Brasil possa vê-la. Trata-se de foto publicada no jornal **O Estado de S.Paulo**, e não foi tirada nem na Rocinha nem no Iraque, mas na sede de uma fazenda, onde o proprietário construiu um verdadeiro **bunker**, uma trincheira, a fim de poder continuar morando em sua residência, que, segundo o jornal, teve suas janelas estilhaçadas por balas. O proprietário vive amedrontado dentro da sua propriedade, considerada produtiva pelo Incra.

O pior, Sr. Presidente, é que esta foto é o retrato do desrespeito – não do MST, porque ele está fazendo aquilo que compete ao movimento, e estimulado pelo Governo –, desrespeito para com o setor produtivo, para com os produtores. O desrespeito à Constituição não parte em primeiro lugar do MST, mas do Governo, quando praticamente revoga a medida provisória, editada no Governo Fernando Henrique Cardoso, que determinava que áreas invadidas não seriam objeto de processo desapropriatório.

O Presidente do Incra, de forma irresponsável – porque é uma autoridade pública –, afirma que a medida provisória não vale, apesar de ter sido considerada constitucional pelo Supremo Tribunal Federal. Tem ele mais poder de julgar constitucional ou não a medida provisória do que aquele Tribunal? Ele se julga acima da lei para dizer que a medida provisória não vale? É um desrespeito à Constituição, ao Estado de Direito.

As pessoas não podem mais viver tranquilas nas suas propriedades, nas suas casas, pois estão ame-

drontadas pelo MST, que está, sim, sendo estimulado pelo Governo. Não adianta negar. O Governo faz cara de paisagem, enquanto o campo está em polvorosa. Um caos de insegurança toma conta hoje dos produtores rurais.

E não adianta fazer discurso de homenagem aos produtores rurais, dizendo que eles foram responsáveis pelo superávit da balança comercial, que o agronegócio brasileiro segurou os índices de desemprego. Não adianta fazer discurso de homenagem e ter atitudes irresponsáveis como a do Presidente do Incra, endossada pelo Ministro do Desenvolvimento Agrário, Miguel Rosseto. Aliás, uma atitude irresponsável e criminosa, que estimula o MST a fazer invasões a todo vapor – foram 102 invasões nesse período de governo. É um desrespeito aos produtores e à sociedade, porque quem não respeita o Estado de Direito está desrespeitando a Constituição e a sociedade.

Sr. Presidente, esta foto é o retrato da destruição da autoridade do Governo. O Governo está permitindo que a sua autoridade seja destruída todos os dias. Quando V. Ex^a vai à tribuna e cobra o cumprimento do acordo para que se vote a PEC nº 77, em outras palavras, V. Ex^a está avisando o Governo: ou cumpre a palavra, ou perde a autoridade. O Governo está perdendo sua autoridade com cada atitude irresponsável que pratica. Quando não cumpre o acordo para votar a PEC nº 77, está destruindo a autoridade. Quando permite as invasões e não garante a reintegração de posse, está destruindo sua autoridade.

Chegamos ao cúmulo de ver fazendas produtivas serem invadidas no Rio Grande do Sul, Estado do Senador Sérgio Zambiasi, do Senador Pedro Simon e de V. Ex^a, Senador Paulo Paim. Agradeço-lhe, aliás, a oportunidade de estar falando neste momento, já que V. Ex^a concedeu-me a sua vez.

Diz o jornal que foi invadida uma fazenda produtiva de 360 hectares, com 345 cabeças de gado e uma plantação de soja, a Fazenda Bom Sossego. “O Coordenador do MST Nilton Lima, responsável pela invasão, informou que pouco importa o fato de a área ser produtiva”.

Vejam a que ponto está chegando o País! É uma verdadeira bagunça, que o Governo do Presidente Lula está patrocinando.

Disse o Coordenador do MST: “Se a terra é produtiva, que o governo a compre para assentamento”.

Aonde vamos chegar, Senador Ramez Tebet? Para onde estamos caminhando? Era essa a mudança

que prometeram para o País? Queriam mudar o País para subverter a ordem, para desrespeitar a Constituição, desrespeitar acordos, desrespeitar o cidadão, desonrar palavras e compromissos?

Senador Ramez Tebet, concedo um aparte a V. Ex^a, até para que eu possa tomar um copo d’água.

O Sr. Ramez Tebet (PMDB – MS) – V. Ex^a pode saber que meu aparte vale muito mais do que isso, dado o apreço que dispense a V. Ex^a.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Não quis dizer isso; quis dizer da minha indignação, Senador Ramez Tebet.

O Sr. Ramez Tebet (PMDB – MS) – Tudo é brincadeira, Senador. Somos muito amigos, mas a minha interferência não é pela amizade, é pelo respeito que tenho não só pelo pronunciamento de V. Ex^a, como também pelos posicionamentos sempre firmes que tem no Senado. Essa é uma matéria que V. Ex^a conhece muito bem, pois vem de um Estado que está sendo agredido violentamente por essas invasões, assim como eu tenho minha origem no Estado de Mato Grosso do Sul, que sofre tremendamente com o mesmo problema. E, agora, o que estamos observando, e V. Ex^a salienta, é que o princípio da autoridade está arrasado. Quer dizer, há um desafio, um deslante, por parte do Movimento, desafiando as autoridades constituídas, desafiando o setor produtivo do País, desrespeitando a legislação. Como V. Ex^a disse, não interessa mais saber se é terra produtiva ou improdutiva. Senador Osmar Dias, V. Ex^a está refletindo não só o seu pensamento como representante do Estado do Paraná. V. Ex^a falou olhando para o Rio Grande do Sul, um grande Estado produtor, a exemplo do seu. E Mato Grosso do Sul tem sofrido também, e a nossa luta tem sido intensa. Porém, o que está chocante é que esse problema chegou a um determinado ponto que colocou em risco a ordem constituída no País. Temos que ser francos. Está na hora de colocarmos um basta nessa situação, e que esse basta seja feito dentro da ordem, que se faça cumprir a lei. O que não pode é que duas ou três pessoas façam pronunciamentos desafiando as autoridades constituídas do País, desafiando os Poderes Executivo, Judiciário e Legislativo. Senador Osmar Dias, cada vez cresce mais a minha admiração por V. Ex^a.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Obrigado, Senador Ramez Tebet. V. Ex^a talvez não avalie o quanto foi importante o seu aparte, porque se encaixou na minha indignação. Quando eu disse que precisava tomar um

pouco de água, era de tanta indignação, que me secou a garganta, em função do que vem ocorrendo no meu Estado. Lá parece que não há lei, e as coisas que eu e as pessoas que conversam comigo enxergam são diferentes daquelas que constam em matérias pagas nos jornais.

O nosso porto é o mais eficiente do Brasil e, no entanto, há uma fila de 120 caminhões. Os caminhoneiros reclamam que estão abandonados à própria sorte.

V. Ex^a, Senador Ramez Tebet, tem sido aqui sempre uma voz de prudência, alertando o Governo. O Partido de V. Ex^a apóia o Governo, mas V. Ex^a faz aquilo que deve fazer quem quer apoiar e ajudar de verdade: alertar. Quando V. Ex^a fala o faz com muita prudência e alertando o Governo. Por isso, agradeço a V. Ex^a pela interferência no meu pronunciamento.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Osmar Dias, V. Ex^a já tomou água, e eu gostaria de tomar um pouco do seu tempo, fazendo um aparte de um minuto.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Por favor, Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – V. Ex^a não representa apenas os melhores Senadores da 52^a Legislatura. Nos 180 anos de Senado, poucos tiveram a sua competência. Ninguém o excede em conhecimentos de agronomia e pela maneira como preside a mais importante Comissão do Senado, a Comissão de Educação. Resumindo tudo o que penso, eu, como brasileiro, tinha medo do PT, tinha medo de que ele transformasse a nossa bandeira brasileira, com suas bonitas cores – o verde, o amarelo, o azul e o branco –, em vermelha. Mas não fez isso, Senador Osmar Dias. Ele só mexeu na faixa branca, no lema positivista “ordem e progresso”, que agora parece “desordem e regresso”.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Senador Mão Santa, agradeço a V. Ex^a pelas palavras e pelo aparte, sempre de muita inteligência.

Vou colaborar com o Sr. Presidente, que me pediu para ser breve em meu pronunciamento. Gostaria de continuar este discurso por muito tempo, porque tenho muitas coisas para falar, mostrar o que está errado e fazer uma proposta para o Governo – e vou fazê-lo. Antes, porém, quero apenas dizer ao Presidente Lula que, em vez de estar preocupado em aumentar a Cofins para arrecadar mais; em aumentar tributos, cada vez mais pesados para o setor produtivo; em ficar pensando na próxima medida provisória que vai editar; Sua Exce-

lência deveria atentar para as manchetes dos jornais que estão alertando para o estado de caos em que o País vive no que se refere à insegurança, não apenas no Rio de Janeiro, mas a que começa a tomar conta da pacata zona rural deste País, onde as pessoas, que lá podiam viver em paz, com serenidade e tranqüilidade, hoje estão ameaçadas, vivendo dentro de trincheiras, como a casa do Sr. Luiz Antonio Coelho Júnior.

Não é possível que uma fotografia como esta não chame a atenção de um Governo que foi eleito fazendo muitas promessas, entre elas a da mudança. Deus me livre, mas não quero nem pensar que esta seria a mudança prometida.

Espero que o Governo Lula corrija o rumo da sua atuação, os seus caminhos, porque senão a insegurança vai tomar conta de todos os cantos deste País. Os conflitos serão inevitáveis e, como disse a Senadora Ana Júlia Carepa, a impunidade é que leva aos conflitos. E o que vemos é impunidade aos invasores. Em vez de punir o invasor, o Governo o premia, aumentando as benesses que são distribuídas a quem invade, e, assim, é claro que ele está estimulando as invasões, sim.

É preciso que o Sr. Ministro do Desenvolvimento Agrário e o Presidente do Incra tomem mais cuidado com o que falam e com as suas atitudes, porque a posição deles, hoje, não é de sindicalistas, mas de autoridades públicas que refletem o pensamento do Governo. E se o pensamento do Governo é esse refletido pelo Ministro Miguel Rossetto, eu estou muito preocupado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Concedo a palavra, pela Liderança do PSB, ao nobre Senador Geraldo Mesquita. Em seguida, passaremos à Ordem do Dia.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (Bloco/PSB – AC. Como Líder. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, Senador Paulo Paim, Sr^{as} e Srs. Senadores, há poucos instantes, tive a satisfação de fazer uma visita de trabalho a um velho amigo nosso de Senado, o ex-Senador e atual Presidente do Tribunal de Contas da União, Valmir Campelo.

Fui recebido com distinção e simpatia por aquela autoridade e atendido no pleito que formulei e ainda fui contemplado com informações a respeito da condução que S. Ex^a imprime naquele Tribunal. Tive a grata satisfação, Sr. Presidente, Senador Paulo Paim, de receber a pasta do evento intitulado “Diálogo Público: o TCU em Diálogo com o Cidadão.”

Soube naquela ocasião que o Presidente Valmir Campelo havia feito a abertura, pela manhã, no auditório do TCU, desse ato de fundamental importância, em que o TCU fala com o gestor, fala com a sociedade. Mais de 300 pessoas participaram do evento, que, para minha maior satisfação, será levado aos Estados. No meu Estado do Acre, por exemplo, o evento será realizado nos dias 20 e 21 de maio e acredito que no seu Estado também ocorrerá, Presidente Paulo Paim. Ou seja, é o TCU concluindo pela necessidade de prestar ao gestor público, àqueles que lidam com recursos públicos na sociedade, o devido conhecimento técnico, o conhecimento que, muitas vezes, evita um ato cometido não por má-fé, mas por desconhecimento, por falta de maior informação.

Assim, parabeno o Presidente do Tribunal de Contas da União, ex-Senador Valmir Campelo, por essa iniciativa que considero excepcional e louvável.

O outro assunto que me traz a esta tribuna, hoje, é a necessidade de desejar boa sorte ao companheiro Senador João Capiberibe e sua esposa, Deputada Janete Capiberibe. É possível que o julgamento, que iniciou no Egrégio Superior Eleitoral, envolvendo essas duas figuras públicas, tenha continuidade hoje. Então, quero aqui expressar mais uma vez a minha solidariedade e desejar-lhes do fundo do coração toda a sorte que merecem.

Encontrei na Internet, em uma página aberta por simpatizantes da causa, manifestações que me deixaram, de certa forma, emocionado, porque nós, que conhecemos há tanto tempo o Senador João Capiberibe, cada dia nos surpreendemos mais um pouco com S. Ex^a. Houve manifestações de Deputados do Parlamento Europeu de todas as nacionalidades: França, Reino Unido, Irlanda, Suécia, Bélgica, além de artistas famosos como Chico Buarque e os Governadores Roberto Requião, Jorge Viana, Wilma Faria, Ronaldo Lessa, Paulo Hartung; jornalistas da estatura de Zuenir Ventura, de Márcio Moreira Alves; pesquisadores, juristas, manifestações de cidadãos de mais de quinze países, de solidariedade, de compromisso e de apoio à luta e à vida do Senador Capiberibe e da Deputada Janete Capiberibe. Histórias essas que cuidamos de resgatar na sessão histórica que realizamos aqui anteontem.

Por último, lembro a V. Ex^{as} um fato: nas últimas eleições, o meu querido amigo e companheiro Governador Jorge Viana viveu uma situação muito parecida com a vivida hoje pelo Senador Capiberibe. Por razões

outras, o Governador foi alvo de uma tentativa de cassação da sua candidatura, na época, à reeleição ao Governo do Estado. O povo acreano se mobilizou, o mundo político se mobilizou. O resultado produzido no nosso Estado, no Tribunal Regional Eleitoral, era contrário ao Governador Jorge Viana, e aqui o egrégio Tribunal Superior Eleitoral reverteu completamente aquela decisão, reconhecendo a honradez e a lisura do comportamento do Governador Jorge Viana.

Hoje, por coincidência, há um artigo do Governador, publicado no **Jornal do Brasil**, de apoio ao casal Capiberibe. S. Ex^a, que, mais do que ninguém, passou por momentos de dificuldade iguais a esse, vem a público dizer que vê com muita preocupação a ameaça de cassação do Senador Capiberibe e de sua esposa, a Deputada Federal Janete, ambos eleitos pelo PSB do Amapá.

Uma ação movida pelo ex-Senador Gilvam Borges, do PMDB, que começou a ser julgada no dia 1º de abril no Tribunal Superior Eleitoral, somando três votos a favor da cassação, deverá ser concluída hoje com a votação de outros quatro ministros do TSE. Falta apenas um voto, portanto, para afastar do Congresso esses dois democratas e ex-exilados que honram nossa região e nosso País.

Por aí vai o artigo do Governador Jorge Viana. Não vou lê-lo na íntegra, mas peço, Presidente Paulo Paim, que o artigo publicado no **Jornal do Brasil**, cuja cópia tenho em mão, seja transcrito, na íntegra, nos Anais desta Casa, para registro histórico da luta de alguém que também passou pelo mesmo momento de dificuldade, mas que recebeu, assim como tenho certeza absoluta de que o Senador Capiberibe receberá do Tribunal Superior Eleitoral, o reconhecimento da sua lisura e da sua honradez como homem público e como político da região Norte, do Acre e deste País.

Peço, então, a transcrição, na íntegra, do artigo do Governador por ser emblemático e por tratar de uma questão que preocupa a todos nesta Casa e, particularmente, o casal de parlamentares Capiberibe. Muito obrigado, Sr. Presidente.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR GERALDO MESQUITA EM
SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno)

Apoio ao casal Capiberibe

JORGE VIANA

Governador do Acre

Vejo com muita preocupação a ameaça de cassação do senador João Alberto Capiberibe e de sua esposa, a deputada federal Janete Capiberibe, ambos eleitos pelo PSB do Amapá. Uma ação movida pelo ex-senador Gilvan Borges, do PMDB, que começou a ser julgada dia 1º de abril no Tribunal Superior Eleitoral somando três votos a favor da cassação, deverá ser concluída hoje com a votação de outros quatro ministros do TSE. Falta apenas um voto, portanto, para afastar do Congresso esses dois democratas e ex-exilados que honram nossa região.

João Alberto e Janete tentaram realizar no Amapá, a partir de 1995, o sonho de Chico Mendes para desenvolver a Amazônia sem destruí-la, mas enfrentaram muitas dificuldades com a reação das oligarquias políticas locais. Quem conhece as disputas regionais sabe que o processo contra o casal é quase uma vingança dessas oligarquias através da ação do ex-senador Gilvan Borges, que quer ocupar a vaga de Capiberibe. O ex-senador ficou conhecido por integrar a "bancada da bola" e apresentar projetos bisonhos ridicularizados pela mídia nacional.

O casal Capiberibe estabeleceu um elo de experiências novas e identidades profundas entre o homem e a natureza na região. Sei da história deles muito antes de nos conhecermos. Na época do golpe militar (1964), eles eram dois jovens inconformados com o cerceamento das liberdades imposto pelos militares e tomaram a decisão corajosa de lutar por uma sociedade livre, pondo suas vidas em risco. Começaram no movimento estudantil na pequena Macapá dos anos 70, depois ingressaram na Aliança Libertadora Nacional, sendo presos pela polícia política do regime em 1970.

A partir daí o casal passou por provas de resistência democrática inconcebíveis nos dias de hoje. Capiberibe ficou encarcerado um ano no presídio São José, de Belém, enquanto Janete, grávida da primeira de três filhos, sobreviveu num barraco miserável próximo ao presídio com a ajuda de amigos. Em 1971, a pequena família empreendeu fuga da Santa Casa, onde Capiberibe submetia-se a tratamento de saúde sob vigilância, viajando de madrugada numa pequena canoa. O casal atravessou outras ditaduras (Bolívia e Peru) para chegar ao Chile de Salvador Allende. Com a derrocada deste, em 1973, refugiaram-se no Canadá, de onde partiram para a África com apoio da Anistia Internacional.

Viveram quase 10 anos no exílio até poderem retornar em 1979. No Amapá, entretanto, ainda sofreram ameaças do então governador Anibal Barcellos, nomeado pelos militares, e precisaram vender cachorro quente nas ruas de Macapá. Depois foram trabalhar em Pernambuco, com Miguel Arraes, e ainda tiveram curta passagem pelo Acre.

Em 1985, reiniciaram a carreira política, estabelecendo um marco de profundas mudanças na história do Amapá. Ele foi prefeito da capital e governador reeleito, agora é senador. Ela começou como vereadora, cumpriu três mandados de deputada estadual e foi a deputada federal mais votada em 2002.

A acusação de compra de votos apresentada na ação de Gilvan Borges foi rejeitada pelo Ministério Público no Amapá e pelo próprio TRE, por inconsistência de provas. Também a Polícia Federal colheu depoimentos de duas pessoas que afirmam terem participado de uma farsa para cassar Capiberibe e sua esposa.

Vejo que ocorreram graves erros no processo encaminhado ao TSE, que levaram três ministros a votar pela cassação. Mas entendo que ainda é tempo de corrigi-los e fazer justiça, permitindo que os demais ministros salvem os mandatos de Capi e Janete.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)
– V. Ex^a será atendido na forma do Regimento.

Este Presidente registra, mais uma vez, sua solidariedade à Deputada Federal Janete Capiberibe e ao Senador João Capiberibe.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Geraldo Mesquita Júnior.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 444, DE 2004

Senhor Presidente,

O Estado de Rondônia, a exemplo do que ocorre em outros estados brasileiros, como Roraima, Santa Catarina, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, vive atualmente uma situação emergencial em relação às questões fundiárias, inclusive com ocupações de terra e graves conflitos indígenas, os quais podem trazer graves conseqüências, não só para os proprietários rurais como para a população indígena daquele Estado,

Nessas condições, requeremos, nos termos regimentais, que a competência da “Comissão Especial Externa – Questões Fundiárias RR/MS” se estenda também ao Estado de Rondônia.

Sala das Sessões, 15 de abril de 2004. – Senador **Paulo Elifas – Valdir Raupp**.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)
– A Presidência, de acordo com decisões anteriores sobre o mesmo assunto, defere o requerimento que acaba de ser lido nos termos do art. 70 do Regimento Interno.

Sobre a mesa, projetos de lei que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Geraldo Mesquita Júnior.

São lidos os seguintes:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 87, DE 2004

Modifica a Lei nº 9.609, de 19 de fevereiro de 1998, para oferecer garantias de privacidade aos usuários de programas de computador.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O capítulo III da Lei nº 9.609, de 19 de fevereiro de 1998, passa a vigorar acrescido dos seguintes arts. 8º-A a 8º-C:

CAPÍTULO III

Das Garantias aos Usuários De Programa de Computador

“Art. 8º-A Ao usuário de programas de computador é garantido o direito de conhecer a finalidade, e não autorizar a instalação, de rotinas ou programas acessórios, tais como mecanismos de coleta e transmissão de dados ou aqueles que abrem janelas publicitárias, a serem instalados juntamente com o programa principal.

§ 1º As rotinas e programas acessórios ao programa principal deverão ter sua finalidade e função descritos com clareza tal que ofereça ao usuário plenas condições de decidir quanto à conveniência de sua instalação ou posterior desinstalação.

§ 2º A decisão pela não instalação de rotinas ou programas acessórios a que se refere este artigo ou sua desinstalação, a qualquer tempo, não prejudicará a perfeita funcionalidade do programa principal instalado.

§ 3º Constitui crime de falsidade ideológica a instalação dissimulada de rotinas ou programas acessórios a que se refere o **caput** deste artigo sem o consentimento consciente do usuário.

Art. 8º-B No caso de redes locais ou corporativas de computadores é responsável pela autorização de instalação dos programas a que se refere o art. 8º-A o administrador da rede ou o usuário da estação de trabalho na qual se instalará o programa.

Parágrafo único. O usuário da estação de trabalho a que se refere este artigo será aquele que o administrador da rede designar.

Art. 8º-C. Toda rotina ou programa acessório a que se refere o art. 8º-A oferecerá fácil mecanismo de desinstalação, pelo qual, sem prejuízo ao programa principal, tais funções poderão ser desativadas, a qualquer momento, pelo usuário.”

Art. 2º Esta lei entra em vigor em noventa dias após a data de sua publicação.

Justificação

Difunde-se, em todo o mundo, a prática da espionagem eletrônica. Tratam-se, em geral, de programas ou rotinas acessórios a programas principais, destinados a informar seus criadores, entre outras coisas, sobre os hábitos de navegação, sítios mais visitados, tempo de permanência em páginas da rede mundial de computadores (**Internet**) etc. O objetivo é conhecer os hábitos de consumo dos usuários, de forma a lhes oferecer, posteriormente, produtos e serviços.

Esses pequenos programas, ao se esconderem em um computador, também são capazes de enviar a centros de recepção os endereços eletrônicos utilizados pelo usuário. Podem chegar à sofisticação de gravar cada tecla pressionada pelo operador do microcomputador sob vigilância, oferecendo relatório completo, por meio de um arquivo a ser enviado de volta, por meio da **Internet**. Tal recurso é chamado de **call home**, a indicar que os programas espíões “ligam para casa”.

Tais programas acompanham, em geral, aplicativos distribuídos gratuitamente pela **internet**, ou vêm juntamente com programas comprados, e espionam as máquinas onde são instalados sem o conhecimento do usuário.

A característica nefasta de tais programas, chamados, em inglês de **spyware** (programas espíões) ou **hardware** (programas de propaganda) é a de se instalarem na máquina do usuário sem seu inteiro conhecimento ou permissão, e sem mecanismos de desinstalação. Ao dar consentimento para a instalação do programa principal, o usuário não percebe estar permitindo a instalação de programas acessórios.

O presente projeto de lei pretende incluir, no capítulo destinado à proteção do usuário de programas de computadores da Lei nº 9.609, de 19 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a proteção da propriedade intelectual de programa de computador sua comercialização no País, dispositivos que protejam o usuário de tais programas e punam seus criadores da prática de inseri-los sorrateiramente. Isso é feito por meio da criminalização de mecanismos dissimulados de instalação de rotinas e programas acessórios ao principal, ou seja, programas que não estão diretamente ligados à solução pretendida pelo seu usuário, claramente, portanto, classificáveis como invasores.

A opção por uma lei extravagante se descartou diante dos mandamentos da Lei Complementar nº 95, de 1998, ao constatar-se que o terceiro capítulo da apelidada “Lei de **Software**” fornecia ambiente adequado para receber os dispositivos intentados.

Tais dispositivos se resumem a oferecer, ao comprador de uma licença de uso de um programa principal, a informação de que está preste a instalar rotinas ou programas acessórios. Neste caso, haverá de descrever-lhes as funções e objetivos e permitir ao usuário, de forma simples, decidir se deseja ou não que tais sub-programas sejam instalados. Caso ele opte pela não instalação, não haverá de ser punido com a inoperância do programa adquirido ou baixado da internet, na condição de gratuito (**freeware**) ou de uso limitado (**shareware**).

Em muitos casos, as rotinas ou programas acessórios a um programa principal são de interesse do

usuário. São-lhe úteis e complementam as funções da solução que comprou. Mas há o perigo de passar a ser espionado, mesmo sob a alegação de que determinado programa acessório, ao fazer a “ligação para casa” denuncia a pirataria, é inaceitável, assim como a invasão de domicílio, a qualquer título, o seria. Solicito, portanto, o apoio de meus nobres colegas para esta importante contribuição.

Sala das Sessões, 15 de abril de 2004. – **Tião Viana**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 9.609, DE 19 DE FEVEREIRO DE 1998

Dispõe sobre a proteção da propriedade intelectual de programa de computador, sua comercialização no País, e dá outras providências.

CAPÍTULO III

Das Garantias aos Usuários de Programa de Computador

Art. 7º O contrato de licença de uso de programa de computador, o documento fiscal correspondente, os suportes físicos do programa ou as respectivas embalagens deverão consignar, de forma facilmente legível pelo usuário, o prazo de validade técnica da versão comercializada.

Art. 8º Aquele que comercializar programa de computador, quer seja titular dos direitos do programa, quer seja titular dos direitos de comercialização, fica obrigado, no território nacional, durante o prazo de validade técnica da respectiva versão, a assegurar aos respectivos usuários a prestação de serviços técnicos complementares relativos ao adequado funcionamento do programa, consideradas as suas especificações.

Parágrafo único. A obrigação persistirá no caso de retirada de circulação comercial do programa de computador durante o prazo de validade, salvo justa indenização de eventuais prejuízos causados a terceiros.

LEI COMPLEMENTAR Nº 95,
DE 26 DE FEVEREIRO DE 1998

Dispõe sobre a elaboração, a redação, alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.

CAPÍTULO II
**Das Técnicas de Elaboração, Redação
e Alteração das Leis**

SEÇÃO I
Da Estruturação das Leis

Art. 7º O primeiro artigo do texto indicará o objeto da lei e o respectivo âmbito de aplicação, observados os seguintes princípios: I – excetuadas as codificações, cada lei tratará de um único objeto;

II – a lei não conterà matéria estranha a seu objeto ou a este não vinculada por afinidade, pertinência ou conexão;

III – o âmbito de aplicação da lei será estabelecido de forma tão específica quanto o possibilite o conhecimento técnico ou científico da área respectiva;

IV – o mesmo assunto não poderá ser disciplinado por mais de uma lei, exceto quando a subsequente se destine a complementar lei considerada básica, vinculando-se a esta por remissão expressa.

.....
(Às Comissões de Educação de Constituição, Justiça e Cidadania, cabendo à última a decisão terminativa)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 88, DE 2004

Altera a redação do inciso I do art. 202 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro instituiu o Código Civil, providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º inciso I do art. 202 da Lei nº 10.406, de janeiro de 2002, do Código Civil passa a ter com a seguinte redação:

“Art. 202.

I – na data da propositura da ação judicial, ainda que perante juiz incompetente, desde que a citação seja promovida pelo interessado no prazo e na forma da lei processual. (NR)”

Art. 2º Fica restaurada a vigência do § 1º do art. 219 nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 (Código de Processo Civil), redação dada pela Lei nº 8.952, de 13 de dezembro de 1994.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Um dos efeitos da citação, previstos no Código de Processo Civil (art. 219), é a interrupção da citação, ainda que Processo ordenada por juiz incompetente. O Código Civil revogado, em seu art. 172, inciso I, dispunha que “a prescrição interrompe-se: pela citação

pessoal feita ao devedor, ainda que ordenada por juiz incompetente”.

O Código de Processo Civil, nesse particular, o havia derogado, posto que, além de atribuir à citação o efeito de interromper a prescrição, antecipa esse efeito à data em que foi proposta a ação, ao dispor, em seu art. 219, § 1º, que “a interrupção da prescrição retroagirá à data da propositura da ação”.

Esse efeito da interrupção da prescrição só seria produzido se a parte interessada diligenciasse no sentido de promover a citação no prazo de 10 (dez) dias, a contar do despacho que a ordenou, prorrogáveis por até o máximo de 90 (noventa) dias, caso não se realize no primeiro prazo (art. 219, §§ 1º e 2º).

Daí que, tal como estava redigido o Código de Processo Civil, a prescrição seria considerada interrompida na data da propositura da ação (art. 263, 1ª parte), sob a condição de ser efetuada a citação dentro de dez dias do despacho que a ordenasse.

Tal como está redigido o inciso I do art. 202 do Código Civil em vigor, pode-se sustentar, com solidez de argumentos, que o art. 219, § 1º, do Código de Processo Civil, o qual prevê a retroação dos efeitos da interrupção da prescrição à data da propositura da ação, restou revogado. Isto porque o Código Civil em vigor ressuscitou, de certa forma, a norma que, inscrita no Código Civil anterior (art. 172, I), já havia sido revogada pelo citado art. 219, § 1º do diploma processual.

Se é lei posterior ao Código de Processo Civil, e com o disposto no seu § 1º, do art. 219, incompatível, inevitável admitir a sua revogação deste pelo art. 202, inciso I do Código Civil.

Isso tem conseqüências nefastas de ordem prática, pois uma ação judicial, após ser proposta, pode levar um mês, dois meses ou mesmo mais de um ano para que o juiz aponha o seu despacho ordenador da citação, possibilitando até mesmo uma manobra astuciosa para se ver concretizada a prescrição pela inércia jurisdicional. Não é preciso discorrer muito sobre esse aspecto para se inferir quão drásticas podem ser as conseqüências que podem advir do dispositivo que se pretende alterar a redação.

Como causa subjetiva que é a interrupção da prescrição pela citação, e por isso mesmo depende da iniciativa da parte interessada, por ato do titular da pretensão contra quem corre a prescrição, é, sem dúvida, mais coerente com o sistema atribuir a essa mesma parte interessada o poder de interromper a prescrição com o ajuizamento da ação, estabelecendo que, para alcançar efetivamente o seu intento, toma-se imprescindível a citação válida do réu.

Por derradeiro, para melhor clareza do sistema, entendo que se faz necessário restaurar o dispositivo do Código de Processo Civil que dispunha sobre a interrupção da prescrição em decorrência da citação, com efeitos antecipados ao momento da propositura da ação judicial (§ 1º do art. 219), em consonância com a redação ora proposta para o inciso I do art. 202 do novo Código Civil, a fim de que não parem quaisquer dúvidas sobre a matéria.

Sala das Sessões, 15 de abril de 2004. – **Demóstenes Torres.**

LEGISLAÇÃO CORRELATA

LEI Nº 10.406, DE 10 DE JANEIRO DE 2002

Institui o Código Civil

SEÇÃO III

Das Causas que Interrompem a Prescrição

Art. 202. A interrupção da prescrição, que somente poderá ocorrer uma vez, dar-se-á:

I – por despacho do juiz, mesmo incompetente, que ordenar a citação, se o interessado a promover no prazo e na forma da lei processual;

II – por protesto, nas condições do inciso antecedente;

III – por protesto cambial;

IV – pela apresentação do título de crédito em juízo de inventário ou em concurso de credores;

V – por qualquer ato judicial que constitua em mora o devedor;

VI – por qualquer ato inequívoco, ainda que extrajudicial, que importe reconhecimento do direito pelo devedor.

Parágrafo único. A prescrição interrompida recomeça a correr da data do ato que a interrompeu, ou do último ato do processo para a interromper.

LEI Nº 5.869, DE 11 DE JANEIRO DE 1973

Institui o Código de Processo Civil.

Art. 219. A citação válida toma prevento o juízo, induz litispendência e faz litigiosa a coisa; e, ainda quando ordenada por juiz incompetente, constitui em mora o devedor e interrompe a prescrição. (Redação dada pela Lei nº 5.925, de 1º-10-1973)

§ 1º A interrupção da prescrição retroagirá à data da propositura da ação.

(Redação dada pela Lei nº 8.952, de 13-12-1994)

§ 2º Incumbe à parte promover a citação do réu nos 10 (dez) dias subseqüentes ao despacho que a ordenar, não ficando prejudicada pela demora imputável exclusivamente ao serviço judiciário. (Redação dada pela Lei nº 8.952, de 13-12-1994)

§ 3º Não sendo citado o réu, o juiz prorrogará o prazo até o máximo de 90 (noventa) dias. (Redação dada pela Lei nº 8.952, de 13-12-1994)

§ 4º Não se efetuando a citação nos prazos mencionados nos parágrafos antecedentes, haver-se-á por não interrompida a prescrição. (Redação dada pela Lei nº 5.925, de 1º-10-1973)

§ 5º Não se tratando de direitos patrimoniais, o juiz poderá, de ofício, conhecer da prescrição e decretá-la de imediato. (Redação dada pela Lei nº 5.925, de 10-10-1973)

§ 6º Passada em julgado a sentença, a que se refere o parágrafo anterior, o escrivão comunicará ao réu o resultado do julgamento. (Redação dada pela Lei nº 5.925, de 1º-10-1973)

LEI Nº 8.952, DE 13 DE DEZEMBRO DE 1994

Altera dispositivos do Código de Processo Civil sobre o processo de conhecimento e o processo cautelar.

O Presidente da Câmara dos Deputados, no exercício do cargo de Presidente da República

Faço saber que o congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Os dispositivos a seguir enumerados, da Lei nº 5.889, de 11 de janeiro de 1973 – código de Processo Civil, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 10. O cônjuge somente necessitará do consentimento do outro para propor ações que versem sobre direitos mais imobiliários.

§ 1º Ambos os cônjuges serão necessariamente citados para as ações:

I – que versem sobre direitos reais imobiliários;

§ 2º Nas ações possessórias, a participação do cônjuge do autor ou do réu somente é indispensável nos casos de comosse ou de ato por ambos praticados.

Art. 18. O juiz, de ofício ou a requerimento, condenará o litigante de má-fé a indenizar à parte contrária os prejuízos que esta sofreu, mais os honorários advocatícios e as despesas que efetuou.

§ 2º O valor da Indenização será desde logo fixado pelo juiz, em quantia não superior a vinte por cento sobre o valor da causa, ou liquidado por arbitramento.

Art. 20.....

§ 4º Nas causas de pequeno valor, nas de valor inestimável, naquelas em que não houver condenação ou for vencida a Fazenda Pública, e nas execuções, embargadas ou não, os honorários serão fixados consoante apreciação eqüitativa do juiz, atendidas as normas das alíneas **a**, **b** e **c** do parágrafo anterior.

Art. 33.....

Parágrafo único. O juiz poderá determinar que a parte responsável pelo pagamento dos honorários do perito deposite em juízo o valor correspondente a essa remuneração. O numerário, recolhido em depósito bancário à ordem do juízo e com correção monetária, será entregue ao perito após a apresentação do laudo, facultada a sua liberação parcial, quando necessária.

Art. 38. A procuração geral para o foro, conferida por instrumento público, ou particular assinado pela parte, habilita o advogado a praticar todos os atos do processo, salvo para receber citação inicial, confessar, reconhecer a procedência do pedido, transigir, desistir, renunciar ao direito sobre que se funda a ação, receber, dar quitação e firmar compromisso.

Art. 45. O advogado poderá, a qualquer tempo, renunciar ao mandato, provando que cientificou o mandante a fim de que este nomeie substituto. Durante os dez dias seguintes, o advogado continuará a representar o mandante, desde que necessário para lhe evitar prejuízo.

Art. 46.....

Parágrafo único. O juiz poderá limitar o litisconsórcio facultativo quanto ao número de litigantes, quando este comprometer a rápida solução do litígio ou dificultar a defesa. O pedido de limitação interrompe o prazo para resposta, que recomeça da intimação da decisão.

Art. 125.....

IV – tentar, a qualquer tempo, conciliar as partes.

Art. 62.....

§ 4º Os atos meramente ordinatórios, como a juntada e a vista obrigatória, independem de despacho, devendo ser praticados de ofício pelo servidor e revistos pelo juiz quando necessários.

Art. 170. É lícito o uso da taquigrafia, da estenotipia, ou de outro método idôneo, em qualquer juízo ou tribunal.

Art. 172. Os atos processuais realizar-se-ão em dias úteis, das seis às vinte horas.

§ 1º Serão, todavia, concluídos depois das horas os atos iniciados antes, quando o adiamento prejudicar a diligência ou causar grave dano.

§ 2º A citação e a penhora poderão, em casos excepcionais, e mediante autorização expressa do juiz, realizar-se em domingos e feriados, ou nos dias úteis, fora do horário estabelecido neste artigo, observado o disposto no art. 5º, inciso XI, da Constituição Federal.

§ 3º Quando o ato tiver que ser praticado em determinado prazo, por meio de petição, esta deverá ser apresentada no protocolo, dentro do horário de expediente, nos termos da lei de organização judiciária local.

Art. 219.....

§ 1º A interrupção da prescrição retroagirá à data da propositura da ação.

§ 2º Incumbe à parte promover a citação do réu nos dez dias subseqüentes ao despacho que a ordenar, não ficando prejudicada pela demora imputável exclusivamente ao serviço judiciário.

§ 3º Não sendo citado o réu, o juiz prorrogará o prazo até o máximo de noventa dias.

Art. 239.....

Parágrafo único.

III – a nota de ciência ou certidão de que o interessado não a apôs no mandado.

Art. 272. O procedimento comum é ordinário ou sumário.

Parágrafo único. O procedimento especial e o procedimento sumário regem-se pelas disposições que lhes são próprias, aplicando-se-lhes, subsidiariamente, as disposições gerais do procedimento ordinário.

Art. 273. O juiz poderá, a requerimento da parte, antecipar, total ou parcialmente, os efeitos da tutela pretendida no pedido inicial desde que, existindo prova inequívoca, se convença da verossimilhança da alegação e:

I – haja fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação; ou

II – fique caracterizado o abuso de direito de defesa ou o manifesto propósito protelatório do réu.

§ 1º Na decisão que antecipar a tutela, o juiz indicará, de modo claro e preciso, as razões do seu convencimento.

§ 2º Não se concederá a antecipação da tutela quando houver perigo de irreversibilidade do provimento antecipado.

§ 3º A execução da tutela antecipada observará, no que couber, o disposto nos incisos II e III do art. 588.

§ 4º A tutela antecipada poderá ser revogada ou modificada a qualquer tempo, em decisão fundamentada.

§ 5º Concedida ou não a antecipação da tutela, prosseguirá o processo até final julgamento.

Art. 296. Indeferida a petição inicial, o autor poderá apelar, facultado ao juiz, no prazo de quarenta e oito horas, reformar sua decisão.

Parágrafo único. Não sendo reformada a decisão, os autos serão imediatamente encaminhados ao tribunal competente.

Art. 331. Se não se verificar qualquer das hipóteses previstas nas seções precedentes e a causa versar sobre direitos disponíveis, o juiz designará audiência de conciliação, a realizar-se no prazo máximo de trinta dias, à qual deverão comparecer as partes ou seus procuradores, habilitados a transigir.

§ 1º Obtida a conciliação, será reduzida a termo e homologada por sentença.

§ 2º Se, por qualquer motivo, não for obtida a conciliação, o juiz fixará os pontos controvertidos, decidirá as questões processuais pendentes e determinará as provas a serem produzidas, designando audiência de instrução e julgamento, se necessário.

Art. 417. O depoimento, datilografado ou registrado por taquigrafia, estenotipia ou outro método idôneo de documentação, será assinado pelo juiz, pelo depoente e pelos procuradores, facultando-se às partes a sua gravação.

Parágrafo único. O depoimento será passado para a versão datilográfica quando houver recurso da

sentença, ou noutros casos, quando o juiz o determinar, de ofício ou a requerimento da parte.

Art. 434. Quando o exame tiver por objeto a autenticidade ou a falsidade de documento, ou for de natureza médico-legal, o perito será escolhido, de preferência, entre os técnicos dos estabelecimentos oficiais especializados. O juiz autorizará a remessa dos autos, bem como do material sujeito a exame, ao diretor do estabelecimento.

Art. 460.

Parágrafo único. A sentença deve ser ceda, ainda quando decida relação jurídica condicional.

Art. 461. Na ação que tenha por objeto o cumprimento de obrigação de fazer ou não fazer, o juiz concederá a tutela específica da obrigação ou, se procedente o pedido, determinará providências que assegurem o resultado prático equivalente ao do adimplemento.

§ 1º A obrigação somente se converterá em perdas e danos se o autor o requerer ou se impossível a tutela específica ou a obtenção do resultado prático correspondente.

§ 2º A indenização por perdas e danos dar-se-á sem prejuízo da multa (art. 287).

§ 3º Sendo relevante o fundamento da demanda e havendo justificado receio de ineficácia do provimento final, é lícito ao juiz conceder a tutela liminarmente ou mediante justificação prévia, citado o réu. A medida liminar poderá ser revogada ou modificada, a qualquer tempo, em decisão fundamentada.

§ 4º O juiz poderá, na hipótese do parágrafo anterior ou na sentença, impor multa diária ao réu, independentemente de pedido do autor, se for suficiente ou compatível com a obrigação, fixando-lhe prazo razoável para o cumprimento do preceito.

§ 5º Para a efetivação da tutela específica ou para a obtenção do resultado prático equivalente, poderá o juiz, de ofício ou a requerimento, determinar as medidas necessárias, tais como a busca e apreensão, remoção de pessoas e coisas, desfazimento de obras, impedimento de atividade nociva, além de requisição de força policial.

Art. 800.

Parágrafo único. Interposto o recurso, a medida cautelar será requerida diretamente ao tribunal.

Art. 805. A medida cautelar poderá ser substituída, de ofício ou a requerimento de qualquer das partes, pela prestação de caução ou outra garantia menos gravosa

para o requerido, sempre que adequada e suficiente para evitar a lesão ou repará-la integralmente.”

Art. 2º Ficam revogados o inciso I do art. 217 e o § 2º do art. 242, renumerando-se os incisos II a V daquele artigo e o § 3º deste, do Código de Processo Civil.

Art. 3º Esta lei entra em vigor sessenta dias após a data de sua publicação.

.....
(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em Decisão Terminativa.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Os projetos serão publicados e remetidos às Comissões competentes.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Geraldo Mesquita Júnior.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 445, DE 2004

Retirada de requerimento.

Nos termos do art. 256, § 2º, inciso I, do Regimento Interno, requeiro a retirada, em caráter definitivo, do Requerimento nº 160 de 2004, de minha autoria, em que solicito a retirada em caráter definitivo, do Projeto de Lei do Senado nº 501, de 2003.

Sala de Sessões, 15 de abril de 2004. – **Leonel Pavan**.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A Presidência, com base no art. 256, § 2º, item I, do Regimento Interno, defere a retirada do requerimento.

O Projeto de Lei do Senado nº 501, de 2003, volta ao exame da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania em decisão terminativa.

Sobre a mesa, projetos de lei que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Geraldo Mesquita Júnior.

São lidos os seguintes:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 89, DE 2004

Altera a Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil, para adaptá-lo à Lei 10.741, de 1º de outubro de 2003 – Estatuto do Idoso, e dar prioridade de tramitação aos procedimentos judiciais em que figure como parte ou interveniente pessoa portadora de deficiência física

O Congresso Nacional decreta:

Art 1º Fica acrescentado um art. 172-A à Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil, com o seguinte teor:

“Art. 172-A: Os procedimentos judiciais em que figure como parte ou interveniente pessoa com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos ou portador de deficiência física têm prioridade na tramitação de todos os atos e diligências em qualquer instância.

Parágrafo Único: O interessado na obtenção desse benefício deverá requerê-lo à autoridade judicial competente para decidir o feito, juntando prova da sua idade ou da sua condição de portador de deficiência física.”

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Justificação

Este Projeto objetiva adaptar o Código de Processo Civil ao comando do art. 71 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 – Estatuto do Idoso, que prevê prioridade de tramitação para os processos judiciais que tenham como parte pessoas maiores de 60 (sessenta) anos.

O segundo objetivo é o de estender essa prioridade aos portadores de deficiência física, dando efetividade ao disposto no inciso II, do § 1º, do art. 227 da Constituição Federal.

A Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000 se refere somente ao atendimento ministrado aos portadores de deficiência física nas repartições públicas, sendo pertinente que a aludida prioridade seja expressamente prevista no Código de Processo Civil, para estender essa prioridade ao processo judicial.

Sala das Sessões, 15 de abril de 2004. – **Sérgio Cabral**.

*LEGISLAÇÃO CITADA,
ANEXADA PELA SECRETARIA GERAL DA MESA*

LEI Nº 5.869, DE 11 DE JANEIRO DE 1973

Institui o Código de Processo Civil.

SEÇÃO I Do Tempo

Art. 172. Os atos processuais realizar-se-ão em dias úteis, das 6 (seis) às 20 (vinte) horas Redação dada pela Lei nº 8.952, de 13-12-94)

§ 1º Serão, todavia, concluídos depois das 20 (vinte) horas os atos iniciados antes, quando o adiamento

prejudicar a diligência ou causar grave dano. (Redação dada pela Lei nº 8.952, de 13-12-94)

§ 2º A citação e a penhora poderão, em casos excepcionais, e mediante autorização expressa do juiz, realizar-se em domingos e feriados, ou nos dias úteis, fora do horário estabelecido neste artigo, observado o disposto no art. 5º, inciso XI, da Constituição Federal. (Redação dada pela Lei nº 8.952 de 13-12-94)

§ 3º Quando o ato tiver que ser praticado em determinado prazo, por meio de petição, esta deverá ser apresentada no protocolo, dentro do horário de expediente. nos termos da lei de organização judiciária local. (Parágrafo acrescentado pela Lei nº 8.952, de 13-12-94)

.....
LEI Nº 10.741, DE 1º DE OUTUBRO DE 2003

Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências.

.....
LEI Nº 10.048, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2000

Dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e dá outras providências.

.....
(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 90, DE 2004

Introduz modificações na Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, que institui o Código Brasileiro de Telecomunicações, para obrigar as emissoras oficiais de televisão a veicular imagens de pessoas desaparecidas.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 38 da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, passa a vigorar acrescido da alínea **j** com a seguinte redação:

“Art. 38.

j – as emissoras de televisão mantidas pelo Poder Público transmitirão, diariamente, por no mínimo um minuto, imagens de pessoas desaparecidas, devidamente identificadas e acompanhadas de mecanismo de contato, para o caso de serem encontradas. (NR)”

Art. 2º As alíneas **a** dos arts. 59 e 63 passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art 59.

a – multa variável de R\$1.000,00 (mil reais) a R\$20.000,00 (vinte mil reais) atualizados na forma da legislação vigente.

.....(NR)”

“Art. 63.

a – infração do art. 38, alíneas a, b, c, e, g, h, i e j, e dos arts. 53, 57 e 71;

.....(NR)”

Art 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Em passado recente, uma telenovela de alcance nacional inovou seu conteúdo, agregando-lhe alcance social inusitado: introduziu em sua trama o tema de crianças desaparecidas, apresentando imagens reais. O resultado foi igualmente surpreendente: inúmeras dessas crianças foram encontradas, ainda durante a seqüência das apresentações da novela.

Por sua vez, a legislação caminhou no sentido de favorecer a colocação de imagens de desaparecidos em embalagens de produtos e em contas e faturas de agências de serviços, tais como contas de gás e luz.

O próximo passo, por previsível que possa parecer, é consolidar a experiência bem-sucedida, agregando-lhe caráter formal e compulsório, por meio do presente projeto. O que busca ele é, simplesmente, obrigar as emissoras de televisão ligadas ao governo, tais como algumas TV educativas, a TV Câmara, TV Senado e qualquer outra que se classifique como oficial, a agregar ao seu elenco de serviços à comunidade mais essa contribuição. Não se requer mais que um minuto diário, que poderá ser distribuído de acordo com a grade de programação da emissora.

Com sutil mudança na redação, ampliou-se o alcance da medida. Substituindo o termo “crianças” por “pessoas”, intentamos alcançar todos os desaparecidos.

O projeto prevê cominações penais, inseridas na mesma lei que se modifica (por força da Lei Complementar nº 95 de 1998, que restringe a elaboração de leis extravagantes), sem as quais macula-se o projeto de inocuidade. Dessa forma, aproveitaram-se os arts. 59 e 63, modificando-se, em cada um, a alínea **a**, que remete para o conteúdo de interesse, no art. 38.

Eis uma singela medida, de alcance e valor social inestimáveis. Das emissoras oficiais de televisão requerer-se-á sacrifício aceitável, considerando que poderão dividir o minuto requerido entre seus intervalos, no prazo de duas horas. A tarefa inclui, naturalmente, a coleta, processamento e disseminação das informações necessárias à execução do que ora se dispõe.

A propósito, os três poderes da República dispõem de produtoras de material televisivo, sendo, portanto, capazes de absorver a incumbência sem custos significativos. Diante do exposto, solicitamos aos nossos nobres pares o apoio indispensável ao sucesso da medida que se propõe.

Sala das Sessões, 15 de abril de 2004. – **Rodolpho Tourinho.**

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 4.117, DE 27 DE AGOSTO DE 1962

Institui o Código Brasileiro de Telecomunicações.

.....
 “Art. 38. Nas concessões, permissões ou autorizações para explorar serviços de radiodifusão, serão observados, além de outros requisitos, os seguintes preceitos e cláusulas:

a) os administradores ou gerentes que detenham poder de gestão e de representação civil e judicial serão brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos. Os técnicos encarregados da operação dos equipamentos transmissores serão brasileiros ou estrangeiros com residência exclusiva no País, permitida, porém, em caráter excepcional e com autorização expressa do órgão competente do Poder Executivo, a admissão de especialistas estrangeiros, mediante contrato;

b) as alterações contratuais ou estatutárias que não impliquem alteração dos objetivos sociais ou modificação do quadro diretivo e as cessões de cotas ou ações ou aumento de capital social que não resultem em alteração de controle societário deverão ser informadas ao órgão do Poder Executivo expressamente definido pelo Presidente da República, no prazo de sessenta dias a contar da realização do ato;

c) a alteração dos objetivos sociais, a modificação do quadro diretivo, a alteração do controle societário das empresas e a transferência da concessão, da permissão ou da autorização dependem, para sua validade, de prévia anuência do órgão competente do Poder Executivo;

d) os serviços de informação, divertimento, propaganda e publicidade das empresas de radiodifusão estão subordinadas às finalidades educativas e culturais inerentes à radiodifusão, visando aos superiores interesses do País;

e) as emissoras de radiodifusão, excluídas as de televisão, são obrigadas a retransmitir, diariamente, das 19 (dezenove) às 20 (vinte) horas, exceto aos sábados, domingos e feriados, o programa oficial de informações dos Poderes da República, ficando reservados 30

(trinta) minutos para divulgação de noticiário preparado pelas duas Casas do Congresso Nacional;

f) as empresas, não só por meio da seleção de seu pessoal, mas também das normas de trabalho observadas nas estações emissoras devem criar as condições mais eficazes para que se evite a prática de qualquer das infrações previstas na presente lei;

g) a mesma pessoa não poderá participar da administração ou da gerência de mais de uma concessionária, permissionária ou autorizada do mesmo tipo de serviço de radiodifusão, na mesma localidade;

h) as concessionárias e permissionárias de serviços de radiodifusão deverão apresentar, até o último dia útil de cada ano, ao órgão do Poder Executivo expressamente definido pelo Presidente da República e aos órgãos de registro comercial ou de registro civil de pessoas jurídicas, declaração com a composição de seu capital social, incluindo a nomeação dos brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos titulares, direta ou indiretamente, de pelo menos setenta por cento do capital total e do capital votante.

Parágrafo único. Não poderá exercer a função de diretor ou gerente de concessionária, permissionária ou autorizada de serviço de radiodifusão quem esteja no gozo de imunidade parlamentar ou de foro especial.”

.....
 Art 53. Constitui abuso, no exercício de liberdade da radiodifusão, o emprego desse meio de comunicação para a prática de crime ou contravenção previstos na legislação em vigor no País, inclusive:

a) incitar a desobediência às leis ou decisões judiciárias;

b) divulgar segredos de Estado ou assuntos que prejudiquem a defesa nacional;

c) ultrajara honra nacional;

d) fazer propaganda de guerra ou de processos de subversão da ordem política e social;

e) promover campanha discriminatória de classe, cor, raça ou religião;

f) insuflar a rebeldia ou a indisciplina nas forças armadas ou nas organizações de segurança pública;

g) comprometer as relações internacionais do País

h) ofender a moral familiar, pública, ou os bons costumes;

i) caluniar, injuriar ou difamar os Poderes Legislativos, Executivo ou Judiciário ou os respectivos membros;

j) veicular notícias falsas, com perigo para a ordem pública, econômica e social;

l) colaborar na prática de rebeldia desordens ou manifestações proibidas.

Parágrafo único. Se a divulgação das notícias falsas houver resultado de erro de informação e for objeto de desmentido imediato, a nenhuma penalidade ficará sujeita a concessionária ou permissionária.

Art 57. Não constitui violação de telecomunicação:

I – A recepção de telecomunicação dirigida por quem diretamente ou como cooperação esteja legalmente autorizado;

II – O conhecimento dado:

a) ao destinatário da telecomunicação ou a seu representante legal;

b) aos intervenientes necessários ao curso da telecomunicação;

c) ao comandante ou chefe, sob cujas ordens imediatas estiver servindo;

d) aos fiscais do governo junto aos concessionários ou permissionários;

e) ao juiz competente, mediante requisição ou intimação deste.

Parágrafo único. Não estão compreendidas nas proibições contidas nesta lei as radiocomunicações destinadas a ser livremente recebidas, as de amadores, as relativas a navios e aeronaves em perigo, ou as transmitidas nos casos de calamidade pública.

“Art. 59. As penas por infração desta lei são:

a) multa, até o valor NCR\$10.000,00”

“Art. 63. A pena de suspensão poderá ser aplicada nos seguintes casos:

a) infração dos arts. 38, alíneas a, b, c, e, g e h; 53, 57, 71 e seus parágrafos;”

“Art. 71. Toda irradiação será gravada e mantida em arquivo durante as 24 horas subseqüentes ao encerramento dos trabalhos diários de emissora.

§ 1º As Emissoras de televisão poderão gravar apenas o som dos programas transmitidos.

§ 2º As emissoras deverão conservar em seus arquivos os textos dos programas, inclusive noticiosos devidamente autenticados pelos responsáveis, durante 60 (sessenta) dias.

§ 3º As gravações dos programas políticos, de debates, entrevistas pronunciamentos da mesma natureza e qualquer irradiação não registrada em texto, deverão ser conservadas em arquivo pelo prazo de 20 (vinte) dias depois de transmitidas, para as concessionárias ou permissionárias até 1 kw e 30 (trinta) dias para as demais.

§ 4º As transmissões compulsoriamente estabelecidas por lei serão gravadas em material fornecido pelos interessados.”

LEI COMPLEMENTAR Nº 96,
DE 26 DE FEVEREIRO DE 1998

Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.

(À Comissão de Educação em decisão terminativa)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS.) – Os projetos serão publicados e remetidos às Comissões competentes.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Geraldo Mesquita Júnior.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 446, DE 2004

Requeremos, nos termos do art. 336, I, do Regimento Interno do Senado Federal, regime de urgência para a votação do Projeto de Lei do Senado nº 221, de 2003 – Complementar, que “altera a Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999, que dispõe sobre as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas, para estabelecer novas atribuições subsidiárias”.

Sala das Sessões, 15 de abril de 2004. – **Marcelo Crivella – Antonio Carlos Magalhães – Roberto Saturnino – Renan Calheiros.**

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS.) – O requerimento lido será apreciado oportunamente.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Geraldo Mesquita Júnior.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 447, DE 2004

Solicita informações ao Sr. Ministro-Chefe da Secretaria de Coordenação Política e Assuntos Institucionais sobre o relatório da Comissão de Sindicância que investigou

denúncias contra o ex-assessor Waldomiro Diniz no Palácio do Planalto.

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno, requeiro que, ouvida a Mesa, seja solicitada ao Sr. Ministro-Chefe da Secretaria de Coordenação Política e Assuntos Institucionais cópia do relatório, com todos os seus anexos, da Comissão de Sindicância que investigou as denúncias contra o ex-assessor da Casa Civil, Waldomiro Diniz.

Justificação

O relatório elaborado pela Comissão de Sindicância interna do Palácio do Planalto que investigou a atuação do ex-subchefe de Assuntos Parlamentares da Casa Civil, Waldomiro Diniz, concluiu que foram cometidas diversas irregularidades, entre elas, crime de improbidade (desvio de conduta do servidor ou agente público no cargo).

No entanto, diversas falhas foram apontadas no trabalho da Comissão de Sindicância: entre os funcionários e autoridades que trabalham no Palácio do Planalto, não teriam sido interrogados pela Comissão de Sindicância os que exercem cargos de hierarquia igual ou superior a que Waldomiro Diniz exercia. Além disso, não foram ouvidos ex-funcionários que atuaram na estrutura da Casa Civil em 2003, não foram cheçadas as ligações de Waldomiro no sistema CTEL, em que as secretárias da Subchefia de Assuntos Parlamentares registram os telefonemas, e nem foram verificadas as ligações feitas diretamente de sua sala no Palácio do Planalto nem de seu celular, pertencente à própria Casa Civil.

As informações que ora requeiro são de fundamental importância para que se tenha o devido esclarecimento sobre as condições em que se deram as investigações promovidas pela referida Comissão de Sindicância.

Sala das Sessões, 15 de abril de 2004. – **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

(À Mesa para decisão.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O requerimento lido será despachado à Mesa para decisão, nos termos do art. 216, III, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, ofício que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Geraldo Mesquita Júnior.

É lido o seguinte:

Ofício nº 153/04 – GLDBAG

Brasília, 14 de abril de 2004

Senhor Presidente,

Solicito a Vossa Excelência providenciar a exclusão do Senador Sibá Machado como membro titular da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada pelo Requerimento nº 12, de 2003-CN, destinada a apurar irregularidades cometidas por empresas de seguros, revendedores de automóveis, recuperadoras de veículos e oficinas de desmanche de automóveis, em relação aos veículos “salvados”, conforme denúncia do programa Fantástico, da Rede Globo de Televisão.

Aproveito a oportunidade para apresentar-lhe minhas cordiais saudações.

Atenciosamente, – **Ideli Salvatti**, Líder do PT, Líder do Bloco de Apoio ao Governo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A Presidência comunica o desligamento do Senador Sibá Machado da referida Comissão, nos termos do expediente que acaba de ser lido.

Sobre a mesa, ofício que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Geraldo Mesquita Júnior.

É lido o seguinte:

Of.310/2004

Brasília, 14 de abril de 2004

Senhor Presidente,

Indico a Vossa Excelência, nos termos regimentais, o Senhor Deputado PHILEMON RODRIGUES (PTB-PB), como Titular, em substituição ao Senhor Deputado JOSÉ MÚCIO MONTEIRO (PTB-PE), para integrar a Comissão Mista que analisa a Medida Provisória nº 181, de 12 de abril de 2004, que “autoriza a Centrais Elétricas Brasileiras S.A – ELETROBRÁS, a efetuar capitalização junto à Companhia Energética do Maranhão – CEMAR e altera a alínea a do inciso I do art. 3º da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002”.

Ao ensejo, renovo a Vossa Excelência, protestos de estima e elevada consideração. – Deputado **José Múcio Monteiro**, Líder do PTB.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Será feita a substituição solicitada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, já teria sido encaminhado à Mesa, pelo Senador Delcídio Amaral, mais uma vez, proposta de postergação

dessa relevante matéria, que é a Medida Provisória nº 163...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Senador Arthur Virgílio, iniciaremos a Ordem do Dia, e V. Ex^a poderá manifestar-se em seguida.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Passa-se à

ORDEM DO DIA

Item 1:

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO

Nº 20, DE 2004

(Proveniente da Medida Provisória nº 163, de 2004)

Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal.)

Votação, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 20, de 2004, proveniente da Medida Provisória nº 163, de 2004, que altera a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências.

Relator revisor: Senador Delcídio Amaral (Bloco/PT – MS)

Sobre a mesa, ofício que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Geraldo Mesquita Júnior.

É lido o seguinte:

Ofício SDA – nº 23/2004

Brasília, 15 de abril de 2004

Senhor Presidente,

Tendo em vista que, até o momento, as lideranças partidárias não chegaram a um acordo satisfatório para a apreciação da Emenda nº 8, destacada ao Projeto de Lei de Conversão nº 20, proveniente da Medida Provisória nº 163, de 23 de janeiro de 2004, solicito a transferência da sua apreciação para a Sessão Deliberativa Ordinária da próxima segunda-feira, 19 de abril do corrente.

Certo da atenção que Vossa Excelência dispensará à presente solicitação, externo protestos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente, **Delcídio Amaral**.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, a esse respeito, existe uma dúvida que assalta a cabeça da Nação. Para uns, seria aparelhamento do Estado, seria

exercício explícito de fisiologia; para o Governo, para setores expressivos do Governo, seria essa matéria, nascida da elaboração da Casa Civil, e espalhados os seus efeitos para o resto do Governo, algo essencial para o funcionamento da máquina.

A Bancada do PSDB, consciente das suas responsabilidades, não querendo votar “não” por votar “não” e sem querer votar “sim” por não estar convencida, aproveita esta oportunidade, que nasce da postergação ditada pela falta de condições na Casa para se avançar em votações de temas mais profundos.

Neste momento, a Bancada do PSDB, por meu intermédio, faz um pedido de convocação do Sr. Ministro-Chefe da Casa Civil, Dr. José Dirceu de Oliveira e Silva, perante a Comissão de Fiscalização e Controle, para que lá, falando sobre atos da Casa Civil, S. Ex^a explique as razões e necessidades efetivas disso. Se convencida, a Bancada do PSDB votará a favor da matéria que o Governo diz essencial para o funcionamento da sua máquina. Se não convencida, a Bancada do PSDB manterá o seu discurso contra a matéria.

Portanto, registro, primeiro, o envio do ofício pedindo a convocação do Sr. Ministro à Comissão de Fiscalização e Controle; segundo, peço a S. Ex^a que se decida por vir com brevidade. Poderíamos marcar, digamos, para terça-feira e discutiríamos o assunto exaustivamente. O PSDB, então, engrossaria a corrente daqueles que querem votar essa matéria. E, não convencido pelo Ministro José Dirceu, o PSDB, que julga imprescindível a vinda de S. Ex^a, pois foi quem elaborou a proposta, manteria, então, a sua posição.

Portanto, encaminhei o pedido de convocação. Entendo que essa seja uma forma de darmos ao Ministro uma enorme oportunidade de explicar a sua gestão, suas intenções e a sua visão estratégica da questão do Estado brasileiro. Não tenho dúvida de que S. Ex^a aceitará e, se convencida, a Bancada do PSDB estará aqui, ao lado do Governo, aprovando a matéria e encerrando um impasse que já se vai prolongando, talvez mais do que seria o desejado por esta Nação tão angustiada por tantas agitações que a afligem nesta quadra histórica de enorme delicadeza política, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– A posição de V. Ex^a será devidamente discutida na Comissão competente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A Presidência defere a solicitação do Relator revisor.

A apreciação da matéria fica transferida para a sessão deliberativa ordinária da próxima segunda-feira, dia 19 de abril.

Está encerrada a Ordem do Dia.
São os seguintes os itens sobrestados:

– 2 –

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO
Nº 21, DE 2004

(Proveniente da Medida Provisória nº 164, de 2004)
(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos
do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 21, de 2004, proveniente da Medida Provisória nº 164, de 2004, que dispõe sobre a Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social incidentes sobre a importação de bens e serviços, e dá outras providências.

Relator revisor: Senador Romero Jucá (PMDB – RR).

– 3 –

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO
Nº 23, DE 2004

(Proveniente da Medida Provisória nº 165, de 2004)
(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos
do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 23, de 2004, que dispõe sobre os contratos de gestão entre a Agência Nacional de Águas e as entidades delegatárias das funções de Agência de Águas relativas à gestão de recursos hídricos de domínio da União e dá outras providências, proveniente da Medida Provisória nº 165, de 2004.

Relator revisor: Senador Cristovam Buarque (Bloco/PT – DF).

– 4 –

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO
Nº 22, DE 2004

(Proveniente da Medida Provisória nº 168, de 2004)
(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos
do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 22, de 2004, que proíbe a exploração de todas as modalidades de jogos de bingo, bem como os jogos em máquinas eletrônicas, eletromecânicas ou mecânicas, conhecidas como “caça-níqueis”, independentemente dos nomes de fantasia e dá outras providências, proveniente da Medida Provisória nº 168, de 2004.

Relator revisor: Senador Maguito Vilela (PMDB – GO).

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, peça a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – V. Exª tem a palavra, pela ordem.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, relativamente à proposição do Senador Arthur Virgílio, que está relacionada ao ofício do Senador Delcídio Amaral, avalio que poderia haver entendimento. Por que razão?

O Senador Arthur Virgílio, como Líder do PSDB, propôs votarmos o projeto de conversão em lei que se refere à reestruturação seja da Casa Civil, seja dos organismos como o novo Ministério de Desenvolvimento Econômico e Social, que abrangeu as atividades tanto do antigo Ministério da Assistência Social como da Secretaria Especial de Segurança Alimentar e Combate à Fome. Este, inclusive, extinguiu o Programa Comunidade Solidária e trouxe uma série de medidas que foram profundamente estudadas, sobretudo pelo Ministro-Chefe da Casa Civil, que dividiu a sua própria área, passando a Coordenação Política e Assuntos Institucionais para o Ministro Aldo Rebelo.

Na terça-feira última, todos pudemos ouvir um logo debate neste plenário, que se prolongou até às 21 horas e 50 minutos, em que havia dúvidas da Oposição quanto à necessidade da criação de 2.800 cargos e se parte deles não poderia ser preenchida por concurso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Suplicy, esse será um bom debate para a Comissão. Estou entendendo a intenção de V. Exª, que é das melhores, como a do Senador Arthur Virgílio.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP) – A questão é que pode, porventura, haver um entendimento de aprovação dessa proposição.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Só na Comissão. Aqui, não vamos aprovar nada.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP) – Não, mas o que imagino é o seguinte, Sr. Presidente: estamos vendo um acordo de procedimentos sobre a votação desse projeto de conversão em lei.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Esse debate poderemos fazer na Comissão e neste plenário, quando a matéria estiver na Ordem do Dia. No momento, encerramos a Ordem do Dia e há um orador na tribuna. Apelo a V. Exª que faça esse bom debate na Comissão.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP) – Mas vou transmitir por que isso pode ser relevante.

O plenário do Senado é maior que o da Comissão de Fiscalização e Controle, e o requerimento que se refere a uma convocação pode, por entendimento, ser transformado em convite, aqui e agora. Muitas vezes isso já foi feito. Poderia haver um entendimento no sentido de que ficaria o Ministro convidado a expor perante a Comissão de Fiscalização e Controle. A proposição do Senador Arthur Virgílio é que isso seja realizado na terça-feira de manhã.

Supondo-se que as Lideranças da Oposição e dos partidos, inclusive do PMDB, que integra a base do Governo e levantou tantos questionamentos na terça-feira, fiquem satisfeitas com a explicação dada pelo Ministro sobre a reorganização administrativa do Governo; supondo-se que o Ministro José Dirceu explique: “Imaginávamos que 2.800 cargos seriam necessários, mas se, para o entendimento, é necessário..”

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador, faço um apelo para que V. Ex^a estabeleça um diálogo. Se construir um entendimento, encaminhe-o à Comissão, porque esta Presidência não pode deliberar e há um orador na tribuna.

O SR. EDUARDO SUPLYCY (Bloco/PT – SP) – Mas tenho a impressão de que o Senador Demóstenes Torres é um dos principais interessados, porque S. Ex^a era o mais empenhado em chegar a um entendimento.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Na segunda-feira, esse assunto voltará ao plenário e poderemos, então, estabelecer um debate, o contraditório e até, quem sabe, a construção de um entendimento, porque a Ordem do Dia de hoje já está encerrada.

O SR. EDUARDO SUPLYCY (Bloco/PT – SP) – Está bem. Então, vou sugerir que o Presidente da Comissão de Fiscalização e Controle, Senador Ney Suassuna, proponha esse possível entendimento para acelerar o processo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem.

O SR. EDUARDO SUPLYCY (Bloco/PT – SP) – Imagine V. Ex^a: se na terça-feira de manhã houver um entendimento a respeito disso, à tarde, desobstruiremos, finalmente, a pauta, porque, Sr. Presidente, o Ministro Celso Amorim pede para que votemos logo a indicação dos embaixadores cujos nomes estão pendentes; o Governador Geraldo Alckmin pede para votarmos logo a operação de empréstimo do Governo de São Paulo; e a Prefeita Marta Suplicy aguarda, há semanas, que consigamos desobstruir a pauta.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Esta Presidência faz um apelo aos Líderes para que

estabeleçam um diálogo e busquem esse grande entendimento.

O SR. EDUARDO SUPLYCY (Bloco/PT – SP) – Agora, o Senador Arthur Virgílio mencionou um possível caminho de entendimento. Só isso.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Concedo a palavra ao Senador Efraim Morais.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB. Pela ordem.) – Sr. Presidente, quero apenas colaborar. Na condição de Líder da Minoria, sugiro e autorizo o Senador Eduardo Suplicy a intermediar, junto ao Ministro José Dirceu, a negociação de uma data para discussão em plenário.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Concedo a palavra, como Líder, ao Senador Demóstenes Torres, que pacientemente aguardou para dela fazer uso. S. Ex^a dispõe de 20 minutos.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores:

Neste País não se encontra nenhum porco abandonado, mas milhares de crianças comendo lixo nas ruas.

(Darcy Ribeiro)

Acaciano sem reparo, o Ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, vive visitando os personagens de Eça de Queiroz, especialmente quando se encontra com a dissimulação. Vago em gesto e pensamento, diante do banho de sangue que se iniciou na Semana Santa no Rio de Janeiro, decidiu tatear o extremo da própria passividade. Durante o mais importante feriado religioso do País, quando os ânimos se desarmam, o fogo “guerrilheiro” dos narcotraficantes representou uma quebra de rotina suficiente para motivar, se não uma atitude, uma menção qualquer do Governo Federal. Mas o Ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, manteve-se ausente até o final da tarde da última segunda-feira, talvez imaginando que pudesse encerrar em obsequioso silêncio a sua inestimável prudência, que custou dez vidas, inclusive de dois policiais. Três foram vítimas de bala perdida.

Como já pude comentar, há algo de Pacheco em Bastos. Nestes 15 meses, raras vezes expandiu o talento inato. Em episódios até menos graves do que o da “guerrilha da Rocinha”, houve alguma manifestação de um idealista sábio, judicialiforme, incapaz de qualquer vulgaridade, mas de uma impostura parnasiana. Desta vez, no entanto, o Ministro da Justiça se guardou na omissão total, até que o Excelentíssimo Senhor Presidente da República, Luiz Inácio Lula da

Silva, determinou a Bastos alguma reação ante a crise de extrema gravidade. Foi quando o Ministro revelou traços da Síndrome de Condoleza, a Assessora de Segurança Nacional do Presidente George W. Bush, que, antes de 11 de setembro, sabia, mas olvidou os avisos de que haveria um ataque em território americano com o seqüestro de aeronaves. Bastos confessou ter sido informado dos preparativos do combate interno do Comando Vermelho no Morro da Rocinha, afirmou ter comunicado o Governo do Estado do Rio de Janeiro, e como o que é bom para os Estados Unidos é bom para o Brasil, apostou na prevaricação.

Não que Bastos não tivera sido cientificado da barbárie em um momento sagrado para os cristãos de todo o mundo. O Ministro da Justiça, com toda certeza, foi informado de que, na madrugada da última sexta-feira, 60 traficantes do Morro do Vidigal se passaram por policiais, simularam uma **blitz** e atacaram os motoristas de automóveis. O Ministro deve ter sido comunicado que a mineira Telma Veloso Pinto, uma mulher tomada pelo desespero, não atendeu ao comando bandido, tentou escapar ao cerco e foi metralhada.

Atendo aos acontecimentos, o circumspecto Bastos, imune a qualquer dramatização dos acontecimentos, certamente encontrou razões de profunda ruptura do tecido social, provocada pelo aumento das desigualdades no País, quando foi cientificado de que o bando, comandado pelo traficante Eudásio Eduíno Araújo, o Dudu, foragido da Justiça, subiu a Rocinha e matou mais duas pessoas. Ciente do seu papel institucional, deve ter formalmente efetuado o acompanhamento remoto das ações da Polícia Militar, que ocupou o morro. Depois deve ter sabido que dois integrantes do Batalhão de Operações Policiais Especiais (Bope) tombaram em combate.

No domingo à noite, depois que o corpo do “skatista” Wellington Silva fora enterrado, também é para ter recebido o comunicado de que outro morador da favela havia sido morto, atingido por uma bala perdida. Cerimonioso, Bastos, com toda platitude que lhe é peculiar, deve ter enviado ondas telepáticas de estabilidade e tranqüilização às instituições democráticas quando foi informado, na madrugada de segunda-feira, que a Sr^a Cláudia Caetano da Silva, impedida de deixar a Rocinha pelos traficantes, entrou em trabalho de parto e teve um bebê no morro.

O Ministro da Justiça, com o desvelo necessário, contabilizou as dez mortes no conflito, entre vítimas de bala perdida, traficantes e policiais. Mas ainda sonolento, só no começo da tarde de segunda-feira determinou ao Secretário Nacional dos Direitos Humanos, Nilmário Miranda, que se pronunciasse. Prosopopéptico, Miranda conseguiu fazer uma mistura engenhosa

de exclusão de responsabilidade, demagogia e aquele velhaco humanismo. Primeiro afirmou que não adiantava bater às portas do Ministério da Justiça e disse que o problema da guerra entre narcotraficantes é do Estado do Rio de Janeiro.

O Secretário foi textual ao excluir a possibilidade da participação das Forças Armadas no combate ao crime organizado. Ao mesmo tempo em que ofereceu a colaboração da Polícia Federal, deu asas ao balão de ensaio da federalização dos crimes considerados graves, para, em seguida, resumir, com compostura e rigor moral, a embromação do Governo Lula: a União vai fazer alguma coisa quando “houver um alto grau de violação dos direitos humanos e ficar caracterizada a impunidade”.

Sr^{as} e Srs. Senadores, ao final da tarde da última segunda-feira, finalmente o Ministro da Justiça deu as caras com ares de sexta-feira da paixão. Tardio, desmentiu Miranda e, como é de hábito, fez uma declaração esterilizada: condicionou o combate ao crime organizado ao cerco, à lavagem de dinheiro; mostrou que, no momento, era politicamente correto falar em decretação do Estado de Defesa e aventou a possibilidade da cooperação das Forças Armadas para pôr ordem no morro. E anunciou a liberação de R\$ 9 milhões como se estivesse oferecendo ao Governo do Estado do Rio de Janeiro verdadeiro esforço de guerra.

Vamos por parte. O tal objetivo primário de atacar a ponta do ciclo criminoso, com o combate à lavagem de dinheiro, é mero recurso de garganta. O que precisa ser feito em relação à Lei de Combate à Lavagem de Dinheiro é a dificultação com medidas concretas, desde as privativas de liberdade até infiltração de agentes públicos em organização criminosas, escutas ambientais, etc. e isto o Ministério da Justiça é contra, porque acredita que a cadeia não recupera o delinqüente. Projeto de lei de minha autoria nesse sentido foi apresentado no mês de outubro do ano passado e sequer foi distribuído até a presente data. Sobre a possibilidade de decretação de um Estado de Defesa, é dispensável comentar tamanha estultice. A respeito da cooperação das Forças Armadas no combate ao crime organizado, o Governo Lula é rigorosamente contra – e olhem que patuscada: primeiro, o Governo anuncia que vai ceder quatro mil homens das Forças Armadas para não gerar outra crise aguda de credibilidade. Depois de um ofício do Secretário de Segurança Pública do Rio de Janeiro, Anthony Garotinho, o Ministro da Justiça conduziu à fulanização um assunto de Estado de alta relevância. Mais uma vez o Governo do “Partido das Trapalhadas” se enrola na improvisação, porque não tem interesse de aprovar o Projeto de Lei

Complementar do eminente Senador César Borges que disciplina a matéria.

Sr. Presidente, ao anunciar a liberação dos tais raquíticos R\$ 9 milhões do Fundo Nacional de Segurança Pública, o Ministro Márcio Thomaz Bastos advogou o embuste com competência tal que acabei por me convencer de que o Governo Lula aprecia se alimentar das perplexidades. De acordo com dados do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi), na última segunda-feira, portanto, na data da liberação da vultosa soma, dos poucos mais de R\$366 milhões previstos no Fundo Nacional de Segurança Pública...

O Sr. Edison Lobão (PFL – MA) – V. Ex^a me permite um aparte, Senador Demóstenes Torres?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Com muito prazer, Senador Edison Lobão.

O Sr. Edison Lobão (PFL – MA) – Senador Demóstenes Torres, clama V. Ex^a por segurança em nosso País. Vergasta a violência e pede a presença do Governo no cumprimento do seu papel de gestor da segurança nacional. A nenhum agente do Governo é dado o direito de se ausentar dessa responsabilidade. Cabe ao Ministro da Justiça, sim, cuidar da segurança de todos os brasileiros. Mas, se continuarmos da maneira que estamos, inclusive com a agitação permitida no campo, não haverá segurança possível para o povo brasileiro. E nós poderíamos, então, ter essa frase dolorosa: não há destino para a segurança do nosso País. Cumprimentos a V. Ex^a.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Muito obrigado, Senador Edson Lobão. Com a propriedade que lhe é peculiar, vou mostrar a V. Ex^a um dado estarrecedor. Eu dizia que desses pouco mais de R\$366 milhões previstos no Fundo Nacional Segurança Pública, o Ministério da Justiça havia empenhado R\$ 1,460 milhão para o Sistema Integrado de Valorização Profissional e pago, acreditem V. Ex^{as}, a quantia R\$856,30 até segunda-feira. O Governo Federal gastou, até segunda-feira, 12 de abril, R\$856,30 nesse ano com segurança pública! Atualizando os dados, hoje, 15 de abril, o Governo Federal gastou R\$1.986,71, com segurança pública.

O Sr. Edison Lobão (PFL – MA) – Isto não é suficiente sequer para retirar a ferrugem dos revólveres dos agentes de segurança no País.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Pelo menos para limpar uns três revólveres é capaz de dar, Senador Edson Lobão.

Este Governo propôs um novo plano de segurança pública – foi isso que o Presidente Lula prometeu. Se, no ano passado, dos R\$390 milhões previstos para a segurança pública, gastou R\$111 milhões – quase 30%

–, como é que este Governo pode falar em promover a segurança pública se, neste ano, até a data de hoje, Senador Mão Santa, gastou menos de R\$2 mil com segurança pública no Brasil? Isso é vexaminoso!

Lá se vai o segundo abril do Governo Lula e a apoplexia administrativa provocada pelo “reunismo” fez com que o Governo Federal executasse até agora 0,0001% do orçamento do Fundo Nacional de Segurança Pública no exercício de 2004. O Ministério da Justiça pensa que não vale a pena investir nas instituições policiais, sob o argumento de que elas são fontes de corrupção e aposta que o brasileiro, por ser pobre, é o grande culpado pela criminalidade violenta. Trata-se de duplo equívoco, enquanto é uma irresponsabilidade imaginar que a união do espetáculo de crescimento econômico com o maior programa de distribuição de renda do mundo, como já aludiu o Presidente Lula, vai gerar segurança pública espontânea. Isso é um verdadeiro absurdo.

Observem que a falta de uma política para o setor já começa a produzir idéias teratológicas, como o tal muro para cercar o Morro da Rocinha. Querem cercar os pobres no Brasil. Não querem resolver o problema da segurança pública. Querem segregar aqueles que estão morando com dificuldade e sofrendo as maiores agruras com relação à segurança pública. Querem fazer com que a sociedade brasileira, além do imobilismo em que já se encontra, seja efetivamente segregada, a parte mais pobre da parte mais rica – algo que não podemos tolerar.

Ao contrário de erguer barreiras, o Brasil precisa derrubar os obstáculos que se interpõem dentro do próprio Estado, para que ele possa desempenhar com denodo, competência e atualidade a tarefa de proteção da sociedade. É preciso, sim, ter coragem para derrubar o muro que separa as Polícias Militar e Civil e erguer uma polícia única. É imprescindível eliminar os obstáculos legais e regulamentar a atuação das Forças Armadas na missão de combate ao crime organizado. É curial demarcar linhas de punição severa para os crimes violentos e que envolvam o tráfico de drogas, a lavagem de dinheiro, a corrupção, entre outros. É preciso reavaliar os critérios do Regime Disciplinar de Segurança Máxima, para que os bandidos ligados ao crime organizado possam pagar pelo que fazem e ter um tratamento absolutamente diferenciado dos bandidos comuns. É urgente o comparecimento da União nas políticas de segurança pública e com o devido preparo, pois, sem a participação financeira, toda atuação será retórica.

Concedo a V. Ex^a o aparte, Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Demóstenes, estou atentamente ouvindo V. Ex^a falar sobre o

País. Agora, acerca do PT, é possível fazer uma reflexão. Não sei se é um partido de tonto ou de tabaréu. Mas, darei um quadro que vale por dez mil palavras, e busco a inteligência do Lobão para nos acompanhar. A ignorância é audaciosa no que se refere aos empregos que estão dando: digamos que o valor médio de remuneração seja de R\$4 mil. Deste valor, 20% é retirado para o partido; 27%, para o Imposto de Renda; 8%, para o INSS, totalizando 55%. Restam 45%, o que dá R\$1,8 mil. Agora, deste total, ele ainda vai pagar ICMS etc. Antigamente, trabalhávamos um mês para o Governo. Agora, são cinco meses. Está aí o PT, que tirou a burocracia, ao longo dos anos capaz e eficiente, de brasileiros técnicos e aprimorados, concursados, e colocou companheiros e companheiras que levaram a esse Estado que chamamos de “paradão”.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – É verdade. V. Ex^a fez uma comparação belíssima, porque chegou à conclusão de que R\$1,8 mil será mais ou menos o que perceberá o servidor nomeado, que é mais ou menos o que o Governo gastou, este ano, em segurança pública, ou seja, o salário de uma dessas pessoas que efetivamente será nomeada.

Sr^{as} e Srs. Senadores, esta Casa poderia estar realizando a vontade dos brasileiros, elaborando a reforma da Segurança Pública, mas prefere, por conta do rolo compressor, ser paciente da omissão do Governo Federal. Nesta semana, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgou um documento chamado “Síntese de Indicadores Sociais”, que traz números que dimensionam bem a carnificina à brasileira.

De acordo com o IBGE, entre 1980 e 2000, 2.070.000 milhões de pessoas morreram no País por causas violentas. O número corresponde a quase o total da população do Estado do Amazonas. O resultado é ainda mais estarrecedor quando são demonstrados os indicadores de homicídio. Em 20 anos, 598.367 brasileiros foram assassinados. No intervalo, a taxa de mortalidade teve um incremento de 130% e saltou, na média, de 11,7 mortos por grupo de 100 mil habitantes para 27 por 100 mil habitantes. Para se ter noção de quanto o quadro de violência se agrava e os marginais superam o poder do Estado, na tal “guerrilha” que o Ministro da Justiça mencionou, 62% dos quase 600 mil assassinatos ocorreram na década de 90. No ano de 1991, 52% dos homicídios, entre homens na faixa etária de 15 a 24 anos, ocorreram com emprego de arma de fogo. Já em 2000, os assassinatos com o emprego de armamento representaram 75%. A cada quatro homicídios, três são provocados por arma de fogo. São números que estarrecem, mas certamente

não comovem o Ministério da Justiça, que imagina fazer política de segurança pública fritando bolinhos.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Concedo a palavra ao Senador Sérgio Guerra, pela Liderança do PSDB. S. Ex^a dispõe de vinte minutos.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, há cerca de uma semana, falei neste plenário sobre o agravamento das tensões em relação ao problema da terra em meu Estado de Pernambuco. Naquela oportunidade, disse que a ação governamental federal no meu Estado era, no mínimo, nula, não se confirmava.

Adverti, de maneira geral, as lideranças de vários partidos, em especial, daqueles que são da base do Governo, sobre o agravamento desse contexto de invasões no Estado de Pernambuco.

É do conhecimento geral que o Estado de Pernambuco tem uma estrutura fundiária complexa, uma tradição de lutas sociais muito intensa, historicamente comprovada, e um quadro fundiário bastante próprio e estratificado.

Pernambuco se divide em três grandes regiões. A região sertaneja, que ocupa a maior parte do Estado, onde a questão fundiária é irrelevante e onde há uma incompatibilidade completa entre os recursos naturais disponíveis, os problemas de clima e a possibilidade de uso econômico da terra. Numa segunda área, chamada de transição, que recebe ali o nome de agreste, a estrutura fundiária é caracterizada por pequena propriedade. O problema do agreste não é a posse da terra, mas a pequena produção, a economia familiar, a agricultura de pequeno porte.

A ausência de apoio e de crédito ou de adequação do crédito disponível; os problemas climáticos; a falta de escala, de treinamento; a falta de sementes no tempo adequado, de preços na hora devida e de organização da cadeia produtiva transformam a agricultura, quase de subsistência, do agreste de Pernambuco, como de outros Estados do Nordeste, em uma atividade condenada a produzir situações de pobreza.

Além do mais, há um problema crescente nessas áreas: a multiplicação das famílias transforma a pequena propriedade inteiramente inviável para a produção econômica.

Os filhos e netos de proprietários de terra são pessoas que não podem continuar no agreste e não vivem mais nele; migraram para as áreas metropolitanas, para conturbar o cenário de Recife, de parcela do Nordeste e de outras áreas do Brasil, como São Paulo.

A terceira área pernambucana é a Zona da Mata, que é um pedaço da história econômica do Brasil, onde, pela primeira vez, instalou-se a luta de classes de forma clara: de um lado, produtores rurais dos grandes canaviais e, de outro lado, trabalhadores. A característica desse tipo de agricultura é que não há classe média, não há intermediação – ou o patrão ou o peão –, não há fator de modernização e de estabilização. É um sistema que garante empregos muito pobres e que, de fato, condena toda a região à pobreza muito intensa.

No Recife, a área metropolitana é conseqüência do que se deu e ainda se dá em Pernambuco e do que acontece em outras áreas do Nordeste. Parcelas dos que migraram dessas áreas foram para Pernambuco e para a área metropolitana do Recife. Esse é o cenário pernambucano, que tem a infra-estrutura como base econômica para sustentar soluções aparentemente irresponsáveis.

O MST tem, em Pernambuco e em vários Estados – pelo menos em alguns de que tenho conhecimento –, uma atitude completamente irresponsável; não há o menor equilíbrio em sua ação. A idéia de pessoas e famílias que não têm emprego em área urbana ocuparem terras rurais de Pernambuco não faz sentido e é, no mínimo, uma irresponsabilidade. A nossa base rural não tem condições de suportar aqueles que já estão nela; há poucos recursos naturais para a população. Como resolver essas questões, que já são complexas pela razão que expus, transferindo-se pessoas que estão desempregadas no meio urbano para a área rural para conturbá-la ainda mais? Não há a menor racionalidade, a menor reflexão sobre o que se faz: a multiplicação de invasões em um Estado que tem uma tradição de luta social intensa.

Essa situação calamitosa de mais de 50 invasões tem sido levada com equilíbrio pelo Governador do Estado de Pernambuco, Jarbas Vasconcelos, personalidade política notoriamente formada no ambiente da democracia, das lutas sociais. S. Ex^a não é, seguramente, alguém que pode ser confundido com o representante de forças conservadoras, que se opõe às mudanças e, muito menos, à reforma agrária. Mas a situação do Estado evolui de forma perigosa.

Ontem à noite, fui informado pelo Governador de uma carta que endereçou ao Presidente Lula, nos seguintes termos:

Cumprimentando-o cordialmente, gostaria de reafirmar a preocupação do Governo de Pernambuco com o quadro de tensão social gerado pelas constantes ocupações de terras neste Estado.

É importante ressaltar que, apenas entre março e abril deste ano, ocorreram 55 invasões de terras em Pernambuco, onde se estima existir centenas de famílias acampadas atualmente.

O empenho do atual Governo de Pernambuco no sentido de apoiar os assentamentos existentes no Estado e já legalizados, fornecendo infra-estrutura como poços artesianos, pequenas barragens e energia elétrica é conhecido. Da mesma forma, mantemos na Secretaria da Produção Rural e Reforma Agrária equipes permanentemente disponíveis para o diálogo com os movimentos sociais do campo.

Infelizmente, no entanto, o que se vê no momento presente é uma coincidência profundamente preocupante e desafiadora. De um lado, a insubordinação à lei por parte do MST e, do outro, a morosidade do órgão federal encarregado de tratar da Reforma Agrária – o Incra – no encaminhamento das questões de sua responsabilidade.

Para culminar, a imprensa pernambucana registra, na data de hoje, a declaração de um dos coordenadores do MST no Estado, Alexandre Conceição, o qual diz, textualmente, referindo-se à marcha dos sem-terra na próxima sexta-feira, dia 16: “Nossa intenção é ocupar o Incra e, se conseguirmos, faremos o mesmo com o Palácio do Governo”.

O Governo de Pernambuco, Sr. Presidente, mantém-se disposto a ajudar, no que for possível, o Governo de Vossa Excelência a dar um melhor encaminhamento ao problema do campo e faz um apelo no sentido de que medidas urgentes sejam tomadas para reduzir a tensão estabelecida na área rural mas não vai se furtar a enfrentar, de forma decidida, como sempre fez, movimentos que, ao arrepio da lei, desejem desafiar o estado de direito e desmoralizar a autoridade pública.

Na oportunidade, renovo votos de estima e distinta consideração *[sic]*.

Ouçó o Senador Ramez Tebet.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Em seguida, também gostaria da oportunidade do aparte, Senador Sérgio Guerra.

O Sr. Ramez Tebet (PMDB – MS) – Senador Sérgio Guerra, esta Casa, pelas vozes mais representativas – e V. Ex^a se inclui entre elas –, representa os Estados da Federação. Quase todos os Estados, por meio de palavras como as de V. Ex^a, estão repudiando essa insubordinação, isso que V. Ex^a está qualificando

de irresponsabilidade e que está ocorrendo em seu Estado. Pelo seu grau de conhecimento, por sua cultura e experiência, é certo que V. Ex^a está referindo-se também a outros Estados da Federação. Penso que hoje V. Ex^a é o segundo ou o terceiro Senador que levanta essa questão. Mas V. Ex^a a aborda com propriedade. Pernambuco é um exemplo de Estado preocupado na solução dos problemas sociais do País, altamente politizado, que não está suportando essa agressão ao princípio da autoridade. Por isso, cumprimento V. Ex^a. O Governador do seu Estado, cuja carta V. Ex^a acaba de ler, tem um índice de aprovação dos maiores do País. O Governador Jarbas Vasconcelos, que tenho o prazer e a honra de conhecer e admirar, escreve ao Presidente da República, manifestando seu desconforto, sua apreensão, como quem diz: vamos manter a autoridade em nosso País. Está-me parecendo, Senador Sérgio Guerra, que o pessoal não está querendo terra. Não é isso! Os desempregados da área urbana, que precisam de emprego, estão sendo usados como massa de manobra, para levar desassossego àqueles que estão produzindo no campo, o que é muito grave. E, quando o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra fala em abril vermelho e logo depois se anunciam verbas para a infra-estrutura nos assentamentos, para a solução de problemas ligados à questão agrária e fundiária do País, positivamente se abre um precedente muito sério. Então, cumprimento V. Ex^a; como é do seu conhecimento, sempre o admirei. V. Ex^a vai à tribuna, porque tem algo a dizer, realmente. Queria que transmitisse a seu Governador meu apreço e o do meu Estado. Em Mato Grosso do Sul, V. Ex^a sabe, a situação não está tão grave quanto no seu, mas temos sérios problemas. Parabéns a V. Ex^a.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Agradeço as palavras do Senador Ramez Tebet, homem que conhece a questão agrícola e fundiária no Brasil, que conhece os pernambucanos e a nossa situação.

O depoimento de S. Ex^a reforça a preocupação daqueles que, acima de Partidos, constatam que é preciso uma intervenção responsável nessa área. Não basta a publicação de recursos que são, efetivamente, virtuais para programas que não serão resolvidos com o déficit operacional que vem caracterizando por muito tempo – agravado agora – o sistema de reforma agrária do País.

Ouçó o Senador Eduardo Suplicy.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Prezado Senador Sérgio Guerra, a preocupação demonstrada por V. Ex^a na CPI da Terra, ao fazer menção à carta do Governador Jarbas Vasconcelos, e agora reiterada, é mais do que precedente. Gostaria de dar uma informação mais completa. Logo que V. Ex^a leu a

carta na CPI da Terra, procurei um dos coordenadores do MST, João Pedro Stédile. Como ele estava em uma reunião sobre a Alca, hoje pela manhã, em São Paulo, conversei com outro coordenador nacional do MST, Gilmar Mauro, a quem transmiti a preocupação expressa pelo Governador e por V. Ex^a. Ele me disse que Alexandre Conceição, um dos coordenadores do MST em Pernambuco, havia esclarecido em declaração hoje ao jornal **Estado de S. Paulo**. Se V. Ex^a me permite, registro: “Alexandre Conceição disse ontem que a sua fala foi invertida pelo Governo, para justificar a repressão aos sem-terra. Ele afirmou que a marcha iniciada ontem vai terminar na frente do Palácio do Governo com os trabalhadores tentando uma audiência com o Governador. Só queremos conversar”. Então resolvi telefonar para Jaime Amorim, um dos coordenadores do MST em Pernambuco, que disse que o desejo do MST, para o dia de amanhã, é ter a oportunidade de solicitar um diálogo diretamente com o Governador; e que eles não têm a intenção de ocupar o Palácio ou o Incra. Informou-me ainda – e transmito aqui as palavras ditas por ele – que os trabalhadores sem terra farão uma caminhada, passarão em frente ao Incra e em frente ao Palácio, e que desejam dialogar. Vejo com bons olhos a iniciativa de V. Ex^a – inclusive, foi solicitada pelo Presidente Alvaro Dias, da CPI da Terra – de se formar uma comissão de parlamentares, com a indicação, por parte de V. Ex^a, de alguns nomes que se dispõem a colaborar e tratar do assunto. Sugiro uma data adequada a todos, por exemplo, o próximo domingo – sábado tenho a reunião do Diretório Nacional do Partido, que talvez se prolongue até o domingo –, a fim de nos deslocarmos na busca de um entendimento, se V. Ex^a avaliar que esse procedimento ajudará, em nome da CPI da Terra. Ou seja, tudo o que a CPI, o Senado Federal e V. Ex^a fizerem poderão contar com a minha colaboração na busca de um entendimento, a fim de que a reforma agrária seja realizada de forma não violenta, com diálogo, mesmo que as diferenças de opiniões sejam muito fortes. Portanto, é muito válida a preocupação manifestada por V. Ex^a.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Agradeço o aparte do Senador Eduardo Suplicy e sobre ele teço alguns comentários.

Ressalto a atitude pró-ativa e construtiva do Senador, que, nos diversos momentos de luta social no Brasil, sempre desempenha um papel de construção, solução e respeito às partes envolvidas.

No caso de Pernambuco, o desmentido do Sr. Manoel Alexandre Conceição, dado ao jornal **O Estado de S. Paulo**, não serve. Ele diz que não pretende invadir nem o Palácio do Governo nem o Incra, e diz que quem inventou isso foi o Governo do Estado.

Ora, o Governo do Estado e nenhum Governador responsável no Brasil inventaria uma coisa dessas, que atinge a sua autoridade. Efetivamente, foi declaração dada por ele aos três jornais pernambucanos e amplamente divulgada.

Elogiamos o compromisso do MST de não invadir palácios do Governo ou sede do Incra, reiterado a V. Ex^a – que assim seja.

O Governador de Pernambuco tinha perfeita consciência dessa ameaça e de que ela não se confirmaria, porque em Pernambuco há autoridade.

Por último, estimar que nós, no Congresso, tenhamos uma atuação mais permanente nesse cenário.

A questão da terra é, por natureza, apaixonante. Mas o fato concreto é de que há indícios bastante claros de que ela está fora de controle. É uma situação que preocupa governantes em geral, Partidos e, de maneira muito especial, afeta as possibilidades de o Brasil crescer, mesmo que modestamente. Crescimento se deve à produção agrícola.

Ouçó o Senador Heráclito Fortes.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Senador Sérgio Guerra, como é costume, os pronunciamentos de V. Ex^a nesta Casa vêm carregados de profundidade e, acima de tudo, tratam de assuntos de elevada importância. Mas este pronunciamento que V. Ex^a faz hoje nesta Casa, além da sua importância, pode transformar-se em uma peça histórica, porque traz em seu bojo essa carta do Governador Jarbas Vasconcelos. É o primeiro documento que o Brasil recebe de um governante que alerta pessoalmente o Presidente da República e, por consequência da sua divulgação, a toda Nação para o que estamos começando a viver. Este é um fato anunciado dias atrás, quando se ameaçava o abril vermelho. Não é um fato isolado. Isolada temos aqui nesta tarde – por isso quero louvar e parabenizar S. Ex^a – a atitude do Senador Eduardo Suplicy, que se alia ao Governador Jarbas Vasconcelos, a V. Ex^a e à Nação como um todo nas preocupações. Seria importante que essa fosse uma preocupação coletiva dos que compõem a base do Governo, que estivessem aqui não somente para se solidarizarem com o Governador Jarbas Vasconcelos e com os outros Governadores que estão vivendo o mesmo problema, mas também para apresentar soluções. Falo aqui um pouco do meu lado pernambucano e efetivo, por conhecer o Governador Jarbas Vasconcelos, que vem sendo freqüentemente reconhecido nas pesquisas que se realizam em todo o Brasil como o melhor Governador e o mais popular. Mas essa popularidade do Governador Jarbas Vasconcelos é consequência da sua atuação, da sua personalidade, da seriedade com que governa e, acima de tudo, da autoridade que

exerce; isso faz com que Pernambuco todo o admire. O que V. Ex^a acabou de dizer que jamais aconteceria, a invasão do Palácio Campo das Princesas, Pernambuco e o Brasil todo sabem. Agora, a quem interessa esse tipo de provocação? A quem interessa levar essa chama de incerteza? Portanto, acredito que V. Ex^a, neste momento, ao fazer este pronunciamento e trazer esse documento histórico a esta tribuna, presta um extraordinário dever ao País. Lamento que os Ministros encarregados da área, responsáveis pelo setor, não tenham se manifestado ainda a contento, para que pelo menos a Nação durma em paz. Muito obrigado, nobre Senador.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Agradeço as palavras lúcidas do Senador Heráclito Fortes, que tem raízes em Pernambuco, conhece o Estado, sua conjuntura, dificuldades e virtudes.

Não me atribuo a menor importância neste episódio, que é, contudo, extremamente importante. Não é habitual nem aceitável que lideranças sindicais ou de entidades não sindicais ilegais, como o MST, ameacem publicamente instituições brasileiras sem que se tomem providências quanto a isso.

Ouçó o Senador César Borges.

O Sr. César Borges (PFL – BA) – Agradeço-lhe a oportunidade de manifestar-me, Senador Sérgio Guerra. Parabenizo V. Ex^a pelo pronunciamento. Esta questão preocupa hoje a Nação brasileira. Dentro do Governo, há uma situação problemática: o Ministro Miguel Rossetto deveria estar no âmago da questão. Deveria tentar resolvê-la, tomar providências, negociar, chamar todo o movimento para acertos, procurando atender às reivindicações, justas muitas vezes injustas são as ações promovidas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. No entanto, o Ministro não assume essa postura. Ao contrário, faz a defesa de ações totalmente ilegais, patrocinadas pelo MST. Veja o caso da Veracel, terra produtiva, grande investimento gerador de seis mil empregos diretos na construção de uma grande unidade. Nesse caso – observe bem, Senador –, o Ministro disse que o Governo Federal não poderia fazer absolutamente nada. Ninguém queria que se usasse a força, não, mas a negociação. Pois bem! O Governo do Estado é que teve de negociar e resolver a questão. Então, veja V. Ex^a que o Governo Federal se furta de sua responsabilidade. E, pela sua leniência, muitas vezes fomenta a multiplicação dessas ações tão danosas para o nosso País e para os nossos Estados, como é o caso de Pernambuco e da Bahia. Portanto, parabenizo V. Ex^a, mas temos de exigir que o Governo Federal assuma o papel de negociador dessa grave questão, haja vista que a falta de ação do Governo

Federal tem estimulado as ações violentas do MST. Muito obrigado, Senador Sérgio Guerra.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Agradeço a palavra do ex-Governador, administrador dos mais lúcidos e excelente Senador César Borges, que dá o foco adequado ao problema.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Vou encerrar, Sr. Presidente.

Estamos diante de um cenário extremamente complicado. Não é apenas o caso de alguém que, no Governo, promoveu irregularidades e corrupção. Esse é um caso grave. Estou falando agora da rua, do campo, do processo social de maneira geral e dos sintomas, que são gravíssimos.

Há poucos dias, estavam aqui famílias de militares reclamando do cenário de desprezo que se tem no Brasil, hoje, em relação às Forças Armadas. Não seremos nós da Oposição que vamos incendiar, nem provocar reações militares. Mas é evidente que o tratamento dado pelo Governo Federal brasileiro às suas Forças Armadas é desequilibrador e desequilibrado.

Outra estrutura extremamente sensível é esta da terra, sensível do ponto de vista macroeconômico, bem como do ponto de vista da segurança econômica e social. Precisamos encarar isso com mais responsabilidade – e seguramente esse Ministro não a tem, bem como não tem fundamento, origem e consistência para enfrentar o problema. O Presidente Lula deve entender que é extremamente urgente a nomeação de um ministro que saiba presidir esses fatos; que não se trata de recuar em relação aos seus compromissos para a reforma agrária, e que, ao contrário, essa política que está aí não produzirá reforma agrária alguma. Se o Presidente Lula não tiver essa capacidade de discernimento e de liderança – não posso acreditar seja essa a sua convicção, pois é um homem da terra, do sertão e brasileiro, trabalhador, que saiu do Nordeste brasileiro –, não teremos chance de resolver esse problema de forma estruturada e correta. Os sinais são de agravamento, de descontrole e de crescente irresponsabilidade.

Fiz esse pronunciamento hoje, convencido de que estou cumprindo o meu papel de representante do Estado, como Senador da República eleito com a tarefa de representar todos os pernambucanos e até muitos daqueles que precisam de uma reforma agrária.

Agradeço a atenção do Sr. Presidente e das Sr^{as} e Srs. Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Concedo a palavra ao nobre Senador Eduardo Suplicy.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Sr. Presidente, solicito a palavra pela Liderança do Governo, no momento apropriado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – V. Ex^a está inscrito aqui na seqüência.

Senador Eduardo Suplicy, V. Ex^a dispõe da palavra por até vinte minutos, pela Liderança do Partido dos Trabalhadores. Aliás, a Presidência cometeu um pequeno equívoco. É a vez do Senador César Borges. Em seguida, V. Ex^a terá o direito à palavra.

Senador César Borges, V. Ex^a dispõe da palavra por até vinte minutos.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o País vive hoje uma situação muito perigosa. Nesta tarde, diversos Senadores trouxeram suas preocupações em relação ao nosso País.

De um lado, há o discurso oficial do Governo, sempre pronto a mascarar qualquer situação indesejada, sempre pronto a minimizar a grave situação do País. De outro, a difícil realidade social e econômica vivida pelo Brasil e que infelizmente se agrava a cada dia.

A verdade é que o Governo do Partido dos Trabalhadores criou um mundo virtual, um mundo só para eles, que abriga todas as ilusões e fugas do seu Partido, tentando escapar de uma situação grave, dolorosa e desagradável para todos os brasileiros.

Nesse seu mundo imaginário, o Governo expressa o que gostaria de ser, não o que é o dia-a-dia. Faz discursos, promessas e previsões virtuais, tudo para vencer uma realidade cada vez mais hostil.

Para o Governo, tudo é sempre uma questão de discurso e *marketing*.

Quantas vezes, nesses 16 meses de Governo, ouvimos promessas de crescimento econômico, de espetáculo de crescimento? Os números apresentados pelo Ministro da Fazenda e pelo Ministro Guido Mantega como foi feito hoje na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, de que o País crescerá e gerará emprego e renda, não demonstram a realidade. Isso é algo criado apenas no imaginário dos governantes do País.

Essa situação, entretanto, torna-se cada vez mais insustentável, na medida em que, a cada dia, cresce a distância entre o discurso virtual do Governo e a realidade do País.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, citarei algumas informações que muitos já devem ter lido nos jornais da grande mídia nacional.

O jornal **Folha de S. Paulo** publicou a seguinte manchete: “Consumo das famílias tem queda recorde”. Em 2003, o total gasto pelas famílias no País foi R\$25,8

bilhões menor que o registrado em 2002. Foi a maior queda desde 1990, quando foi feito esse levantamento pela primeira vez.

A manchete do jornal **O Estado de S. Paulo** refere-se ao PIB – Produto Interno Bruto do Brasil, que, em 2003, somou R\$1,5 trilhão, e o País caiu da posição de 12ª maior economia do mundo para a 15ª.

Outra manchete do jornal **O Estado de S. Paulo**: “Indústria paulista cresceu apenas 0,2% em fevereiro”. E o Governo diz que o País já retomou o crescimento econômico.

Manchete do jornal **O Globo**: “Carga tributária subiu para 36,11%”. Pesquisa do Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário mostra que, ao contrário do que foi dito e previsto pelo Governo, houve crescimento real da carga tributária brasileira e houve um recorde de arrecadação do Governo, agora, no mês de março, não porque a economia esteja crescendo, mas porque o Cofins, em virtude da medida provisória, se aplica a vários produtos, inclusive importados, encarecendo-os para o bolso do povo brasileiro.

Diz outra manchete da **Folha de S. Paulo**:

“Investimento sobe em ritmo de contagotas”.

A taxa de investimento cresceu 0,8% em janeiro deste ano em relação a dezembro de 2003. Esses números ainda não são suficientes para compensar as quedas sofridas em novembro e dezembro de 2003. Quer dizer, falta investimento do setor público e do setor privado.

Diz outra manchete do **Estado de S. Paulo**:

“Comércio adia compras do 2º trimestre”. Diante do fraco crescimento das vendas nos três primeiros meses do ano, boa parte das lojas resolveu atrasar as encomendas para o Dia das Mães.

Diz uma manchete do **Jornal do Brasil**:

“Confiança do consumidor cai em relação ao fim do ano”. O consumidor brasileiro ficou menos confiante em relação à economia do País no primeiro trimestre deste ano, na comparação com os últimos três meses de 2003, revelou pesquisa divulgada pela Confederação Nacional da Indústria (CNI).

Sr. Presidente, essas informações mostram que, apesar das constantes e reiteradas declarações oficiais de que tudo está bem e que já começou o espetáculo do crescimento, a situação do País não é nada boa.

Há um diálogo que teima em não se estabelecer, porque os interlocutores do Governo parecem tratar de outro país. É visível o descolamento entre o dis-

curso do Governo e a realidade dura na qual vivem os brasileiros ou, pelo menos, a grande maioria do povo brasileiro.

O recente caso da propaganda enganosa preparada pelo publicitário Duda Mendonça para divulgar os investimentos do Governo na agricultura familiar é a prova incontestável de que o discurso de palanque e o *marketing* têm seus limites.

A peça de publicidade do Governo, que retirou R\$8 milhões dos cofres públicos, não conseguiu mascarar a dura realidade de que o País está semiparalisado e, em alguns setores da economia, está paralisado, assim como os principais programas sociais e a própria máquina pública brasileira estão literalmente paralisados.

Ainda ontem, o Senador Antonio Carlos Magalhães trouxe aqui uma manchete de um jornal da Bahia dizendo que, com a recuperação das estradas da Bahia, as empresas se desmobilizaram porque não podem ficar mobilizadas se nada recebem. O Dnit está totalmente paralisado.

Mas, Sr. Presidente, será que é possível fazer alguma propaganda da atuação do Governo Federal na área social sem recorrer a uma encenação?

O Programa Fome Zero, menina dos olhos do Governo Federal, gastou, no ano passado, mais dinheiro com a burocracia do que efetivamente combatendo a fome do povo brasileiro.

Também o Programa Primeiro Emprego, lançado com pompa e circunstância pelo Governo Federal para ajudar os jovens, não empregou sequer 500 pessoas, número muito distante da meta de 250 mil empregos prometidos pelo ex-Ministro Jaques Wagner.

Hoje, a televisão mostrava para todo o Brasil as filas na cidade do Rio de Janeiro, causando, inclusive, tumulto público para disputar uma vaga de trabalho, que, infelizmente, a economia sem crescimento não oferece ao povo trabalhador brasileiro.

Enquanto isso, recursos para combater o trabalho infantil estão atrasados. Os recursos não estão sendo liberados para o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil. Recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador, FAT, que são recursos do trabalhador brasileiro, não estão sendo liberados para treinamento do trabalhador brasileiro.

Essa paralisia do Governo e, conseqüentemente, do próprio País, provocou uma crise dentro da própria base aliada, a qual se vive, hoje, aqui nesta Casa e também na Câmara dos Deputados.

Quase todos os partidos que compõem a Base vieram a público cobrar mudanças urgentes na política econômica e também social do Governo, supostamente a única responsável pela inação do Governo.

Alguns chegaram até mesmo a cobrar a demissão do Ministro Antônio Palocci, como o Presidente do PL.

Tenho sido um dos críticos da atual política econômica conduzida pelo Ministro Palocci, mas a verdade é que a grande paralisia do Governo se deve mais a questões internas do próprio Governo, ou seja, microeconômicas.

A falta de uma agenda microeconômica representa, sim, o grande fracasso desse Governo.

Gostaria de dar um aparte ao nobre Senador Mão Santa, do nosso querido Piauí.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador César Borges, sem dúvida alguma, V. Ex^a, que foi Governador e, agora, é um Senador brilhante, representa a grande liderança do novo Nordeste, com perspectivas invejáveis. Eu gostaria apenas de dizer que há um desânimo de todos os profissionais liberais, de todos os empresários. Quando me formei em Medicina e comecei a trabalhar – e tenho 61 anos de idade – a cada ano trabalhado pagava-se um mês ao Governo. Atualmente, como disse V. Ex^a, esse percentual é de 27%. Ou seja, cada brasileiro paga de impostos cinco meses de seu trabalho, por ano, ao Governo. O PT é o Partido do tributo. Agora o PT é isso. E gostaria de prestar uma homenagem. A música revela mais do que a sabedoria, mais do que a filosofia. O cantor do trio elétrico da Bahia, Ricardo Chaves, canta: “Acabou, acabou...” Acabou o Governo do PT. Apenas o Senador Eduardo Suplicy está aqui presente, solitário, isolado e abandonado. Portanto, a música de Ricardo Chaves é o atual hino do PT: “Acabou, acabou...” Acabou o Governo.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Agradeço o aparte, nobre Senador Mão Santa, que sempre com fina ironia e criatividade coloca o temor dos brasileiros, pois em um ano e quatro meses de governo estamos vivenciando e verificando que o Governo realmente não possui um rumo para levar este País ao tão desejado crescimento econômico e à melhoria da qualidade de vida de todo o seu povo.

Mas eu dizia, Senador Mão Santa, que os verdadeiros culpados pelas dificuldades do País para a retomada do crescimento econômico sustentado são os condutores das políticas microeconômicas, muito mais até do que o Ministro Palocci. Esses condutores da política microeconômica, que são os Ministros do Governo, estão, na verdade, mostrando-se despreparados, com uma visão muito míope e estão levando o País a um retrocesso sem precedentes.

Temos hoje Ministérios demais e resultados de menos. Talvez porque os Ministros tenham sido escolhidos para atender acordos políticos ou reparar der-

rotas eleitorais. E essa situação é agravada também pela superposição de competência entre Ministérios que, por terem sido criados artificialmente, não têm uma ação conseqüente.

A reclamação da carência de recursos públicos é uma constante no Governo. Porém, se não há recursos públicos, é importante que sejam criadas condições de atração de investimento no setor privado. Porque efetivamente o Poder Público Federal perdeu sua capacidade de investimento: no ano passado, investiu menos de R\$2 bilhões. Este ano está previsto, no Orçamento, investir R\$15 bilhões e já fizeram contingenciamento de R\$6 bilhões. E quando terminar o ano – porque a execução até agora foi pífia, menos de 4% –, teremos um resultado praticamente igual ao do ano passado. Mas o que faz o Governo para atrair o investimento privado, a confiança dos empresários, responsáveis pela maioria dos empregos gerados neste País? Porque os empregos não serão gerados, Sr^{as} e Srs. Senadores, por esse trem da alegria que está para ser aprovado nesta Casa. Não vamos resolver a situação do povo brasileiro, criando 2.797 cargos comissionados, para os apaniguados do partido que está no Governo. Na verdade, vamos criar empregos, fomentando o setor privado a investir, a ter confiança no retorno do seu investimento, a ter tranquilidade para sua atividade econômica.

Mas o que fez, até agora, o Governo Lula para atrair investimentos na direção do setor de infra-estrutura, por exemplo, no qual disse ser tão importante a participação do setor privado? Infelizmente, nada, porque o projeto da Parceria Público-Privado, na verdade, visa burlar a Lei nº 8.666. Isso já está sendo denunciado em todo o País. Mas não ter a colaboração do setor privado, porque vai dar pelo PPP o respaldo para que o endividamento público continue crescendo, sem o risco que o setor privado assume nos seus empreendimentos...

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Senador César Borges, V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Com muito prazer, Senador Heráclito Fortes.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Não sairia deste plenário tranqüilo e satisfeito, se não tivesse a ousadia de apartear-lo no final de seu pronunciamento, repleto de lucidez muito peculiar à sua trajetória. V. Ex^a, didaticamente, mostra à Nação as preocupações de um homem público responsável, que teve a honra de

governar o seu Estado, a Bahia, e sabe mais do que ninguém qual é a importância de um investimento para o Estado, no momento em que ganhou uma disputa com o próprio PT, para a instalação ali de uma fábrica da Ford.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Muito bem lembrado, Senador.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Naquela época, a instalação de uma fábrica da Ford não foi prioridade para o Rio Grande do Sul. V. Ex^a comprou a briga e, de maneira brava, fez com que a Bahia hoje produzisse o único carro brasileiro vendido com ágio, o famoso EcoSport, um dos carros da linha Ford produzidos na Bahia. Para isso, é preciso ter garra, querer, gostar e saber administrar. Senador César Borges, estamos vivenciando uma paralisia. Estamos aqui em plena quinta-feira – o Senador Mão Santa lembrou muito bem –, e o Senado da República está acéfalo. No plenário, há uns poucos heróis, cumprindo o dever. É bom que a Nação veja que o Senado está vazio, porque não há debates. E quem traz debates para o plenário é o Governo. Quem governa traz o que quer votar para o plenário, que fica cheio ou vazio de acordo com a ordem e o humor do governante. Hoje, pela manhã, tivemos uma sessão de simples homologação ou aprovação do PPA e que não pôde ser realizada por falta de número. Quem traz número é a Maioria, e quem é a Maioria é o Governo. Hoje, houve o anúncio de um banco americano – e estou isento disso, porque discordo desses anúncios – que falava no aumento do Risco Brasil. Não ouvi uma voz do Governo dar uma satisfação à Nação brasileira, protestando, justificando, tranquilizando, seja lá o que for. Assim não dá, Senador César Borges! Nós, da Oposição, já estamos numa situação incômoda, porque queremos ajudar este Governo de todas as maneiras e não encontramos mais meios. Senador César Borges, o Brasil hoje assiste à TV Senado, ao nosso sistema de comunicação. E se avaliarmos, um ano e quatro meses de Governo, veremos que todas as crises existentes foram criadas pelo próprio Governo e não pela Oposição, que, às vezes acanhada, tenta ajudar, para mostrar que não está se entregando, que não faz fisiologismo – embora tenha quem faça –, porque quer que o Brasil dê certo. Mas para que isso aconteça é preciso que haja comando, liderança. Senador César Borges, louvo a presença na Presidência da Casa do Senador Alberto Silva, Governador do meu Estado por duas vezes, e pelas mãos de quem comecei a fazer política no Piauí, e que é testemunha da história. Quer ver em que consiste a falha do Governo? Por meio de um pedido de informação – e a imprensa está sempre atenta para isto –, vamos examinar quantos Congressistas o atual Presidente da República recebeu em um ano e quatro meses de Governo, e quantos Congressistas o ex-Presidente Fernando Henrique recebeu nesse mesmo período. Ninguém governa, no Brasil democrático, sem o apoio deste Congresso. Este Congresso é forte, embora

incompreendido, muitas vezes, pela opinião pública. Todos os que resolveram desafiar o Congresso brasileiro não se deram bem. Quando falo em audiências, não me refiro a churrascos, festas e viagens. É muito simples: vamos fazer um comparativo entre as agendas de trabalho dos dois Presidentes nos primeiros 16 meses de Governo. E, por justiça, serei o defensor do Presidente Lula. Sua Excelência não é o culpado de nada disso. A culpa é de quem o cerca. A preparação dessa agenda é feita por uma equipe. O mais competente de todos – vamos ser justos – está imobilizado. Quem tinha noção de governo e de comando, porque comandou um Partido forte como o PT, é, infelizmente, vítima de fogo amigo. Não foi a Oposição que criou essa situação. E o Governo está parado. Louvo V. Ex^a e parabeno-o pela Ford, pois o Nordeste, não apenas a Bahia, eternamente lhe será grato. Dou uma sugestão ao PT: aprenda com a Oposição de hoje a governar, que o Brasil dará certo! Muito obrigado.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Senador Heráclito Fortes, agradeço seu aparte e o incorporo inteiramente ao meu pronunciamento. V. Ex^a fez uma análise muito correta da situação de paralisia ou semi-paralisia do Governo Federal. Agradeço a referência à conquista da Ford. Realmente, foi a determinação dos baianos, não apenas a minha como Governador, mas da Bancada da Bahia, liderada pelo Senador Antonio Carlos Magalhães e pelos nossos Deputados Federais. E tivemos a incompreensão do PT, que ficou contra. O PT baiano votou contra a ida da Ford para a Bahia. Todos sabem que a Ford ia para o Rio Grande do Sul, mas o PT não honrou os compromissos com a montadora. Essa foi a grande sorte da Bahia, e já havia compromissos assinados...

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Aconteceu com o Governo do Rio Grande do Sul o mesmo que com o Ronaldinho, na final da Copa da França: amarelou.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Então, não houve a compreensão da importância de um empreendimento como esse. Nós trabalhamos, conseguimos levar a Ford para a Bahia, e hoje ela gera diretamente, pelo seu **site**, 5,5 mil empregos diretos e produz o impacto na economia de mais de 50 mil empregos indiretos.

Sr. Presidente, a Bahia, no ano passado, teve um crescimento do seu Produto Interno Bruto da ordem de 4%, enquanto o do Brasil diminuiu 0,2%, porque tivemos essa determinação. Recordo-me de que fiz publicar nos jornais, quando soube que a Ford tinha problemas no Rio Grande do Sul, anúncios que diziam: “GM e Ford, venham para a Bahia. Aqui se cumprem compromissos”. Isso despertou a Ford a procurar a Bahia, e nós

cumprimos todos os compromissos com aquela empresa, que hoje é um sucesso no meu Estado.

Felizmente, isso aconteceu graças à determinação dos baianos e – o Senador Heráclito Fortes vai me permitir – à ajuda do PT, porque se não houvesse o PT no Rio Grande do Sul, não teríamos conquistado a Ford para a Bahia. Infelizmente, essa é a verdade para os gaúchos.

Sr. Presidente, somente para concluir, o investimento em infra-estrutura é fundamental para permitir um crescimento saudável e sem sobressaltos.

Na área de transportes a situação é caótica. As rodovias e ferrovias federais precisam de recuperação urgente para baratear os custos e proporcionar segurança aos usuários.

Hoje a televisão estampava a fila de vinte e cinco quilômetros de caminhões no Porto de Paranaguá. Vejam o sobrecusto em cima dos produtos brasileiros, por conta dessa demora.

Se nada for feito para recuperar as nossas rodovias e ferrovias, teremos sérios problemas no escoamento da produção e um encarecimento dos fretes de uma forma geral, impondo dificuldades inúmeras aos setores econômicos.

A questão regulatória é vital para atração de investimento privado. Mas o que fez o Governo? Em vez de fortalecer as agências reguladoras, o Governo decidiu enfraquecê-las, afugentando o investimento privado e prejudicando o crescimento do País. Recentemente, sabe o Senador Romero Jucá, o Governo editou mais uma medida provisória sobre as agências reguladoras, para ganhar novamente, centralizando o poder dos Ministérios, quando as Agências eram exatamente para dar segurança aos investimentos externos.

Isso para não falar das invasões de terra tão comentadas nesta tarde, da polêmica dos transgênicos, da ausência de marco regulatório para área de saneamento básico e tantas outras questões sem solução e que inibem o investimento privado.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha)

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Para encerrar, Sr. Presidente, o Estado brasileiro está atrapalhando em vez de ajudar. É isso o que diz hoje a maioria dos analistas econômicos e políticos do País.

Como gosta o Senador Mão Santa de citações, disse certa vez o ilustre baiano Rui Barbosa: “Se tenho combatido a Monarquia, a culpa não é minha e, sim, dela, de sua aversão a reformas necessárias, o que a coloca numa situação que periga”.

Recorro às palavras de Rui Barbosa para ressaltar que, se tenho combatido essa realidade paralela imposta pelo discurso oficial, a culpa não é minha, mas

do Governo Federal, que, mediante atitudes escapistas, coloca a si próprio e o País em uma situação de fragilidade e perigo.

Longe da realidade, o Governo está-se perdendo em discussões estéreis e inúteis. É preciso que o Governo abandone imediatamente seu mundo imaginário e comece efetivamente a governar, cumprindo as promessas e realizando o sonho de felicidade social do povo que, com tão boa-fé, o elegeu. Quando isso acontecer, vamos aplaudir o Governo com satisfação e orgulho.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. César Borges, o Sr. Paulo Paim, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Alberto Silva, 2º Secretário.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Alberto Silva. PMDB – PI) – Pois não.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Senador Eduardo Suplicy seria o próximo orador inscrito, e eu falaria em seguida pela Liderança do Governo. S. Ex^a, porém, concordou em trocar de lugar comigo, para que eu faça um breve registro de apenas um minuto, já que tenho uma reunião no Palácio do Planalto e preciso me retirar.

O SR. PRESIDENTE (Alberto Silva. PMDB – PI) – Já que o Senador Eduardo Suplicy está de acordo, concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, gostaria de fazer um registro sobre o reajuste dos servidores federais.

Na semana passada, os servidores de Roraima receberam uma informação verdadeira de que o Ministério do Planejamento estaria estudando o quadro de reajuste salarial dos servidores federais, que não abrangeria os militares e os servidores dos ex-territórios, Roraima, Amapá e Rondônia.

Entramos em contato com o Ministro Guido Mantega e demonstramos a S. Ex^a que seria inaceitável esse tipo de posição, porque representaria uma discriminação contra os Estados mais pobres do Brasil e contra servidores federais que atuam de forma decisiva para atender à população em toda as áreas do Estado.

O Ministro foi sensível a esse pleito e, desde a semana passada, garantiu-me que os servidores de Roraima também terão reajuste salarial à semelhança dos servidores federais. Como o Senador Mozarildo Cavalcanti já fez esse registro aqui, levantando dúvida

se aconteceria ou não, quero dizer que o compromisso do Ministro é de resolver a questão e eu estarei acompanhando, junto com os Senadores Augusto Botelho e Mozarildo Cavalcanti, assim como as Bancadas do Amapá e de Rondônia, para que nós não sejamos discriminados.

Quero fazer justiça ao Ministro, que entendeu a posição e já determinou estudos. Portanto, os servidores de Roraima também terão reajuste salarial federal da forma como estava previsto.

Era essa a comunicação que pretendia fazer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alberto Silva. PMDB – PI)

– Concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy, pela Liderança do PT.

V. Ex^a dispõe de seis minutos.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP.

Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, agradeço a Senadora Ana Júlia Carepa, que me designou a utilizar a palavra pela Liderança do PT.

Aproveito a oportunidade para transmitir os votos de melhoras à Senadora Ideli Salvatti, que esteve aqui ontem. Eu a visitei anteontem, no Hospital Sarah Kubitschek, onde S. Ex^a está se recuperando rapidamente de uma cirurgia de hérnia na região cervical e, já na próxima semana, felizmente, estará de volta, para continuar o embate diante dos desafios dos Senadores Mão Santa, César Borges, Heráclito Fortes e Augusto Botelho e do Presidente desta sessão, enfim, de todos que estão sempre a nos instigar a responder os desafios e na defesa do Presidente Lula e do seu Governo.

Sr. Presidente, prezados Colegas, neste instante, no Tribunal Superior Eleitoral, está ocorrendo um julgamento de grande relevância para a vida de um de nossos colegas, o Senador João Capiberibe, conforme todos estão cientes.

Hoje, o eminente jurista Dalmo de Abreu Dallari publicou artigo no **Correio Braziliense** sobre esse episódio, intitulado “Em nome da Justiça”, que me parece importante ler, inclusive em nome da Liderança do PT.

Uma das formas mais graves de afronta à Justiça, como valor fundamental da humanidade, é a utilização desonesta dos meios institucionais implantados para a promoção da Justiça, utilizando-os para a satisfação de interesses essencialmente injustos. Quando isso ocorre, a própria idéia de Justiça se corrompe, porque se confunde com simulação, e os órgãos que se pressupõe serem guardiões da Justiça se desmoralizam, porque já ninguém acredita em sua autenticidade.

Um fato muito grave está ocorrendo hoje no Brasil, que não pode ser ignorado por quem se preocupa com a preservação das conquistas democráticas e com a observância dos padrões éticos na convivência humana. Tramita no Tribunal Superior Eleitoral um processo que tem por objetivo a cassação dos mandatos do Senador João Capiberibe e da Deputada Federal Janete Capiberibe, eleitos pelo Amapá, duas figuras públicas do mais alto nível, por sua integridade, por seu espírito público, assim como por seu compromisso com os valores fundamentais da pessoa humana.

Derrotada nas urnas, inconformada pela perda dos privilégios, a oligarquia amapaense tenta cassar os mandatos conferidos pelo povo dentro da mais estrita legalidade. Alega-se que a eleição foi viciada por ter havido a compra de votos e, sem nenhuma comprovação do fato em si e, menos ainda, do envolvimento pessoal dos dois Parlamentares, pretende-se a cassação de seus mandatos. Antes de tudo, existe um pressuposto legal de regularidade das eleições, que só pode ser afastado se houver prova clara e indiscutível da prática de atos que afrontem princípios e normas constitucionais e legais, prejudicando direitos e comprometendo a legitimidade do resultado proclamado.

As eleições constituem um dos pontos fundamentais do sistema democrático representativo e não se pode declarar levemente sua nulidade, sob pena de abalar a estabilidade institucional. Se os candidatos foram declarados eleitos, se foram diplomados e se estão no exercício do mandato, a cassação com base em vício das eleições, irá desencadear uma série de conseqüências jurídicas e políticas graves: haverá inevitável efeito desmoralizador, lançando descrédito sobre o sistema eleitoral e a Justiça Eleitoral.

No caso em questão, já houve rejeição da denúncia pelo Judiciário do estado do Amapá. A conclusão do voto do presidente do TRE daquele estado é uma demonstração eloqüente de que o Judiciário pode ser confiável e de há juízes que são ciosos de sua independência e conscientes de sua responsabilidade, decidindo com imparcialidade em circunstâncias difíceis. O presidente do TRE do Amapá assim se expressou:

“Pronuncio-me pela fragilidade da prova produzida nestes autos com muita tranqüilida-

de, com a consciência de um juiz. E faço este registro muito à vontade, porque integro o Tribunal de Justiça do Estado do Amapá, o órgão mais perseguido nos últimos quatro anos do governo do sr. João Alberto Rodrigues Capiberibe. Poderia, neste momento, tirar proveito da minha posição para decidir de forma contrária. Mas, se assim o fizesse, não seria digno do cargo que exerço, não estaria sendo um autêntico juiz. Estou votando com minha consciência tranqüila, porque estou demonstrando ao sr. João Alberto Rodrigues Capiberibe que na Justiça do Amapá há juízes”.

Louvo a atitude desse juiz por ter assim se expressado e formulado o seu voto.

O reconhecimento da inexistência de provas da prática de ilegalidade pelos denunciados levou o TRE a recusar as acusações.

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP)

– Sr. Presidente, estou concluindo.

O SR. PRESIDENTE (Alberto Silva. PMDB – PI)

– Senador Eduardo Suplicy, V. Ex^a ainda dispõe de dois minutos.

Peço desculpas por interrompê-lo, mas devo prorrogar a sessão por dez minutos.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP)

– Obrigado, Sr. Presidente.

Entre outros fundamentos foi ressaltado que mesmo a eventual prática de ilegalidades por algum eleitor ou adepto dos acusados não serviria de base para a cassação do mandatos, desde que tais ilegalidades não tenham tido influência nos resultados e sendo certo que os acusados não participaram das práticas ilegais, não sendo justo nem legal puni-los por atos de terceiros.

Dessa decisão do tribunal do Amapá houve recurso e o processo está agora no TSE. Evidentemente, os membros daquele tribunal são livres na apreciação das provas, mas é absolutamente necessário que sejam alertados para que não se deixem levar por eventual aparência de prova, o que poderá ocorrer pelo excesso de trabalho ou pela manipulação hábil dos fatos por parte dos acusadores. É indispensável que os julgadores da instância superior decidam com a independência e a imparcialidade demonstradas pelo presidente do TRE do Amapá.

Louvo aqui o sentido de imparcialidade e de juridicidade do Professor Dalmo de Abreu Dallari. Ele é Professor visitante da universidade de Paris, Vice-Presidente da Comissão Internacional de Juristas, Professor

Titular da Faculdade de Direito da USP e nos dá aqui importantes lições, que espero estejam sendo ouvidas, neste instante, no Tribunal Superior Eleitoral.

Em nome também da Justiça, Sr. Presidente, ressalto, lembrando a Senadora Ana Júlia Carepa, que, neste sábado, fará oito anos que ocorreu o triste episódio do massacre de Eldorado de Carajás, em que inúmeros trabalhadores rurais sem terra foram mortos. E, até hoje, não há uma pessoa sequer que tenha sido detida por aquele ato que, infelizmente, constitui uma das páginas tristes da história da luta pela reforma agrária em nosso País.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alberto Silva. PMDB – PI)

– Concedo a palavra à Senadora Lúcia Vânia, por oito minutos.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO. Pronuncia

o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, traz uma grande expectativa para o Centro-Oeste a Emenda Constitucional nº 43, promulgada hoje, que prorroga a aplicação de um percentual mínimo de recursos federais em irrigação.

Pela relevância da matéria, quero cumprimentar seu autor, o ex-Senador goiano Mauro Miranda. Essa promulgação também é o reconhecimento do esforço da Bancada do Centro-Oeste, especialmente do seu coordenador, o Senador Jonas Pinheiro, que tem procurado dar agilidade a todos os interesses da região.

Apesar da importância dessa medida, gostaria de fazer algumas colocações com base em estudo técnico elaborado pela Frente Parlamentar do Centro-Oeste.

Em primeiro lugar:

– Discutiu-se, por um ano, o melhor prazo para a prorrogação, sem levar em conta que esse tempo será abatido do período estabelecido pela Emenda.

– Ou seja, de fato, a prorrogação será por apenas nove anos, e não dez, porque os efeitos da Emenda serão válidos até 05/10/2013.

Em segundo:

– Não será a prorrogação o mecanismo necessário e suficiente para garantir o cumprimento do percentual mínimo definido para a região Centro-Oeste, que é de 20%.

– Porque, durante o prazo dado originalmente pela Constituição de 1988, que era de 15 anos, não alcançamos sequer a metade do percentual previsto no dispositivo constitucional. Ou seja, esse dispositivo nunca foi cumprido na sua totalidade.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, há que se criar condições para que realmente 20% dos recursos federais para a irrigação cheguem ao Centro-Oeste.

Estudo da Frente Parlamentar, e já encaminhado aos membros da Frente Parlamentar do Centro-Oeste, detectou que, apesar de esse percentual nunca ter sido cumprido integralmente nas propostas orçamentárias, os valores alocados foram até maiores em determinados anos – essa é uma luta que travamos todos os anos na Comissão de Orçamento. Atingimos um percentual próximo a 20%, mas a sua execução está bem aquém do que conseguimos no Orçamento.

Pasmem, Sr^{as} e Srs. Senadores!

Enquanto as propostas orçamentárias, como eu disse, atingiram percentuais próximos aos 20%, a execução não chegou a 10%.

Esse diagnóstico prova que a questão não é temporal.

Com base nesse estudo, elaborei uma proposta que poderá ser somada à PEC do Senador Antonio Carlos Magalhães, que está tramitando nesta Casa. Trata-se da criação de um Plano Diretor de Irrigação Regional, na forma de lei específica.

Tenho notícia de que, na gestão do Senador Ramez Tebet, quando era Superintendente da extinta Sudeco, órgão pertencente ao Ministério da Integração Regional, S. Ex^a havia iniciado a elaboração de um Plano Diretor Regional de Irrigação. No entanto, após a sua saída, esse plano ficou paralisado, e hoje ressentimos a sua importância para que o percentual fosse aplicado.

A proposta da criação do Plano Regional de Irrigação mudará consideravelmente o panorama, pois induz um planejamento ordenado e contribuirá consideravelmente para o cumprimento do dispositivo constitucional ora prorrogado.

A canalização de esforços e recursos federais para o Centro-Oeste é, antes de mais nada, um bom negócio para o Brasil. É dever e interesse da União cuidar do desenvolvimento das regiões desfavorecidas em termos de infra-estrutura e de industrialização. No caso do Centro-Oeste, há uma motivação especial e adicional: o retorno será rápido e altamente compensador para o conjunto do País.

Encerro minhas palavras elogiando a promulgação da PEC nº 43, que nos possibilita a criação desse programa, que beneficiará a região Centro-Oeste.

Finalmente, chamo a atenção para a necessidade de a Bancada do Centro-Oeste, coordenada pelo eminente Senador Jonas Pinheiro, continuar sua luta no sentido de elaborar o Plano Diretor Regional de Irrigação, que, sem dúvida, fortalecerá a prorrogação

e fortalecerá, de forma muito especial, projetos da região Centro-Oeste.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alberto Silva. PMDB – PI) – Senadora Lúcia Vânia, a Mesa se associa às propostas de V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Alberto Silva. PMDB – PI) – Os Srs. Senadores João Alberto Souza, Flávio Arns, Valmir Amaral, Valdir Raupp, Romero Jucá, a Sr^a Senadora Ana Júlia Carepa, e os Srs. Senadores Antero Paes de Barros, Eduardo Azeredo, Reginaldo Duarte, Sérgio Guerra, Alvaro Dias, Leonel Pavan, Rodolpho Tourinho e Efraim Moraes enviaram discursos à Mesa para serem publicados, na forma do disposto no art. 203, combinado com o inciso I e o §2º do art. 210 do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (PMDB – MA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, em 24 de agosto de 2001, por meio da Medida Provisória nº 2.156-5, foi criada a Agência de Desenvolvimento do Nordeste, a Adene. A mesma medida extinguiu a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – antiga Sudene. Posteriormente, em 2003, o projeto de lei complementar, por seu turno, propôs a recriação da Sudene, na forma do art. 43 da Constituição Federal, e a extinção da Adene.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, esses sucessivos eventos, até este momento, não saíram das perspectivas e das boas intenções. A nova Sudene, blindada contra a corrupção, concebida para ser uma instituição capaz de incentivar e promover a competitividade regional, de privilegiar a questão social e abandonar a preocupação obsessivamente econômica, de alevantar e dinamizar valores econômicos e culturais locais, impulsionada por técnicos competentes e de visão estratégica, continua miragem. Nesse contexto, a solução da problemática do Nordeste brasileiro continuará miragem.

Não passou de miragem a comoção do Imperador que prometeu empenhar a coroa para resolver a tragédia das secas nordestinas; continuaram miragem, ao longo da República, as grandes promessas, lançadas periodicamente com entusiasmo e exaltação, mortas à falta de vontade política, sufocadas pela pusilanimidade, pela inconstância, pela falta de decisão sólida e pelo esquecimento advindo no “dia depois”.

As idéias, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, consagram-se quando deixam de ser emoção literária para tornarem-se realidade factual, instrumentos de trabalho e de solução, fortes e eficazes, identificados com as expectativas dos que têm esperanças e lutam por dias melhores.

Temo, diante das circunstâncias, que a nova Sudente acabe sendo mais uma lamentosa iniciativa sem conseqüências, mais uma ocasião de esvaziamento da esperança e de vãs promessas.

Muito obrigado.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, os grandes movimentos migratórios das últimas décadas alteraram a fisionomia das metrópoles brasileiras e criaram problemas de infra-estrutura urbana cada vez mais difíceis de solucionar. O abastecimento de água nas grandes cidades é uma dessas gravíssimas questões decorrentes da explosão urbana e agora adquire aspecto duplamente dramático – pelo que significa de sobrecarga nos orçamentos públicos e pelo que representa de agravamento da questão da saúde pública.

Os obstáculos estão ficando cada vez mais difíceis de superar. Culpa, em grande parte, das populações que habitam ocupações localizadas à margem dos mananciais, o que tem um efeito multiplicador sobre o número de agressões ao rio.

Especialistas ambientais asseguram que a solução para este gravíssimo problema, que põe em risco a sustentabilidade do desenvolvimento urbano, passa pela educação de massa. É urgente educar e, mais do que isso, mobilizar a sociedade para uma cruzada contra a degradação ambiental nas regiões metropolitanas.

Por isso, é com a maior satisfação que comunico a esta Casa o sucesso do projeto Pé no Rio, da Rede Bandeirantes de Televisão.

Lançado pela TV Catarinense, em Joaçaba, em 2001, o projeto está agora em sua quarta edição e hoje influencia o comportamento das populações de 30 cidades catarinenses, onde os índices de coleta seletiva do lixo estão entre os mais altos do Brasil.

A segunda etapa do projeto desenvolve-se na Região Metropolitana de Curitiba, em Ponta Grossa e no Litoral paranaense, através da TV Bandeirantes do Paraná, com a participação de estudantes da Universidade Federal do Paraná, Pontifícia Universidade Católica, Unicenp, Universidade Tuiuti do Paraná e Universidade Estadual de Ponta Grossa.

A idéia vitoriosa em Santa Catarina foi adaptada com sucesso às características da região Sudeste do Paraná e desenvolve-se em dez etapas, de janeiro a junho deste ano. A emissora de televisão funciona como catalisadora de forças sociais que se mobilizam a favor do meio ambiente, através de uma maratona denominada “Educação e Aventura”.

Ao lado de competições de *rafting*, rapel e ciclismo em alguns dos cenários mais belos do nosso país,

como Vila Velha e a Serra do Mar, a emissora transmite informações sobre cuidados com a mata ciliar, proteção da fauna terrestre e aquática, e tudo que se refere ao que o ex-presidente americano John Kennedy chamou de desafio do século, quando sugeriu a entrega de um prêmio Nobel da Paz e da Política a quem conseguisse resolver a questão da água.

Hoje, trinta anos após aquele memorável discurso, a Organização das Nações Unidas dedicou o ano de 2003 às discussões sobre os recursos hídricos. E a Campanha da Fraternidade deste ano elegeu a água como tema de sua evangelização.

Em resumo, a questão é grave e urgente – e precisa ser abordada com patriotismo e espírito de solidariedade, de forma inteligente e inovadora, como está sendo agora pela Rede Bandeirantes de Televisão e, em particular pelo Canal 2 de Curitiba. Desejo registrar este fato como um momento de reencontro entre a televisão e sua bela missão de servir educando e educar divertindo.

Sr. Presidente, desejo tratar de outro assunto na tarde de hoje.

Começamos o ano de 2004 vindo na TV as já costumeiras filas de caminhões em direção ao Porto de Paranaguá. O escoamento da produção de milho provocou uma fila de trinta quilômetros e a da safra de soja está chegando aos 130 quilômetros.

Segundo dados da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina, nos últimos dez anos, de cada cinco toneladas – acrescida a movimentação de cargas –, uma migrou para a ferrovia, enquanto as quatro restantes sobraram para serem transportadas pelos caminhões.

Essa tendência é frontalmente contrária aos estudos de necessidades de desenvolvimento do Estado do Paraná. Um trabalho divulgado em 2002 pela Secretaria Estadual de Transporte, com base em modelo canadense, constatou que, em 1999, apenas 18% das principais cargas que circulavam no Paraná escoavam por vagões. Até 2020, a participação do modal ferroviário deve chegar a 45%.

Na prática, a tendência a que estamos assistindo é totalmente adversa. Enquanto as produções agrícola e industrial fizeram crescer as exportações/importações, aumentando a movimentação de cargas em Paranaguá em 12,2 milhões de toneladas nos últimos três anos, o modal ferroviário não acompanhou as necessidades econômicas do Paraná, absorvendo apenas 2,65 milhões de toneladas.

De 2001 a 2003, a movimentação do Porto cresceu 20,5% e a ferrovia ficou no tímido desempenho de 7,85%. A alternativa tem sido colocar cada vez mais caminhões nas rodovias ou desviar cargas para ou-

tros portos, acarretando grandes prejuízos econômicos para o Estado.

O Presidente Lula, no ano passado, lançou um grande desafio para a revitalização do sistema ferroviário nacional, uma vez que o processo de desestatização implementado por Fernando Henrique não atingiu os objetivos tão propalados.

No início da desestatização, em 1993, a movimentação do Porto de Paranaguá por caminhões era de 51% e a ferrovia transportava 36%. No ano de 2003, o transporte por caminhões já atingiu 69% e a participação de vagões caiu para 27%.

No Paraná, 340 quilômetros da malha ferroviária estão relegadas ao total abandono, caminhando para a perda total das obras de engenharia, um triste e doloroso fim, pois, segundo dados da Secretaria de Transporte do Paraná, cada quilômetro de ferrovia custa US\$800 mil para ser construído.

Com esse valor patrimonial que a União está perdendo, seria possível construir a nova linha Curitiba/Paranaguá, que, desde a década de setenta, aguarda recursos para a tão sonhada implantação.

A Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, em abril de 2003, aplicou multas de R\$2,7 milhões na América Latina Logística – ALL, pelo abandono de trechos concessionados.

Precisamos saber se a multa foi recolhida aos cofres da União. Como a medida punitiva não funcionou – pois os trechos hoje estão em situação pior que no ano passado –, caberia a aplicação de multas progressivas?

Esperamos que o Sr. Presidente da Agência Nacional de Transportes nos diga as medidas que vem tomando para a reversão desse estado de dilapidação do patrimônio público nacional.

Em 2003, a fila de caminhões no Paraná ultrapassou a marca de 100 quilômetros, passando pelo Município de Campo Largo, o que vem novamente ocorrendo em 2004. Corremos o risco de ver a serpente do comboio de caminhões subir a Serra do Purunã e invadir os Campos Gerais. Já é passada a hora para a tomada de decisões, antes que o problema tome dimensões intransponíveis.

O nosso produtor agrícola fez a sua parte. Não é justo que encare uma frustração por dificuldades de escoar o seu produto.

O Sr. Presidente desta Casa, apaixonado que é pela ferrovia, há de entender as minhas preocupações aqui apresentadas.

Obrigado.

O SR. VALMIR AMARAL (PMDB – DF. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs, Senadores, “a gente é o que a gente come”, dizia, no

século dezenove, o filósofo alemão Ludwig Feuerbach. O contexto em que disse essa frase pode até ser equivocado, assim como sua posição filosófica em geral, mas o fato é que a frase encerra, em certa medida, uma verdade inegável. Nossa saúde varia em função de muitos fatores, mas boa parte dela depende da qualidade de nossa alimentação. Pelo menos no que diz respeito à saúde, o filósofo alemão estava certo: somos o que comemos, saudáveis quando seguimos uma alimentação correta, doentes à medida que se degrada a qualidade de nossa alimentação.

De fato, a má nutrição está direta ou indiretamente associada à maioria das doenças. A deficiência nutricional, por um lado, é um fator que favorece ou agrava os quadros de doenças infecto-contagiosas. Pessoas mal nutridas ou desnutridas, geralmente com a imunidade enfraquecida, estão muito mais expostas a esse tipo de doenças. Além disso, por outro lado, a má nutrição está também relacionada a inúmeras doenças não-transmissíveis, como a hipertensão arterial, doenças cardiovasculares, diabetes e até mesmo alguns tipos de câncer. E essas doenças, em conjunto, vale lembrar, já são a maior causa de mortes no mundo.

No Brasil, alguns graves problemas de saúde pública são causados por problemas nutricionais. Bem recentemente, o Unicef divulgou os resultados de uma ampla pesquisa sobre a deficiência de vitaminas e minerais nas crianças, na qual o Brasil, infelizmente, não faz boa figura. Segundo a pesquisa, 45% das nossas crianças sofrem de anemia causada por deficiência de ferro, ou anemia ferropriva, como dizem os especialistas. Nesse quesito, estamos em pior situação do que alguns outros países da América Latina, como a República Dominicana, El Salvador, Honduras e Guatemala.

Esse tipo de deficiência é especialmente grave porque, muitas vezes, não é tão evidente quanto a desnutrição energético-protéica, outro problema nutricional que tem, no Brasil, a dimensão de um problema de saúde pública. Enquanto os efeitos da desnutrição são evidentes e facilmente constatáveis, como o baixo peso e a baixa estatura, as conseqüências da anemia ferropriva são menos perceptíveis, mas não menos graves. A deficiência de ferro pode prejudicar fortemente o desenvolvimento intelectual das crianças, diminuindo os quocientes de inteligência.

Outras deficiências, como a de vitamina A e a de iodo, também constituem problemas de saúde pública no Brasil. Mas, ao lado dessas deficiências, o sobrepeso e a obesidade já começam, também aqui no nosso País, a representar um risco de saúde pública. Estudos internacionais mostram estatisticamente que a obesidade já é quase tão letal quanto o tabagismo.

No Brasil, só no período entre 1975 e 1989, houve um aumento de 100% na ocorrência de obesidade entre os homens e 70% entre as mulheres.

Por tudo isso, uma política consistente de saúde não pode negligenciar a dimensão nutricional. Nossa Política Nacional de Saúde atende a isso, já que inclui, como sua parte integrante, uma Política Nacional de Alimentação e Nutrição. Recentemente, aliás, foi realizada, em Olinda, a II Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, com o objetivo de propor diretrizes para essa política e avaliar seu andamento.

Particularmente importante, Sr. Presidente, é o foco que essa política põe na assistência às gestantes, às mães amamentando seus filhos e às crianças menores de 7 anos em risco nutricional. São esses os beneficiários do programa Bolsa-Alimentação, agora integrado no programa Bolsa-Família, sobre o qual já tive ocasião de me pronunciar antes. Uma das boas notícias da situação da saúde no Brasil é que as taxas de mortalidade infantil vêm decrescendo consistentemente ao longo dos anos. Creio que poderíamos dizer, sem medo de errar, que parte do sucesso na luta contra esse tipo de mortalidade deve-se ao êxito de programas na área de alimentação e nutrição. O Brasil, por exemplo, já tem a maior rede de bancos de leite do mundo, que atende a milhares de recém-nascidos por ano.

Esse foco nas gestantes e no desenvolvimento e crescimento das crianças é confirmado e reforçado pelas prioridades do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional, o Sisvan, que, em suas atividades de monitoramento, deverá concentrar sua atenção exatamente nesses grupos. De resto, a sistematização do processo de monitoramento da situação alimentar e nutricional é um componente essencial da política nacional de alimentação e nutrição e é peça fundamental para o bom funcionamento de toda essa política. Esse sistema, ampliado de modo a estender sua cobertura a todo o País e aperfeiçoado, servirá de eixo para a condução dessa política, dando-lhe consistência e aumentando sua eficiência e eficácia.

Uma das marcas distintivas da política de alimentação e nutrição é sua intersetorialidade. São muitos os setores do governo envolvidos, nos vários âmbitos federativos, além da sociedade civil e do setor produtivo. Há aspectos econômicos, culturais, educacionais, além dos epidemiológicos, a serem levados em conta. Justamente por isso, parece-me que a integração de esforços e programas é a maneira mais sábia de conduzir, nessa área, as ações.

Nesse espírito, eu não poderia deixar de lembrar aqui de um programa que, embora ligado à área de

educação, tem uma relevância toda especial para a questão da alimentação e da nutrição. Refiro-me, Sr. Presidente, ao Programa Nacional de Alimentação Escolar, o PNAE, mais conhecido como programa da merenda escolar. Trata-se do programa social mais antigo do Brasil nas áreas de educação e alimentação, e também um dos mais bem sucedidos. É ainda um dos maiores projetos do mundo na área de nutrição, atendendo a 35 milhões de crianças.

Por fim, Sr^{as} e Srs. Senadores, ainda nessa perspectiva da integração dos programas, eu não poderia deixar de mencionar os esforços que compõem o programa Fome Zero. Esse programa, embora focado na questão da segurança alimentar, tem, por sua amplitude, implicações que ultrapassam largamente a questão nutricional. Voltado para o combate à fome, sua mirada vai mais longe, em direção à erradicação da miséria e à eliminação de suas causas estruturais.

Menciono apenas de passagem esse programa porque, em sua amplitude, lembra-nos de como é fundamental a questão da alimentação. Partindo-se dela, um amplo leque de efeitos pode ser considerado. De fato, alimentar-se é a função vital básica. Assegurar uma alimentação correta é, no final das contas, garantir a base, o fundamento de uma vida plena e boa.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, no que diz respeito à saúde e à nutrição, há ainda muito a fazer no Brasil, como, de resto, em todas as áreas sociais, mas é preciso reconhecer que há avanços significativos. O número de crianças desnutridas, por exemplo, vem diminuindo. Há ainda outras deficiências a serem combatidas e vencidas, como a deficiência de ferro, a que me referi antes. Há também o desafio crescente da obesidade, no extremo oposto das disfunções que têm origem nutricional. No entanto, a prioridade conferida a um programa com a ambição e o alcance do Fome Zero, bem como sua visão integrada e intersetorial, permite-nos acreditar que a situação continue melhorando nos próximos anos. Torçamos e trabalhemos para que essa crença e essa esperança não sejam frustradas.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, em meio a uma conjuntura mundial tão preocupante, em que as mais sofisticadas armas, com extraordinário poder de destruição, deixam de ser monopólio de Estados e passam a ser utilizadas com desenvoltura por grupos terroristas radicais, ganha atualidade o documento elaborado por 71 colegas congressistas peruanos, que acabo de receber e que, apoiando integralmente seus termos, faço questão de

registrar nesta Casa. Trata-se de Declaração encaminhada ao Congresso dos Estados Unidos da América, acompanhada de solicitação expressa no sentido de que seja reproduzida e endereçada aos demais Parlamentamentos do Continente.

Em síntese, pedem nossos colegas do Peru que a grande potência continental reorienta sua política de vendas de armas aos países latino-americanos, listando algumas das conseqüências funestas que esse tipo de comércio acarreta para a região. Partindo do pressuposto – incontestável, aliás – de que a aquisição de armas com elevado grau de sofisticação somente se explicaria em situação de guerra extremada, o que, felizmente, não é o nosso caso, o documento solicita que o Governo de Washington retome a sensata iniciativa do Presidente Jimmy Carter, anunciada em 1977, de coibir esse caríssimo comércio.

Desgraçadamente, como resultado de provável pressão exercida pelos grupos empresariais que lucram com tal atividade, o Presidente Bill Clinton revogou a anterior decisão da Casa Branca. Portanto, o que se pede neste momento nem mesmo é inédito: trata-se tão-somente de se proceder ao retorno do quadro vigente em fins da década de 70.

Argumentos é que não faltam para justificar a iniciativa dos parlamentares do vizinho Peru. Em primeiro lugar, a manutenção do comércio dessas armas, sob o ponto de vista moral, político, econômico e social, é indecoroso e deplorável. Seu resultado imediato é drenar os já parcos recursos existentes em nossos países, desviando-os dos indispensáveis programas de desenvolvimento. Na prática, portanto, o que deveria ser investimento social da mais alta relevância – a exemplo de projetos voltados para a universalização do sistema educacional público e para a criação e manutenção de um adequado serviço de saúde – transforma-se em gasto perdulário e desprovido de qualquer sentido moral e material.

Levando-se na devida conta que essas compras normalmente se efetivam com recursos oriundos de empréstimos internacionais, temos, em conseqüência, o significativo aumento da dívida externa, sem que esse endividamento se justifique pela utilização do montante captado em projetos econômica e socialmente necessários.

Há outro aspecto da questão, Sr. Presidente, ainda mais tenebroso: a compra desenfreada de armas de tal porte pela América Latina poderá desencadear, em nossa região, uma corrida armamentista em tudo e por tudo anacrônica e deletéria. Em certo sentido, isso poderia também levar à desastrosa derrota da decisão tomada, ainda na década de 60, reiterada

posteriormente, de fazer do Atlântico Sul zona livre de armas nucleares.

Poderíamos lembrar, ainda nessa linha de argumentação, que a constituição de arsenais dessa natureza poderá reavivar antigas rivalidades, as quais, decididamente, nossas nações vêm superando. É como se, na contramão de iniciativas de integração tão positivas quanto difíceis, como a constituição do Mercado Comum do Sul – Mercosul, e da Comunidade Andina, assim como das tratativas em torno de uma futura Área de Livre Comércio das Américas – Alca, quiséssemos criar tensões artificiais e reaprofundar as grandes distâncias que, no passado recente, tanto nos apartavam.

Não há dúvida, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, de que o nefasto gigantismo desse comércio de armas especiais também viola os acordos voltados para a paz e o desarmamento em nossa região, celebrados pelos chefes de Estado dos países integrantes do Grupo do Rio. Ademais, quando se desviam recursos de nossos países para a compra desses armamentos, agride-se o espírito e a letra da Carta da Organização dos Estados Americanos, a OEA, haja vista sua determinação – formalmente acatada por todos os países que compõem o sistema interamericano – relativa à obrigatoriedade coletiva de luta “para suprimir a pobreza extrema, que constitui um obstáculo para o pleno desenvolvimento democrático dos povos do Hemisfério”.

Cumpro um dever indeclinável de trazer ao Senado da República tema dessa magnitude, que diz respeito diretamente ao Brasil e aos demais países latino-americanos. Ao parabenizar os colegas peruanos pela nobre iniciativa, hipoteco-lhes minha incondicional solidariedade e registro minha integral concordância com os termos utilizados no documento dirigido aos Parlamentares norte-americanos.

Não posso admitir que um Continente historicamente marcado por absurdos desníveis sociais e que tanta dificuldade encontra para trilhar o caminho do desenvolvimento possa, acintosa e inescrupulosamente, desviar recursos vitais à luta para a superação da miséria, do atraso e das iniquidades sociais para saciar a sede de ganho imoral por parte de uns poucos.

Que tenhamos a coragem de enfrentar esses inimigos da paz e do desenvolvimento com justiça social!

Era o que eu tinha a dizer.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho hoje à tribuna desta Casa para elogiar os resultados altamente compensadores da

cultura do arroz irrigado no Estado de Roraima e apresentar dados estatísticos sobre os benefícios econômicos e sociais que essa importante atividade agrícola vem proporcionando a milhares de pessoas em nível regional, sejam elas agentes públicos, entidades financiadoras, produtores, empregados, vendedores de insumos, comerciantes e compradores, prestadores de serviços e consumidores. Enfim, toda a cadeia produtiva ligada à produção do arroz irrigado no Estado de Roraima está sendo diretamente favorecida pelos progressos alcançados pela agricultura estadual.

Inegavelmente, a cultura do arroz irrigado no Estado de Roraima, além de oferecer todos esses benefícios que acabamos de relacionar, tem incentivado a expansão da área agrícola, como mostraremos a seguir.

Segundo dados oficiais referentes à safra de 2002/2003, considerando uma área cultivada de 15 mil hectares, o resultado final da colheita registrou 84 mil toneladas do grão. Em termos de produtividade, a média atingida no espaço a que nos referimos foi de 5,6 toneladas por hectare. Segundo previsões dos técnicos agrícolas, para a safra de 2003/2004, em uma área plantada de 20 mil hectares, a colheita esperada deverá ser de cerca de 127 mil toneladas, e a produtividade por hectare poderá chegar a 6,3 toneladas.

Por sua vez, em termos de faturamento, os produtores bateram palmas, porque lograram vendas equivalentes a 90 milhões de reais em 2003. Até o final deste ano, as comemorações poderão ser ainda maiores, porque a renda bruta esperada deverá alcançar os 128 milhões de reais, ou seja, segundo as estimativas, 10,25% do Produto Interno Bruto (PIB) do Estado que, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), é de 1,2 bilhão de reais.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o grosso da produção de arroz irrigado no Estado de Roraima se concentra nos Municípios de Boa Vista, Cantá, Bonfim, Normandia, Pacaraíma e Uiramutã. A cultura do grão assegura a sobrevivência de milhares de trabalhadores. Mais de seis mil pessoas dependem de cerca de mil empregos que são gerados, diretamente, por essa atividade agrícola. Cerca de dois milhões de pessoas, habitantes dos Estados de Roraima, Amazonas, Pará e Amapá estão se alimentando com o arroz irrigado produzido em Roraima.

Segundo levantamento realizado pelo Centro de Pesquisas Agrofloretais (Cpaf) de Boa Vista, órgão vinculado à Empresa Brasileira de Planejamento Agrícola (Embrapa), cada hectare de várzea em Roraima produz em média mais de 6 mil quilos de arroz. Con-

vém destacar que a média nacional não ultrapassa os 5 mil quilos por hectare.

É importante ressaltar que todo o sucesso da cultura do arroz irrigado no Estado de Roraima é fruto de inúmeras pesquisas e estudos que se realizam há mais de 20 anos. Assim, durante esse tempo, os técnicos agrícolas e os engenheiros agrônomos tiveram todo o cuidado com o controle das doenças como a *brusone*, com as técnicas de adubação, com o controle das ervas daninhas, com a prevenção das pragas, com o melhor conhecimento do manejo de irrigação e com a introdução de culturas alternativas ao arroz. Dessa maneira, o que vemos hoje é realmente o resultado de mais de duas décadas de estudos e de experiências, como dissemos há pouco.

É importante dizer que o arroz é um alimento rico em carboidratos, importante fonte de vitaminas e sais minerais, como fósforo, ferro e potássio, e totalmente livre do mau colesterol que causa sérios danos às artérias coronárias.

Vale dizer ainda que a Organização das Nações Unidas (ONU) declarou o ano de 2004 como o Ano Internacional do Arroz. Evidentemente, com essa decisão, a ONU reconheceu que a cultura do produto é essencial em todo o mundo, porque contribui de maneira importante para a erradicação da fome no planeta. Basta dizer que, hoje, o arroz é alimento básico para mais da metade da população mundial, que já passou dos 6 bilhões de habitantes. Só na Ásia, mais de 2 bilhões de pessoas obtêm de 60 a 70 por cento de energia com o consumo de arroz.

Eminentes Senadoras e Senadores, gostaria de terminar este pronunciamento dizendo que precisamos prestar mais atenção ao que está acontecendo em Roraima em matéria de desenvolvimento agrícola. Não podemos ignorar que o Estado é a última fronteira agrícola do País e começa a figurar no mapa do *agribusiness* nacional e mundial. O *agribusiness*, aliás, é o único setor da cadeia produtiva nacional que está gerando emprego, renda, produtividade, progresso e divisas com as exportações, que são cada vez mais volumosas.

Face a essa realidade e contando com o crescimento da produção, o Estado de Roraima se prepara tecnicamente e cientificamente para melhorar cada vez mais a qualidade e a produtividade da cultura do seu arroz irrigado. Só assim o Estado poderá conquistar melhor competitividade internacional para poder satisfazer parte da alta demanda mundial que está sendo projetada para os próximos 20 anos. A título de exemplo, apenas no continente asiático, as pressões do consumo deverão elevar as importações regionais

em mais de 10 milhões de toneladas nas próximas duas décadas.

Era o que tinha a dizer!

Muito obrigado!

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, sábado, 17 de abril, será a data do oitavo aniversário do Massacre de Eldorado de Carajás. O assassinato de dezenove trabalhadores rurais do movimento dos sem-terra, que se encontravam na chamada curva do “S” na PA-150 é seguramente um dos mais terríveis marcos sangrentos na luta pela reforma agrária no Brasil, e sua repercussão foi tão intensa, que esta data se tornou o Dia Internacional da Luta pela Terra.

Não é possível desvincular a ação da PM no episódio, de uma circunstância pouco conhecida, qual seja, a reunião promovida pela Federação da Agricultura do Estado – FAEPA em Belém, semanas antes dos crimes, onde se bradava, como muitas vezes vemos ainda hoje se brada, pela ausência do uso da força de forma ostensiva contra os sem-terra. O resultado da pressão foi imediatamente absorvida pelo Governador da época, Almir Gabriel, que atendendo aos reclamos de uma meia dúzia que se dizia representar os produtores rurais do Pará, autorizou aquele contingente de policiais à dirigir-se até Eldorado de Carajás.

E por quê os sem-terra ocupavam a estrada? Seria mais uma demonstração de intransigência e radicalismo? Muito pelo contrário, a ocupação da Pa-150 foi o derradeiro recurso que aquele grupo de agricultores lançou mão para ser ouvido, pois havia meses se encontravam acampados à beira da estrada, sem interrompê-la, aguardando ações do INCRA que nunca vieram.

Veja-se a diferença de tratamento para o mesmo tipo de conflito. No Pará, há oito anos atrás, o Governador Almir Gabriel viu na ação da polícia a solução para um conflito com os trabalhadores rurais – conseguiu produzir um massacre que manchou a imagem de seu governo e do Brasil internacionalmente. Na semana passada, assistimos a desocupação de uma área na Bahia, de forma negociada, sem mortes e com a preservação da propriedade que cumpre função social. O Governo Lula agindo assim sinalizou aos produtores rurais com a perspectiva de que tem como realizar uma reforma agrária dentro dos marcos legais, e principalmente tem como enfrentar os conflitos no campo com o uso dos instrumentos da democracia. Fez valer sim sua força, preservou sua autoridade, mas tratou o conflito sabendo que os sem terra não são caso de

polícia, mas de política, de política agrária e de política agrícola.

Foi por isso que o governo federal assegurou uma verba suplementar de R\$ 1,7 bilhão ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) para a execução da reforma agrária em 2004. O valor é suficiente para cumprir a meta de assentamento de 115 mil famílias até dezembro. Temos para isso acelerado a política de assentamentos, daí que foram assentadas 11.093 famílias durante o primeiro trimestre deste ano, o dobro da média dos últimos nove anos, que foi de 5.567 famílias, e até o dia 27 de março, o Incra investiu R\$50 milhões na obtenção de terras e realização de benfeitorias nos assentamentos.

Foram em razão de posturas políticas como a do Governador Almir Gabriel que nos últimos cinco anos o Pará aparece como o recordista nos índices de mortes no campo, sendo que em 2003, de 73 assassinatos, 33 ocorreram no Pará, praticamente todos impunes.

Faço assim o registro destes fatos, para que o massacre de Eldorado de Carajás fique na lembrança como um exemplo de como não se pode aceitar a brutalidade, a repressão contra movimentos sociais que em última análise, com seus erros e seus acertos, são produto de décadas da ausência de medidas efetivas de inclusão social e diminuição das desigualdades, que nunca serão supridas pela violência venha de onde vier.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a última pesquisa do Ibope, feita no mês de março passado, confirmou a tendência que vinha se apresentando nas pesquisas passadas: a aprovação ao atual governo e a popularidade do presidente Lula continuam caindo, deixando clara a insatisfação da sociedade com a condução do nosso país.

Os jornais **O Globo**, **Folha de São Paulo**, **Correio Braziliense** e **O Estado de S.Paulo**, em suas edições do dia 7 de abril passado, divulgam os dados da pesquisa que confirmam que a popularidade do governo Lula continua em queda.

Sr. Presidente, requeiro que as matérias dos jornais acima citados sejam consideradas como parte integrante deste pronunciamento para que passem a constar dos Anais do Senado Federal. As matérias seguem em anexo.

Era o que tinha a dizer.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ANTERO PAES DE BARROS EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

O GLOBO, 07/04/04

Ibope: 52% acham que país está no rumo errado

Pesquisa do instituto mostra que aprovação ao governo e popularidade do presidente Lula continuam caindo

• Pesquisa do Ibope feita de 27 a 31 de março e divulgada ontem mostra que continuam caindo a popularidade do presidente Lula e a aprovação ao governo. Em relação à consultada encomendada pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), feita uma semana antes, o percentual dos que aprovam o governo caiu de 54% para 51% e o dos que desaprovam subiu de 39% para 42%.

Outro dado da pesquisa muito preocupante para o governo: hoje, mais da metade da população (52%) acha que o Brasil está no caminho errado. Na pes-

quisa anterior, esse percentual era de 46%. O total dos que acham que o país está no caminho certo é hoje de 36%.

A confiança no presidente Lula sofreu queda ainda maior, de 60% na consulta anterior para 53% na divulgada ontem. Lula perdeu popularidade principalmente entre os jovens (de 63% para 52%), os brasileiros mais instruídos (de 68% para 54%) e moradores das regiões Norte e Centro-Oeste (de 60% para 50%).

Entre as mulheres, o percentual dos que acham que o governo está no caminho errado

é bem acima da média nacional: 57%. Também entre os jovens a desilusão é grande: 56% acham que o Brasil não está no rumo certo.

O percentual dos brasileiros que acham o governo ótimo ou bom caiu de 34% para 28%, uma redução de seis pontos percentuais. Já a porcentagem dos que acham o governo ruim e péssimo se mantém em 23%. Outros 47% acham o governo regular.

A pesquisa foi paga pelo próprio Ibope, segundo o instituto. Ela ouviu dois mil eleitores em 151 municípios. A margem de erro é de 2,2 pontos. ■

Correio Aéreo

FOLHA DE SÃO PAULO, 07/04/04

PESQUISA Ibope registrou uma queda de 34% para 28% Cai mais seis pontos aprovação ao governo Lula, aponta instituto

DA REPORTAGEM LOCAL

A avaliação positiva da população sobre o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva caiu seis pontos percentuais (ou cerca de 17,6%), de 34% para 28% de respostas "ótimo" e "bom", segundo pesquisa divulgada ontem pelo Ibope.

Os entrevistados que consideraram o governo "regular" passaram de 41% para 47%. O índice de "ruim/péssimo" manteve-se em 23%. Segundo o levantamento, realizado entre os dias 27 e 31 de março, a confiança em Lula tam-

bém caiu, passando de 60%, aferidos na pesquisa anterior (entre os dias 20 e 24 de março) para 53%.

O levantamento aponta que a maioria dos entrevistados (52%) acha que o Brasil "está no caminho errado". O índice era de 46% na pesquisa anterior. Os entrevistados que vêem o país "no caminho certo" oscilaram negativamente (dentro da margem de erro de 2,2 pontos percentuais) de 40% para 36%.

A quarta pergunta feita pelo instituto também produziu uma oscilação negativa. Os entrevistados que "aprovam" a "forma do pre-

sidente Lula administrar" foram 51%, contra 54% da pesquisa anterior. Os que "desaprovam" passaram de 39% para 42%.

Segundo texto distribuído pelo Ibope, a pesquisa "mostra continuidade na tendência de queda dos principais indicadores de avaliação do governo" em "praticamente todos os segmentos". "[Foi] percebida uma mudança mais negativa nas regiões Nordeste e Norte/Centro-Oeste [o Ibope agrupa as duas regiões], nos municípios com menor número de habitantes e no interior dos Estados", diz o texto do instituto.

Ibope ouviu 2.000 pessoas em 151 municípios

DA REPORTAGEM LOCAL

O Ibope ouviu 2.000 pessoas em 151 municípios das cinco regiões brasileiras entre os dias 27 e 31 de março. A pesquisa foi uma iniciativa do próprio instituto.

A margem de erro para mais ou para menos foi de 2,2 pontos percentuais. Foram feitas quatro perguntas que trataram dos temas: avaliação do governo Lula, confiança no presidente, avaliação sobre "a forma de o presidente administrar" e "caminho seguido pelo Brasil".

JORNAL	O ESTADO DE S. PAULO	DIA	07	MÊS/ANO	Abril/2004	EDITORIA	NACIONAL	CADERNO	A	PÁGINA	43
--------	----------------------	-----	----	---------	------------	----------	----------	---------	---	--------	----

Avaliação do presidente cai mais 6 pontos no Ibope

A popularidade do governo Lula continua em queda: caiu 6 pontos percentuais em uma semana. É o que mostra uma pesquisa realizada entre os dias 27 e 31 de março, divulgada ontem pelo Ibope. Em relação à pesquisa Ibope/Confederação Nacional da Indústria (CNI), realizada entre os dias 20 e 24 de março, o novo levantamento aponta uma queda de 34% para 28% na avaliação

de ótimo e bom do governo. Na mesma comparação, a avaliação regular subiu 6 pontos, passando de 41% para 47%. Essa diferença explica a queda no conceito ótimo e bom, já que o índice de ruim/péssimo ficou nos mesmos 23%. Nas duas pesquisas, 2% não opinaram ou responderam não saber.

Por outro lado, a aprovação do presidente Lula sofreu uma queda menos acentuada. Entre

os que aprovam a maneira como o presidente está administrando o País, o índice caiu de 54% para 51%. Já o percentual dos que reprovam a gestão de Lula aumentou de 39% para 42%.

Mudança maior ocorreu no índice confiança, que caiu 7 pontos, passando de 60% para 53% dos entrevistados. Na mesma proporção, caiu também a percepção dos rumos seguidos pelo País. Mais da metade da população adulta (52%) acha que o caminho está errado. Eram 46% na consulta anterior.

De forma geral, a queda na popularidade do governo ocorreu em todos os segmentos, mas foi maior nas regiões Nordeste, Norte e Centro-Oeste, além dos municípios menores e no interior dos Estados. Quanto ao índice de confiança, as maiores quedas foram registra-

das entre os jovens (63% para 52%), os mais instruídos (68% para 54%), regiões Norte e Centro-Oeste (60% para 50%) e municípios de porte médio (67% para 53%).

Para fazer o levantamento, o Ibope entrevistou 2 mil eleitores em 151 municípios do País. A margem de erro da pesquisa é de 2,2 pontos percentuais, considerando um grau de confiança de 95%.

CORREIO BRASILIENSE, 07/04/04

AVALIAÇÃO POSITIVA DE LULA EM QUEDA

A avaliação positiva da população sobre o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva caiu seis pontos percentuais (ou cerca de 17,6%), de 34% para 28% de respostas “ótimo” e “bom”, segundo pesquisa divulgada ontem pelo Ibope. Os entrevistados que consideram o governo “regular” passaram de 41% para 47%. O índice de

“ruim/péssimo” manteve-se em 23%. Segundo o levantamento, realizado entre os dias 27 e 31 de março, a confiança em Lula também caiu, passando de 60%, aferidos na pesquisa anterior (entre os dias 20 e 24 de março) para 53%. O levantamento aponta que a maioria dos entrevistados (52%) acha que o Brasil “está no caminho errado”. O Ibope ouviu 2.000 pessoas em 151 municípios das cinco regiões brasileiras entre os dias 27 e 31 de março. A margem de erro para mais ou para menos foi de 2,2 pontos percentuais.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a Tribuna neste momento para comentar a matéria intitulada “Vítima de preconceito” publicada no jornal **Correio Braziliense** de 18 de março do corrente.

A referida matéria mostra que o Presidente Lula, ao discursar no Ceará, teria dito que a oposição torce pelo fracasso de seu governo. A verdade, Senhor Presidente, é que a oposição de hoje jamais será contra o país. Mas cabe a ela, sim, fiscalizar as ações do governo e criticá-lo quando julgar necessário.

Se o desempenho do atual governo não tem alcançado os resultados esperados pela sociedade, é porque a sua gestão está com problemas. Não adianta tentar transferir a responsabilidade pelo o que não está dando certo para a oposição.

Sr. Presidente, requiero que a matéria acima citada seja dada como lida e considerada como parte integrante deste pronunciamento.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR EDUARDO AZEREDO EM
SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

VIAGEM PRESIDENCIAL CORREIO IOMBALENSE, 10 DE MARÇO DE 2004
 3F-
 Lula diz, ao discursar no Ceará, que oposição torce pelo fracasso de seu governo, para que um "torneiro mecânico" não dê certo

Vítima de preconceito

Em meio a um dos momentos mais conturbados de seu governo, provocado pelas denúncias de envolvimento do ex-assessor de Assuntos Parlamentares da Casa Civil Waldomiro Diniz com empresários do ramo de jogos eletrônicos e pela forte atuação da oposição no Congresso, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva aproveitou sua visita a Fortaleza para reclamar daqueles que apostam no fracasso de sua gestão. Ao discursar ontem na cerimônia de lançamento do programa "Cresce, Nordeste", ele criticou a oposição, que estaria torcendo contra o governo. Sem identificar os opositores, Lula disse que são adversários os que desejam que nada dê certo.

"Essas pessoas agem como ex-marido, que não quer que a mulher seja feliz em outro casamento. Deve ter muita gente que deve pensar assim. Nós vamos deixar um torneiro mecâ-

nico dar certo, enquanto nós estudamos tanto? Isso não pode", afirmou Lula, deixando claro que se sente vítima de preconceito por sua origem humilde. Ele disse que cumprirá as metas de administração porque tem compromisso com o país e acredita nos que trabalham com ele.

O presidente também voltou a fazer críticas aos governos anteriores ao seu durante o lançamento do "Cresce, Nordeste", que prevê a liberação de R\$ 3 bilhões a empresários que queiram investir na região neste ano. "Muitas vezes a coisa pública foi tratada no Brasil como se fosse uma coisa de amigos, um clube de amigos, e não uma coisa pública de verdade", afirmou ele, na presença de ministros, congressistas e governadores do Nordeste, inclusive o tucano Lúcio Alcântara (CE).

Lula condenou ainda as antigas gestões do Banco do Nordeste: "O Banco do Nordeste, na prática, não cobrava as divi-

das, e cada vez emprestava menos." Ele disse que, em um ano, o atual governo investiu o que foi investido pelo banco nos dez anos anteriores.

O presidente disse também que "dinheiro não vai faltar" para projetos no Nordeste e prometeu concluir a transposição das águas do rio São Francisco até o meio de 2006. A obra divide opiniões no Nordeste, mas tem o apoio do Ceará, local do lançamento da campanha.

Ciro

O ministro da Integração Nacional, **Ciro** Gomes, que estava na comitiva presidencial, afirmou que tem "uma vontade muito grande" de se candidatar nas próximas elei-

ções municipais, mas que decidirá sobre isso até o dia 2, quando vence o prazo de desincompatibilização dos ocupantes de cargos públicos que vão concorrer às prefeituras municipais.

"Meu coração está em Fortaleza. Ou eu serei candidato, ou eu vou trabalhar diretamente na campanha, mas eu tenho uma vontade muito grande", disse **Ciro**. O ministro afirmou ter tratado desse assunto com o presidente Lula. "Ele (o presidente) sabe que eu tenho uma vontade muito grande", afirmou **Ciro**. "Mas ele sabe também que eu sou uma pessoa responsável e que vou cumprir meu dever", acrescentou.

À noite, o presidente Lula abriu a 2ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea), no Recife. O evento servirá para discutir a questão da fome no país e os programas sociais desenvolvidos para resolver o problema.

PROTESTOS NO NORDESTE

O presidente Lula enfrentou ontem, em Sobral (CE), protestos de funcionários do INSS que ameaçam entrar em greve por melhores salários. Por três vezes, um pequeno grupo de manifestantes tentou interromper o discurso de Lula durante solenidade no município. "Lula, perdemos a confiança. Não nos faça perder a esperança", estava inscrito em uma faixa. À tarde, em Recife, a PM impediu que o Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST) realizasse uma manifestação contra o governo Lula, perto do Centro de Convenções, onde o presidente abriria a 2ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Algumas prisões foram realizadas, provocando a revolta do grupo, que atirou pedras nos PM. A polícia disparou alguns tiros.

O SR. REGINALDO DUARTE (PSDB – CE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, ocupo a Tribuna neste momento para comentar o artigo intitulado “A vacilação de Lula”, de autoria do jornalista Celso Ming, publicado no jornal **O Estado de S. Paulo** de 23 de março do corrente.

O texto, de extrema atualidade, pelo que entendo que a sua inserção nos Anais do Senado é oportuna, mostra como as atuais divergências dentro e fora do governo deixam transparente a omissão e indefinição

do presidente Lula, que fica “vacilando” entre projetos incompatíveis.

Senhor Presidente, para que conste dos Anais do Senado Federal, requeiro que o artigo publicado no jornal **O Estado de S. Paulo** seja considerado como parte integrante deste pronunciamento.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR REGINALDO DUARTE EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

A vacilação de Lula

O que era um atrito sério virou simples “de-sabafo” e, ontem, em vez de voltar a chamar de “vagabundo”, como o fez na semana passada, o ministro da Agricultura, Roberto Rodrigues, preferiu referir-se ao ministro do Planejamento, Guido Mantega, como “grande companheiro”.

O problema é que palavras enfeitadas não repararam estragos produzidos por palavras cruas, especialmente quando pronunciadas em momentos de franqueza. Mais ainda, as atuais divergências dentro e fora do governo não se resumem a bate-bocas. Os atritos vão se multiplicando e o presidente Lula corre o risco de ver seu governo acabado antes do tempo.

Seria simplificador atribuir tudo à escassez de recursos, dentro da velha filosofia popular de que “em casa onde falta pão, todos brigam e ninguém tem razão”.

O que há é omissão e indefinição do presidente Lula, que insiste em dizer que a política econômica de seu governo é a de Palocci e Meirelles, mas ao mesmo tempo não pune quem faz gol contra seu time.

Neste último fim de semana, convocada por 15 deputados federais, a esquerda

do PT reuniu-se em São Paulo para pedir um conjunto de mudanças tão drásticas quanto as que haviam sido pedidas pelos três políticos radicais e que, por isso mesmo, foram excluídos do PT. Querem forte redução do superávit primário, redução dos juros a “um dígito” (abaixo de 10% ao ano); desvalorização cambial; redução das metas de inflação para algo próximo de 10%; tarifas públicas desindexadas do dólar; e achatamento do spread dos bancos. Só faltou reivindicar o paraíso para a classe operária.

Unilateral – Mas não explicaram como tudo isso possa compor um todo coerente que evitasse descontrole da dívida pública e nova crise de credibilidade do governo que conduziu para fuga de capitais.

Vejamos o caso do superávit primário, que é a sobra de recursos (separada da arrecadação) destinada unicamente ao pagamento da dívida pública. Não foi o Fundo Monetário Internacional que exigiu um superávit primário de 4,25%. O acordo não pedia mais do que 3,75% do PIB. A decisão de elevar o superávit para 4,25% foi do próprio governo Lula, em coerência com o

que está na Carta ao Povo Brasileiro, de junho de 2002, em que se compromete a elevar o superávit para os níveis que viessem a ser necessários para garantir o controle da dívida pública.

Desse ponto de vista, a tal flexibilização do cálculo do superávit primário, que se quer arrancar do FMI, não faz sentido. Primeiramente, porque não foi o Fundo que o exigiu, como ficou dito. E, em segundo lugar, porque não adianta “flexibilizar” o cálculo para “diminuir” o superávit primário se ele assim calculado não for suficiente para controlar a dívida.

Tomemos o caso do ano passado. Talvez o cálculo flexibilizado pudesse ter reduzido o superávit primário, de R\$ 66,2 bilhões para alguma coisa em torno dos R\$ 55 bilhões, permitindo que R\$ 11,2 bilhões fossem canalizados não mais para a redução da dívida, mas para outras atividades prioritárias do governo. No entanto, essa redução exigiria um abatimento menor da dívida pública. Em vez de ter crescido R\$ 77,7 bilhões no ano passado, a dívida teria crescido R\$ 88,2 bilhões. Portanto, teria ficado mais alta, ou seja, em 59,3% do PIB e não nos 58,2%.

Renegação – Em outras palavras, essa flexibilização teria contribuído menos para dar sustentabilidade à dívi-

da pública. Ao contrário, levaria o risco de precipitar o processo de quebra de confiança sem garantir o crescimento econômico. Quer dizer, não importa o critério pelo qual fosse definido o tamanho do superávit se ele não leva em conta o cumprimento do seu objetivo.

Por isso, quando arma com a Argentina um pacto de pressão sobre o FMI para redefinição do tamanho do superávit sem perguntar primeiro se ele é ou não suficiente para controlar a dívida pública, o governo Lula contribui para que novos elementos reforcem a suspeita de que se prepara para renegar o que está na Carta ao Povo Brasileiro.

É também ingenuidade acreditar em que uma inflaçãozinha de 10% ao ano não faria muita diferença. Quem aceita 10% acaba tendo de engolir 15%. E, uma vez azedado o leite, quem teria moral para depois impedir o reajuste das tarifas públicas pelo IGP-M ou pelo dólar?

Ainda assim, ao contrário do que vem dizendo, o presidente Lula pode estar convencido de que a atual política está mesmo errada e de que é preciso mudar de rumos. Nesse caso, teria de providenciar imediatamente uma nova arrumação – se é que existe. Pior que tudo é ficar vacilando entre projetos incompatíveis.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE. Sem apinhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, o clima de insegurança no campo continua aumentando. A tensão social provocada pelas constantes invasões de terra promovidas pelo MST é um fato que, ao que parece, não está preocupando o governo do presidente Lula, já que nenhuma providência está sendo tomada pelo governo federal para solucionar este problema.

“Jarbas cobra de Lula solução para tensão; petista critica MST”: Este é o título da matéria publicada hoje, 15 de abril, pelo jornal *Folha de São Paulo*. O texto mostra que o governo do Estado de Pernambuco encaminhou carta ao presidente Lula cobrando providências do Incra para as constantes ocupações

de terra que estão ocorrendo no Estado. Pernambuco é o Estado mais atingido pelas invasões de terra promovidas pelo MST e, baseado no que diz o coordenador do movimento no Estado, a crise está longe de alcançar uma solução.

Concluindo, senhor presidente, requeiro que a matéria da *Folha de São Paulo* seja considerada parte integrante deste pronunciamento para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR SÉRGIO GUERRA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Folha de S. Paulo – 15-4-04

CAMPO MINADO ³ Governador de PE vê morosidade da União; Jorge Viana diz que ação de sem-terra pode retardar reforma agrária

Jarbas cobra de Lula solução para tensão; petista critica MST

TIAGO ORNAGHI
DA AGÊNCIA FOLHA

O governador de Pernambuco, Jarbas Vasconcelos (PMDB), enviou ontem carta ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva para cobrar providências do governo federal para solucionar o que ele chamou de “quadro de tensão social gerado pelas constantes ocupações de terras no Estado”.

Na carta ao presidente, Jarbas diz que vê, “de um lado, a insubordinação à lei por parte do MST e, do outro, a morosidade do órgão federal encarregado de tratar da reforma agrária — o Incra — no encaminhamento das questões de sua responsabilidade”.

Pernambuco é o Estado em que ocorreram mais invasões de terra desde o início da “jornada de luta” do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), em 27 de março. Desde então, o movimento já invadiu 28 áreas.

O governo estadual contabiliza 55 invasões, somando as ações dos outros 12 movimentos sociais que reivindicam a reforma agrária em Pernambuco.

Para embasar sua crítica, o governador cita declarações do coordenador do MST em Pernambuco Alexandre Conceição, que disse à imprensa local que a intenção do movimento era “ocupar o Incra [Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária] e fazer o mesmo com o palácio do governo”. Conceição confirmou as declarações à Agência Folha e

acrescentou que “as invasões podem não se limitar ao palácio, se o governo não colaborar”.

O secretário estadual da Agricultura, Gabriel Maciel, disse que uma força-tarefa de Brasília é necessária no Incra de Pernambuco para agilizar o processo de assentamento no Estado.

Segundo o secretário, Pernambuco tem uma demanda por assentamentos reprimida muito grande. De acordo com ele, 12 mil famílias foram assentadas, mas 25 mil se encontram acampadas pelo Estado e promovendo invasões. “Nós conversamos diariamente com o ministro Miguel Rossetto [Desenvolvimento Agrário] para buscar uma solução.”

Viana

O governador do Acre, Jorge Viana (PT), criticou ontem a onda de invasões do MST. Segundo o petista, as ações podem até “retardar” a reforma agrária. Segundo o governador, o governo federal tem tratado o MST com “cariíño”, mas não há reciprocidade. “A reforma agrária que está sendo feita hoje é mais rápida do que a realizada no passado. Mas, com essa onda [de invasões] estamos recolocando no cenário a UDR e os latifundiários, que estavam de fora, pelo menos durante o governo Lula. Acho que as ações não vão trazer mais recursos nem acelerar a reforma agrária. Podem, inclusive, retardar”, disse.

Colaborou JAIRO MARQUES, da Agência Folha

Insegurança domina o país, afirma Serra

DA SUCURSAL BRASÍLIA

O presidente do PSDB, José Serra, afirmou ontem que o país vive três sentimentos: “Insegurança, pelo que está acontecendo no campo diante da falta de um projeto de reforma agrária; impunidade, pela falta de uma conclusão do caso Waldomiro depois de dois meses do escândalo; incompetência, porque o governo nada fez para impedir o que está acontecendo no Rio”.

“O que está acontecendo no Rio é um problema antigo, mas havia a idéia de que o atual governo tinha um programa de segurança como nunca tinha acontecido no Brasil e não estamos vendo esse programa em andamento. Isso inevitavelmente deixa de oferecer um horizonte para resolver problemas estruturais, que são bastantes complexos”, disse.

A Executiva Nacional do PSDB, em Brasília, aprovou nota na qual diz que a onda de invasões de terras “é fruto da ausência de uma política efetiva de reforma agrária”.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho neste momento a esta Tribuna para comentar o artigo de autoria da jornalista Dora Kramer, intitulado “A queda de abril”, publicado no **Jornal do Brasil** de 8 de abril do corrente.

O texto tem como base a última pesquisa do instituto Sensus, que registrou nova queda na avaliação da administração do presidente Lula. Enquanto o governo insiste em dizer que a origem dos seus problemas está na oposição, a diretoria do referido instituto aponta que o desemprego e a percepção do imobilismo são, na

verdade, os fatos determinantes para esta avaliação negativa do atual governo.

O resultado da pesquisa mostra, de forma inequívoca, a insatisfação que se vê nas ruas.

Para que conste dos Anais do Senado Federal, requeiro, Senhor Presidente, que o artigo publicado no jornal acima citado seja considerado como parte deste pronunciamento.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ALVARO DIAS EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Jornal do Brasil – 8-4-04

COISAS DA POLÍTICA

Dora Kramer

A queda de abril

Não é causa, mas conseqüência, a influência das eleições de outubro na queda da popularidade do presidente da República e da avaliação positiva de sua administração.

Foram 30 pontos percentuais a menos na avaliação pessoal e outros 30 na apreciação do desempenho governamental, desde a posse até agora.

De lá para cá, os números não oscilaram, não ficaram sequer no mesmo patamar de um mês para outro: caíram de forma sistemática, expressando a inequívoca insatisfação que se vê nas ruas.

É estranho, e preocupante, que o governo insista em manter distância dessa evidência buscando atribuir seus males aos adversários da política. Estes o que fizeram foi apenas valer-se da realidade e ganhar fôlego para tentar se recuperar da derrota de 2002.

Eloqüente é que a pesquisa detecta a queda nos índices exatamente na semana em que, pelos critérios do Palácio do Planalto, o governo estava conseguindo sair da crise.

Isso seria verdade caso a crise tivesse suas razões fundadas única e exclusivamente na flagrante corrupção do segundo homem na hierarquia dos assuntos parlamentares operados pela Casa Civil.

O escândalo eclodiu em fevereiro, quando a queda dos índices já chamava atenção por acentuada e contínua.

O chamado caso Waldomiro Diniz, aponta o diretor do instituto Sensus, Ricardo Guedes, é “variante interveniente”. Colabora, mas não determina.

Determinante, diz ele baseado na análise de suas pesquisas divulgadas a cada 40 dias, é o desemprego e a percepção de imobilismo.

Isso contra muito mais que eventuais críticas à política econômica. “O problema são as coisas que pararam de andar adequadamente em outros setores da administração, fora da área econômica”, pondera.

Ou seja, o governo está sendo alvo de uma avaliação de desempenho totalmente prática, e não política, por

**Lula erra se
pensa que
origem de
seus males
está na
oposição**

parte da população. E contra isso, discursos, denúncias de conspirações e alegações eleitorais não fazem efeito.

“Se mostrar resultados, o governo se recupera”, considera Ricardo Guedes, lembrando que Lula ainda tem capital de confiança suficiente para se recuperar. “Fernando Henrique se recuperou da crise das

bolsas em 1999 e Lula ainda dispõe de índices de avaliação pessoal superiores aos do segundo mandato de FH”. Com bons resultados, afirma, tudo é possível.

O diretor do Sensus lembra um caso que ilustra bem seu raciocínio. É sobre o prefeito de Ipatinga (MG), Chico Ferramenta, do PT.

No ano passado, o prefeito sumiu da cidade, provocando pânico até no governo federal, cujo secretário de Direitos Humanos, Nilmário Miranda, interrompeu uma viagem para cuidar do caso.

Pois Chico Ferramenta apareceu dois dias depois num hotel em Belo Horizonte onde havia ido parar após longa jornada de dedicação à boêmia.

O episódio não afetou em nada a avaliação da população de Ipatinga sobre o desempenho de Chico Ferramenta na prefeitura. Ele conta com 70% de aprovação. E a cidade conta com 100% de saneamento, atendimento de Saúde e outros serviços públicos.

Não fosse isso, os prazeres do prefeito teriam tomado a cena em Ipatinga e servido de arma eleitoral para a oposição.

Aqui, no plano federal, é também disso que se trata, de correspondência mínima, em atuação administrativa, à confiança depositada pelo eleitorado em 2002, num candidato auto-referido como capaz, senão de resolver todos os problemas, pelo menos de “cuidar do Brasil”.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as.} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para comentar o artigo publicado no jornal **O Estado de S. Paulo**, do dia 21 de março, do corrente intitulados “O destruidor exotismo petista”.

O fato é que, o governo desperdiça o apoio popular e o melhor momento da economia mundial dos últimos 10 anos. Segundo a jornalista, Suely Caldas, “irracionalidade é a tradução mais sintética para explicar essa exótica mistura de balbúrdia com paralisia que vive hoje o País”.

A irracionalidade referida é de parcela do governo que ataca a política econômica de Lula, sem propor alternativas. Enquanto durar este cenário, não acontece o espetáculo do crescimento.

E o que fazer para mudar?

O Estado de S. Paulo – 21-3-04

O destruidor exotismo petista

ENQUANTO DURAR O ESPETÁCULO DE IRRACIONALIDADE DO PT, NÃO SE REALIZA O DO CRESCIMENTO ECONÔMICO

SUELY CALDAS

Esta semana o mercado acalmou, os ativos financeiros estabilizaram, o Banco Central reduziu a taxa de juros, o IBGE divulgou expansão de 1,7% na produção industrial e crescimento de 6% nas vendas do comércio, em janeiro. São boas notícias, mas ainda anêmicas, não dá para entusiasmar, nem imaginar que estamos próximos do “espetáculo do crescimento”. Elas se misturam com más notícias: a renda média dos trabalhadores é 6,2% menor do que a de janeiro de 2003, a taxa de desemprego (11,7%) continua elevadíssima, a crise política não foi superada e novos investimentos continuam empacados, não deslançam e ameaçam fazer do crescimento econômico deste ano um “sonho de uma noite de verão”.

Por que 15 meses depois, desfeitos os estragos da campanha eleitoral de 2002, macroeconomia em ordem, ainda vivemos esta sensação de andar para trás? Por que o governo desperdiça o maior apoio popular já destruído por um presidente da República na história do País? Por que não consegue tirar proveito do melhor momento da economia mundial dos últimos 10 anos?

Há inúmeras respostas para essas indagações e todas têm relação com o governo Lula e o PT – partido que comanda o País. Irracionalidade é a tradução mais sin-

tética para explicar essa exótica mistura de balbúrdia com paralisia que vive hoje o País. Há saída? Evidente que há e está bem próxima, a nosso alcance. Mas, definitivamente, o PT e a parcela do governo mais afinada com o partido do que com a governabilidade precisam recuperar a razão, perdida com o ataque destruidor que fazem à política econômica de Lula, sem propor uma única alternativa a ela. Em vez de trabalharem para ajudar Lula e Palocci a construir o caminho da prosperidade econômica, gritam, agitam, atiram a esmo contra o governo, trabalham para destruir o que Lula e Palocci corrigiram em 2003, à custa de sacrifícios da população, desemprego e queda de renda dos que ainda não perderam

emprego. Destruir é o que prometem fazer no seminário “Queremos outro Brasil”, que realizam hoje em São Paulo, com participação de 15 deputados petistas. Vivem em assembleísmo sem respostas. Falam, gritam, discutem, esperneiam e, no final, nenhuma proposta séria, inteligente, viável, que não implique descontrole da inflação e moratória da dívida pública. Atrapalhar é o que mais sabem fazer e do que mais gostam. Enquanto eram oposição a FHC era explicável, mas agora que viraram governo...

Trabalhar, avançar e construir o desenvolvimento seriam boas medidas. Ocorre que, o Presidente da República é tímido em cobrar dos ministros uma unidade.

Enquanto isso não se resolve, quem tem como investir não o faz, porque está inseguro. Sem investimento, o crescimento econômico fica atrasado. Assim, não se gera empregos. Sofrem o País, a população, os trabalhadores.

Para que conste dos Anais do Senado, requeiro, Senhor Presidente, que o artigo publicado no jornal **O Estado de S. Paulo**, no dia 21 de março, seja considerado como parte deste pronunciamento.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR LEONEL PAVAN EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Por mais absurdo que pareça, o apoio à política econômica de Lula veio da oposição, da voz do senador tucano Tasso Jereissati. “Afirmo que a desestabilização do ministro Palocci acarretaria o mais absoluto caos neste momento”, advertiu Jereissati, na quarta-feira. Advertência a quem? Aos petistas que pedem a cabeça do ministro da Fazenda em reuniões fechadas e incentivam o inexpressivo deputado Valdemar da Costa Neto (PL-SP) a fazê-lo em público.

Por onde andou esta semana, Lula repetiu que “a queda dos juros será mais forte quando o Brasil conquistar credibilidade”. E credibilidade se conquista com racionalidade em gastos, coerência de rumos, inflação controlada, re-

gras estáveis, agenda microeconômica que estimule o investimento, muita firmeza na política econômica e trabalho intenso que envolva todos os ministros. Os empresários com cacife e capital para investir estão parados, atônitos, inseguros diante do espetáculo de exotismo e irracionalidade que o PT e os petistas do governo proporcionam ao País. Enquanto durar este, não acontece o outro espetáculo, o do crescimento.

O presidente Lula parece isolado na defesa do ministro Palocci

e sua política econômica. Sensitivo, percebeu que o caminho seguido pelo ministro da Fazenda é o único, não há desvios. O passo agora é colocar o governo inteiro para trabalhar, avançar, construir o desenvolvimento. Mas Lula não consegue, é tímido em cobrar de outros ministros unidade, que defendam Palocci com a mesma veemência, que não deixem pairar nenhuma dúvida quanto ao apoio coletivo do governo à política econômica. Isso ajudaria muito a apressar decisões de investimento. Na festa de seu aniversário, o ministro José Dirceu afirmou que “a política econômica não muda contra o ministro Palocci”. Limitou-se a afirmar secamente algo que tem como certo, que Lula tem repetido. Mas apoio a Palocci nenhum, nem uma palavra a favor da política econômica, nenhum argumento para convencer os companheiros de partido.

O PT brinca com o perigo. Sua pressão por mudanças é suicida, porque não convence Lula e atrapalha, afugenta investimentos, atrasa o crescimento econômico, a criação de empregos. O eleitor está de olho. Se esta exótica mistura de balbúrdia com pasmaceira não for superada, sofrem o País, a população, os trabalhadores. Mas o eleitor vai dar o troco em outubro. Não duvide disso o PT.

■ Suely Caldas é jornalista
E-mail: suelycaldas@psdb.com.br

O SR. RODOLPHOTOURINHO (PFL – BA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, com a sanção da Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004, o Novo Modelo do Setor Elétrico foi implementado.

A participação do Senado Federal foi decisiva no processo de aprovação do novo modelo. Das 766 emendas apresentadas à Medida Provisória, conseguimos estabelecer 16 emendas mais importantes que constituíram a Agenda Mínima do setor privado. Os debates foram inúmeros e extensos com o Ministério de Minas e Energia e com o relator-revisor da matéria, Senador Delcídio Amaral.

No entanto, um dos temas da Agenda Mínima que o setor privado julgou não ter sido atendido, a chamada emenda 2, foi o da Universalização.

De forma bastante oportuna, foi realizada, recentemente, uma audiência pública, na Comissão de Infra-estrutura, cujo requerimento apresentado por mim foi aprovado ainda no ano passado, para tratar da regulamentação do novo Programa e das diretrizes do Governo em relação à universalização.

Durante a audiência, a ministra de Minas e Energia, Dilma Rousseff, avisou que serão aplicados R\$ 5,3 bilhões no programa Luz para Todos, rigorosamente fiscalizados, para garantir a universalização do fornecimento de energia elétrica e evitar desperdício do dinheiro. Na oportunidade tive a satisfação de reafirmar minha crença na universalização através de subvenções e que o novo Programa possa utilizar a exitosa experiência do Programa Luz no Campo.

Cumprir registrar a importância da audiência, pois esclareceu, de forma inequívoca, a impossibilidade de atendimento da emenda não acatada da Agenda Mínima, a emenda 2, na ótica do setor privado. Ficou demonstrado a correção do Senado e do Governo em não aprová-la, visto que implicaria apenas na desobrigação legal das distribuidoras em promover a universalização, prevista na Lei nº 10.438, de 2002.

A idéia da universalização é um objetivo que perseguimos desde o tempo em que estive a frente do Ministério de Minas e Energia.

Na minha gestão tive a satisfação de lançar o que até hoje foi o maior programa de eletrificação rural da América Latina: o Programa Luz no Campo. No Brasil até fevereiro do corrente, o Programa demonstra resultados muito significativos. Foram 682.879 consumidores rurais ligados ou com obras em andamento, ou seja, de cerca de 3,4 milhões de brasileiros que estavam no final do século XX vivendo no escuro e agora possuem energia elétrica.

No entanto, é preciso reconhecer que o modelo do Programa “Luz no Campo” foi se exaurindo ao longo do tempo em função de:

Não obrigatoriedade legal dos distribuidores em relação à universalização.

O fato do programa ser baseado em financiamentos da Eletrobrás, através dos recursos da RGR, às distribuidoras.

Restrições creditícias e financeiras das distribuidoras.

As dificuldades dos Estados e dos Municípios.

A alteração na legislação, desde o lançamento do “Luz no Campo”, mais recentemente, na Lei nº 10.438, de 2002, estabeleceu as diretrizes para a fixação das metas a serem observadas pelas concessionárias de serviço público de distribuição visando à universalização dos serviços de energia elétrica sem ônus para os solicitantes. A norma determinava a utilização prioritária dos recursos da CDE, oriundos das multas aplicadas pela ANEEL, e pagamentos de UBPs e, como mencionei anteriormente, possibilitava a utilização da RGR para financiar investimentos em universalização por parte das concessionárias e subvencionar a cobertura de insuficiências na concessão de subsídios tarifários à classe de consumidores de baixa renda.

De fato, a Lei fixou as obrigações para universalização sem estabelecer os meios e recursos suficientes de forma a não onerar os consumidores. A Resolução 223, de 2003, da ANEEL, publicada em obediência ao que rezava a Lei citada, listou as diretrizes para a fixação das metas para cada uma das 64 concessionárias, levando em consideração a capacidade de implementação de cada uma, associada às peculiaridades regionais de cada caso, além de buscar o menor impacto tarifário aos consumidores. Todavia, na sistemática proposta o processo de universalização estaria concluído apenas em 2015, nas localidades mais carentes do país.

No intuito de antecipar este prazo demasiadamente longo, apresentei, no ano passado o Projeto de Lei nº 224, que alterava a referida norma, antecipando a universalização para o ano de 2008. O meu projeto tornava exclusiva, ao invés de prioritária, a utilização dos recursos da CDE oriundos das multas aplicadas pela ANEEL e dos UBPs, para a universalização, além de possibilitar que os recursos da RGR fossem utilizados para subsidiar, e não mais financiar, os investimentos para este fim. Por fim, na proposição que apresentei, no intuito de evitar qualquer discricionariedade por parte do agente executor, inserimos critérios para definir como se daria a subvenção.

No segundo semestre do ano passado, após a edição de uma Medida Provisória que tratava especi-

ficamente de questões relativas ao reajuste de tarifas das concessionárias, foi construído um acordo entre este Senador e o Ministério de Minas e Energia que resultou na aprovação de um Projeto de Lei de Conversão que, além da matéria tratada na MP original, incorporou praticamente na íntegra o meu projeto sobre universalização.

No Senado o PLV teve uma tramitação ágil e, aprovado, originou o Programa Luz para Todos do Governo Federal. Cumpre, inclusive registrar que o Governo pôde aprimorar a minha iniciativa, na medida em que além de todas as fontes de investimentos que propunha, a Lei sancionada, incluiu a utilização de recursos da CDE para subvencionar a universalização.

Convém registrar inclusive que, recentemente, estive na companhia da Ministra Dilma Rousseff, na minha cidade, Salvador, para o lançamento do Programa “Luz para Todos” no meu Estado.

Na ocasião pude saudar a iniciativa lembrando e sugerindo, novamente, atenção para as experiências do “Luz no Campo” que em meu Estado resultou em mudanças muito significativas na área rural. Foram 153.715 consumidores ligados e com obras em andamento, levando a energia elétrica a mais de 750.000 baianos.

No caso do “Luz para Todos” na Bahia, segundo informações prestadas por ocasião do lançamento do programa, os investimentos somam pouco mais de R\$ 1 bilhão e se darão na seguinte proporção: 50% subsidiado pelo Governo Federal, 30% investido pelo Governo Estadual e os demais 20% pelas concessionárias (15% investimento direto da Coelba e 5% com recursos financiados também pelo governa através da RGR).

Quero, portanto, saudar o espírito mantido pelo MME em relação à importância da universalização dos serviços de energia elétrica no menor prazo possível e registrando que o Governo Federal deverá ter a coragem de responsabilizar-se pela efetiva subvenção dos investimentos se, de fato, pretende levar energia a todos os brasileiros até 2008.

Por fim, registro a importância da participação constante do Senado Federal em torno dos debates que ensejarão a regulamentação do Novo Modelo do Setor Elétrico, com intuito de acompanhar e, eventualmente, aprimorar sua implementação.

Era o que tinha a dizer!

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB. Sem apanhamento taquigráfico.) Sr. Presidente, Sr^{as.} e Srs. Senadores, volto a esta tribuna para tratar de tema recorrente nesta Casa, nesta e em outras legislaturas. Refiro-me à questão sempre atual do financiamento

da Previdência Social. Sabemos que modificações importantes já foram efetuadas e trouxeram alguma melhora às contas do sistema, mas não a ponto de garantir sua auto-sustentação. E este é um drama que se agrava, sem que o governo apresente soluções objetivas.

As reformas recentes e anteriores efetuadas no texto da Carta de 1988 trataram mais dos trabalhadores, mostrando-se omissas, de forma inexplicável, quanto ao aperfeiçoamento possível e desejável da contribuição patronal. E é sobre isso que quero falar.

A Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Previdência Social (Anfip) fez chegar às minhas mãos importante estudo nesse sentido, denominado Alternativa de Financiamento, elaborado por fiscais previdenciários, que, por dever de ofício, conhecem essa problemática nos seus detalhes.

Antes de mais nada, devo dizer que o estudo da Anfip não traz propriamente novidade em sua essência, pois enfoca a proposta de contribuição sobre o faturamento das empresas. O interessante está em que a proposta prevê contribuição sobre o faturamento líquido, entendido este como a diferença entre o faturamento bruto e o valor da folha de salários, que atualmente serve de base para definir a contribuição previdenciária.

Ora, as empresas que utilizam menor grau de sofisticação tecnológica são as que mais empregam. As que se valem dos mais avançados processos tecnológicos, além de obterem ganho muito grande de escala, empregam pouco e são as que têm faturamentos mais elevados. Dessa forma, é justo que contribuam para outros benefícios dos trabalhadores, já que para o mais importante – o do emprego – contribuem muito pouco.

De outro lado, cada vez que se divulgam os resultados negativos da Previdência, voltam à tona propostas de redução de benefícios, de ampliação de carências e outras restrições, além da recusa a um aumento do salário mínimo acima da inflação, o que possibilitaria a prometida recuperação gradual do poder de compra do trabalhador. Essa, aliás, e discussão presente, tendo em vista a iminência de anúncio do novo salário mínimo.

Contribuem ainda para a diminuição da receita previdenciária, gerando descompasso com as despesas do sistema, que só tendem a crescer, a desindexação dos salários superiores ao mínimo, o que resulta em mais achatamento, sobretudo em face dos altos níveis de desemprego e da informalidade que tomou conta do mercado de trabalho.

A Constituição Federal define, em seu artigo 195, as participações no financiamento da seguridade so-

cial. É importante mencionar as contribuições sociais estabelecidas em seu inciso I: “do empregador, da empresa e da entidade a ela equiparada na forma da lei, incidentes sobre:

- a) a folha de salários e demais rendimentos do trabalho pagos ou creditados, a qualquer título, à pessoa física que lhe preste serviço, mesmo sem vínculo empregatício;
- b) a receita ou o faturamento;
- c) o lucro.”

Ocorre que a seguridade social é um conceito mais amplo, que engloba as áreas de saúde, previdência e assistência social. Atualmente, recursos diversos concorrem para a manutenção desses serviços. Segundo o estudo da Anfip, “contribuições sociais sobre faturamento, lucro, movimentação financeira etc. permitem construir um sistema que se autocomplementa: empresas com grandes lucros e outras com pequenos faturamentos, e vice-versa; empresas com diferenciados graus de utilização de mão-de-obra; e até mesmo a CPMF, que permite alcançar o mercado informal, a sonegação e rendimentos que nunca poderiam ser declarados”.

O propósito da Anfip é apresentar alternativas para a Previdência, que é apenas um dos ramos da seguridade social. O que não podemos fazer é prolongar **ad aeternum** a situação atual, em que as contribuições sobre a folha de salários arcam com a integralidade dos benefícios previdenciários urbanos e rurais e assistenciais. Além do mais, isso torna o emprego proibitivo, devido aos encargos que oneram sobremaneira a contratação de mão-de-obra, elevando em muito o custo de produção.

A se manter o modelo existente, para que haja equilíbrio nas contas, uma solução seria a de fixar a contribuição patronal e do autônomo em 25% (hoje é de 20%), ou elevar de 11% para algo em torno de 17% a contribuição do empregado. Tais alterações, segundo o mesmo estudo, “agravariam a situação do emprego, achatariam ainda mais os salários, ampliariam as injustiças do sistema tributário e reduziriam a já escassa participação dos salários na renda nacional”.

Pior para as empresas que se utilizam de mão-de-obra intensiva: a consequência seria a redução dos postos de trabalho e menor arrecadação para a Previdência. O fato é que essas são as empresas que deveriam receber o olhar amigo do governo, principalmente deste governo que prometeu gerar dez milhões de empregos – e até aqui só fez diminuir os que encontrou.

Para tanto, bastaria seguir o que estabelece o § 9º do mesmo artigo 195 da Constituição: “As contribuições sociais previstas no inciso I deste artigo poderão ter alíquotas ou base de cálculo diferenciadas, em razão da atividade econômica ou da utilização intensiva de mão-de-obra.”

Esse dispositivo que favorece a criação, ou pelo menos a manutenção, de empregos não recebe a devida atenção. Enquanto isso, numerosas empresas, utilizando-se de recursos do FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador), recursos que deveriam beneficiar apenas e tão-somente o trabalhador (e nem seria necessário frisá-lo), investiram em automação e modernização do parque produtivo, entre outras coisas. Ou seja, financiadas pelo trabalhador, essas empresas reduziram o número de empregos. Um cruel e intolerável paradoxo.

Os remendos feitos na Carta Magna no que tange à questão previdenciária até o presente momento não resolvem o problema do seu financiamento.

Quanto à questão da seguridade (saúde, previdência e assistência social), o estudo da Anfip afirma que a análise do Orçamento da União revela que “o produto das contribuições sociais supera em muito as despesas da Seguridade Social”. Mais adiante, diz: “Entretanto, o que se verifica é que se utiliza o saldo positivo da Seguridade Social para engordar o superávit primário.”

Como atingir o equilíbrio financeiro e atuarial preconizado pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998? A desoneração da folha de salários é uma medida que de há muito vem sendo pleiteada, principalmente para se diminuir o tão falado “custo Brasil”, e poderia, sem sombra de dúvida, ter um efeito extremamente benéfico para a geração de empregos.

O estudo da Anfip apresenta duas propostas: uma baseada no faturamento líquido das empresas, e a outra na redução da cota patronal para as empresas com uso intensivo de mão-de-obra.

A primeira proposta estabelece a Contribuição Social sobre o Faturamento Líquido, sendo este considerado a diferença entre o faturamento bruto e a folha de salários, a qual serve de base à contribuição previdenciária atualmente.

A proposta prevê a diminuição gradual da contribuição sobre a folha de salários, à medida que se amplia a contribuição sobre o faturamento. De importante, a certeza da formalização do emprego, em movimento oposto ao que ocorre hoje. Ressalta-se a importância de que a arrecadação das duas contribuições seja colocada sob a responsabilidade do mesmo órgão. Todos sabemos da fragilidade da folha de salários nos dias atuais, de sua limitada capacidade como base de con-

tribuições e do peso que representa para a produção em muitas empresas.

Suponhamos uma empresa intensiva em capital e com ampla utilização de tecnologia, faturando R\$100 mil no mês e com uma folha de salários de R\$5 mil. Essa empresa contribui com apenas R\$1.100,00 (22%) para a Previdência Social.

Suponhamos agora uma segunda empresa, com uso intensivo de mão-de-obra, faturando os mesmos R\$100 mil no mês e com uma folha de salários de R\$40 mil. Essa empresa deve recolher para a Previdência, como contribuição patronal, R\$8.800,00.

É ou não é um disparate?

A empresa altamente lucrativa e que gera pouquíssimos empregos recolhe com o mesmo faturamento um oitavo do valor recolhido pela que gera muitos empregos. Dessa forma, quem estaria interessado em contratar? Melhor investir em máquinas que dispensem mão-de-obra. Mas, se pudermos taxar o faturamento líquido, a primeira empresa contribuirá sobre 95% do seu faturamento bruto, e a segunda, sobre 60%. Será maior a contribuição daquela que emprega menos, ao contrário do que ocorre nos dias atuais.

O estudo da Anfip propõe aumentar gradativamente a contribuição sobre o faturamento líquido e diminuir progressivamente a atual contribuição patronal. Dessa forma, poderá haver estímulo à formalização do emprego, com a conseqüente melhora da arrecadação, rumo ao equilíbrio das contas do sistema previdenciário.

A segunda proposta que o estudo da Anfip apresenta baseia-se na redução da cota previdenciária patronal pela relação entre folha de salários e faturamento bruto, o que implicará a necessidade de aumento da alíquota da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins).

A idéia é favorecer empresas e segmentos econômicos com uso intensivo de mão-de-obra. A contribuição sobre a folha poderia baixar até os 12%, pois, segundo entendimento dos autores, a contribuição da empresa não deve ser inferior à do empregado (que hoje chega aos 11%).

A proposta estabelece que: se a relação entre folha de salários e faturamento for menor que 0,3, a empresa continuará com a alíquota patronal para a previdência de 22%; se menor que 0,4, a alíquota cairá para 17%; se menor que 0,5, a alíquota será de 15%; e uma relação maior corresponderá a uma alíquota de 12%.

Para compensar a diminuição do recolhimento da parte patronal, a Cofins seria elevada de 3% para 3,3%.

Para o financiamento da seguridade social como um todo, valeria a pena repensar a Cofins, de forma a valorizar e incentivar aqueles que investem em produção. De acordo com o estudo que ora analiso, “deve-se privilegiar as atividades econômicas intensivas em mão-de-obra, de tal maneira que o mercado formal seja preservado e, para esse fim, evitar perdas de receita para a Previdência Social”.

Os problemas que envolvem o sistema previdenciário não são exclusividade brasileira. Nações ricas se vêem às voltas com a perspectiva de dias sombrios e tentam aumentar o tempo de contribuição e de permanência dos trabalhadores na ativa, o que tem gerado protestos e manifestações que repercutem na mídia mundial.

Daí nossa preocupação com o financiamento da Previdência Social brasileira. De outra forma, a tere-mos sustentada em grande parte pelos contribuintes em geral, em razão de déficits crescentes, ou puniremos ainda mais os trabalhadores, fazendo com que trabalhem até o fim dos seus dias.

Cabe aos dirigentes públicos e a nós, representantes do povo, encontrar a melhor solução para o sistema previdenciário brasileiro, de forma a garantir aos trabalhadores a merecida tranquilidade no outono da vida. Por essa razão, trouxe à reflexão desta Casa e peço que se insira em seus Anais este estudo criterioso da Anfip.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado

O SR. PRESIDENTE (Alberto Silva. PMDB – PI)
– Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Alberto Silva. PMDB – PI)
– Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 18 horas e 40 minutos.)

**AGENDA CUMPRIDA
PELO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL
SENADOR JOSÉ SARNEY**

**15-4-2004
quinta-feira**

**10h30 – Deputado Lucas Barreto, Presidente da
Assembléia Legislativa do Amapá**
Presidência do Senado Federal

**12horas – Senhor Wang Jun, Presidente
do Conselho da CITIC**
Presidência do Senado Federal

15h30 – Ordem do Dia
Plenário do Senado Federal

CONGRESSO NACIONAL

EMENDAS APRESENTADAS PERANTE A COMISSÃO MISTA DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 180, ADOTADA EM 07 DE ABRIL DE 2004 E PUBLICADA NO DIA 08 DO MESMO MÊS E ANO, QUE "ABRE, EM FAVOR DE ENCARGOS FINANCEIROS DA UNIÃO, CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO NO VALOR DE R\$ 1.400.000.000,00, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA."

CONGRESSISTA	EMENDA Nº
Deputado RICARDO BARROS	001

TOTAL DE EMENDA: 001

**EMENDA A MEDIDAS PROVISÓRIA
CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO**

**MPV - 180
00001**

	MEDIDAS PROVISÓRIAS	PÁGINA
	Medida Provisória n. 180, de 7 de abril de 2004	01

TEXTO

Suplementação:
 Órgão : 71000 Encargos Financeiros da União
 Unidade : 71101 – Recursos sob a Supervisão do Ministério da Fazenda
 Financiamento do Setor Agrícola
 Valor : R\$ 1.400.000.000

Cancelamento:
 Órgão : 71000 Encargos Financeiros da União
 Unidade : 71101 – Recursos sob a Supervisão do Ministério da Fazenda
 Participação da União no Capital do Banco do Brasil S.A. – Nacional
 R\$ 1.400.000.000
 Emenda Modificativa

JUSTIFICAÇÃO

O setor agrícola necessita de investimentos objetivando a recuperação da capacidade de investimentos do setor, com vistas principalmente a tornar este importante setor da economia competitivo ao mercado internacional. Por outro lado é injustificável a emissão de títulos para financiar o aumento de capital de um banco que deveria ser rentável.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
	RICARDO BARROS	PR	PP
DATA	ASSINATURA		
14/04/2004			

PARECER N° 2, DE 2004-CN

Da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, sobre o Aviso n° 008, de 2002-CN (n° 587/2002, na origem), que “Encaminha ao Congresso Nacional cópia da Decisão n° 261, de 2002-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, referente ao Relatório de Levantamento de Auditoria realizado pela Secex/Ba, no período de 16 a 27-4-2001, objetivando verificar a execução das obras de infra-estrutura de irrigação de uso comum/adutora da Serra da Batateira – Ba”.

I – Relatório

Trata o presente parecer do Aviso n° 8, de 2002 – CN (n° 587/2002, na origem), que “Encaminha ao Congresso Nacional cópia da Decisão n° 261, de 2002 – TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, referente ao Relatório de Levantamento de Auditoria realizado pela Secex/BA, no período de 16 a 27-4-2001, objetivando verificar a execução das obras de infra-estrutura de irrigação de uso comum/adutora da Serra da Batateira – Ba”.

As obras, objeto do presente aviso, apresentaram indícios de irregularidades graves apontados em fiscalizações realizadas pela Secretaria de Controle Externo no Estado da Bahia – Secex/BA, do Tribunal de Contas da União (TCU), que motivaram a inclusão da obra no Quadro VII anexo à LOA/2002, nos termos do art. 12, caput, que assim mencionou: “Nos termos do art. 83, § 7º da Lei de Diretrizes Orçamentárias 2002 é vedada a execução orçamentária e financeira dos contratos, convênios, parcelas ou subtrechos relacionados a obras ou serviços que apresentem indícios de irregularidades graves, apontados pelo Tribunal de Contas da União, constantes do Quadro VII, em anexo, até deliberação em contrário da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização – CMO e do Congresso Nacional.”.

I – Voto do Relator

Trata-se de obras de construção do Canal Adutor da Serra da Batateira, a partir do lago da Barragem de Sobradinho, no Rio São Francisco, com o objetivo de viabilizar a implantação de um perímetro de irrigação no Município de Sobradinho/BA para uma área aproximada de 2.914 ha (SAU), bem como a perenização

de riachos da região, beneficiando cerca de 3.000 famílias. Foi executado 40% das obras, estimando-

se que R\$21.394.255,14 seriam necessários para a conclusão. Há uma dotação de R\$144.000,00 na LOA/2003 para estas obras. Não há restos a pagar inscritos.

O TCU identificou irregularidades graves relativas a processos licitatórios, superfaturamento, desvio de objeto, administração irregular de contratos, celebração, celebração de termo aditivo em valor superior aos limites legais, falhas referentes à execução de contratos e à manutenção em obras concluídas ou paralisadas, impropriedades concernentes ao meio ambiente e à documentação e encerramento de contrato com objeto sem conclusão. Tendo em vista estas irregularidades, aquela Corte, por meio do Acórdão n° 261/2002 — TCU-Plenário, objeto deste Aviso, determinou a audiência do responsável, a realização de diligência ao Ministério da Integração Nacional para a apresentação de informações sobre as providências tomadas por aquele órgão (órgão superior da unidade gestora concedente), a requisição de laudo técnico da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Paraíba (CODEVASF) e a determinação à SECEX/BA para apurar fatos referentes a estas obras na auditoria seguinte (realizada no primeiro semestre de 2002).

Convém destacar que, durante a apreciação do projeto de lei orçamentária para 2003, foram encaminhadas ao Congresso Nacional informações mais recentes pelo TCU sobre estas obras, o que culminou com a elaboração do Quadro VII anexo à LOA/2003, tendo as obras objeto do presente Aviso também sido incluídas nesse quadro, visto que as irregularidades não foram saneadas. Além disso, há uma deliberação mais recente do TCU sobre estas obras, o Acórdão n° 1.289/2003, cuja análise é objeto, do Avisos n° 90, de 2003-CN, para o qual também fui designado relator. Portanto, entendo que não é cabível qualquer exame do presente Aviso quanto ao mérito.

Em face do exposto, VOTO por que esta Comissão tome conhecimento do Aviso n° 008, de 2002, do Congresso Nacional, e determine o seu arquivamento.

Sala da Comissão, em de novembro de 2003.
– Deputado **Mário Heringer**, Relator

Conclusão

A Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, na Nona Reunião Ordinária, em 14 de abril de 2003, APROVOU, por unanimidade, o Relatório do Deputado Mário Heringer ao Aviso n° 008/2002-CN, com voto no sentido de que a Comissão tome conhecimento do referido aviso e determine o seu arquivamento.

Compareceram os Senhores Senadores Aelton Freitas, Augusto Botelho, César Borges, Delcídio

Amaral, Duciomar Costa, Eduardo Suplicy, Fátima Cleide, Fernando Bezerra, Garibaldi Alves Filho, Geraldo Mesquita Júnior, Hélio Costa, Jonas Pinheiro, Leomar Quintanilha, Leonel Pavan, Luiz Otávio, Magno Malta, Mozarildo Cavalcanti, Paulo Elifas, Roberto Saturnino, Romeu Tuma, Serys Silhessarenko, Sibá Machado e Valdir Raupp; e os Deputados Pauderney Avelino, Primeiro Vice-Presidente, Antônio Carlos Mendes Thame, Terceiro Vice-Presidente, Alexandre Cardoso, Amauri Robledo Gasques, André Luiz, André Zacharow, Anivaldo Vale, Antonio Cambraia, Arnon Bezerra, Ary Vanazzi, Benedito de Lira, Beto Albuquerque, Bismarck Maia, Carlos Nader, Cezar Silvestri, Claudio Cajado, Colbert Marfins, Devanir Ribeiro, Dr. Benedito Dias, Dr. Evilásio, Dr. Heleno, Dr. Rosinha, Edson Duarte, Eduardo Gomes, Eduardo Sciarra, Eduardo Seabra, Eduardo Valverde, Elaine

Costa, Elimar Máximo Damasceno, Geraldo Resende, Gilmar Machado, Gonzaga Patriota, Hamilton Casara, Helenido Ribeiro, Heleno Silva, Homero Barreto, Humberto Michiles, Jackson Barreto, João Batista, João Correia, João Grandão, João Leão, Jorge Alberto, Jorge Bittar, José Carlos Elias, José Chaves, José Divino, José Pimentel, José Rocha, Josué Bengtson, Jovair Arantes, Júlio Cesar, Lael Varella, Laura Carneiro, Leonardo Manos, Leonardo Monteiro, Luiz Carreira, Manato, Marcelino Fraga, Márcio Reinaldo Moreira, Mário Heringer, Mário Negromonte, Mauro Lopes, Milton Monti, Nelson Meurer, Olavo Calheiros, Pastor Francisco Olimpio, Paulo Afonso, Paulo Bernardo, Paulo Kobayashi, Paulo Rubem Santiago, Pedro Chaves, Pedro Fernandes, Professora Raquel Teixeira, Rafael Guerra, Renato Casagrande, Ricardo Barros, Roberto Balestra, Rodrigo Maia, Rose de Freitas, Sandro Mabel, Sérgio Miranda, Silas Brasileiro, Tadeu Filippelli, Tarcisio Zimmermann, Teima de Souza, Vignatti, Virgilio Guimarães, Walter Pinheiro, Wasny de Roure, Wellington Roberto, Wilson Santiago, Zé Gerardo e Zezéu Ribeiro.

Sala de Reuniões em 14 de abril de 2004. – Senador **Gilberto Mestrinho**, Presidente – Deputado **Mário Heringer**, Relator.

PARECER Nº 3, DE 2004

Parecer sobre o Aviso nº 4, de 2003-CN, que encaminha “as Demonstrações Contábeis do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE, referentes ao exercício de 2002, de acordo com o art. 20, parágrafo 4º, da Lei 7.827, de 27.09.89”.

Relator: Deputado **João Leão**

I – Relatório

Por designação do Nobre Presidente desta Comissão Mista, coube-me relatar a matéria objeto do Aviso nº 4, de 2003-CN. Trata o documento tias demonstrações contábeis do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE, administrado pelo Banco do Nordeste do Brasil S.A., abrangendo o exercício de 2002 e 2001, encaminhadas ao Congresso Nacional em cumprimento ao disposto no artigo 20, § 4º, da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989. Acompanham também as demonstrações contábeis do próprio Banco do Nordeste do Brasil S.A., as notas explicativas e o Parecer dos Auditores Independentes, assinado pela empresa DELOITTE TOUCHE TOHMATSU – Auditores Independentes.

As demonstrações contábeis abrangem o balanço patrimonial, apurado em 31 de dezembro de 2002 e 2001, a demonstração do resultado do exercício, a demonstração das mutações do patrimônio líquido e a demonstração das origens e aplicações de recursos correspondente ao exercício findo nessas datas.

De acordo com o Parecer dos Auditores independentes, “*exceto quanto aos possíveis efeitos resultantes dos critérios de reconhecimento de eventuais perdas no patrimônio dos Fundos Constitucionais, que venham a ser definidos pelas instâncias governamentais competentes*”, as referidas demonstrações contábeis representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE – em 31 de dezembro de 2002 e de 2001, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido e as origens e aplicações de seus recursos correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas pelo Banco do Nordeste do Brasil S/A, administrador do fundo.

Decorrente de tal ressalva, e tendo em vista a falta de dispositivos regimentais específicos atinentes à ação de fiscalização e controle nesta Comissão Mista, este relator julgou necessário solicitar esclarecimentos adicionais aos órgãos competentes conforme estudo que apresentei a esta Comissão, a fim de se obter maiores subsídios à análise das operações realizadas com os recursos oriundos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE.

Assim, mediante ofício enviado ao Banco do Nordeste do Brasil S/A foram solicitadas as informações adicionais necessárias à adequada compreensão e correta avaliação das demonstrações contábeis do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste, O Banco deu pronto atendimento às formulações aventadas, por meio do Ofício GAPRE, 2003/0512,

de 03 de junho de 2003, além do envio de funcionários gabaritados na área de crédito, para o esclarecimento de pontos considerados obscuros nos relatórios contábeis.

É o relatório.

II – Voto do Relator

O Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste — FNE, tem por objetivo, nos termos da Constituição Federal, o fomento ao desenvolvimento econômico e social do Nordeste, mediante execução de programas de financiamento aos setores produtivos, em consonância com os respectivos planos regionais de desenvolvimento. Para dar cumprimento a tal finalidade, contudo, é imperativo que os recursos colocados à disposição pelo FNE sejam aplicados com total transparência e eficácia, afim de que os preceitos constitucionais possam ser plenamente satisfeitos.

O administrador do Fundo – Banco do Nordeste do Brasil S/A – deu cumprimento regular ao mandamento contido no artigo 20, § 4º, da Lei nº 7.287/89, mediante encaminhamento ao Congresso Nacional do balanço, devidamente auditado, para efeito de fiscalização e controle por este órgão congressual.

Destaque-se que, de acordo com os dados do Balanço Patrimonial do FNE em 31.12.02, os empréstimos concedidos pelo Fundo concentraram-se substancialmente em Financiamentos Rurais. Do total de R\$ 4,69 bilhões de Operações de Crédito registradas no Circulante, R\$ 2,96 bilhões corresponderam a Financiamentos Rurais, ou seja 63,1% do total desse grupo. Já em relação às Operações de Crédito registradas no grupo contábil Realizável a Longo Prazo, no total de R\$ 6,01 bilhões, o montante de R\$ 5,03 bilhões destinaram-se a Financiamentos Rurais, o que representou 83,7% do total desse grupo contábil. Assim, percebe-se que do valor de R\$ 10,7 bilhões destinados a Operações de Crédito pelo Fundo, R\$ 7,9 bilhões foram aplicados na rubrica Financiamentos Rurais, ou seja, 74,7% do total. Além disso, verifica-se relevante volume de recursos registrados em disponibilidades, não aplicados em operações de crédito, no valor de R\$ 1, bilhão em 2001, elevando-se tal valor a R\$ 1,8 bilhão em 2002, representando aumento de 34%.

Quanto à Demonstração de Resultado, nota-se substancial elevação do lucro do exercício. Entre os períodos de 2002 e 2001 o lucro elevou-se de R\$ 461,07 milhões para R\$ 1.042,74 milhões, o que representou aumento percentual de 126%. Entre as despesas destacou-se a relativa à Taxa de Administração devida ao gestor do Fundo — o Banco do Nordeste do Brasil S/A. Em 2002 o valor pago totalizou R\$ 339,06 milhões, o que representou o teto de 20% das trans-

ferências recebidas da União, conforme determina o art. 13, da Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001.

Os resultados positivos apresentados nos demonstrativos, contudo, foram objeto de ressalva apontada no Parecer dos Auditores Independentes. De acordo com o item 4 das Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis do FNE, *“Estudos vêm sendo conduzidos, sob a coordenação dos Ministérios da Fazenda e da Integração Nacional, responsáveis pela padronização das informações dos Fundos Constitucionais, para a definição de critérios para reconhecimento de perdas no patrimônio desses Fundos”*. O Parecer dos Auditores Independentes ressaltou esse comentário para afirmar que *“...não nos foi possível efetuar análises para se mensurar possíveis perdas no patrimônio do Fundo, para as datas-base sob exame, uma vez que somente a partir da definição de citas regras será possível efetuar estas avaliações”*.

Quanto aos questionamentos que levantei junto ao BNB, vale ressaltar a cobrança da taxa de 3% de “Del-credere” e o registro das operações inadimplentes.

Informou o BNB em seu ofício que *“Desde a edição da Medida Provisória nº 1.727-1, de 08/12/1998, que deu origem à Lei nº 10.177, de 12/01/2001, o Del-credere do BNB vem sendo calculado à taxa de 3% a.a. sobre o saldo do grupamento contábil do COSIF/BACEN nº 309.20.00.2-072050 – Operações Contratadas a Partir de 01/12/1998 com as deduções previstas no § 2º, do Artigo 1º, da Lei 10.177, de 2001, que trata do percentual garantido por fundos de aval e dos saldos relativos aos financiamentos de projetos de estruturação inicial dos assentados, colonos ou beneficiários do Banco da Terra, de que trata o § 2º do Artigo 1º da Lei 10.186, de 12/02/2001. Quanto às operações inadimplidas esclarecemos que as mesmas compõem o saldo do grupamento contábil acima mencionado, uma vez que as regras para provisionamento e/ou baixa do ativo deverão ser determinadas quando forem estabelecidas pelos Ministérios da Fazenda e da Integração Nacional as normas para estruturação e padronização dos balanços e balancetes dos Fundos Constitucionais de Financiamento, nos termos do Art. 8º, da Lei nº 10.177, de 12/01/2001.”*

Ademais, informou a referida instituição bancária que o atraso na quitação das operações ativas, que gravita na faixa de 46%, foi resultado de uma política de pulverização de créditos, consistindo em rápido crescimento da quantidade de empréstimos efetuados num curto espaço de tempo, sem a adoção das cautelas necessárias a tal movimento. A diminuição das operações de concessão de créditos, assim, a despeito dos constantes repasses do Orçamento da

União ao FNE, consistiu em ação de prevenção ao impacto da elevação da inadimplência decorrente dessa estratégia de atuação. Contudo, diante de tal situação, o BNB já se encontra em processo de aprimoramento dos controles internos na concessão de empréstimos e no acompanhamento e avaliação das operações em andamento, o que resultou em maior controle acerca de parcelas em atraso, em especial a partir da edição da Medida Provisória nº 1.727-1, de 8-12-1998, que definiu a divisão do risco dos créditos em parcelas iguais entre o BNB e o FNE. Espera-se, portanto, um melhor gerenciamento do risco operacional, mediante adoção de procedimentos compatíveis com os padrões internacionais, em especial com os princípios do Acordo de Basiléia.

No tocante à inadimplência já verificada, diagnosticou-se, como um dos fatores à sua incidência, a falta de estrutura das agências para realizar um bom acompanhamento para adotar de maneira tempestiva e adequada os procedimentos necessários à regularização. Alega o Banco estar em processo de reforço institucional à atividade de recuperação de créditos e negociação de dívidas, a fim de que ocorra efetiva redução dos créditos inadimplidos.

Por fim, não obstante as iniciais indagações a respeito das demonstrações contábeis do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste — FNE, reputo, por ora, satisfatórias as informações prestadas pelo Banco do Nordeste do Brasil S/A, necessárias ao esclarecimento do estágio em que se encontram as aplicações do referido fundo de desenvolvimento regional.

Diante de todo o exposto, voto no sentido de que seja conhecida a matéria objeto do Aviso nº 4, de 2003-CN, considerando cumprida a determinação contida no artigo 20, § 4, da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, sendo, portanto, arquivadas as demonstrações contábeis do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste — FNE, administrado pelo Banco do Nordeste do Brasil S/A — BNB, ficando esses documentos à disposição dos membros desta Comissão Mista para eventual consulta de seu interesse.

Sala das Sessões, de de 2003. – Deputado **João Leão**, Relator.

PARECER Nº 4 DE 2004-CN

Da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, sobre o Aviso nº 6/2003-CN (nº 316-GP/TCU, de 9-4-03, na origem), que “Encaminha ao Congresso Nacional, de acordo com o que dispõe o artigo 56, caput, da Lei Complementar nº 101, de 2000, – Lei de Responsabilidade

Fiscal, a prestação de contas dos gestores do Tribunal de Contas da União, do exercício de 2002.”

Relator: Deputado **José Rocha**

I – Relatório

Trata o presente expediente do Aviso nº 6/2003-CN (nº 384-GP/TCU, de 9-4-03, na origem), que encaminha ao Congresso Nacional a prestação de contas do TCU, em razão do disposto no art. 56 da Lei Complementar nº 101/2000, para que esta Comissão possa emitir parecer sobre tal matéria, conforme estabelece o § 2º do referido comando legal, a saber:

“Art. 56. As contas prestadas pelos Chefes do Poder Executivo incluirão, além das suas próprias, as dos Presidentes dos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Chefe do Ministério Público, referidos no art. 20, as quais receberão parecer prévio, separadamente, do respectivo Tribunal de Contas

§ 2º O parecer sobre as contas dos Tribunais de Contas será proferido no prazo previsto no ad. 57 pela comissão mista permanente referida no § 1º do art. 166 da Constituição ou equivalente das Casas Legislativas estaduais e municipais.”

Compõe esta prestação de contas os seguintes elementos:

- a. quadro das ações desenvolvidas;
 - b. demonstrativos:
 - b.1 – da execução orçamentária por programa, função e subfunção;
 - b.2 – sintético da execução orçamentária e financeira;
 - b.3 – da despesa com pessoal e com serviços de terceiros;
 - b.4 – da despesa de pessoal em relação ao exercício anterior;
 - b.5 – da disponibilidade de caixa;
 - b.6 – de restos a pagar;
 - b.7 – da dotação e execução da despesa por natureza e por categoria, grupo e modalidade;
 - b.8 – da dotação da despesa por fonte;
 - b.9 – da programação financeira de desembolso
 - c. composição das disponibilidades financeiras;
 - d. balanços orçamentário, financeiro e patrimonial;
 - e. demonstração das variações patrimoniais;

f. relatório de gestão, formado pelos módulos:

- f.1 – controle externo
- f.2 – gestão de pessoas, estratégias e planos;
- f.3 – recursos orçamentários e financeiros;
- f.4 – gestão de materiais e serviços;
- f.5 – tecnologia da informação.

De acordo com esses documentos, o Orçamento Geral da União para o exercício de 2002 consignou ao TCU a dotação inicial R\$ 507.617.565,00. Esta foi acrescida ao longo do período em R\$ 75.981.787,00, o que fez um montante autorizado de R\$ 583.599.352,00. Deste total, foram realizados R\$ 579.312.245,62, ou seja, pouco mais de 99% da dotação orçamentária.

A maior parte dos recursos, cerca de 89% das despesas realizadas, foi consumida com pessoal. Em seguida, aparecem outros custeios, em torno de 9%. E, por último, as despesas de capital, que atingiram aproximadamente 20%.

As despesas correntes compreendem as despesas com pessoal e outros custeios. Aquelas referem-se a pagamentos de ativos, inativos e pensionistas e não ultrapassou os limites definidos na Lei Complementar nº 101/2000. Outrossim, nas despesas computadas com pessoal, R\$ 58.051.962,93 foram inscritos em restos a pagar no exercício. Outros custeios corresponderam a dispêndios com manutenção de serviços administrativos e de transportes, conservação de imóveis, capacitação de recursos humanos, contribuições a organismos internacionais de fiscalização, assistência médica e odontológica, auxílios alimentação e de transporte, assistência pré-escolar e serviços de informática. As despesas de capital se destinaram, basicamente, ao reaparelhamento das instalações da Sede e das Secretarias de Controle Externo nos Estados, bem como a investimentos em informática.

Relativamente às demonstrações contábeis e financeiras, elaboradas em conformidade com a Lei nº 4.320/64, cabe mencionar o superávit financeiro apurado no balanço patrimonial no valor de R\$ 6.440.147,18. Esta importância, que equivale aproximadamente à metade do total das despesas realizadas com investimentos, poderá ser utilizada para abertura de créditos adicionais durante a execução orçamentária de 2003, como dispõe o art. 43, § 1º, I, da Lei nº 4.320/64.

No que tange ao aspecto do planejamento, o TCU estabeleceu as seguintes diretrizes para 2002:

- a)** aumentar o número de processos julgados ou apreciados de forma conclusiva;
- b)** ampliar o esforço de fiscalização;

c) desenvolver esforços no sentido de manter o nível de satisfação dos servidores com o clima organizacional e o ambiente de trabalho;

d) ampliar o conhecimento e o reconhecimento do TCU perante a sociedade e a mídia.

Para implementação dessas diretrizes, definiram-se objetivos como:

a) dobrar o número de atos de admissão e de concessão apreciados;

b) reduzir o tempo médio de apreciação das solicitações do Congresso Nacional;

c) incrementar o quantitativo de processos a serem julgados ou apreciados de forma conclusiva;

d) aumentar em mais de 40% o número de obras a serem fiscalizadas para subsidiar a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Todavia, algumas metas não foram atingidas. Entre elas a de apreciar todos os processos de contas e de fiscalização remanescentes dos anos de 2000 e 2001. Apesar disso, o Tribunal entendeu positivo o desempenho, pois, entre outros resultados, aumentou-se em:

a) 36% o número de obras fiscalizadas;

b) mais de 40% a quantidade de recursos apreciados;

c) 104% o número de atos de admissão e concessão apreciados.

Ademais, a meta estipulada no PPA para o período 2000-2003 era de apreciar 35% dos processos em estoque e atuados dentro de um exercício no final de 2003. Contudo, tal meta foi ultrapassada já no encerramento de 2002.

Quanto aos benefícios proporcionados pela atuação do TCU à sociedade fez-se menção à determinação efetuada à Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) para que esta entidade promovesse, na época dos reajustes anuais, a revisão das tarifas de pedágio praticadas nas rodovias federais. Tal ordem visava fazer reverter em prol dos usuários o 188 cobrado indevidamente

pelas concessionárias. Disso resultou que a ANTI revisou e reduziu o preço pretendido para as tarifas de pedágio da Nova Outra, Ponte Rio-Niterói e rodovias Rio-Teresópolis e Juiz de Fora-Rio.

Também, destacou-se o benefício financeiro, na quantia de R\$ 587 milhões, em virtude do cumprimento pela Secretaria da Receita Federal de ações fiscais em empresas favorecidas pelo Regime Automotivo,

inadimplentes com as obrigações assumidas, conforme Decisão nº 147/2002 — TCU — Plenário.

Outrossim, não se pode deixar de mencionar sob esse enfoque o julgamento das contas dos agentes públicos, pois nessa atividade o Tribunal deve-se pautar pela legalidade, eficiência e economicidade dos atos de gestão praticados. Assim, no exercício em comento, foram condenados 1.418 responsáveis ao pagamento de multa e/ou ressarcimento de débitos, no valor total de R\$ 754.102.940,03, atualizado monetariamente até 31/12/02.

Além disso, foram remetidas ao Ministério Público da União, para ajuizamento de ações civis e penais cabíveis, cópias de 544 processos, que envolvem 800 responsáveis por dano ao erário decorrente de ato de gestão ilegítimo ou anti-econômico e de desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos.

É o relatório.

II – Voto

De acordo com os documentos que compõem a prestação de contas do TCU, a atuação desse Órgão tem sido favorável à sociedade, uma vez que os benefícios proporcionados superam seu custo. Vale dizer que tal benefício não pode ser medido apenas pelos valores que retornam ao erário, mas também pela atuação pedagógica e preventiva daquela Corte no sentido de inibir possíveis danos aos cofres públicos.

No que tange à análise da presente prestação de contas, não foram identificadas irregularidades nas peças remetidas a esta Comissão, razão pela qual pode ser considerada regular.

Todavia, por oportuno, cabe chamar a atenção para o seguinte aspecto. Os documentos encaminhados pelo Tribunal de Contas da União decorreu de disposição legal inculpada no art. 56 da Lei Complementar nº 101/2000. Contudo, tais peças foram preparadas e selecionadas pelo próprio órgão que deveria prestar contas, uma vez que não há nenhum normativo que estabeleça o conteúdo e a forma de apresentação que oriente aquele órgão na correspondente elaboração. Vale dizer que a Corte de Contas possui diversos regulamentos que orientam seus jurisdicionados sobre a forma e o conteúdo das tomadas e prestação de contas que lhe compete examinar.

Esta Comissão deveria atentar para tal questão, de modo que seja uma proposta de regulamentação para cumprimento dessa apresentada competência, a fim de que as informações encaminhadas pelo TCU atinjam os objetivos pretendidos pelo mandamento legal. De outro modo, tal atividade correrá o risco de ser apenas mais um cumprimento formal de atendimento à lei, sem promover qualquer efeito benéfico que dela

poderia aproveitar-se, tal como o aprimoramento do controle externo.

Diante disso, VOTO no sentido de que esta Comissão:

a) tome conhecimento da prestação de contas apresentada pelo Tribunal de Contas da União, referente ao exercício de 2002, considerando-a regular, e determine o seu arquivamento;

b) estude a necessidade de regulamentar sobre a forma e o conteúdo das prestações de contas do TCU, cuja competência para emitir parecer cabe a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, como determinado pelo art. 56, § 2º, da Lei Complementar no 10112000, apresentando a correspondente proposta, caso entenda pertinente.

Sala da Comissão, em de de 2003. – Deputado **Jose Rocha**, Relator.

PARECER Nº 5, DE 2004–CN

Parecer sobre o Projeto de Lei nº 001, de 2004 – CN, que “Abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Saúde, crédito especial no valor de R\$ 20.000.000,00, para os fins que especifica”.

Autor : Poder Executivo

Relator: Deputado **Jorge Bittar**

I – Relatório

O Excelentíssimo Senhor Presidente da República, no uso das atribuições que lhe confere o art. 61 da Constituição, submeteu à apreciação do Congresso Nacional, por intermédio da Mensagem nº 041, de 2004–CN (nº 0137/2004, na origem), o Projeto de Lei nº 001, de 2004 – CN, que abre “Abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Saúde, crédito especial no valor de R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais), para os fins que especifica”.

A Exposição de Motivos nº 039/MP, de 15.03.2004, do Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, que acompanha e instrui a proposição, informa que o crédito pleiteado visa incluir nova categoria de programação na Lei Orçamentária Anual, para adequar o orçamento da Fundação Oswaldo Cruz — FIOCRUZ às suas reais necessidades.

Nesse sentido, o projeto visa criar, no âmbito do Programa “Assistência Farmacêutica e Insumos”, o projeto “IOUI-Aquisição de Planta Farmacêutica de Produção para Expansão e Diversificação da Capacidade Produtiva de Medicamentos e Fitoterápicos A

ação permitirá à FIOCRUZ a aquisição de planta farmacêutica de produção, pronta e em funcionamento, a ser incorporada ao parque produtivo para produção de medicamentos e fitoterápicos destinados a programas essenciais de saúde pública.

Informa ainda o Ministro que a programação objeto de cancelamento não sofrerá prejuízo em sua execução, uma vez que parte da dotação foi consignada especificamente com essa finalidade, e que o crédito não afetará a obtenção da meta de resultado primário estabelecida, tendo em vista tratar-se de remanejamento de despesas primárias.

Foram apresentadas (09) nove emendas ao Projeto.

É o Relatório.

II – Emendas

Das 09 emendas apresentadas, três propõem a inclusão de novo subtítulo ao Orçamento vigente e as seis restantes solicitam a recomposição integral do cancelamento proposto, alegando que o cancelamento frustraria ações essenciais na área de saúde.

Inicialmente, cumpre esclarecer que a dotação oferecida como cancelamento compensatório no presente projeto de lei já se destinava à aquisição de planta farmacêutica. Durante a tramitação do Projeto de Orçamento para 2004, foi levantado por diversos Parlamentares a importância da aquisição da fábrica pela FIOCRUZ, sendo então oferecido e aprovado nesta Comissão destaque no sentido de alocar os recursos em emenda da Bancada do Rio de Janeiro.

Portanto, o projeto de lei não acarreta em verdade qualquer cancelamento de programações, uma vez que enseja uma mera adequação da dotação aprovada. Com efeito, o crédito adicional visa tão-somente transferir a dotação para a Fundação Oswaldo Cruz e, tendo em vista tratar-se de aquisição de fábrica pronta e em funcionamento, ajustar o grupo de natureza de despesas de investimento para inversão financeira.

Diante do exposto e, ainda, tendo em vista que o acatamento das emendas inviabilizaria a incorporação da planta farmacêutica ao parque produtivo da FIOCRUZ, propomos a rejeição dos pleitos apresentados.

III – Voto do Relator

Do exame da proposição, verifica-se que a iniciativa do Poder Executivo se acha articulada na modalidade apropriada de crédito adicional, isto é, crédito especial, uma vez que objetiva incluir nova categoria de programação ao orçamento vigente (Lei nº 10.837, de 16.1.2004) e que foi formulada de acordo com o que determina a Lei nº 4.320, de 17.3.64, e a Lei nº 10.707, de 30.7.2003 (LDO/2004).

Desse modo, considerando que o projeto de lei não colide com os dispositivos legais relativos à alocação de recursos, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1, de 2004-cn, na forma apresentada pelo Poder Executivo.

Em de abril de 2004. – Deputado **Jorge Bittar**, Relator.

RELATÓRIO DAS EMENDAS

PL nº 001, de 2004-CN

Parecer às Emendas Apresentadas

Nº de Emenda	Autor	Parecer
0001	Anivaldo Vale	Rejeitada
0002	Valdemar Costa Neto	Rejeitada
0003	Valdemar Costa Neto	Rejeitada
0004	Valdemar Costa Neto	Rejeitada
0005	José Divino	Rejeitada
0006	Vieira Reis	Rejeitada
0007	André Luiz	Rejeitada
0008	Carlos Rodrigues	Rejeitada
0009	Almir Moura	Rejeitada

**PORTARIA DO DIRETOR-GERAL
Nº 064 . DE 2004**

O **DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso de suas atribuições regimentais que lhe confere o art. 320, da Resolução nº 09, de 1997, que altera o Regulamento Administrativo do Senado Federal,

RESOLVE:

I - Prorrogar por 120 (cento e vinte) dias o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão Especial Técnica, instituída pela Portaria nº 24 de 2004, do Diretor-Geral do Senado Federal, incumbida de implementar soluções de descontinuação para a plataforma Mainframe, da Secretaria Especial e Informática.

II – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 15 de abril de 2004.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº. 684 , DE 2004**

O **DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pela Resolução do Senado Federal n.º 07, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **005.321/04-2**,

R E S O L V E tornar sem efeito o Ato do Diretor-Geral n.º 618, publicado no Boletim Administrativo de Pessoal do Senado Federal n.º 2972, de 07/04/2004, que exonerou **FÁBIO COSTA FONSECA**, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, e o nomeou para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-5, do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Liderança do PTB, em virtude de não ter tomado posse no prazo previsto pelo § 1º do Art. 13 da Lei n.º 8.112, de 1990.

Senado Federal, em 15 de abril de 2004.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 685 , DE 2004

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **005.320/04-6**,

RESOLVE tornar sem efeito o Ato do Diretor-Geral n.º 619, publicado no Boletim Administrativo de Pessoal do Senado Federal n.º 2.972, de 07/04/2004, que exonerou **VALNEY GUILHERME LOPES DA COSTA**, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-5, e o nomeou para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Gabinete da Liderança do PTB.

Senado Federal, em 15 de abril de 2004.



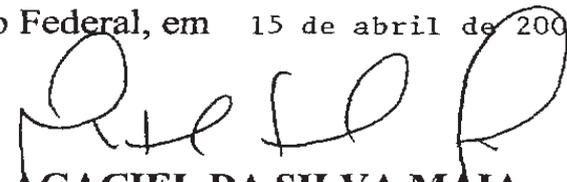
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 686 , DE 2004

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **005232/04-0**,

RESOLVE nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **FÁTIMA SALETE DE BORTOLI** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-6, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Primeira Vice-Presidência.

Senado Federal, em 15 de abril de 2004.



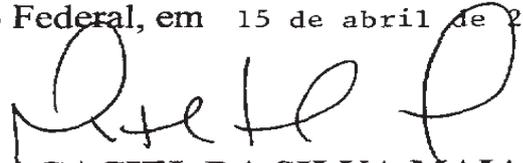
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 687 , DE 2004**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **005252/04-0**,

RESOLVE nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **SIMONE BELÍSIA BULHÕES EMERENCIANO** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-5, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Garibaldi Alves Filho.

Senado Federal, em 15 de abril de 2004.



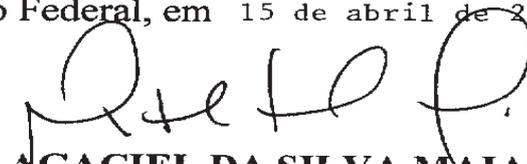
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 688 , DE 2004**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **005305/04-7**,

RESOLVE nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **PATRÍCIA TEREZA CARDOSO HENGESTLER** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-4, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Marcelo Crivella.

Senado Federal, em 15 de abril de 2004.



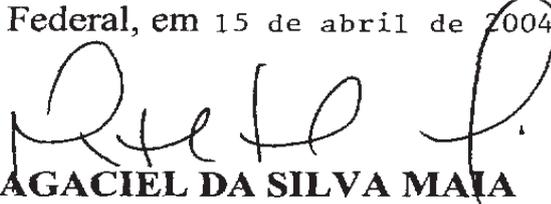
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 689 , DE 2004**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **005379/04-0**,

RESOLVE nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei n.º 8.112, de 1990, **MARIA DAS GRAÇAS FONTES** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-2, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador José Sarney.

Senado Federal, em 15 de abril de 2004.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 690 , DE 2004**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo n.º 005226/04-0,

RESOLVE dispensar o servidor **RODRIGO CARVALHO DE C. CAIADO**, matrícula 3452, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, da Função Comissionada de Assistente Técnico, Símbolo FC-6, da Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle, e designá-lo para exercer a Função Comissionada de Revisor de Textos, Símbolo FC-6, do mesmo Órgão, a partir de 13 de abril de 2004.

Senado Federal, 15 de abril de 2004.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 691 , DE 2004**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 005139/04-0,

RESOLVE dispensar a servidora CLÁUDIA MARTINS DE A. E SOUZA FERREIRA, matrícula 4982, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, da Função Comissionada de Assistente Técnico, Símbolo FC-6, do Gabinete do Senador Geraldo Mesquita, e designá-la para exercer a Função Comissionada de Assistente Técnico, Símbolo FC-6, do Gabinete do Senador José Maranhão, a partir de 12 de abril de 2004.

Senado Federal, 15 de abril de 2004.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 692 , DE 2004**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e pelo Ato nº 108, de 2003, do Presidente do Senado Federal, e tendo em vista o constante no Processo nº 005073/04-9,

RESOLVE dispensar a servidora MÁRCIA MARIA CORRÊA DE AZEVEDO, matrícula 4302, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, da Função Comissionada de Chefe de Gabinete, Símbolo FC-8, do Gabinete da Senadora Lúcia Vânia, a partir de 12 de abril de 2004.

Senado Federal, 15 de abril de 2004.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL

Nº. 693 , DE 2004

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 004125/04-5,

RESOLVE designar o servidor CARLOS ALDALBERTO DE SOUSA LACERDA, matrícula 4410, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, para exercer a Função Comissionada de Assistente Técnico, Símbolo FC-6, do Gabinete da Liderança do PTB, a partir de 29 de março de 2004.

Senado Federal, 15 de abril de 2004.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL

Nº. 694 , DE 2004

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 004656/04-0,

RESOLVE designar o servidor RODRIGO CARVALHO DE C. CAIADO, matrícula 3452, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, para exercer a Função Comissionada de Assistente Técnico, Símbolo FC-6, da Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle, a partir de 26 de março de 2004.

Senado Federal, 15 de abril de 2004.



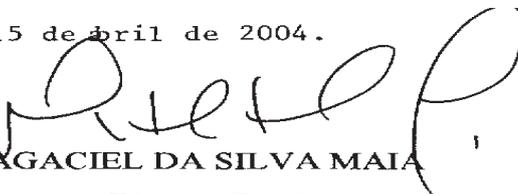
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL

N.º 695 , de 2004

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no exercício de suas atribuições regulamentares, e tendo em vista o que consta no Processo n.º 004211/04-9, **RESOLVE**, fundamentado nos artigos 215 e 217, inciso I, alínea "a", da Lei n.º 8.112/90, conceder pensão vitalícia a **MARIA APARECIDA BAGHDASSARIAN**, na condição de cônjuge, na proporção de 1/1 (um inteiro), dos proventos que percebia o ex-servidor **HAIG BAGHDASSARIAN**, matrícula 00640, a partir da data do óbito, 21/03/2004.

Senado Federal, 15 de abril de 2004.



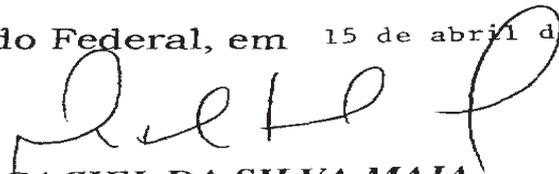
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL

N.º 696 , de 2004

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no exercício de suas atribuições regulamentares, e tendo em vista o que consta no Processo n.º 016.058/90-9 **RESOLVE** alterar o Ato do Presidente n.º 120/91, que aposentou voluntariamente, com proventos proporcionais, o servidor **JOSÉ GERVÁSIO TORRES PARENTE**, Analista Legislativo, Nível III, Padrão 45, para incluir o artigo 190, da Lei n.º 8.112/90, tendo em vista que o mesmo foi considerado portador de doença especificada em Lei por Laudo Médico expedido pela Junta Médica do Senado Federal em **11.03.2004**, observando-se o disposto no artigo 37, inciso XI, da Constituição Federal.

Senado Federal, em 15 de abril de 2004.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

**COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL
(52ª LEGISLATURA)**

	BAHIA	PFL	Heráclito Fortes
PFL	Rodolpho Tourinho	PMDB	Mão Santa
PFL	Antonio Carlos Magalhães		RIO GRANDE DO NORTE
PFL	César Borges	PTB	Fernando Bezerra
	RIO DE JANEIRO	PMDB	Garibaldi Alves Filho
PT	Roberto Saturnino	PFL	José Agripino
PL	Marcelo Crivella		SANTA CATARINA
PMDB	Sérgio Cabral	PFL	Jorge Bornhausen
	MARANHÃO	PT	Ideli Salvatti
PMDB	João Alberto Souza	PSDB	Leonel Pavan
PFL	Edison Lobão		ALAGOAS
PFL	Roseana Sarney		Heloísa Helena
	PARÁ	PMDB	Renan Calheiros
PMDB	Luiz Otávio	PSDB	Teotônio Vilela Filho
PT	Ana Júlia Carepa		SERGIPE
PTB	Duciomar Costa	PFL	Maria do Carmo Alves
	PERNAMBUCO	PDT	Almeida Lima
PFL	José Jorge	PSB	Antonio Carlos Valadares
PFL	Marco Maciel		AMAZONAS
PSDB	Sérgio Guerra	PMDB	Gilberto Mestrinho
	SÃO PAULO	PSDB	Arthur Virgílio
PT	Eduardo Suplicy	PDT	Jefferson Peres
PT	Aloizio Mercadante		PARANÁ
PFL	Romeu Tuma	PSDB	Alvaro Dias
	MINAS GERAIS	PT	Flávio Arns
PL	Aelton Freitas	PDT	Osmar Dias
PSDB	Eduardo Azeredo		ACRE
PMDB	Hélio Costa	PT	Tião Viana
	GOIÁS	PSB	Geraldo Mesquita Júnior
PMDB	Maguito Vilela	PT	Sibá Machado
PFL	Demóstenes Torres		MATO GROSSO DO SUL
PSDB	Lúcia Vânia	PDT	Juvêncio da Fonseca
	MATO GROSSO	PT	Delcídio Amaral
PSDB	Antero Paes de Barros	PMDB	Ramez Tebet
PFL	Jonas Pinheiro		DISTRITO FEDERAL
PT	Serys Slhessarenko	PMDB	Valmir Amaral
	RIO GRANDE DO SUL	PT	Cristovam Buarque
PMDB	Pedro Simon	PFL	Paulo Octávio
PT	Paulo Paim		TOCANTINS
PTB	Sérgio Zambiasi	PSDB	Eduardo Siqueira Campos
	CEARÁ	PFL	João Ribeiro
PSDB	Reginaldo Duarte	PFL	Leomar Quintanilha
PPS	Patrícia Saboya Gomes		AMAPÁ
PSDB	Tasso Jereissati	PMDB	José Sarney
	PARAÍBA	PSB	João Capiberibe
PMDB	Ney Suassuna	PMDB	Papaléo Paes
PFL	Efraim Morais		RONDÔNIA
PMDB	José Maranhão	PMDB	- Paulo Elifas
	ESPÍRITO SANTO	PT	- Fátima Cleide
PPS	João Batista Motta	PMDB	- Valdir Raupp
PSDB	Marcos Guerra		RORAIMA
PL	Magno Malta	PPS	- Mozarildo Cavalcanti
	PIAUI	PDT	- Augusto Botelho
PMDB	Alberto Silva	PMDB	- Romero Jucá

COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS (27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Ramez Tebet (PMDB-MS)
Vice-Presidente: Senador Paulo Octavio (PFL-DF)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Aloizio Mercadante	1. Ideli Salvatti
Ana Júlia Carepa	2. Flávio Arns
Eduardo Suplicy	3. Serys Slhessarenko
Delcídio Amaral	4. Duciomar Costa
Roberto Saturnino	5. Magno Malta
Antonio Carlos Valadares	6. Aelton Freitas
Geraldo Mesquita Júnior	7. (vago)
Fernando Bezerra	8. (vago)
PMDB	
Ramez Tebet	1. Hélio Costa
Mão Santa	2. Luiz Otávio
Garibaldi Alves Filho	3. Valmir Amaral
Romero Jucá	4. Gerson Camata*
João Alberto Souza	5. Sérgio Cabral
Pedro Simon	6. Ney Suassuna
Valdir Raupp	7. Maguito Vilela
PFL	
César Borges	1. Antonio Carlos Magalhães
Efraim Moraes	2. Demóstenes Torres
Jonas Pinheiro	3. João Ribeiro
Jorge Bornhausen	4. José Agripino
Paulo Octavio	5. José Jorge
Rodolpho Tourinho	6. Marco Maciel
PSDB	
Antero Paes de Barros	1. Arthur Virgílio
Sérgio Guerra	2. Álvaro Dias
Eduardo Azeredo	3. Lúcia Vânia
Tasso Jereissati	4. Leonel Pavan
PDT	
Almeida Lima	1. Osmar Dias
PPS	
Patrícia Saboya Gomes	1. Mozarildo Cavalcanti

*Desfilou-se do PMDB, em 15.09.2003.

Atualizada em 30.10.2003

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Terças-Feiras às 10:00 horas - Plenário nº 19 - Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E-Mail: sscmcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO DE TURISMO

TEMPORÁRIA
(07 titulares e 07 suplentes)

Presidente: Senador Paulo Octávio (PFL -DF)
Vice-Presidente: Senador Leonel Pavan (PSDB - SC)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Aelton Freitas	1. Antonio Carlos Valadares
Serys Shessarenko	2. Ideli Salvatti
PMDB	
Garibaldi Alves Filho	1. Mão Santa
Valdir Raupp	2. Luiz Otávio
PFL	
Paulo Octavio	1.
João Ribeiro	2. César Borges
PSDB	
Leonel Pavan	1. Eduardo Azeredo

*Vaga cedida ao PPS.

Atualizada em 30.10.2003

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Terças-Feiras às 10:00 horas - Plenário nº 19 - Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E-Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO DE MINERAÇÃO

TEMPORÁRIA
(07 titulares e 07 suplentes)

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa (PT - PA)
Vice-Presidente: Senador Rodolpho Tourinho (PFL - BA)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Ana Julia Carepa	1. Delcídio Amaral.
Aelton Freitas	2. Magno Malta
PMDB	
Luiz Otávio	1. Hélio Costa
Sérgio Cabral	2. Gerson Camata**
PFL	
Rodolpho Tourinho	1. Efraim Morais
João Ribeiro	2. Almeida Lima (PDT)*
PSDB	
Sérgio Guerra	1. Eduardo Azeredo

*Vaga cedida pelo PFL

**Desfilou-se do PMDB, em 15.09.2003.

Atualizada em 15.08.2003.

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Terças-Feiras às 10:00 horas - Plenário nº 19 - Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E-Mail: sscomcae@senado.gov.br

**1.3) SUBCOMISSÃO DESTINADA A ACOMPANHAR A EVOLUÇÃO
DA DÍVIDA PÚBLICA DOS ESTADOS TEMPORÁRIA
(09 titulares e 09 suplentes)**

**Presidente: Senador César Borges (PFL - BA)
Vice-Presidente: Senador Fernando Bezerra (PTB - RN)
Relator: Senador Ney Suassuna**

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Roberto Saturnino	1. Eduardo Suplicy.
Fernando Bezerra	2. Aelton Freitas
Delcídio Amaral	3. Antonio Carlos Valadares
PMDB	
Ney Suassuna	1. Valdir Raupp
Pedro Simon	2. Gerson Camata*
PFL	
César Borges	1. Jonas Pinheiro
Paulo Octávio	2. José Jorge
PSDB	
Sérgio Guerra	1. Lúcia Vânia
PDT - PPS	
(vago)	(vago)

*Desfilou-se do PMDB, em 15.09.2003.

Atualizada em 30.10.2003

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Terças-Feiras às 10:00 horas - Plenário nº 19 - Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E-Mail: sscomcae@senado.gov.br

**1.4) SUBCOMISSÃO FOME ZERO TEMPORÁRIA
(07 titulares e 07 suplentes)**

Presidente: Rodolpho Tourinho (PFL - BA)
Vice-Presidente: Senador Eduardo Suplicy (PT - SP)
Relator: Senador Romero Jucá (PMDB - RR)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Eduardo Suplicy	1. Delcídio Amaral.
Fernando Bezerra	2. Serys Slhessarenko
PMDB	
Ney Suassuna	1. Garibaldi Alves Filho
Romero Jucá	2. Luiz Otávio
PFL	
Jonas Pinheiro	1. Demóstenes Torres
Rodolpho Tourinho	2. Paulo Octávio
PSDB	
Lúcia Vânia	1. Leonel Pavan

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Terças-Feiras às 10:00 horas - Plenário nº 19 - Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E-Mail: sscomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
(29 titulares e 29 suplentes)

Presidente: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)
Vice-Presidente: Senador Papaléo Paes* (PMDB-AP)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Ana Júlia Carepa	1. Delcídio Amaral
Eurípedes Camargo	2. Fernando Bezerra
Fátima Cleide	3. Tião Viana
Flávio Arns	4. Antonio Carlos Valadares
Sibá Machado	5. Duciomar Costa
(vago)	6. (vago)
Aelton Freitas	7. Serys Slhessarenko
Geraldo Mesquita Júnior	8. (vago)
PMDB	
Mão Santa	1. Garibaldi Alves Filho
Leomar Quintanilha	2. Hélio Costa
Maguito Vilela	3. Ramez Tebet
Sérgio Cabral	4. José Maranhão
Ney Suassuna	5. Pedro Simon
Amir Lando	6. Romero Jucá
Papaléo Paes*	7. Gerson Camata**
PFL	
Edison Lobão	1. Antonio Carlos Magalhães
Jonas Pinheiro	2. César Borges
José Agripino	3. Demóstenes Torres
Paulo Octávio	4. Efraim Morais
Maria do Carmo Alves	5. Jorge Bornhausen
Roseana Sarney	6. João Ribeiro
PSDB	
Eduardo Azeredo	1. Arthur Virgílio
Lúcia Vânia	2. Tasso Jereissati
João Tenório	3. Leonel Pavan
Antero Paes de Barros	4. Sérgio Guerra
Reginaldo Duarte	5. (vago)
PDT	
Augusto Botelho	1. Osmar Dias
Juvêncio da Fonseca	2. (vago)
PPS	
Patrícia Saboya Gomes	1. Mozarildo Cavalcanti

*Desfilou-se do PTB, passando a integrar a bancada do PMDB em 07.05.2003.

** Desfilou-se do PMDB em 15.09.2003.

Atualizada em 25.11.2003

Secretário: José Roberto Assumpção Cruz
Reuniões: Quintas - Feiras às 10:00 horas - Plenário nº 09 - Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E - Mail: sscomcas@senado.gov.br

**2.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DA CRIANÇA DO
ADOLESCENTE E DA JUVENTUDE
(7 titulares e 7 suplentes)**

**Presidente: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)
Vice-Presidente: Senadora Roseana Sarney (PFL-MA)
Relatora: Senadora Patrícia Saboya Gomes (PPS-CE)**

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Ana Júlia Carepa	1.(vago)
Fátima Cleide	2. (vago)
PMDB	
Amir Lando	1. (vago)
Juvêncio da Fonseca*	2. (vago)
PFL	
Roseana Sarney	1. (vago)
PSDB	
Lúcia Vânia	1. (vago)
PPS	
Patrícia Saboya Gomes	1. (vago)

*Desfilou-se do PMDB, passando a integrar a bancada do PDT em 10.09.2003.
Atualizada em 10.09.2003

Secretário: José Roberto Assumpção Cruz
Plenário nº 09 - Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E - Mail: sscomcas@senado.gov.br

**2.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DO IDOSO
(7 titulares e 7 suplentes)**

Presidente: Senador Sérgio Cabral (PMDB-RJ)

Vice-Presidente: (vago)

Relator: Senador Leomar Quintanilha (PFL -TO)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Sibá Machado	1. (vago)
Aelton Freitas	2. (vago)
PMDB	
Sérgio Cabral	1. (vago)
(vago)	2. (vago)
PFL	
Leomar Quintanilha*	1. (vago)
PSDB	
Antero Paes de Barros	1. (vago)
PDT	
(vago)	1. (vago)

* Desfilou-se do PFL, passando a integrar a bancada do PMDB em 08.10.2003

Atualizada em 08.10.2003

Secretário: José Roberto Assumpção Cruz

Plenário nº 09 - Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3113515 Fax: 3113652

E - Mail: sscomcas@senado.gov.br

**2.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DAS PESSOAS PORTADORAS
DE NECESSIDADES ESPECIAIS
(7 titulares e 7 suplentes)**

**Presidente: Senador Flávio Arns (PT-PR)
Vice-Presidente: Senador Jonas Pinheiro (PFL-MT)
Relator: Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)**

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Flávio Arns	1. (vago)
Eurípedes Camargo	2. (vago)
PMDB	
Ney Suassuna	1. (vago)
Garibaldi Alves Filho	2. (vago)
PFL	
Jonas Pinheiro	1. (vago)
PSDB	
Eduardo Azeredo	1. (vago)
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	1. (vago)

Secretário: José Roberto Assumpção Cruz
Plenário nº 09 - Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E - Mail: sscomcas@senado.gov.br

**2.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE SAÚDE
(7 titulares e 7 suplentes)**

**Presidente: Senador Papaléo Paes*(PMDB-AP)
Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho (PDT-RR)
Relator: Senador Mão Santa (PMDB-PI)**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Serys Shessarenko	1. (vago)
Eurípedes Camargo	2. (vago)
PMDB	
Mão Santa	1. (vago)
Papaléo Paes*	2. (vago)
PFL	
Maria do Carmo Alves	1. (vago)
PSDB	
Reginaldo Duarte	1. (vago)
PDT	
Augusto Botelho	1. (vago)

*Desfilou-se do PTB, passando a integrar a bancada do PMDB em 07.05.2003.

Atualizada em 17.09.2003

Secretário: José Roberto Assumpção Cruz
Plenário nº 09 - Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E - Mail: sscmcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Edison Lobão (PFL-MA)
Vice-Presidente: Senador José Maranhão (PMDB-PB)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Serys Slhessarenko	1. Eduardo Suplicy
Aloizio Mercadante	2. Ana Júlia Carepa
Tião Viana	3. Sibá Machado
Antonio Carlos Valadares	4. Duciomar Costa
Magno Malta	5. Geraldo Mesquita Júnior
Fernando Bezerra	6. João Capiberibe
Marcelo Crivella	7. Aelton Freitas
PMDB	
Amir Lando	1. Ney Suassuna
Garibaldi Alves Filho	2. Luiz Otávio
José Maranhão	3. Ramez Tebet
Renan Calheiros	4. João Alberto Souza
Romero Jucá	5. Maguito Vilela
Pedro Simon	6. Sérgio Cabral
PFL	
Antonio Carlos Magalhães	1. Paulo Octávio
César Borges	2. João Ribeiro
Demóstenes Torres	3. Jorge Bornhausen
Edison Lobão	4. Efraim Morais
José Jorge	5. Rodolpho Tourinho
PSDB	
Álvaro Dias	1. Antero Paes de Barros
Tasso Jereissati	2. Eduardo Azeredo
Arthur Virgílio	3. Leonel Pavan
PDT	
Jefferson Péres	1. Almeida Lima
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	1. Patrícia Saboya Gomes

Atualizada em 10.12.2003

Secretária: Gildete Leite de Melo
Reuniões: Quartas - Feiras às 10:00 horas. - Plenário nº 3 - Ala Alexandre Costa
Telefone: 3113972 Fax: 3114315
E - Mail: sscmccj@senado.gov.br

**3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ACOMPANHAR E FISCALIZAR AS
“INDICAÇÕES APONTADAS” NO RELATÓRIO FINAL DA “CPI DO JUDICIÁRIO” E
RECEBER NOVAS DENÚNCIAS E INFORMAÇÕES RELACIONADAS
COM O OBJETIVO DA INVESTIGAÇÃO
(7 titulares e 7suplentes)
(AGUARDANDO INSTALAÇÃO)**

Criada através do Requerimento nº 12-CCJ, de 1999, aprovado em 15/12/1999.

**3.2) SUBCOMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA
(7 titulares e 7suplentes)**

**Presidente: Senador Tasso Jereissati
Vice-Presidente: Pedro Simon
Relator Geral: Senador Demóstenes Torres**

TITULARES	SUPLENTE
PMDB	
Pedro Simon	1. João Alberto Souza
Garibaldi Alves Filho	2. Papaléo Paes
PFL	
Demóstenes Torres	1. Efraim Moraes
César Borges	2. João Ribeiro
PT	
Serys Slhessarenko	1. Sibá Machado
PSDB	
Tasso Jereissati	1. Leonel Pavan
OUTROS PARTIDOS (PDT, PTB, PSB, PPS e PL)	
Magno Malta	1. Fernando Bezerra

Atualizada em 02.09.03

Secretária: Gildete Leite de Melo
Plenário nº 3 - Ala Alexandre Costa
Telefone: 3113972 Fax: 3114315
E - Mail: sscomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO
(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Osmar Dias (PDT-PR)
Vice-Presidente: Senador Hélio Costa (PMDB-MG)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Fátima Cleide	1. Tião Viana
Flávio Arns	2. Roberto Saturnino
Ideli Salvatti	3. Eurípedes Camargo
João Capiberibe	4. (vago)
Duciomar Costa	5. (vago)
Aelton Freitas	6. (vago)
(vaga cedida ao PMDB)	7. (vago)
Heloísa Helena	8. (vago)
PMDB	
Hélio Costa	1. Mão Santa
Maguito Vilela	2. Garibaldi Alves Filho
Valdir Raupp	3. Papaléo Paes
Gerson Camata*	4. Luiz Otávio
Sérgio Cabral	5. Romero Jucá
José Maranhão	6. Amir Lando
Valmir Amaral (por cessão do Bloco de Apoio ao Governo)	
PFL	
Demóstenes Torres	1. Edison Lobão
Jorge Bornhausen	2. Jonas Pinheiro
José Jorge	3. José Agripino
Efraim Morais	4. Marco Maciel
Maria do Carmo Alves	5. Paulo Octavio
Roseana Sarney	6. João Ribeiro
PSDB	
Sérgio Guerra	1. Arthur Virgílio
Leonel Pavan	2. Eduardo Azeredo
Reginaldo Duarte	3. João Tenório
Antero Paes de Barros	4. Lúcia Vânia
PDT	
Osmar Dias	1. Jefferson Péres
Almeida Lima	2. Juvêncio da Fonseca
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	1. Patrícia Saboya Gomes

* Desfilou-se do PMDB em 15.09.2003.

Atualizada em 25.11.2003

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Reuniões: Terças - Feiras às 11:30 horas - Plenário nº 15 - Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113498 Fax: 3113121
E - Mail: julioric@senado.gov.br

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
(12 (doze) titulares e 12 (doze) suplentes)

Presidente: Senador Roberto Saturnino (PT-RJ)
Vice-Presidente: (vago)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Roberto Saturnino	1. (vago)
Fátima Cleide	2. Eurípedes Camargo
João Capiberibe	3. Papaléo Paes*
PMDB	
Hélio Costa	1. Gerson Camata***
Sérgio Cabral	2. Juvêncio da Fonseca**
(vago)	3. Luiz Otávio
PFL	
Roseana Sarney	1 Paulo Octavio
Demóstenes Torres	2. José Agripino
Edison Lobão	3. (vago)
PSDB	
Eduardo Azeredo	1. Arthur Virgílio
Leonel Pavan	2. Reginaldo Duarte
PDT	
Almeida Lima	2. (vago)

* Desfilou-se do PTB, passando a integrar a bancada do PMDB em 07.05.2003.

**Desfilou-se do PMDB, passando a integrar a bancada do PDT em 10.09.2003.

*** Desfilou-se do PMDB em 15.09.2003.

Atualizada em 15.09.2003

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Plenário nº 15 - Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113498 Fax: 3113121
E - Mail: julioric@senado.gov.br

4.2) SUBCOMISSÃO DE RÁDIO E TV
PERMANENTE
9 (nove) titulares
9 (nove) suplentes
(AGUARDANDO INSTALAÇÃO)

4.3) SUBCOMISSÃO DO LIVRO
PERMANENTE
7 (sete) titulares
7 (sete) suplentes
(AGUARDANDO INSTALAÇÃO)

4.4) SUBCOMISSÃO DO ESPORTE
PERMANENTE
7 (sete) titulares
7 (sete) suplentes
(AGUARDANDO INSTALAÇÃO)

5) - COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE
(17 titulares e 9 suplentes)

Presidente: Senador Ney Suassuna (PMDB-PB)
Vice-Presidente: Senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
(vago)	1. Ana Júlia Carepa
Heloísa Helena	2. Delcídio Amaral
Antonio Carlos Valadares	3. Geraldo Mesquita Júnior
Aelton Freitas	
Duciomar Costa	
PMDB	
Ney Suassuna	1. Valmir Amaral
Luiz Otávio	2. Romero Jucá
Gerson Camata*	
João Alberto Souza	
PFL	
César Borges	1. Jorge Bornhausen
Efraim Moraes	2. Paulo Octavio
João Ribeiro	
Antonio Carlos Magalhães	
PSDB	
Arthur Virgílio	1. Leonel Pavan
Antero Paes de Barros	
PDT	
Osmar Dias	1. Almeida Lima
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	

* Desfilou-se do PMDB em 15.09.2003.

Atualizada em 30.10.2003

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas - Feiras às 11:00 horas - Plenário nº 6 - Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3113935 Fax: 3111060
E - Mail: jcarvalho@senado.gov.br

**5.1) SUBCOMISSÃO DESTINADA A FISCALIZAR AS
AGÊNCIAS REGULADORAS PERMANENTE
(05 titulares e 05 suplentes)**

**Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa (PT -PA)
Vice-Presidente: Senador Valmir Amaral (PMDB - DF)**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Ana Júlia Carepa	1. Aelton Freitas
Delcídio Amaral	2. Duciomar Costa
PMDB	
Valmir Amaral	1. Romero Jucá
PFL	
Leomar Quintanilha*	1. César Borges
PSDB	
Leonel Pavan	1. Antero Paes de Barros

* Desfilou-se do PFL, passando a integrar a bancada do PMDB em 08.10.2003
Atualizada em 08.10.2003

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas - Feiras às 11:00 horas - Plenário nº 6 - Ala Nilo Coelho
Telefone: 3113935 Fax: 3111060
E - Mail: jcarvalho@senado.gov.br

**5.2) SUBCOMISSÃO DE OBRAS INACABADAS PERMANENTE
(05 titulares e 05 suplentes)**

**Presidente: Senador Efraim Morais (PFL -PB)
Vice-Presidente: Senador Leonel Pavan (PSDB - SC)**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Aelton Freitas	1. Ana Júlia Carepa
Delcídio Amaral	2. Geraldo Mesquita Júnior
PMDB	
Gerson Camata*	1. Luiz Otávio
PFL	
Efraim Morais	1. César Borges
PSDB	
Leonel Pavan	1. Arthur Virgílio

* Desfilou-se do PMDB em 15.09.2003.
Atualizada em 15.09.2003

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas - Feiras às 11:00 horas - Plenário nº 6 - Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3113935 Fax: 3111060
E - Mail: jcarvalho@senado.gov.br

**6) - COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA
(19 titulares e 19 suplentes)**

**Presidente: Senador Magno Malta (PL-ES)
Vice-Presidente: Senador Leomar Quintanilha**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Sibá Machado	1. Serys Slhessarenko
Eurípedes Camargo	2. (vago)
Magno Malta	3. (vago)
Aelton Freitas	4. (vago)
(vago)	5. (vago)
PMDB	
Leomar Quintanilha	1. Renan Calheiros
Ney Suassuna	2. Amir Lando
José Maranhão	3. Gilberto Mestrinho
Sérgio Cabral	4. Romero Jucá
Garibaldi Alves Filho	5. (vago)
PFL	
Edison Lobão	1. Demóstenes Torres
Efraim Moraes	2. Jonas Pinheiro
Maria do Carmo Alves	3. (vago)
Rodolpho Tourinho	4. Roseana Sarney
PSDB	
(vago)	1. Lúcia Vânia
(vago)	2. (vago)
Reginaldo Duarte	3. Antero Paes de Barros
PDT	
Jefferson Péres	1. Almeida Lima
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	1. Patrícia Saboya Gomes

Atualizada em 05.11.2003

Secretária: Maria Dulce V. de Queirós Campos
Telefone 3111856 Fax: 3114646
E - Mail: mariadul@senado.br

7) - COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Eduardo Suplicy (PT-SP)
Vice-Presidente: Senador Marcelo Crivella (PL-RJ)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Eduardo Suplicy	1. Flávio Arns
Heloísa Helena	2. Fátima Cleide
João Capiberibe	3. Aloizio Mercadante
Marcelo Crivella	4. Duciomar Costa
Fernando Bezerra	5. Aelton Freitas
Tião Viana (por cessão do PMDB)	Sibá Machado (por cessão do PMDB)
PMDB	
Gilberto Mestrinho	1. Pedro Simon
João Alberto Souza	2. Ramez Tebet
Luiz Otávio	3. Valdir Raupp
Hélio Costa	4. (vago)
(vaga cedida ao Bloco de Apoio ao Governo)	5. (vaga cedida ao Bloco de Apoio ao Governo)
PFL	
Antonio Carlos Magalhães	1. Edison Lobão
João Ribeiro	2. Maria do Carmo Alves
José Agripino	3. Rodolpho Tourinho
Marco Maciel	4. Roseana Sarney
PSDB	
Arthur Virgílio	1. Antero Paes de Barros
Eduardo Azeredo	2. Tasso Jereissati
Lúcia Vânia	3. Sérgio Guerra
PDT	
Jefferson Péres	1. Juvêncio da Fonseca
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	1. Patrícia Saboya Gomes

Atualizada em 23.10.03

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3113496 Fax: 3113546 - Plenário nº 7 - Ala Alexandre Costa
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas
E - Mail: luciamel@senado.gov.br

**7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS
CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR
7 (sete) titulares 7 (sete) suplentes**

**Presidente: Senador Marcelo Crivella
Vice-Presidente: Senador João Capiberibe
Relator: Senador Rodolpho Tourinho**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Marcelo Crivella	1. Duciomar Costa
João Capiberibe	2. Aelton Freitas
PMDB	
Hélio Costa	1. Ramez Tebet
Luiz Otávio	2. Juvêncio da Fonseca*
PFL	
Marco Maciel	1. Roseana Sarney
Rodolpho Tourinho	2. Maria do Carmo Alves
PSDB	
Eduardo Azeredo	1. Antero Paes de Barros

*Desfilou-se do PMDB, passando a integrar a bancada do PDT em 10.09.2003.

Atualizada em 18.09.2003

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3113496 Fax: 3113546 - Plenário nº 7 - Ala Alexandre Costa
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.
E - Mail: luciamel@senado.gov.br

**7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA
7 (sete) titulares 7 (sete) suplentes**

**Presidente: Senador Jefferson Péres
Vice-Presidente: Senador Mozarildo Cavalcanti**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
João Capiberibe	1. Sibá Machado
Fátima Cleide	2. (vago)
PMDB	
Valdir Raupp	1. Gilberto Mestrinho
PFL	
Marco Maciel	1. João Ribeiro
PSDB	
Arthur Virgílio	1. Lúcia Vânia
PDT	
Jefferson Péres	1. (vago)
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	1. Patrícia Saboya Gomes

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3113496 Fax: 3113546 - Plenário nº 7 - Ala Alexandre Costa
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas
E - Mail: luciamel@senado.gov.br

8) - COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador José Jorge (PFL-PE)
Vice-Presidente: Senador João Batista Motta (PPS-ES)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Delcídio Amaral	1. Roberto Saturnino
Eurípedes Camargo	2. Antonio Carlos Valadares
Serys Slhessarenko	3. Heloísa Helena
Sibá Machado	4. Ana Júlia Carepa
Fátima Cleide	5. Duciomar Costa
Duciomar Costa	6. Fernando Bezerra
Magno Malta	7. Marcelo Crivella
PMDB	
Gerson Camata*	1. Mão Santa
Amir Lando	2. Luiz Otávio
Valdir Raupp	3. Pedro Simon
Valmir Amaral	4. Renan Calheiros
Gilberto Mestrinho	5. Ney Suassuna
José Maranhão	6. Romero Jucá
PFL	
João Ribeiro	1. César Borges
José Jorge	2. Jonas Pinheiro
Marco Maciel	3. Efraim Morais
Paulo Octavio	4. Maria do Carmo Alves
Rodolpho Tourinho	5. Roseana Sarney
PSDB	
Leonel Pavan	1. (vago)
Sérgio Guerra	2. Arthur Virgílio
João Tenório	3. Reginaldo Duarte
PDT	
Augusto Botelho	1. Osmar Dias
PPS	
Patrícia Saboya Gomes	1. Mozarildo Cavalcanti

* Desfilou-se do PMDB em 15.09.2003.

Atualizada em 25.11.2003

Secretário: Celso Parente
Reuniões: Terças - Feiras às 14:00 horas. - Plenário nº 13 - Ala Alexandre Costa
Telefone: 3114607 Fax: 3113286

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR**(Resolução do Senado Federal nº 20/93)****COMPOSIÇÃO****(Eleita na Sessão do Senado Federal de 13/03/2003)****1ª Eleição Geral: 19.04.1995 3ª Eleição Geral: 27.06.2001****2ª Eleição Geral: 30.06.1999 4ª Eleição Geral: 13.03.2003****Presidente: Senador JOÃO ALBERTO SOUZA¹³****Vice-Presidente: Senador DEMÓSTENES TORRES²**

PMDB					
Titulares	UF	Ramal	Suplentes	UF	Ramal
(Vago) ¹⁰	MS	1128	1. Ney Suassuna	PB	4345
João Alberto Souza	MA	1411	2. Pedro Simon	RS	3232
Ramez Tebet	MS	2222	3. Gerson Camata ¹¹	ES	3256
Luiz Otávio	PA	3050	4. Alberto Silva	PI	3055
PFL⁵					
Paulo Octávio	DF	2011	1. Jonas Pinheiro	MT	2271
Demóstenes Torres	GO	2091	2. César Borges ⁴	BA	2212
Rodolpho Tourinho	BA	3173	3. Maria do Carmo Alves ¹²	SE	1306
PT¹					
Heloísa Helena ¹⁴	AL	3197	1. Ana Julia Carepa	PA	2104
Sibá Machado	AC	2184	2. Fátima Cleide	RO	2391
(vago) ⁸	DF	2285	3. Eduardo Suplicy ³	SP	3213
PSDB⁵					
Sérgio Guerra	PE	2385	1. Reginaldo Duarte	CE	1137
Antero Paes de Barros	MT	4061	2. Arthur Virgílio	AM	1201
PDT					
Juvêncio da Fonseca ⁷	MS	1128	1. Augusto Botelho	RR	2041
PTB¹					
(Vago) ⁶			1. Fernando Bezerra	RN	2461
PSB¹, PL¹ e PPS					
Magno Malta (PL)	ES	4161	1. (Vago) ⁹		
Corregedor do Senado (Membro nato – art. 25 da Resolução nº 20/93)					
Senador Romeu Tuma (PFL/SP)					2051

(atualizada em 29.01.2004)**Notas:**¹ Partidos pertencentes ao **Bloco de Apoio ao Governo** (PT/PTB/PSB/PL), constituído na Sessão do SF de 1.2.2003.² Eleito Vice-Presidente em 18.3.2003, na 1ª Reunião do Conselho.³ Eleito na Sessão do SF de 18.3.2003.⁴ Eleito na Sessão do SF de 19.3.2003.⁵ Partidos pertencentes à **Liderança Parlamentar da Minoria** (PFL/PSDB), constituída na Sessão do SF de 29.4.2003.⁶ Vaga ocupada pelo Senador **Geraldo Mesquita Júnior** (Bloco/PSB-AC) até 6.5.2003, quando anunciou, em Plenário, seu desligamento do Conselho, formalizado em comunicação lida na Sessão do SF de 8.5.2003.⁷ Vaga ocupada pelo Senador **Jefferson Péres** (PDT-AM) até 7.5.2003, quando anunciou, em Plenário, seu desligamento do Conselho, formalizado em comunicação lida na Sessão do SF de 8.5.2003. O Senador **Juvêncio da Fonseca** foi designado para essa vaga na Sessão do SF de 01.10.2003.⁸ Vaga ocupada pelo Senador **Flávio Arns** (Bloco/PT-PR) até 8.5.2003, quando se desligou do Conselho, conforme comunicação lida na Sessão do SF desse dia. O Senador **Eurípedes Camargo** (Bloco PT-DF) foi eleito para essa vaga na Sessão do SF de 03.12.2003 e deixou o exercício do mandato em 23.1.2004, em decorrência do retorno do titular.⁹ Vaga ocupada pelo Senador **Marcelo Crivella** (Bloco PL-RJ) até 13.8.2003, quando se desligou do Conselho, conforme comunicação lida na Sessão do SF dessa data.¹⁰ Vaga ocupada pelo Senador **Juvêncio da Fonseca** (PDT-MS) até 01.10.2003, quando foi designado, em Plenário, para a vaga do PDT, partido ao qual se filiou em 11.09.2003.¹¹ Desfilou-se do PMDB em 15.9.2003, conforme comunicação lida na Sessão do SF dessa data.¹² Vaga ocupada pelo Senador **Renildo Santana** (PFL-SE), no período de 19.3 a 15.9.2003. A Senadora **Maria do Carmo Alves** (PFL-SE) foi eleita para essa vaga na Sessão do SF de 18.9.2003.¹³ Eleito Presidente do Conselho na 9ª Reunião, realizada em 12.11.2003, para completar o mandato exercido pelo Senador **Juvêncio da Fonseca**, que renunciou ao cargo em 25.09.2003.¹⁴ Na Sessão de 29.01.2004, foi lido o Ofício nº 039/04-GLDBAG, de 29.1.2004, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, comunicando o desligamento da Senadora do Partido dos Trabalhadores.**SECRETARIA-GERAL DA MESA****Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP) - Telefones: 311-4561 e 311-5256**

sscop@senado.gov.br

www.senado.gov.br/etica

CORREGEDORIA PARLAMENTAR

(Resolução nº 17, de 1993)

COMPOSIÇÃO ¹

Senador Romeu Tuma (PFL-SP)	Corregedor
Senador Hélio Costa (PMDB-MG)	1º Corregedor Substituto
Senador Delcídio Amaral (PT-MS)	2º Corregedor Substituto
Senador Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL) ²	3º Corregedor Substituto

Composição atualizada em 19.01.2004

Notas:

¹ Eleitos na Sessão Ordinária de 25.03.2003, nos termos da Resolução nº 17, de 17.3.93.

² Afastou-se do exercício do mandato em 18.11.2003, para tratar de interesses particulares, por 125 dias - RQS 1.168/2003 (DSF de 19.11.2003, página 37785)

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-5259
sscop@senado.gov.br

PROCURADORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

1ª Designação: 16.11.1995

2ª Designação: 30.06.1999

3ª Designação: 27.06.2001

4ª Designação: 25.09.2003

COMPOSIÇÃO

SENADORES	PARTIDO	ESTADO	RAMAL
Eurípedes Camargo ¹	Bloco/PT	DF	2285
Demóstenes Torres ¹	Bloco/PFL	GO	2091
(aguardando indicação)			
(aguardando indicação)			
(aguardando indicação)			

Notas:

¹ Designados na Sessão do SF do dia 25.09.2003.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)

Telefones: 311-4561 e 311-5259

sscop@senado.gov.br

CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

Constituído pela Resolução nº 2, de 2001, oriunda do Projeto de Resolução nº 25, de 1998,
aprovado na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal do dia 15.3.2001

COMPOSIÇÃO

1ª Designação Geral : 03.12.2001

2ª Designação Geral: 26.02.2003

Presidente: Senadora Serys Slhessarenko ⁴
Vice-Presidente: Senador Geraldo Mesquita Júnior ⁴

PMDB
Senador Papaléo Paes ⁸
PFL ⁶
Senadora Roseana Sarney (MA) ¹
PT ⁵
Senadora Serys Slhessarenko (MT) ¹
PSDB ⁶
Senadora Lúcia Vânia (GO) ¹
PDT
Senador Augusto Botelho (RR) ³
PTB ⁵
Senador Sérgio Zambiasi (RS) ⁷⁻⁹
PSB ⁵
Senador Geraldo Mesquita Júnior (AC) ²
PL ⁵
Senador Magno Malta (ES) ¹
PPS
Senadora Patrícia Saboya Gomes (CE) ¹

Atualizada em 19.01.2004

Notas:

¹ Designados na Sessão do SF de 26.2.2003

² Designado na Sessão do SF de 7.3.2003

³ Designado na Sessão do SF de 11.3.2003

⁴ Eleitos, por aclamação, em 12.3.2003, na 1ª Reunião do Conselho.

⁵ Partido pertencente ao Bloco de Apoio ao Governo (PT/PTB/PSB/PL), constituído na Sessão do SF de 1.2.2003.

⁶ Partido pertencente à Liderança Parlamentar da Minoria (PFL/PSDB), constituída na Sessão do SF de 29.4.2003.

⁷ Vaga ocupada no período de 26.2.2003 a 10.10.2003 pelo Senador Papaléo Paes, que na Sessão do SF de 7.5.2003 comunicou seu desligamento do PTB e filiação ao PMDB.

⁸ Designado na Sessão do SF de 14.10.2003, conforme indicação da Liderança do PMDB lida na Sessão da mesma data. A vaga do PMDB foi ocupada no período de 26.2.2003 a 1º.08.2003 pela Senadora Íris de Araújo, cujo exercício do mandato encerrou-se em virtude do retorno do titular, Senador Maguito Vilela.

⁹ Designado na Sessão do SF de 10.10.2003, em substituição ao Senador Papaléo Paes.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-5259
sscop@senado.gov.br

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)

(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Presidente nato ¹: Presidente do Senado Federal, Senador José Sarney

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>PRESIDENTE</u> Deputado João Paulo Cunha (PT-SP)	<u>PRESIDENTE</u> Senador José Sarney (PMDB-AP)
<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Inocêncio Oliveira (PFL-PE)	<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Paulo Paim (BLOCO/PT-RS)
<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Luiz Piauhyllino (PSDB-PE)	<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO)
<u>1º SECRETÁRIO</u> Deputado Geddel Vieira Lima (PMDB-BA)	<u>1º SECRETÁRIO</u> Senador Romeu Tuma (PFL-SP)
<u>2º SECRETÁRIO</u> Deputado Severino Cavalcanti (PPB-PE)	<u>2º SECRETÁRIO</u> Senador Alberto Silva (PMDB-PI)
<u>3º SECRETÁRIO</u> Deputado Nilton Capixaba (PTB-RO)	<u>3º SECRETÁRIO</u> Senador Heráclito Fortes (PFL-PI)
<u>4º SECRETÁRIO</u> Deputado Ciro Nogueira (PFL-PI)	<u>4º SECRETÁRIO</u> Senador Sérgio Zambiasi (BLOCO/PTB-RS)
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Deputado Nelson Pellegrino (PT-BA)	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Senador Tião Viana (PT/AC)
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Deputado José Carlos Aleluia (PFL-BA)	<u>LÍDER DA MINORIA</u> Senador Efraim Morais (PFL-PB)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO</u> Deputado Luiz Eduardo Grenhalgh (PT-SP)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u> Senador Edison Lobão (PFL-MA)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Deputado Zulaiê Cobra (PSDB-SP)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Senador Eduardo Suplicy (PT-SP)

Atualizado em 07.11.2003

Nota:

¹ De acordo com o art. 5º do Ato nº 1/73-CN.

CONGRESSO NACIONAL CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 2, de 2002)

- 1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002
- Mandato estendido até 5/6/2004, conforme Decreto Legislativo nº 77/2002-CN

Presidente: JOSÉ PAULO CAVALCANTI FILHO¹

Vice-Presidente: JAYME SIROTSKY

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)	PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO	EMANUEL SORAES CARNEIRO
Representante das empresas de televisão (inciso II)	ROBERTO WAGNER MONTEIRO	FLÁVIO DE CASTRO MARTINEZ
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	(VAGO) ³	(VAGO) ²
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)	FERNANDO BITTENCOURT	MIGUEL CIPOLLA JR.
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	DANIEL KOSLOWSKY HERZ	FREDERICO BARBOSA GHEDINI
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	FRANCISCO PEREIRA DA SILVA	ORLANDO JOSÉ FERREIRA GUILHON
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA	STEPAN NERCESSIAN
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	GERALDO PEREIRA DOS SANTOS	ANTÔNIO FERREIRA DE SOUSA FILHO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JOSÉ PAULO CAVALCANTI FILHO	MANUEL ALCEU AFFONSO FERREIRA
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ALBERTO DINES	ANTÔNIO DE PÁDUA TELES DE CARVALHO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JAYME SIROTSKY	JORGE DA CUNHA LIMA
Representante da sociedade civil (inciso IX)	CARLOS CHAGAS	RÉGINA DALVA FESTA
Representante da sociedade civil (inciso IX)	RICARDO MORETZSOHN	ASSUMPÇÃO HERNANDES MORAES DE ANDRADE

Composição atualizada em dezembro de 2003

Notas:

¹ Presidente e Vice-Presidente eleitos na 1ª Reunião do Conselho, realizada em 25.6.2002.

² Vaga ocupada, até 04.08.2003, por **CARLOS ROBERTO BERLINCK**, que renunciou ao mandato, conforme comunicação lida na Sessão do Senado Federal desse dia.

³ Vaga ocupada, até 23.12.2003, por **PAULO CABRAL DE ARAÚJO**, que renunciou ao mandato, conforme comunicação lida na Sessão do Senado Federal desse dia.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefone: (61) 311-4561
sscop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccs

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
(Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 2, de 2002)

COMISSÕES DE TRABALHO

01 - Comissão de Regionalização da Programação

(constituída na Reunião de 26/06/2002)

- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Francisco Pereira da Silva (Representante da categoria profissional dos radialistas)

02 - Comissão de Tecnologia Digital

(constituída na Reunião de 26/06/2002, para atender à Consulta nº 1, de 2002-CCS, formulada pela Presidência do Senado Federal ao Conselho de Comunicação Social)

- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas) – Coordenador
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão) – desde 14/10/2002
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio) – desde 14/10/2002
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas) – desde 14/10/2002

03 - Comissão de Radiodifusão Comunitária

(constituída na Reunião de 02/09/2002)

- Regina Dalva Festa (Representante da sociedade civil) – Coordenadora
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Francisco Pereira da Silva (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social)

04 - Comissão de TV a Cabo

(constituída na Reunião de 17/03/2003, para emissão de parecer sobre o Projeto de Lei do Senado nº 175/2001, e mantida para atender à proposta do Parecer nº 2/2003-CCS, aprovado na Reunião de 07/04/2003, no sentido da realização de análise da situação da TV a Cabo no Brasil e apresentação de medidas e iniciativas com vista à solução dos problemas enfrentados pelo setor)

- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas) – Coordenador
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Carlos Chagas (Representante da sociedade civil)

05 - Comissão de Concentração na Mídia

(constituída na Reunião de 07/04/2003, para análise da concentração e controle cumulativo nas empresas de comunicação social em pequenas e médias cidades brasileiras)

- Carlos Chagas (Representante da sociedade civil) – Coordenador
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Alberto Dines (Representante da sociedade civil)
- Ricardo Moretzsohn (Representante da sociedade civil)

COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL
Representação Brasileira

COMPOSIÇÃO

16 Titulares (8 Senadores e 8 Deputados) e 16 Suplentes (8 Senadores e 8 Deputados)
Mesa Diretora eleita em 28.05.2003

Presidente: Deputado DR. ROSINHA	Vice-Presidente: Senador PEDRO SIMON
Secretário-Geral: Senador RODOLPHO TOURINHO	Secretário-Geral Adjunto: Deputado ROBERTO JEFFERSON

MEMBROS NATOS ⁽¹⁾

Senador EDUARDO SUPLICY Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal	Deputada ZULAIÊ COBRA Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados
--	--

SENADORES

TITULARES	SUPLENTE
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT - PTB - PSB - PL) ⁽²⁾	
IDELI SALVATTI (PT/SC)	1. FLÁVIO ARNS (PT/PR) ⁽⁶⁾
SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	2. ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB/SE)
PMDB	
PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. LUIZ OTÁVIO (PMDB/PA)
ROMERO JUCÁ (PMDB/RR)	2. SÉRGIO CABRAL (PMDB/RJ)
PFL ⁽³⁾	
JORGE BORNHAUSEN (PFL/SC)	1. JOSÉ JORGE (PFL/PE)
RODOLPHO TOURINHO (PFL/BA)	2. ROMEU TUMA (PFL/SP)
PSDB ⁽³⁾	
EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)	1. LEONEL PAVAN (PSDB/SC)
PDT	
JEFFERSON PÉRES (PDT/AM) ⁽⁷⁾	Vago ⁽⁸⁾
PPS ⁽⁴⁾	
MOZARILDO CAVALCANTI (PPS/RR)	1. PATRÍCIA SABOYA GOMES (PPS/CE) ⁽¹¹⁾

DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTE
PT	
DR. ROSINHA (PT/PR)	1. PAULO DELGADO (PT/MG)
PFL	
GERVÁSIO SILVA (PFL/SC)	1. PAULO BAUER (PFL/SC)
PMDB	
OSMAR SERRAGLIO (PMDB/PR)	1. EDISON ANDRINO (PMDB/SC)
PSDB	
EDUARDO PAES (PSDB/RJ) ⁽⁵⁾	1. JULIO REDECKER (PSDB/RS)
PPB	
LEODEGAR TISCOSKI (PPB/SC)	1. CELSO RUSSOMANO (PPB/SP)
PTB	
ROBERTO JEFFERSON (PTB/RJ)	1. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB/SP)
PL	
OLIVEIRA FILHO (PL/PR) ⁽¹⁰⁾	1. WELINTON FAGUNDES (PL/MT) ⁽¹⁰⁾
PSB	
INÁCIO ARRUDA (PCdoB/CE)	1. JAMIL MURAD (PCdoB/SP) ⁽⁹⁾
PPS ⁽⁴⁾	
JOÃO HERRMANN NETO (PPS/SP)	1. CLÁUDIO MAGRÃO (PPS/SP)

Notas:

⁽¹⁾ Membros natos, nos termos do parágrafo único do art. 1º da Resolução 1/1996-CN.

⁽²⁾ O **Bloco de Apoio ao Governo** foi constituído, no Senado Federal, em 01.02.2003 (DSF de 02.02.2003, pg. 00338).

⁽³⁾ Partido pertencente à **Liderança Parlamentar da Minoria** (PFL/PSDB), no Senado Federal, constituído em 29.04.2003 (DSF de 30.04.2003, pg. 09125).

⁽⁴⁾ Vaga decorrente da aplicação da Resolução nº 2, de 2000-CN.

⁽⁵⁾ Vaga ocupada pelo Deputado Feu Rosa até 25.06.2003, conforme comunicação lida na Sessão do Senado da mesma data.

⁽⁶⁾ Vaga ocupada pelo Senador Marcelo Crivella até 11.08.2003, conforme comunicação lida na Sessão do Senado da mesma data.

⁽⁷⁾ Vaga ocupada pelo Senador Osmar Dias até 26.08.2003, conforme comunicação lida na Sessão do Senado da mesma data.

⁽⁸⁾ Vaga ocupada pelo Senador Jefferson Péres até 26.08.2003, quando passou a ocupar a vaga de titular deixada pelo Senador Osmar Dias.

⁽⁹⁾ Vaga ocupada pelo Deputado Edson Ezequiel até 08.09.2003, conforme indicação da Liderança do PSB lida na Sessão do Senado da mesma data.

⁽¹⁰⁾ Vagas ocupadas pelos Deputados Welinton Fagundes (titular) e Neucimar Fraga (Suplente) até 30.09.2003, conforme indicação da Liderança do Bloco PL/PSL lida na Sessão do Senado da mesma data.

⁽¹¹⁾ Vaga ocupada pelo Senador João Batista Motta, que desligou-se do PPS e passou a integrar a bancada do PMDB a partir de 02.10.2003.

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 - 70160-900 Brasília - DF / Brasil

Telefone: (55) (61) 318-8232 Fax: (55) (61) 318-2154

cpcm@camara.gov.br

www.camara.gov.br/mercosul

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)
(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Deputado CARLOS MELLES ¹

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
LÍDER DA MAIORIA Deputado ARLINDO CHINAGLIA (PT-SP)	LÍDER DA MAIORIA Senadora IDELI SALVATTI ^{4 5} (PT – SC) ²
LÍDER DA MINORIA Deputado JOSÉ CARLOS ALELUIA (PFL-BA)	LÍDER DA MINORIA Senador EFRAIM MORAIS (PFL-PB) ³
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Deputado CARLOS MELLES (PFL-MG)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Senador EDUARDO SUPLICY (PT ² -SP)

Atualizado em 12.04.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-4552
sscop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

Notas:

¹ Assumiu a Presidência na Reunião Extraordinária do dia 06.04.2004, conforme alternância estabelecida na 1ª Reunião da Comissão realizada em 15.8.2001 (Ata publicada no DSF de 22.08.2001, pg. 17595).

² Partido pertencente ao Bloco de Apoio ao Governo (PT/PTB/PSB/PL), no Senado Federal, constituído em 01.02.2003 (DSF de 02.02.2003, pg. 00338).

³ Partido pertencente à Liderança Parlamentar da Minoria (PFL/PSDB), no Senado Federal, constituída em 29.04.2003 (DSF de 30.04.2003, pg. 09125).

⁴ Maioria definida pela Mesa em sua 10ª reunião, realizada em 06.11.2003 (Ata publicada no DSF de 12.11.2003, pg. 36262) e comunicada na Sessão do SF de 07.11.2003 (DSF de 8.11.2003, pgs.35936/35937).

⁵ Indicada conforme comunicação lida na Sessão do SF de 03.03.2004, em substituição ao Senador Tião Viana.

PREÇO DE ASSINATURA SEMESTRAL

Assinatura DCD ou DSF s/o porte	R\$ 31,00
Porte de Correio	R\$ 96,00
Assinatura DCD ou DSF c/o porte (cada)	R\$ 127,60
Valor do número avulso	R\$ 0,30
Porte avulso	R\$ 0,80

PREÇO DE ASSINATURA ANUAL

Assinatura DCD ou DSF s/o porte	R\$ 62,00
Porte de Correio	R\$ 193,00
Assinatura DCD ou DSF c/o porte (cada)	R\$ 255,20
Valor do número avulso	R\$ 0,30
Porte avulso	R\$ 0,80

Ug 020055
Gestão 00001

Os pedidos deverão ser acompanhados de Nota de Empenho. Ordem de Pagamento pelo Banco do Brasil, Agência 4201-3 conta nº 170500-8, ou recibo de depósito via FAX (0xx61) 224-5450, a favor do FUNSEEP, indicando a assinatura pretendida, conforme tabela de códigos identificadores abaixo discriminados:

Subsecretaria de Edições Técnicas	02005500001001-0
Assinaturas DCN	02005500001002-9
Venda de Editais	02005500001003-7
Orçamento/Cobrança	02005500001004-5
Aparas de Papel	02005500001005-3
Leilão	02005500001006-1
Aluguéis	02005500001007-X
Cópias Reprográficas	02005500001008-8

SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
PRAÇA DOS TRÊS PODERES S/Nº – BRASÍLIA – DF – CEP 70165-900
CGC 00.530.279/0005-49

Obs.: Não será recebido cheque via carta para efetivar assinatura dos DCN

Maiores informações pelos telefones (0xx61) 311-3772 e (0xx61) 311-3803 – Serviço de Atendimento Econômico-Financeira/Controle de Assinaturas, com Mourão ou Solange Neto/Waldir



SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

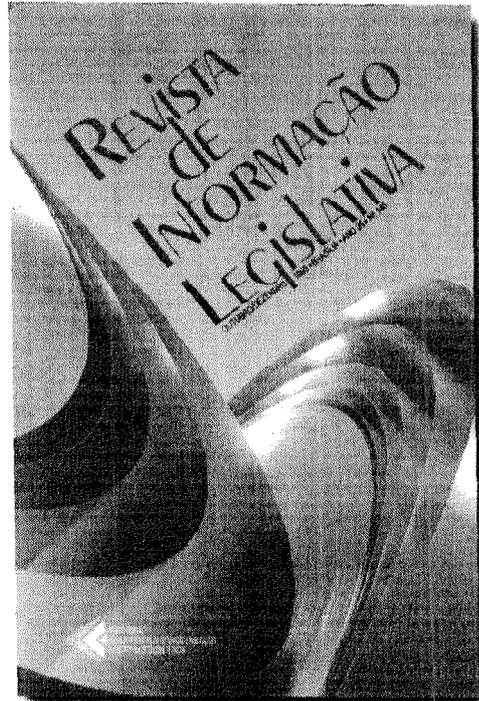
Revista de Informação Legislativa

Publicação periódica, com circulação trimestral, atualmente em sua 141ª edição. Divulga trabalhos elaborados pela Subsecretaria de Edições Técnicas, além de artigos de colaboração. Os trabalhos reportam-se a assuntos da área do direito e ciências afins, de interesse dos temas em debate no Congresso Nacional ou que se relacionem ao Poder Legislativo. Cada edição compreende, em média, trinta artigos inéditos.

Exemplar avulso: R\$ 10,00

Edições anteriores: R\$ 10,00

Assinatura anual (4 edições): R\$ 40,00



Conheça nosso catálogo na Internet
www.senado.gov.br/web/seepcat/catalogo.cfm

Para adquirir essa ou outra publicação:

- 1 - Confirme o preço e disponibilidade pelo telefone **(061) 311-3575**;
- 2 - Efetue depósito, no valor total da compra, em nome de **FUNSEEP**, agência **3602-1**, do **Banco do Brasil**, Conta-corrente **170.500-8**, preenchendo o campo "depósito identificado (código dv)/finalidade" com o código **02000202902001-3** (obrigatório);
- 3 - Para sua segurança, mantenha cópia do comprovante do depósito;
- 4 - Encaminhe o formulário abaixo (se necessário, anexe lista das publicações desejadas), acompanhado do comprovante **ORIGINAL** do depósito, para:

Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal
Via N2 - Unidade de apoio III - Praça dos Três Poderes
70.165-900 - Brasília - DF

Nome:			
Endereço:			
Cidade:		CEP:	UF:
Publicação	Quantidade	Preço Unit. (R\$)	Preço Total (R\$)



EDIÇÃO DE HOJE: 130 PÁGINAS